

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

Raquel de Abreu

**O PEDRINHO DE MONTEIRO LOBATO E O PEDRINHO DE
LOURENÇO FILHO: DOIS INTELLECTUAIS, DOIS BRASIS**

**Florianópolis
2014**

RAQUEL DE ABREU

**O PEDRINHO DE MONTEIRO LOBATO E O PEDRINHO DE
LOURENÇO FILHO: DOIS INTELLECTUAIS, DOIS BRASIS**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação – CED - na linha de Pesquisa Sociologia e História da Educação, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Dores Daros
Coorientadora: Profa. Dra. Eliane Santana Dias
Debus

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2014.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Abreu, Raquel de

O PEDRINHO DE MONTEIRO LOBATO E O PEDRINHO DE LOURENÇO
FILHO : DOIS INTELCTUAIS, DOIS BRASIS / Raquel de Abreu
; orientadora, Maria das Dores Daros ; coorientadora,
Eliane Santana Dias Debus. - Florianópolis, SC, 2014.
258 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-
Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Lourenço Filho. 3. Monteiro Lobato. 4.
Socialização. 5. Sociologia da Educação. I. Daros, Maria das
Dores . II. Debus, Eliane Santana Dias . III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Educação. IV. Título.

Raquel de Abreu

O PEDRINHO DE MONTEIRO LOBATO E O PEDRINHO DE LOURENÇO FILHO: DOIS INTELLECTUAIS, DOIS BRASIS

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do título de “Doutora em Educação”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGE/UFSC.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2014.

Dra. Luciane Maria Schindwein
Coordenadora PPGE/UFSC

Banca examinadora:

Dra. Maria das Dores Daros
(CED/UFSC - Orientadora)

Dra. Maria Teresa Santos
Cunha (UDESC)

Dra. Eliane Santana Dias Debus
(CED/UFSC - Coorientadora)

Dra. Elizabeth Farias da Silva
(CFH/UFSC)

Dra. Maria Cristina Soares
Gouvêa (UFMG)

Dra. Ione Ribeiro Valle
(CED/UFSC)

Para Francisco José de Abreu, primo que conheci por ocasião do socorro às vítimas da grande enchente que devastou a cidade de Tubarão (SC), em março de 1974, quando éramos adolescentes. Estamos juntos desde então, numa feliz parceria. A cada dia aprendo um pouco mais com ele, pessoa generosa, meu esteio em todos os momentos. Chico, esta tese é dedicada a ti!

AGRADECIMENTOS

Ao Governo Federal brasileiro, por disponibilizar uma bolsa de estudos MEC-REUNI entre os anos 2010 e 2012 e, logo após, uma Bolsa Capes no último ano do curso de doutorado. Sem tal subsídio financeiro o desenvolvimento deste trabalho de tese seria inviabilizado ou comprometido.

Ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGE/UFSC, nas figuras de seu colegiado e servidores, por todo apoio recebido durante o curso.

Aos professores, que desde o meu ingresso no mundo escolar, de 1965 até os dias atuais, despertaram e incentivaram o meu gosto pelo saber, pela pesquisa e o meu olhar para além do óbvio.

Agradeço, especialmente, à minha orientadora Dra. Maria das Dores Daros, que desde o curso de mestrado estimula meu interesse pela História e Sociologia da Educação brasileira, respeitando minha liberdade e criatividade nas escritas. Agradeço também à coorientadora Dra. Eliane Santana Dias Debus, por me apresentar o mundo maravilhoso, controverso e significativo das escritas de e sobre Monteiro Lobato. Às duas professoras, pela dedicação e atenção, muito obrigada!

À minha família, Francisco José de Abreu, companheiro sempre atencioso e entusiasmado com meu aprendizado; aos nossos filhos, Rafael, Juliana e Lucas, que valorizam todos os meus projetos, ouvem com atenção minhas novas descobertas e estão sempre dispostos a me socorrer nas dificuldades em relação ao mundo dinâmico e imprescindível da internet. À minha mãe, Helena, que se orgulha da filha, primeira pessoa da família a alcançar tantos anos de escolaridade.

Aos colegas e professores do Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Professores em Santa Catarina (GPEFESC), pelo estímulo, amizade e enriquecimento teórico.

Não poderia de deixar de agradecer à Dra. Elizabeth Farias da Silva, professora de Sociologia, que acompanha minha trajetória acadêmica desde o primeiro dia de aula no curso de Ciências Sociais da UFSC. Seu rigor, atenção e gentilezas, são detalhes exemplares que marcaram minha vida como estudante desta universidade desde agosto de 1999 até estes primeiros meses de 2014.

Muito obrigada!

Os brasileiros são entusiastas do belo, amigos da sua liberdade e mal sofrem perder as regalias que uma vez adquiriram.[...]Empreendem muito, acabam pouco. Sendo os atenienses da América, se não forem comprimidos e tiranizados pelo despotismo. (JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, 2000, p.97).

Conheces essa doença febricitante que se apossa de nós nas gélidas misérias, essa nostalgia de um país que ignoramos, essa angustia vinda da curiosidade?[...] É lá que se precisa ir viver, e é lá que se precisa ir morrer. (CHARLES BAUDELAIRE, 2009, p. 99-101)

RESUMO

No final do ano de 1921 a editora da Revista do Brasil publicou um livro infantil do intelectual Monteiro Lobato (1882-1948), *O Saci*, onde emerge Pedrinho, seu personagem menino que passou a fazer parte das aventuras do Sítio do Picapau Amarelo. Trinta e dois anos mais tarde, 1953, a Edições Melhoramentos lançou *Pedrinho*, o primeiro volume da coleção de livros didáticos *Série de leitura graduada Pedrinho* do intelectual Lourenço Filho (1897-1970). A série é protagonizada pelo personagem menino nos quatro livros de leitura da coleção. Os dois Pedrinhos apresentam características semelhantes, tanto pela faixa etária, como por seus perfis de personalidade. Ambos são curiosos, ativos, autônomos, interessados por leituras diversas, gostam de assuntos científicos e são valorizados pela coragem, responsabilidade e honestidade que manifestam. O objetivo desta tese é identificar e analisar as perspectivas socializadoras dos intelectuais para seus personagens meninos e as formas de representação das instituições sociais brasileiras, por seus padrões culturais e valorativos, nos escritos sobre o Brasil e os brasileiros para o público infantil de Monteiro Lobato e Lourenço Filho. Enquanto a socialização do Pedrinho de Lobato se desenvolve nos períodos de férias escolares, o Pedrinho de Lourenço Filho vive a maior parte de suas experiências socializadoras entre a escola, a casa da família e seus arredores. Dessa forma, a hipótese inicial parte da ideia de que o personagem menino de Lourenço Filho está vinculado ao mundo da obrigação, da moral instituída, dos deveres e da ordem enquanto que o Pedrinho de Monteiro Lobato está vinculado ao mundo dos direitos, da liberdade e do prazer que o cenário das férias escolares pode proporcionar. Metodologicamente faz-se um estudo comparado (pesquisa bibliográfica, com destaque à revisão histórica, aplicando-se os princípios fundamentais do conhecimento sociológico) entre os livros da *Série de leitura graduada Pedrinho* de Lourenço Filho e os livros *O Saci*, *Geografia de Dona Benta* e *Caçadas de Pedrinho* de Monteiro Lobato. Para tanto, as análises estão fundamentadas prioritariamente nos escritos teóricos de Émile Durkheim, Max Weber, Marcel Mauss, Pierre Bourdieu, Quentin Skinner, Peter Berger, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta, entre outros cientistas sociais. A pesquisa assinala como os intelectuais Monteiro Lobato e Lourenço Filho se inserem no campo educacional e literário brasileiro, por suas trajetórias, lugares ocupados, campos por

onde transitaram e as redes de sociabilidade tecidas por cada um deles. Seus Pedrinhos percorrem diferentes e semelhantes Brasis retratados nas perspectivas do arcaico e do moderno para cada intelectual. Enquanto o Brasil do Pedrinho de Lobato é um país de contradições, o Brasil do Pedrinho de Lourenço Filho é uma nação harmoniosa. Os dois Pedrinhos são idealizações de dois intelectuais brasileiros, num País que se modernizava nas primeiras décadas do século XX em meio a um processo de escolarização tardia. Os personagens são representações de meninos essencialmente brasileiros contextualizados em tempos e lugares de um Brasil interpretado por cada um de seus idealizadores, os intelectuais paulistas e brasileiros, Monteiro Lobato e Lourenço Filho.

Palavras chave: Lourenço Filho; Monteiro Lobato; Projetos de Brasil; Socialização; Sociologia da Educação.

ABSTRACT

In late 1921 *Revista do Brasil* (*Brazil's Magazine*) published *O Saci* (*The Saci*), an article by intellectual Monteiro Lobato, in which we are introduced to Pedrinho (Little Peter), his boy character who later became part of the roster in the adventures of *Sítio do Picapau Amarelo* (*Yellow Woodpecker Ranch*). Thirty-two years later, in 1953, Melhoramentos Publishing released *Pedrinho*, first in the *Série de leitura graduada Pedrinho* (*Little Peter Graded Series*) collection of textbooks from intellectual Lourenço Filho (1897-1970). The main character in this four-book series is a boy named Pedrinho. Both Pedrinhos display common traits of age or personality. Both are curious, active, autonomous, keen on assorted reading subjects, enjoy scientific matters and are valued on their courage, responsibility and honesty. The goal with this thesis is to identify and analyze the socializing perspectives of the intellectuals towards their boy characters and the representation of the Brazilian social institutions, by means of their cultural and value standards, in the writings on Brazil and the Brazilian people for the young audiences of Monteiro Lobato Lourenço Filho. While the socializing of Lobato's Pedrinho happens during school break, Lourenço Filhos' Pedrinho lives most of his socializing experiences in school, his family's home, and their surroundings. As such, the initial hypothesis comes from the idea that Lourenço Filho's boy character is linked to the world of duty, of institutionalized morals, and of order, meanwhile Lobato's Pedrinho is linked to world of rights, of freedom and pleasure that the school break backdrop can provide. As for methodology, one makes a comparative study (literature research, with attention to history, putting in practice fundamental principles of sociologic knowledge) between the *Série de leitura graduada Pedrinho* books and Monteiro Lobato's *O Saci*, *Geografia da Dona Benta* (*Miss Benta's Geography*) and *Caçadas de Pedrinho* (*Pedrinho's Hunting Trips*). For that matter, the analysis is based upon the writings of Émile Durkheim, Max Weber, Marcel Mauss, Pierre Bourdieu, Quentin Skinner, Peter Berger, Sérgio Buarque de Holanda and Roberto DaMatta, among other social scientists. This research points out how the intellectuals Monteiro Lobato and Lourenço Filho enter the Brazilian education and literature field, through their careers, positions held, knowledge fields walked through, and networking. Their Pedrinhos cross both different and similar Brazils, portrayed in the difference

between each intellectual's vision of archaic and modern. While the Brazil of Lobato's Pedrinho is a country of contradictions, the one of Lourenço Filho's Pedrinho is a nation in harmony. Both Pedrinhos are idealizations of their Brazilian intellectuals, in a country facing modernization in the first decades of the 20th century among a lagging schooling process. The characters are representations of essentially Brazilian boys placed in times and places of a Brazil interpreted by each one of their idealizers, Paulistano Brazilian intellectuals Monteiro Lobato and Lourenço Filho.

Keywords: Lourenço Filho, Monteiro Lobato; Brazil Projects; Socialisation; Education Sociology

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Octalles Marcondes Ferreira, Anísio Teixeira, Lobato e Édson Carvalho no campo petrolífero de Araquá. Meados dos anos 1930.....	56
Figura 2: Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, Hélder Câmara, Lourenço Filho, Roquette Pinto e Gustavo Capanema, 1936.....	65
Figura 3: Capas Série de leitura graduada Pedrinho	108
Figura 4: Pedrinho de Lobato. Ilustrador: J. U. Campos.....	112
Figura 5: Pedrinho de Lourenço Filho. Ilustração: Maria Bões.	116
Figura 6: Pedrinho. Ilustração: Belmonte.....	119
Figura 7: Pedrinho e Alberto. Ilustração: Oswaldo Storni.	120
Figura 8: Chico Tião e grupo de meninos. Ilustração: Oswaldo Storni.	134
Figura 9: Tio Barnabé. Ilustração: J. U. Campos.	161
Figura 10: Saci. Ilustração: J. U. Campos.	161
Figura 11: Tia Nastácia e Quindim. Ilustração: J. U. Campos e Belmonte.	169
Figura 12: Compadre pra lá e compadre pra cá... Ilustração: Oswaldo Storni.	181
Figura 13: Sonda do Araquá. Ilustração: J. U. Campos e Belmonte. .	204
Figura 14: Refinaria de Volta Redonda. Ilustração: Oswaldo Storni.	225
Figura 15: Belo Horizonte. Ilustração: Oswaldo Storni.	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tiragem dos livros da Série Leitura Graduada Pedrinho .. 109

SUMÁRIO

POR QUE OS PEDRINHOS?	21
1 EXPERIÊNCIA PRÓXIMA, DISCURSO E PODER SIMBÓLICO: os Intelectuais MONTEIRO LOBATO E LOURENÇO FILHO	29
1.1 Capital social e capital cultural, reconhecimento e legitimação dos lugares ocupados	31
1.2 Monteiro Lobato: lugar, ideias e ações	43
1.3 Lourenço Filho: lugar, ideias e ações	62
1.4 O escritor-empresário e o educador-escritor: encontros e desencontros	78
2 OS PEDRINHOS	89
2.1 Um nome só: Pedrinho	90
2.2 Os livros	99
2.3 A socialização dos Pedrinhos: interação social, instituições sociais e cultura	111
3 O BRASIL ARCAICO DOS PEDRINHOS: MATAS, JEITINHO E HOMENS CORDIAIS	143
3.1 Os Pedrinhos, o Brasil rural	145
3.2 O “profundamente nacional” de Lobato	147
3.2.1 Pedrinho, o “jeitinho” do Saci e os “homens cordiais” de Lobato	154
3.3 O “mergulho no passado” do Brasil de Lourenço Filho	171
3.3.1 Pedrinho e o homem cordial de Lourenço Filho	176
3.4 Aproximações e afastamentos entre os “homens cordiais” .	184
4 O BRASIL MODERNO DOS PEDRINHOS: O AUTÊNTICO NUMA PROVÁVEL INAUTENTICIDADE	187
4.1 Mundo moderno, Brasil modernizado	190

4.2 Leituras do moderno e da modernização brasileira	197
4.3 Pedrinho e o Brasil moderno projetado e criticado por Monteiro Lobato	200
4.4 Pedrinho e o Brasil moderno de Lourenço Filho	215
4.5 Encontros e desencontros do moderno brasileiro: prosperidade, projetos e progresso.....	229
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
REFERÊNCIAS	243

POR QUE OS PEDRINHOS?

Em uma estrada, atrás da cerca de um vasto jardim, ao fim do qual aparecia a brancura de um lindo castelo ensolarado, havia um menino lindo e sadio, vestido com essas roupas do campo e cheio de elegância (BAUDELAIRE, 2009, p. 105).

Escrever histórias para crianças não só informa, mas forma ideias, maneiras de ser e de ver o mundo. Contar histórias para crianças, sob o olhar *suis generis* de um autor, além de refletir ideias construídas socialmente pode forjar bases formadoras de um repertório mitológico sobre identidades sociais e culturais e sentimentos de pertencimento nacional que acompanham o indivíduo por toda sua trajetória. Ser brasileiro, escrever e contar coisas sobre o Brasil para os brasileiros é muito mais do que falar sobre seu país de origem.

O traçado de uma identidade nacional - do que é o Brasil, do que são e como são os brasileiros - encontra-se registrado como tema central em obras de diversos intelectuais em diferentes períodos. Quando a proposta do autor é analisar o Brasil e sua sociedade, tais livros são invariavelmente destinados a um público leitor adulto. Podemos também identificar obras literárias e/ou pedagógicas, direcionadas ao público infantil e juvenil, que não assumem a proposta de análise e identificação do Brasil e dos brasileiros, mas que, em sua essência, são interpretações do País. Nos textos escritos e nas imagens impressas em suas páginas, objetiva ou subjetivamente, estão ritualizadas interpretações do que é o Brasil, do que são e de como são os brasileiros. A diversidade temática que envolve a compreensão da identidade nacional e das instituições que cercam essa nacionalidade pode vincular intelectuais a concepções ideológicas divergentes, quer partilhem ou não do mesmo espaço temporal, quer mantenham intenções políticas aproximadas ou distanciadas em seus discursos.

Em 1921 através da editora da Revista do Brasil, a Monteiro Lobato & Companhia publicou um livro infantil onde emerge um personagem menino, o Pedrinho. O livro é *O Saci*. O Pedrinho de Monteiro Lobato (1882-1948) passa a compor e protagonizar diversas aventuras em seu idealizado Sítio do Picapau Amarelo. Trinta e dois anos mais tarde, em 1953, a Edições Melhoramentos lança o livro

Pedrinho, primeiro volume da coleção didática *Série de leitura graduada Pedrinho* do intelectual educador Lourenço Filho (1897-1970). O personagem é protagonista dos quatro livros de leitura da coleção e cresce gradualmente, a cada volume lançado. Os dois personagens, os Pedrinhos, apresentam características semelhantes, tanto pela idade, como por seus perfis de personalidade. Ambos são meninos ativos, curiosos, interessados por leitura de revistas, jornais e livros, são entusiasmados por temas científicos e, muitas vezes, são identificados e valorizados por sua valentia, responsabilidade e honestidade.

Partindo dos dois personagens meninos, que marcam a obra literária infantil de dois intelectuais brasileiros, este é um estudo sobre escritas que são interpretações de Brasil e de seu povo não somente como um cenário, mas como tema central dessas produções direcionadas à criança brasileira. Desta forma, pode-se dizer que as páginas a seguir são algumas reflexões em torno de representações de Brasil e daquilo que costumamos identificar como “nação brasileira” registradas em livros de dois intelectuais brasileiros, cujo público alvo é a criança.

As referidas reflexões são também um desdobramento do texto de dissertação *A Série de leitura graduada Pedrinho (1953-1970) e a perspectiva de socialização em Lourenço Filho*, defendido numa manhã fria de julho de 2009 no Centro de Ciências da Educação – CED, da Universidade federal de Santa Catarina – UFSC. No estudo, a série didática foi inventariada e foram examinados os modelos de conduta construídos pelo autor na socialização de seu menino personagem, o protagonista da série, Pedrinho. No estudo, foram priorizadas as representações das identidades sociais e instituições brasileiras que conduzem os personagens adultos e crianças daqueles livros didáticos utilizados nas escolas primárias brasileiras por dezoito anos.

Como todo começar pode ser também um retornar, entre os anos de 2007 e 2009, quando indagada sobre a temática eleita na referida pesquisa de mestrado, respondia que analisava, numa perspectiva sociológica, uma coleção de livros didáticos utilizados entre os anos de 1953 e 1970 nas escolas primárias brasileiras. Ao mencionar o nome do personagem menino, protagonista da coleção, o interlocutor lançava uma pergunta instigante: “Esse Pedrinho, é o Pedrinho do Monteiro Lobato?” ou “O personagem é uma cópia do personagem de Lobato?”. Devo confessar que ficava confusa e sem ter respostas elaboradas para aquelas perguntas, mas em algumas ocasiões cheguei a responder “Não. Acho que os mesmos nomes são pura coincidência. Os

personagens são diferentes um do outro”. Com o passar dos meses, conforme a pesquisa de mestrado se desenvolvia, o personagem Pedrinho de Lourenço Filho passava a se aproximar mais e, conseqüentemente, a ser naturalizado por mim, o que é uma armadilha para o estranhamento necessário nas pesquisas das Ciências Sociais. Porém a armadilha apresentou outro lado, porque a intimidade com o personagem, ao mesmo tempo em que enriquecia a dissertação, passava a desestabilizar algumas certezas anteriores.

O Pedrinho de Lourenço Filho faz parte da seletividades de minhas memórias infantis, como aluna da Escola Primária de Aplicação – EPA, do Instituto Estadual de Educação – IEE, de Florianópolis, Santa Catarina. Nos anos sessenta tive o prazer de utilizar em sala de aula dois ou três livros da série de leitura. Na série didática onde Pedrinho é protagonista, Lourenço Filho apresenta seu Brasil, essencialmente um Brasil dos anos cinquenta, nos quatro volumes de leitura graduada. Esse Brasil é apresentado de maneira mais detalhada no terceiro livro, *Aventuras de Pedrinho* (1955), onde o personagem percorre o país em quatro grandes “aventuras”.

Para pensar no Brasil que Monteiro Lobato apresenta ao seu Pedrinho, uma referência essencial é o livro infantil com conteúdos escolares, *Geografia de Dona Benta* (1935), em que o autor constrói uma narrativa exploratória, numa viagem a bordo de um navio imaginário, o “Terror dos Mares” ao redor do planeta Terra. Em seis capítulos os personagens, crianças, adultos e seres antropomórficos, percorrem um Brasil por sua Geografia física, histórica, humana e social. Nesta altura, um cotidiano já permeado por outras indagações quanto à história da educação brasileira, novas perguntas instigantes começaram a eclodir, como: “Como o personagem Pedrinho estava inserido naquela literatura infantil com conteúdos escolares e científicos?”; “Que Brasil é representado por Monteiro Lobato e apresentado ao seu Pedrinho em *Geografia de Dona Benta*?”; “como os dois Pedrinhos são construídos por seus respectivos criadores?”; “existem semelhanças entre seu Pedrinho e o Pedrinho de Lourenço Filho? Se sim, quais são?”; “de que forma um Brasil rural e um Brasil urbano estão representados para os Pedrinhos nos livros de Lobato e nos livros de Lourenço Filho?”; “o Brasil dos anos trinta apresentado ao Pedrinho de Lobato, é muito diferente do Brasil dos anos cinquenta apresentado ao Pedrinho de Lourenço Filho?”; “como os dois Pedrinhos se inserem nos projetos de Brasil moderno de cada autor?”; “a geração de personagens adultos, nos livros de Lobato, exercem papel semelhante

sobre as novas gerações, como nos livros da séria didática de Lourenço Filho?”.

Monteiro Lobato é exemplo de intérprete de Brasil para a criança brasileira, tanto nos livros de exclusiva literatura infantil - aqueles escritos a partir de 1920 -, quanto nos livros de literatura infantil com conteúdos pedagógicos, que foram elaborados durante quase toda a década de 1930. Outro intelectual que desenvolve uma determinada interpretação de Brasil para o público infantil é Lourenço Filho, especialmente na coleção didática *Série de leitura graduada Pedrinho*, na qual apresenta e representa um Brasil para a criança da escola primária brasileira entre os anos de 1953 e 1970. Nos discursos dos intelectuais identifica-se um encontro, senão inusitado, muito curioso: em seus escritos para crianças, ambos elegem um personagem denominado “Pedrinho” para representar o ideal de menino brasileiro a ser socializado no Brasil de cada um.

O sociólogo Sérgio Miceli (1979), em *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, faz uma classificação minuciosa para apontar a atuação dos intelectuais que, na vida política e administrativa e em seu papel no País, são portadores e divulgadores de um saber privilegiado quanto à nação e às coisas nacionais. Monteiro Lobato e Lourenço Filho são identificados por Miceli em gerações distintas e seus nomes estão vinculados a intervenções na vida pública nacional em relação ao universo das letras, da educação e do mercado editorial de livros para adultos e crianças.

Monteiro Lobato foi um dos empresários responsáveis pela criação e desenvolvimento de um mercado editorial nacional e um dos maiores escritores para a infância brasileira, e que, por intermédio de uma literatura questionadora e reflexiva quando às múltiplas faces do Brasil e dos brasileiros, alicerça representações de um novo país. Lourenço Filho é, essencialmente, um educador com longa história de relacionamento com máquina pública educacional. Atuou como administrador, professor, escritor, tradutor e contribuiu diretamente para constituição do campo da pesquisa educacional brasileira e foi organizador de coleções de livros especificamente direcionados à formação dos professores brasileiros desde a segunda década do século XX. Ambos, por suas práticas discursivas e ações, expuseram-se, cada um à sua maneira, no imaginário de sucessivas gerações de brasileiros sobre a ideia de Brasil e de nação. Suas investigações e obras estão comprometidas com o nacional e com as ideias de progresso e desenvolvimento para o Brasil e sua população.

Para iniciar as primeiras reflexões quanto ao Pedrinho de Monteiro Lobato, direcionei meu olhar de adulto sobre dois livros infantis do autor, a obra que marca seu ingresso como escritor de uma literatura infantil “especificamente brasileira”, *A menina do narizinho arrebitado* de 1920 e seu segundo livro infantil, *O Saci*, onde seu Pedrinho emerge. Também a fase pedagógica da literatura infantil lobatiana foi selecionada para compreensão daquele período em que se insere o *Geografia de Dona Benta*, logo após a estada do intelectual nos Estados Unidos da América onde exerceu a função pública de adido comercial naquele país. Além da obra dirigida à criança, artigos, prefácios e crônicas escritos por Lobato e voltados ao público adulto foram imprescindíveis para conhecer o escritor. Também foram consultadas extensa bibliografia produzida por pesquisadores lobatianos, que publicam incessantemente suas pesquisas e impressões sobre o autor.

As escritas desta tese estão organizadas em quatro capítulos. Como não é possível compreender a produção intelectual dos autores sem conhecer os caminhos percorridos pelos mesmos, no primeiro capítulo “EXPERIÊNCIA PRÓXIMA, DISCURSO E PODER SIMBÓLICO: os intelectuais Monteiro Lobato e Lourenço Filho” são apresentados os perfis e as trajetórias dos mesmos, identificando-os em seus tempos e lugares, como também os desdobramentos relacionados às sociabilidades construídas por cada um. Assim, atendendo à premissa de Edward Carr, que recomenda: “Estude o historiador antes de começar a estudar os fatos” (BURKE, 2004, p. 24), os perfis e trajetórias dos intelectuais são percebidos como possibilidades de fatos e atitudes, coerentes ou não, que implicam histórias que merecem registros numa série de escolhas. Os fatos registrados sobre a vida de cada um fazem parte do rol das relações cultivadas entre sociedade e indivíduo, inseparáveis, necessárias e complementares. No estudo são analisados, sob o ponto de vista das Ciências Sociais, alguns de seus discursos (livros direcionados ao público adulto, cartas, prefácios, artigos) e ações em torno das questões do Brasil, especialmente suas concepções em relação à educação da população brasileira.

No segundo capítulo, “OS PEDRINHOS”, são descritos e analisados as elaborações referentes ao perfil de cada um dos dois personagens meninos. Para isso são selecionados os livros infantis de Lobato: *O Saci*, onde emerge seu Pedrinho; *Caçadas de Pedrinho*, livro em que o personagem é protagonista de duas aventuras, duas “caçadas”; e *Geografia de Dona Benta*, onde personagens adultos, crianças e seres

antropomórficos conhecem alguns países do mundo em trinta capítulos e, em seis deles, o Brasil da primeira metade da década de 1930. Do intelectual Lourenço Filho são selecionados os livros didáticos *Pedrinho*, *Pedrinho e seus amigos*, *Aventuras de Pedrinho* e *Leituras de Pedrinho e Maria Clara*, volumes que compõem a *Série de leitura graduada Pedrinho*. As análises avaliam as estratégias de socialização propostas para os personagens-meninos, no Brasil de cada um dos autores. Ainda nos processos de socialização dos Pedrinhos, são identificadas as formas de inserção social desenhadas por Monteiro Lobato e Lourenço Filho, assim como os processos de incorporação social progressiva a que cada um dos personagens é submetido. Nas diferentes expressões comportamentais, de “dar vida aos personagens”, é preciso dar visibilidade às questões culturais específicas que envolvem a construção de dois meninos pretensamente ideais no Brasil de cada um dos autores.

No terceiro capítulo, “O BRASIL ARCAICO DOS PEDRINHOS: matas, jeitinho e homens cordiais”, seguindo a perspectiva de compreender a ampla socialização dos mesmos personagens, faz-se um reconhecimento das representações do rural, suas particularidades no país e seu hibridismo destacado por cada autor, nas obras selecionadas e outros de seus escritos direcionados ao público adulto. Busca-se compreender como o ambiente rural e/ou antigo são representados por cada autor no cotidiano dos Pedrinhos.

No último capítulo, “O BRASIL MODERNO DOS PEDRINHOS: o autêntico numa provável inautenticidade”, são tecidas reflexões sobre as concepções do moderno, da modernização e seus desdobramentos, nas representações registradas para cada um dos Pedrinhos. Em Lobato é selecionado o livro *Geografia de Dona Benta* e em Lourenço Filho as análises são elaboradas a partir dos volumes da *Série de leitura graduada Pedrinho*. Uma atenção especial está voltada ao elogio ou crítica às potencialidades de se fazer do Brasil uma nação ocidental moderna aos moldes dos países desenvolvidos no período em que cada obra é elaborada. Mais que encontrar respostas, neste trabalho de pesquisa procura-se discutir, desenvolver e aprofundar as perguntas iniciais em torno dos dois Pedrinhos e seus criadores, Monteiro Lobato e Lourenço Filho.

Assim, o fio condutor desse trabalho de tese está balizado no exame dos projetos de Brasil para os brasileiros – nas representações dos personagens meninos - os Pedrinhos -, que protagonizam escritas literárias infantis de dois intelectuais brasileiros atuantes na esfera

pública, especialmente, durante a primeira metade do século XX: Monteiro Lobato e Lourenço Filho.

1 EXPERIÊNCIA PRÓXIMA, DISCURSO E PODER SIMBÓLICO: OS INTELLECTUAIS MONTEIRO LOBATO E LOURENÇO FILHO

Os fins de qualquer escritor são, ou meramente para ensinar e instruir, ou só para dar gosto e deleitar, ou para ambas estas coisas ao mesmo tempo, o que é melhor.
(SILVA, 2000, p.153).

Tudo indica que o léxico *intellectual* emergiu e popularizou-se na França do final do século XIX, em meio aos debates acirrados que dividiram o país entre acusação e defesa do capitão do exército francês Alfred Dreyfus¹. Na França da última década do século XIX, artistas, professores, estudantes e escritores se posicionaram publicamente e expuseram suas ideias via imprensa nacional em relação ao caso jurídico. Assim como Anatole France, que se posicionou diante do caso por meio de denúncias através da imprensa, Émile Zola escreveu uma carta aberta intitulada *J'accuse*, dirigida ao presidente da República francesa no jornal literário *L'Aurore*, que acabaria por tornar-se obra simbólica do posicionamento e papel político do homem culto na vida pública das nações modernas. Desde o início do século XX o interesse pelo papel social do “*intellectual*”, esse agente público coletivo, que muitas vezes ocupa lugares privilegiados na sociedade, tem despertado cada vez mais o interesse dos pesquisadores da história política e social das nações modernas.

Ao eger a figura do intelectual como objeto de pesquisa, sua produção ou algum aspecto específico de sua trajetória, o estudioso estará elegendo um agente social propulsor da modernidade, que constrói representações culturais inseridas num contexto complexo e, ao

¹ Alfred Dreyfus (1859 —1935) capitão do exército francês, de origem judaica, foi injustamente acusado de ter vendido segredos militares aos alemães e condenado como traidor da pátria num episódio da história política e social francesa no período da Terceira República. Seu indiciamento foi baseado em documentação falsa num contexto europeu caracterizado pelo nacionalismo e antisemitismo. A farsa foi desvendada a partir da campanha liderada por personalidades públicas vinculadas à imprensa e academia. O caso mobilizou não só a sociedade francesa, mas reverberou por toda Europa, como também nas Américas. Dentre as vozes internacionais que cobravam esclarecimento do caso, estava o brasileiro Rui Barbosa.

mesmo tempo cosmopolita. É um agente incorporado na cena pública, que faz parte de uma elite que se engaja politicamente em projetos coletivos e que se compromete na elaboração dos discursos de seu tempo e lugar. O intelectual, como resultado e ao mesmo tempo agente de um cenário cultural singular, torna-se o agente público que expõe a consciência crítica de seu grupo, produz ideias e se compromete em traduzir essas ideias para o público em geral. E dentre suas caracterizações, está a competência para tratar de temas eruditos no domínio filosófico, artístico e/ou científico. Tal competência possibilita a tomada de lugares e posições estratégicas na sociedade moderna. Esses homens são muitas vezes cortejados ou perseguidos pelo poder estabelecido, mas, sobretudo são homens com trajetórias permeadas por coerências e incoerências próprias da história de cada um num universo limitado por liberdades e constrangimentos inerentes a um tempo e um lugar.

No capítulo inicial deste trabalho busca-se localizar as trajetórias de dois intelectuais brasileiros, Monteiro Lobato e Lourenço Filho, que atuaram de forma contundente na cena pública nacional durante primeira metade do século XX. Conforme afirma Jean-François Sirinelli (2003), a identificação de um intelectual pode ser compreendida por uma “geometria variável, baseada em invariantes”, uma mais abrangente e sociocultural e outra mais pontual. A acepção mais ampla alcança “os criadores e os ‘mediadores’ culturais e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento” (SIRINELLI, 2003, p. 242).

No primeiro sentido, estão incluídos professores, jornalistas e eruditos, alguns estudantes e, como concebe o autor, alguns outros “mediadores” e “receptores” culturais. No segundo sentido, o da acepção mais ampla, aquele referente ao engajamento, localiza-se tanto Lobato quanto Lourenço Filho, por décadas de suas carreiras, envolvidos e posicionados, criando soluções ou mediando demandas em torno das questões nacionais. No engajamento de cada um está a marca que envolve os debates em torno dos projetos de desenvolvimento e modernização do país, especialmente a emancipação da população brasileira via educação ampla e para todos.

Assim, pode-se empregar a acepção “intelectual” para Monteiro Lobato e Lourenço Filho por seus nomes estarem diretamente relacionados à criação, intervenção, posicionamento e mediação cultural no Brasil do século XX.

A atuação de ambos dependeu fundamentalmente do púlpito moderno representado pela imprensa e ambos deixaram um legado de

ideias, projetos, posições políticas, culturais e sociais para a nação nas páginas de jornal, revistas e, especialmente, em livros direcionados ao público leitor adulto e infantil. Lembrando que tais ideias e posições são engendramentos construídos no debate coletivo entre grupos diversos, muitas vezes divergentes e em constante disputa na demarcação de posições num campo específico. E ainda de acordo com Sirinelli (2003), identificar e analisar o trânsito realizado pelos intelectuais, por sua movimentação e deslocamentos, são mais importantes do que examinar suas posições ideológicas. Tais movimentos variam conforme a temporalidade e com os fatores de amizade, disputas, desavenças, rupturas ou alianças afetivas, nessas estruturas de sociabilidade construídas por Monteiro Lobato ou por Lourenço Filho, podem indicar alguns porquês das escolhas ou do envolvimento de cada um deles em determinados espaços.

1.1 Capital social e capital cultural, reconhecimento e legitimação dos lugares ocupados

Segundo Pierre Bourdieu (2004a), a profissão de escritor ou artista é uma das profissões menos decifradas que existe. Como todo campo apresenta sua lógica própria, no campo² literário ou artístico as fronteiras são tênues e apresentam permeabilidade e diversidade na definição dos postos aí existentes, exibindo certa flexibilidade nos lugares de acolhimento, abriga herdeiros ou não de capital econômico e escolar. E, para o sociólogo, essa é uma das razões para que esse campo profissional seja tão atraente.

Cada campo produz sua forma específica de *illusio*³, como o sentido do jogo em si, a adesão, crença no valor e nas apostas desse jogo

² A noção de *campo*, para Pierre Bourdieu, se apresenta como um universo simbólico, caracterizado pela oposição entre dominantes e dominados, entre relações de poder e entre as posições intermediárias deste universo. Nos campos, os agentes têm um papel a priori, mas nas relações existentes, como nas disputas e lutas por posições e disposições, os lugares e papéis podem ser mudados. Aqui, ao utilizar a noção de campo como ferramenta e estratégia de trabalho, busco me aproximar das ideias voltadas à compreensão e reflexão relacionais.

³ A *illusio* é o conhecimento prático, que, para Bourdieu auxilia na compreensão dos conceitos fundamentais utilizados por ele, como *campo* e *habitus*, que podem conferir sentido na interpretação da lógica das relações sociais. A expressão, de origem latina, pode ser traduzida de maneira livre, como “sentido do jogo”, uma certa lógica que determinaria o sentido das relações sociais de determinado grupo. Esse “jogo” pode ser entendido como as relações entre agentes sociais, quer individuais ou coletivos, num universo de disputas internas e externas. A *illusio* seria o conhecimento prático, não especificamente calculado racionalmente e que possibilita ao agente certa mobilidade em suas ações.

fazem com que valha a pena esse jogo ser jogado. Sendo assim, o produtor do valor da obra do artista ou do escritor não é o autor em si, mas todo o campo em que ele está inserido, pois sua obra só é reconhecida como objeto simbólico dotado de valor quando certificada pelas instituições do próprio campo. São as instituições que outorgam legitimidade ao produto do artista ou escritor e a assinatura é produto do trabalho coletivo que tem na *illusio* o princípio do poder de consagração. Numa rede de relações objetivas entre posições, todos os lugares ocupados dependem da situação determinada pela estrutura do campo de poder, assim como o “universo intermediário” representado pelo campo literário, que é “um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.” (BOURDIEU, 2004b, p. 20).

Para se compreensão das relações de poder entre as posições no campo é necessário utilizar uma análise relacional, aquela que caracteriza a própria sociologia, que leva em conta a lógica específica do campo e de suas posições potenciais. Essa correspondência entre as posições não são estabelecidas diretamente, mas apenas pela mediação que os sistemas apresentam, como no caso das obras clássicas, que mudam constantemente à medida que muda o universo das obras coexistentes. As adaptações, releituras, novas interpretações e até mesmo os novos veículos de divulgação das obras consagradas como clássicas, são exemplos para compreendermos como as relações constroem e são construídas entre posições e mediações sociais.

No caso de Monteiro Lobato, sua atuação no mercado editorial no início do século XX no Brasil, bem como suas traduções e adaptações de clássicos da literatura universal, especialmente para crianças e jovens, podem indicar o processo construído e as relações estabelecidas entre suas leituras e domínio de línguas estrangeiras, seus trabalhos de tradução, releitura e “abrasileiramento” das obras, como também o resultado original de uma literatura infantil específica para o público brasileiro. Já Lourenço Filho passa a atuar no mercado editorial a partir de sua formação e reconhecimento outorgado pelas autoridades educacionais desde o final da primeira década do século vinte. Conforme Carlos Monarcha e Ruy Lourenço Filho (2001, p. 27), “O convívio e a amizade de Sampaio Dória, com a postura político liberal, muito influenciaram sua formação pedagógica. Para manter-se, trabalha na redação de *O Commercio de São Paulo*”. A partir dos indícios da iniciação do jovem Lourenço Filho no campo intelectual, pode-se pensar que, para compreender o conjunto da produção intelectual/educacional

dele, não basta pensar nos textos em si ou pensar somente nos contextos sociais de inserção daquela produção, mas tem-se que levar em consideração toda a mediação dos agentes e instituições que estimularam e possibilitaram a construção do que, de quem e de como foi escrito e publicado esse ou aquele texto ou mesmo os caminhos que retratam toda sua obra.

Os lugares ocupados por Monteiro Lobato e por Lourenço Filho, além de reconhecidos por seus pares e seu público leitor, também podem determinar a legitimidade de cada um em seus respectivos discursos sobre a criança brasileira. Em muitos de seus escritos, transparece a luta pelo monopólio do poder de suas ideias na publicação e publicização de seus produtos culturais. Aplica-se, no caso, a contribuição de Pierre Bourdieu (2004a, p. 9):

O discurso escrito é um produto estranho, que se inventa, no confronto puro entre aquele que escreve e “o que ele tem a dizer”, à margem de qualquer experiência direta de uma relação social, à margem também dos constrangimentos e solicitações de uma demanda imediatamente percebida, que se manifesta por todo tipo de signos de resistência ou de aprovação.

Assim, pode-se compreender os discursos escritos por Monteiro Lobato e Lourenço Filho, em seus livros infantis, como resultado das práticas sociais de cada um em associação aos constrangimentos, às solicitações, resistências e aprovações produzidas pelos vínculos institucionais de parcelas da sociedade brasileira experimentados por cada um deles. No caso de Lourenço Filho, as solicitações do poder público estatal, a que esteve vinculado de formas diversas por quase meio século, levam a crer que seus discursos se inventavam a partir da combinação de suas convicções, seus mediadores e experiências associadas às demandas políticas produzidas pelo aparato governamental.

É consensual entre os pesquisadores que se debruçaram sobre a obra de Lourenço Filho que, em todo seu percurso intelectual, as questões educacionais brasileiras são a razão de seus discursos. Quer no discurso pedagógico ou no discurso administrativo-organizacional, a escolarização e as questões que envolvem educação institucionalizada da população brasileira norteiam sua carreira profissional e até, por assim dizer, sua trajetória de vida.

Já o intelectual Monteiro Lobato transita na cena pública brasileira e pelas questões nacionais em redes mais diversificadas. Seus discursos se valem prioritariamente da literatura para discussão de pleitos nacionais naquilo que envolve cultura, política, economia e arte, assim construindo convergências entre brasilidade, progresso material, desenvolvimento e modernidade nacional. Mesmo não compondo uma unicidade e centralidade nos seus discursos, a discussão educacional dos brasileiros é objeto fundamental em muitos de seus livros, artigos jornalísticos e registros pessoais, como a correspondência que manteve com amigos por muitas décadas. No conjunto da obra de Monteiro Lobato, já analisada por muitos de seus estudiosos, não é difícil selecionar documentos que elegem a educação nacional como vetor do desenvolvimento da nação. Assim, no que Bourdieu determina como “espaço dos possíveis”, que é o espaço orientado e prenehe das tomadas de posição constitutivas de certos *habitus*, a herança acumulada pelo trabalho coletivo apresenta-se a cada agente nas contradições e contrapartidas de usos possíveis. Dentro de um espaço de possibilidades existem alternativas práticas entre projetos concorrentes relativamente compatíveis. Talvez seja essa uma das razões que atraem e fascinam na profissão de escritor ou artista, que é a arte em si, mas a própria vida de artista, que Bourdieu caracteriza pelo “desrealizar e deshistoricizar” tudo que evoca a realidade social.

As práticas de escrita de Monteiro Lobato e Lourenço Filho podem refletir, portanto, produtos de encontros de duas histórias: a história das posições que ocuparam e a história das disposições de seus ocupantes, onde o espaço coletivo e as conversões geradas nele foram fatores determinantes na trajetória de cada um.

O princípio unificador e gerador do conjunto de práticas cruciais que revelam gostos e estilos de vida, o *habitus*, analisado em diversas obras do sociólogo Pierre Bourdieu, pode ser aqui empregado como categoria analítica para compreensão das escolhas, tanto de Monteiro Lobato quanto de Lourenço Filho, no que se refere às formas de abordagem e as matrizes que engendram suas ideias sobre a criança e o Brasil percebido por cada um deles. Tanto Lobato quanto Lourenço Filho foram detentores, em seus percursos, das três formas do *capital cultural* - no conjunto da teoria dos capitais defendida por Bourdieu (2008, p. 74):

O capital cultural pode existir sob três formas: no *estado incorporado*, ou seja, sob a forma de

disposições duráveis do organismo; no *estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc., e, enfim, no *estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais.

Certamente dentre os capitais, o capital econômico é mais fácil de ser reconhecido que os demais capitais, mas o capital cultural pode ser tão mensurável quanto o econômico. No caso do *capital cultural no estado institucionalizado*, o valor simbólico de seus diplomas – lembrando que Lobato e Lourenço Filho são bacharéis em Direito, embora não tivessem feito da profissão de advogado suas carreiras profissionais –, os cargos ocupados, os livros e artigos publicados no Brasil e no estrangeiro, conferem tanto a Lobato quanto a Lourenço Filho significativo prestígio que se converte em outros capitais, como o social e o econômico, não necessariamente nessa ordem.

O conjunto da obra escrita por cada um, além do seu valor simbólico, trouxeram consigo a instrumentalização da integração social como também a contribuição para a reprodução da ordem social e apresentaram alguns dividendos aos autores. São dividendos econômicos, como também prestígio aos mesmo e às respectivas editoras, já que versavam sobre temas que mobilizavam camadas políticas e intelectuais da sociedade brasileira, garantindo assim suas publicações, que, por sua vez influenciavam e envolviam outras camadas da sociedade que se beneficiavam de alguma forma com os escritos publicados pelos dois intelectuais. Assim, é possível perceber a conversão e reconversão dos três estágios de capital cultural - que Lobato e Lourenço Filho são detentores -, em outros capitais, como o social e econômico. Como ambos são agentes que mantêm suas práticas de conservação, acumulação e multiplicação de seus capitais culturais, fazem nome nos campos em que se inserem, como o mercado editorial, o campo educacional e suas redes confluentes.

Monteiro Lobato e Lourenço Filho desenvolvem disposições para se adequarem às diversas posições experimentadas em suas relações sociais, quer no exercício de poder, quando assumem cargos em empresas privadas (como nas editoras em que trabalham) ou na máquina

administrativa governamental, que resultam em empreendimentos sistematizados que mantêm interligação entre si. Mas isso não significa que a articulação resultante do conjunto de ações dos intelectuais tenham sido integralmente planejadas. Tais ações apresentam muito mais um sentido prático que dependem das condições sociais existentes dentre as possibilidades de articulação de cada um deles, conforme Ortiz (2013, p. 54), Bourdieu defende que “O *habitus* está no princípio de encadeamento das ‘ações’ que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica [...]”. Dessa forma, as conversões e reconversões de capitais resultantes do “ser” que se transformou em “ter”, tanto nas ações de Monteiro Lobato como nas de Lourenço Filho, quando se tratam das escritas para a criança ou sobre a criança e quanto ao ideal de criança brasileira num determinado contexto, rendem frutos que podem não ter sido planejados por ambos, mas que fazem parte das estruturas que estruturam um mundo específico experimentado por cada um deles. Vejamos os exemplos a seguir:

Em 13 de abril de 1919 Lobato (2010a, p. 436) envia um texto original de um livro seu acompanhado de uma pequena carta ao amigo Godofredo Rangel:

Rangel,

Tive a ideia do livrinho que vai para experiência do público infantil escolar, que em matéria fabulística anda a nenhuma. Há fábulas de João Kopke, versos de Kopke, isto é insultos e de não fácil compreensão por cérebros ainda tenros. Fiz então o que vai. Tomei de La Fontaine o enredo e vesti-o à minha moda, ao sabor do meu capricho, crente como sou de que o capricho é o melhor dos figurinos. A mim me parecem boas e bem ajustadas ao fim – mas a coruja sempre acha lindos os filhotes. Quero de ti duas coisas: juízo sobre a sua adaptabilidade à mente infantil e anotação dos defeitos de forma. Mas pelo amor de Deus não os elogie. Ando elogiado demais – como quem se regalou demais com o mel e está com a boca a arder, e a querer tudo no mundo, menos mel...Desanca-me um pouco, Rangel. Sinto necessidade de humilhação...

Lobato.

No todo, a carta pode revelar traços de planejamento, de uma astuta estratégia calculada por Lobato para a edição e publicação de um material didático específico e que apresenta um caráter de originalidade ainda não experimentado pela criança brasileira que se escolarizava no início do século XX. Porém, se examinarmos com atenção as partes reveladas no todo da mensagem, percebe-se a centralidade do *habitus* do escritor como fio condutor da ideia de publicação. Nas expressões “à minha moda”, “ao sabor do meu capricho” e “o capricho é o melhor dos figurinos”, como peça fundamental no cálculo das probabilidades que não são exatamente conscientes. O abasileiramento proposto e realizado pelo autor, dos textos da literatura infantil estrangeira que circulavam como únicas opções de leitura de nossas crianças em idade escolar ilustra como o *habitus* de Lobato é consolidado e objetivado. Tal construção se estrutura por traços que conformam seu corpo socializado numa determinada origem social, numa infância vivida entre quintais e fazendas do interior de São Paulo, em meio a histórias relatadas pelos “negros da casa”, pelos inúmeros livros lidos na biblioteca do avô, pela posição que ocupou na adolescência e vida adulta e também nas relações de amizade cultivadas pelos familiares e por ele mesmo.

Em 1959 a Edições Melhoramentos publicou um Livro Jubilar organizado pela Associação Brasileira de Educação – ABE – em homenagem ao jubileu do educador Lourenço Filho. Dentre os intelectuais convidados a compor o volume, está Anísio Teixeira, que relata como conheceu Lourenço Filho, em 1929, ano que havia regressado dos Estados Unidos. Conforme Anísio Teixeira (1959, p. 65-66),

[...] Daí surgiu a primeira tradução de Dewey – “A criança e o Currículo”, com uma tradução minha, e que constitui o livrinho *Vida e Educação*, da série pedagógica já sob a sua direção, nas Edições Melhoramentos. [...] A minha capacidade de admirar transbordou e me enchi, desde o primeiro momento, de respeito pela figura jovem e experimentada, que me envolvia em sua simpatia e seu interesse. [...] Depois disto, somente me recordo de um encontro com o Ministro Francisco Campos, em seu gabinete, para lhe pedir que deixasse o então seu chefe de gabinete, Lourenço Filho, aceitar a direção do Instituto de Educação do Distrito Federal. [...] Os primeiros tempos foram de tal identificação, que

não estávamos juntos apenas os dias, mas prolongávamos pela noite, jantando eu quase sempre em sua casa. Enquanto fui Diretor-Geral da Instrução no Rio, nem um momento me passou pela cabeça que Lourenço Filho não fosse o companheiro mais sábio e eu o colega menos experimentado, pronto para ouvi-lo. [...] Depois, perdi de vista Lourenço Filho. Somente dez anos depois voltei a vê-lo. Encontrei-o, fazendo obra de pioneiro, sob o terrível lema de que vale realizar, mesmo que imperfeitamente. Pareceu-me mais jovem que nunca. Pela primeira vez, tive a impressão de ser eu o mais velho.

Assim, a “maneira de ser” de cada um, ou o *habitus* (o estado do capital cultural incorporado, aquele *ter* que se transfigura em *ser*), é revelada, especialmente na aparência relacionada aos grupos sociais aos quais cada um dos intelectuais transita, pela posição que ocupam num tempo e lugar. As estruturas de permitem a identificação e compreensão para percepção dessas práticas só são detectadas quando os agentes (aqueles que identificam esses *habitus*) reconhecem os códigos para compreensão deles nos sistemas classificatórios, que são socialmente construídos.

Sendo que o capital cultural institucionalizado é a própria legitimação do capital adquirido pelo arbitrário social, no caso de Lourenço Filho é materializado especialmente por meio da conquista de títulos escolares. Ser detentor deste capital cultural institucionalizado é possuir um universo de bens que geram poder, selecionam e legitimam imposições de significados. Os certificados e diplomas adquirem um poder simbólico abrangente, que permite a comparação entre equivalentes, e “também estabelecer taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico, garantindo o valor em dinheiro de determinado capital escolar” (BOURDIEU, 2008, p. 79). O estado institucionalizado do capital cultural confere benefícios materiais e simbólicos amplos, que, por sua vez, convertem-se em mais capital cultural e até mais capital econômico. Assim, os títulos e diplomas conferidos a Lourenço Filho adquirem o poder de consagrá-lo por coisas que ele já domina, mas o poder simbólico dos diplomas conquistados pelo intelectual possui uma eficácia simbólica legitimada socialmente, espacialmente numa sociedade como a brasileira daqueles anos, onde somente uma pequena parcela da população tinha acesso aos bancos

escolares. É a forma simbólica não universal, mas sim social, arbitrada e determinada pela sociedade brasileira daqueles dias. Assim, os títulos e diplomas adquiridos na juventude do intelectual são bens representativos num universo de "distinções simbólicas" que pode transformar-se em signos, que por sua vez podem mediar e definir as posições e as disposições ocupadas em toda sua trajetória profissional.

O esforço de Lourenço Filho para construir os lugares que foram consolidados durante a carreira profissional é fruto dos ajustamentos sucessivos de uma vida em que o jogador soube reconhecer a linguagem das disposições para alcançar as posições que alcançou. Se não, como explicar o prestígio e reconhecimento que desfrutou ao longo de sua carreira durante as administrações governamentais de diferentes perspectivas ideológicas? O intelectual-educador ocupou espaços estratégicos voltados aos projetos educacionais nas administrações ditatoriais e democráticas de um Brasil que se modernizava em meio às instabilidades políticas, econômicas e sociais⁴.

Lourenço Filho não era “um herdeiro” natural dos lugares sociais que ocupou. Ele, já nos primeiros anos de juventude, foi se familiarizando aos *habitus* dos seus mestres mais brilhantes, passou a

⁴ Entre os cargos ocupados e reconhecimento público do intelectual perante os governos do Brasil, pode-se elencar alguns exemplos. Entre 1922 e 1924, Lourenço Filho assume o cargo comissionado de Diretor-Geral da Instrução Pública do Ceará. Em 1931 reorganiza a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, passando a ser designada Diretoria Geral do Ensino; no mesmo ano assume na capital federal, Rio de Janeiro, a chefia do gabinete do Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos. Em 1932 assume o cargo de Diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal, onde permanece até 1937. Em 1935 é nomeado professor de Psicologia Educacional da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal. Em 1937 é nomeado membro do Conselho Nacional de Educação e assume o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Educação do Ministério de Educação e Saúde. Em 1938, a convite do Ministro Gustavo Capanema, assume a direção e organização do Inep, criado em julho daquele ano e permaneceu no cargo até janeiro de 1946. Em 1939 foi designado reitor da UDF e com a extinção da instituição é transferido para a Universidade do Brasil, ministrando a cátedra de Psicologia Educacional. Em 1941 preside a Comissão Nacional de Ensino Primário. Em 1943 representa o Brasil na Iª Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, realizada no Panamá. Em 1947 o cargo de Diretor do Departamento Nacional da educação. Volta a representar o Brasil na IIª Conferência Geral da Unesco, reunida no México. Em 1948 preside a Comissão Nacional designada para elaborar o anteprojeto da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Em 1950 representa o Brasil na V Conferência Geral da Unesco sediada na Itália, em Florença. No ano seguinte representa o Brasil no Conselho Cultural Interamericano, realizado no México. Em 1952 é eleito presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBCEC, órgão brasileiro da Unesco. Em 1953 elabora o anteprojeto de lei que organiza e regulamenta a formação da profissão de Psicólogo no Brasil. Em 1957 o governo Federal Brasileiro inaugura com o nome de Lourenço Filho a medalha da Ordem Nacional do Mérito Educacional, no grau *Egregius*. Em 1958 recebe o título de Professor Emérito da Universidade do Brasil.

conviver com indivíduos que ocupavam com regularidade os lugares reservados naturalmente aos “herdeiros” e soube jogar o jogo daquele grupo, tanto como novato e também como indivíduo que se ajusta a partir de uma série de chamados e sabe quando e quais cargos ocupar nesse jogo das posições e disposições intelectuais. Lourenço Filho não era um herdeiro do capital social, cultural ou econômico, mas soube conquistar capital cultural que se desdobrou em capital social, o que lhe rendeu lucros por toda sua vida. Aqui, pode-se abrir um parêntesis: é importante relativizar essa questão de Lourenço Filho como um “não herdeiro” de capital cultural, guardando as devidas proporções e possibilidades de análise, cabe registrar que seu pai, era personalidade que se destacava na vida cultural da pequena Porto Ferreira do início do século XX. Foi o imigrante português quem trouxe o cinematógrafo para a cidade, instalou uma gráfica no município, editava um pequeno jornal e em sua venda sortida comercializava livros além dos utensílios domésticos, ferramentas, armarinhos, alimentos, guloseimas e querosene. Lembrando que o avô materno de Lourenço Filho foi quem lhe ensinou as primeiras letras e estimulou a curiosidade e o gosto do menino pelo mundo da leitura.

Voltando aos lugares sociais ocupados por Lourenço Filho, pode-se dizer que estes foram conquistados num constante jogo de ajustes e de lutas onde os códigos para participar das lutas foram compreendidos com primazia pelo intelectual. Para isso sabia com quem, quando e onde jogar o jogo. O *habitus* adquirido lhe permitiu apreender e compreender o mundo social dos intelectuais e dos agentes públicos e conforme Bourdieu (2004a, p. 158), “O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído”. Portanto o *habitus* passa a ser um formador de estratégias, vontades, dedicação, habilidades, traquejo e investimentos em determinados campos de atividades. Pode-se conjecturar que o *habitus* adquirido por Lourenço Filho - desde que é alfabetizado aos cinco anos de idade, pelo avô suíço, como também quando passa a colaborar com o pequeno jornal de seu pai aos oito anos ou quando ingressa no Ginásio de Campinas, por insistência do mestre Ernesto Moreira, aos treze anos de idade -, contribuem para o direcionamento de seus interesses específicos ligados ao campo intelectual e educacional. Pode-se dizer que o *habitus* adquirido no mundo escolar, que por suas práticas privilegia as práticas das classes dominantes -, contribuíram substancialmente para o sucesso intelectual de Lourenço Filho,

transformando aquele “ter” paulatinamente conquistado, num “ser” que passa a consolidar seu destino. No caso de Lourenço Filho, a força do capital escolar adquirido se potencializa pelo volume de títulos, prêmios, homenagens e produções intelectuais que marcam sua trajetória profissional do início dos anos vinte até o primeiro semestre dos anos setenta do século XX.

E como um intelectual que não era um herdeiro com um destino assegurado, soube reverter cada jogada em benefício de seus ideais, que eram modernizadores e voltados às questões abrangentes da educação escolar brasileira. Dessa forma atuou diretamente ou indiretamente, como intelectual consagrado nos meios políticos e administrativos diversificados em períodos cruciais para os projetos de reformas educacionais da nação. Como não era um privilegiado, Lourenço Filho, no início da carreira lançou mão dos títulos escolares que possuía para empreender a conquista dos demais capitais simbólicos adquiridos em sua trajetória profissional. Numa dialética de posições e disposições acabou por adquirir e consolidar capitais vinculados a um campo com especificidades, como é o campo educacional.

No caso de Lobato sabemos que o escritor percorre sua vida adulta combinando a atividade literária às atividades empresariais diversificadas, desde a de produtor de geleias finas, ao gosto dos ingleses, à de editor e empresário do ramo petrolífero. É importante mencionar que os capitais econômico, social e cultural asseguraram sua formação intelectual desde a infância - quando explorava a rica biblioteca do avô e tornou-se estudante dos “melhores colégios” de Taubaté, como também aluno dos “melhores mestres” do vale do Paraíba do final do século XIX e início do século XX. O capital econômico assegurou sua liberdade com relação às necessidades de subsistência, quando passou a dedicar-se às escritas que não garantiam retorno financeiro imediato e aos investimentos arriscados no mundo dos negócios. São os capitais econômico, cultural e social herdado por Lobato que contribuem significativamente para consolidar as redes de pertencimento que o intelectual tece e é tecido ao longo de sua vida. Observa-se que a urdidura de capitais - econômico, cultural e social - convertem-se em rendimentos que se acumulam na trajetória do intelectual-empresário. Nos últimos anos de vida seu capital econômico tornara-se irrisório, pois Monteiro Lobato não dispunha sequer um imóvel próprio para residir com a família, porém a conversão de capitais, no caso, econômico e cultural em social, neutralizou tal infortúnio e garantiu, substancialmente, a ele e sua família uma moradia

confortável, na região central da cidade de São Paulo, cuja propriedade era de um de seus amigos de longa data. Pode-se dizer que, os lucros simbólicos, acumulados por Monteiro Lobato, foram recrutados durante toda sua trajetória, e entre os amigos da cidade de São Paulo, começaram a ser acumulados já na tenra juventude, quando ingressou, ainda na puberdade, no Instituto de Ciências e Letras da capital. Pode-se até dizer que os lucros simbólicos acumulados pelo escritor começaram a ser adquiridos muito antes de seu nascimento, por nascer numa família abastada e ter a vantagem de não ser forçado a consagrar-se em atividades secundárias para garantir sua subsistência. Diante disso, numa trajetória marcada por posições e disposições, a conquista de postos seria um “destino natural” e esperado. Assim, todas as posições de destaque que Lobato ocupou na vida intelectual do país comprovam a regularidade existente na dialética das posições e disposições na vida de um herdeiro que conhece e sabe utilizar os códigos da conversão de capitais.

Quando se trata de Monteiro Lobato e Lourenço Filho, tudo indica que o capital social de cada um - aquele conjunto de propriedades que não são inerentes ao indivíduo, mas às relações sociais conquistadas em suas trajetórias pessoais e profissionais -, tem papel crucial no produto resultante da obra de cada um deles. Pode-se dizer, tomando como fundamento as reflexões de Bourdieu (1996a), que as práticas dos dois intelectuais, como o conjunto de suas obras, resultam das relações construídas por muitas histórias, que levam em conta a produção das posições ocupadas na vida pública e privada de cada um e a produção das disposições dos ocupantes daqueles lugares pelo qual os dois transitaram ao longo de suas vidas. Assim, não é possível compreender as carreiras empreendidas por cada um deles como uma série linear de acontecimentos sucessivos, que se esgotam em si, sem levar em consideração as redes de pessoas e lugares, postos e posições que cada um ocupou e transitou na rede de relações que cada um construiu e foi construído.

Ao considerar que conhecer os contextos é conhecer o autor e suas relações, veremos algumas condições individuais e, sobretudo, sociais que podem contribuir para a emergência das ações de Monteiro Lobato e de Lourenço Filho no campo intelectual brasileiro na primeira metade do século XX.

1.2 Monteiro Lobato: lugar, ideias e ações

José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) é o filho mais velho do casal Olímpia Augusta e José Bento Monteiro Lobato, e neto do Visconde de Tremembé, herdeiro da elite cafeeira paulista de Taubaté, vale do Rio Paraíba, interior de São Paulo. Ao nascer, recebe o nome de José Renato, mas aos onze anos decide trocar o nome para “José Bento”. Escreve Cavalheiro (1962, p. 13) que,

o pai de Lobato possuía uma bengala que o encantava: um unicórnio cor de âmbar, com castão de ouro todo granulado. Bem em cima, no topo do castão, numa parte lisa do metal, estavam gravadas as seguintes iniciais: J.B.M.L. Essas iniciais estragavam todos os seus planos. Afinal, pensava o pequeno Juca, quando meu pai morrer não poderei usar essa bengala. [...]. E por causa da bengala José Renato Monteiro Lobato resolveu mudar o nome. Passou a chamar-se, para todos os efeitos, José Bento Monteiro Lobato.

Seu encantamento pelas letras é iniciado na rica biblioteca do avô visconde. “Era preciso tirá-lo à força da biblioteca” (CAVALHEIRO, 1962, p. 10). Após ser alfabetizado pela mãe, tem aulas com um professor particular e, a seguir, passa a frequentar escolas particulares em Taubaté, o que se esperava, naqueles dias, para um menino de sua origem social. Aos treze anos é enviado à capital paulista na tentativa de ingressar no Instituto Ciências e Letras, mas é reprovado no exame seletivo. No retorno à Taubaté, completa mais um ano no colégio particular que frequentara anteriormente, o Colégio Paulista.

Neste ano, Lobato faz seus primeiros ensaios no mundo do jornalismo e da tipografia ao colaborar nas edições de *O Guarany*, o pequeno jornal do colégio. No ano seguinte, volta à cidade de São Paulo, é aprovado nos exames e torna-se aluno interno do Instituto de Ciências e Letras por três anos. Naquele período, escreve cartas amorosas à família, especialmente à mãe – nelas já revela a irreverência e o humor característicos de sua obra. Assina as cartas à mãe com alcunhas: Juca Tigre, Juca Zebra, Juca Burro ou pequenos desenhos e rabiscos. Na capital de São Paulo, anda pelas ruas da grande cidade; escreve alguns artigos em dois pequenos jornais; no colégio, cria um pequeno pasquim, o *H20*. De acordo com Campos (1986, p. 6), “foi

nesta São Paulo – onde viveu entre 1895 e 1904 – que Lobato travou contato com o ambiente intelectual da época. Inicialmente esse contato se fez através de grupinhos literários de estudantes, tradição que, embora em declínio, vinha de meados do século XIX”.

Com a morte dos pais, em 1898 e 1899, respectivamente, o avô assume sua tutela, como também a das duas irmãs do jovem José Bento Monteiro Lobato. Sua vontade era estudar belas artes, mas obedece ao avô e ingressa na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, na capital paulista, em 1900. No curso, passa a colaborar com o jornal *Onze de Agosto*; convive com representantes jovens da elite brasileira, cultiva amizades sólidas, como a mantida com o mineiro Godofredo Rangel, com quem estabelece uma troca de cartas por mais de quarenta anos. Conforme Cavalheiro (1962, p. 44), “a passagem de Monteiro Lobato pela Academia de Direito será marcada por poucos acontecimentos: uma conferência, um discurso, meia dúzia de artigos nos órgãos estudantis, e nada mais”. Na observação, o biógrafo de Lobato ignora um dos mais importantes acontecimentos naqueles anos da adolescência do neto do Visconde de Tremembé, que foi a construção dos primeiros contatos com a elite econômica e letrada da cidade cosmopolita que São Paulo estava se tornando. Essas amizades e contatos sociais se mostraram decisivas em toda trajetória, tanto de empresário como de intelectual, que permearam a vida de Lobato até sua morte em 1948.

Após a formatura, o já advogado retorna à cidade natal. Ali colabora com artigos em jornais da cidade. Em 1907, sob a influência política e social do avô, assume o cargo de promotor de justiça em Areias, também no Vale do Paraíba, cidade decadente, bem menor que Taubaté. O espírito de Lobato não combina com a monotonia da pequena Areias. Nas horas vagas, faz o que mais gosta: ler e escrever. Em uma longa carta a Godofredo Rangel, com data de 7 de julho de 1907, relata ao amigo o prazer que as atividades intelectuais daqueles dias provocavam:

Abasteci-me de pão de espírito (entre as novidades *O filho pródigo* de Hall Caine, que anda na berra), [...]. Não segue *O Ateneu* porque está em Taubaté. [...] Inda ontem, relendo Ésquilo, vi que sua grandeza repousa na grandeza das dores que pinta. [...] Um Diário de São Paulo republicou o meu *O pito do reverendo*, uma das coisas tolas que tenho escrito, mas muito gostado por aí afora – e inçou-o de erros tipográficos.

Como dói o erro tipográfico! (LOBATO, 2010a, p. 153-154).

Com a morte do avô, em 1911, herda uma grande fazenda, a Buquira, onde passa a residir com a família. Sua vida prática como fazendeiro dá-lhe subsídios para escrever o artigo *Velha Praga*, no jornal *O Estado de São Paulo*. Ali, Lobato começa a delinear a figura do *Jeca Tatu*, jogando por terra o romantismo do mundo rural brasileiro. “[...] em lugar de enfeitar a figura do homem rural, ele o esculpe ao natural, dentro do próprio ambiente.” (CAVALHEIRO, 1962, p. 143).

Em *Velha praga*, Lobato denunciava, além das queimadas, a paisagem de matutos e suas miseráveis moradias que cresciam como cogumelos em tocos podres de árvores mortas. Essas madeiras podres são os *Urupês*, nome que dará a seu primeiro livro, quase que inaugurando uma de suas perspectivas, a de nacionalista. Na obra, faz um exercício de abrasileiramento literário ao falar do homem do interior, da flora e da fauna brasileira. O nacionalismo do escritor, que inicialmente criticava a maneira indolente e antissocial do caipira, vai se transformando e, na quarta edição de *Urupês*, desculpa-se, atribuindo ao comportamento de *Jeca Tatu* uma característica da enfermidade causada pelos parasitas que habitavam os intestinos do “pobre ignorante”.

Após a apresentação do caipira brasileiro em *Velha Praga*, o intelectual Monteiro Lobato publica outros artigos, como *A Vingança da Peroba*, *Bocatorra*, *A Colcha de Retalhos*, *A Gargalhada do Coletor e Cavalaria Rusticana*. Sua popularidade e reconhecimento são fortalecidos com o artigo *Urupês* publicado n’*O Estado de São Paulo*, em 1918.

É o período em que vende a fazenda (1917) e se transfere com a família para São Paulo. Na cidade, estreita relações com o grupo fundador da *Revista do Brasil*: Júlio de Mesquita, Luís Pereira Barreto e Alfredo Pujol e, de acordo com Cavalheiro (1962, p. 149), a *Revista do Brasil*, “mensário de ciências, letras, artes, história e atualidades [...] tornara-se mesmo o mais lido, o mais importante veículo cultural do país.” As escritas de artigos para jornais e revistas tornam-se intensas; naqueles dias sua presença nas páginas de vários periódicos da cidade é constante. Nos veículos pequenos usa, na maior parte das vezes, pseudônimos. Já em *O Estado de São Paulo* e na *Revista do Brasil* assina seu próprio nome.

Em dezembro de 1917, o *Estado de São Paulo* publica um artigo de Lobato que faria o intelectual responder por suas argumentações ao longo de sua vida. No artigo, ele critica o

modernismo das obras de arte de Anita Malfatti. Lobato não critica a artista, mas o estilo, que considera extravagante e esteticamente forçado. Com base naquele artigo, ele é descrito por alguns analistas de sua obra como “antimodernista”.

No livro de Sérgio Miceli (1979, p. 16), *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, Lobato é identificado como um “escritor anatoliano antimodernista”. Para o crítico literário e estudioso da obra de Lobato, Cassiano Nunes (1986), identificar a escrita de Monteiro Lobato ao estilo de Anatole France, não procede, pois “Lobato defendeu ardoroso o aprendizado, o artesanato da prosa literária, mas sempre repudiou a literatura destilada ou refinada” (NUNES, 1984, p. 116). Segundo o escritor, o estilo das escritas de Lobato

[...] é grafologicamente nítido, característico como sua caligrafia. [...] O renovador do nosso regionalismo sempre se expôs sem retraimento, integralmente, tanto nas observações de caráter prático e utilitário como nos escapes da fantasia. E a visão alerta e lúdica do ficcionista e humorista está sempre manifesta. Sua linguagem escorre, expressiva, aliciante, mas não quintessenciada como a de Anatole.

A crítica à qual é submetido, que enquadra Lobato como um “antimodernista”, segundo Frias Filho (2009), só é fundamentada porque Lobato, já com 40 anos, se opôs em alguns aspectos ao movimento artístico modernista de 1922.

Houve o modernismo oswaldiano, condensado na teoria antropofágica, mas houve um modernismo folclorizante, um modernismo social e nacionalista e um modernismo por assim dizer coloquial, que visava depor – e conseguiu – o beletrismo da literatura praticada até então. Essas tendências evidentemente se mesclavam na prática, e Lobato compartilhou de todas elas. (FRIAS FILHO, 2009, p. 80).

Também neste sentido, Campos (1986) discute a relação conflituosa entre Lobato e os jovens artistas que integravam o movimento modernista brasileiro. A crítica estava particularmente relacionada à releitura do cubismo, do impressionismo e do futurismo europeus pelos

modernistas brasileiros, que se manifestavam sem se preocupar com a recepção e entendimento do público brasileiro. Tudo indica que Lobato reconhecia a importância dos modernistas em trazer à tona uma revisão dos nossos valores culturais, mas ele, como intelectual, não acreditava nos métodos utilizados pelo grupo de artistas. O autor defende que Lobato, na Revista do Brasil, “comandava uma geração que, sem ser modernista, foi, entretanto, moderna.” (CAMPOS, 1986, p. 34).

Conforme Ênio Passiani, (2003, p. 49),

[...] os modernistas arrogaram para si mesmos o título de marco zero de nossa história cultural; em outras palavras, toda a geração modernista, a partir da Semana de 22, proclamou um divisor de águas: antes da Semana, com algumas raras exceções, não existia uma genuína arte brasileira, a pós a Semana, passa a haver uma arte “verdadeiramente” nacional a partir da qual possível resgatar nossas raízes histórico-cultural e erigir uma identidade nacional.

Dessa forma, percebe-se que o Movimento modernista, para se legitimar, precisava negar ou até tentar apagar tudo que relacionasse *o novo* representado na Semana de 1922 a um processo já existente nos meios artísticos brasileiros, que não estavam e nem eram construídos de forma purista ou desligada de outras raízes ou vertentes artísticas já existentes nos centros cosmopolitas mais conhecidos. Assim, o modernismo sai vencedor nessa “luta do velho contra o novo”, para se fazer verdade, é necessário apagar as verdades anteriormente estabelecidas.

Pode-se também analisar esta questão sob o ponto de vista teórico e metodológico de Pierre Bourdieu (1996a), quando se refere ao campo cultural como um campo de lutas, no qual as mudanças são geradas no interior do campo, que se caracteriza por antagonismos, especialmente os advindos de embates entre os recém-chegados e os já consagrados - lembrando que as iniciativas transformadoras cabem, quase sempre, por definição, aos novatos, que buscam ocupar novas posições num campo estruturado com posições já definidas e consolidadas. As disputas entre Lobato e os modernistas se dão no campo intelectual brasileiro em um determinado momento de afirmação do que é nacional, do que é arte brasileira, entre os consagrados (já estabelecidos) e os novatos (em busca de distinção). Assim:

Pelo fato de que as tomadas de posição definem-se, em grande parte, negativamente, na relação com outras, permanecem frequentemente quase vazias, reduzidas a um *parti pris* de desafio, de recusa, de ruptura: os escritores mais “jovens” estruturalmente (que podem ser quase tão velhos biologicamente quanto os “antigos” que pretendem superar), ou seja, os menos avançados no processo de legitimação, recusam o que são e fazem seus predecessores mais consagrados, tudo que define, aos seus olhos, a “velharia”, poética ou outra (e que denunciam por vezes na paródia), e afetam também repelir todas as marcas de *envelhecimento social*, a começar pelos sinais de consagração interna (academia etc.) ou externa (sucesso); por outro lado, os autores consagrados veem no caráter voluntarista e forçado de certas intenções de superação os indícios indiscutíveis de uma “pretensão gigantesca e vazia”, como dizia Zola. (BOURDIEU, 1996a, p. 271, grifos do autor).

Sob esse aspecto, é necessário compreender a lógica do campo em função das relações envolvidas em seu interior, pois as lutas que se criam podem definir e ou redefinir sua própria lógica. Essa compreensão parte da desconstrução entre as oposições que insistem em distinguir entre história no estado objetivado, que é aquela história da humanidade que se acumulou no tempo, e a história no estado incorporado, que pode ser identificada como *habitus*. Essa desconstrução pode possibilitar a apropriação do adquirido histórico, da ação propriamente dita. Para essa análise, é importante lembrar que são falsas as oposições entre a interpretação e a explicação, a estrutura e a história, o indivíduo e a sociedade, o objetivismo e o subjetivismo. Não existe oposição entre estes pontos, mas sim um sistema de relações, que não se explica pela casualidade mecânica e sim pela relação entre as coisas, porque não existem objetos isolados, o objeto social não tem caráter mecânico nem cumulativo. Assim, é possível dizer que o embate entre os “modernistas vs. Lobato” é uma falsa questão, já que o que estava em jogo naqueles dias e naqueles debates de ideias eram projetos de intelectuais inseridos num campo de relações e posições que não se dinamizam por objetos isolados.

O jogo que Lobato ajuda a construir, por suas críticas à Anita Malfati, antes mesmo da Semana de Arte Moderna, e as respostas do grupo de jovens modernistas dirigidas ao escritor, permitiu a divulgação e o sucesso do Movimento como também ajudou a construir essa imagem de *antimodernista* até os dias atuais, como no caso das análises de Sérgio Miceli (1979). No caso, as estruturas que se consolidaram a partir das críticas de Lobato, num universo social específico (dos artistas e intelectuais brasileiros), são estruturadas e estruturantes, pois umas são produtos das outras, umas não existem, não se explicam e nem se compreendem sem as outras. Assim, pode até ser que, pela lógica da apropriação, do herdeiro pela herança e da herança pelo herdeiro, que Lobato, um homem com projetos de modernidade para o Brasil, tenha sido identificado, a partir das críticas à arte de Anita Malfati, como um intelectual avesso aos movimentos transformadores e inovadores da sociedade brasileira. Pode-se dizer assim, que existe aí, nesse jogo entre Lobato, os modernistas e a própria análise estabelecida até os dias atuais, um condicionamento de ações que só se explicam no interior do campo e o que ele produz. O jogo de relações no interior do campo só existe com o consentimento de todos que entram nele e participam dele.

Tudo indica que Monteiro Lobato não aprovou o “caráter pretencioso, voluntarista, forçado e das intenções”, expresso no estilo artístico adotado pela artista plástica novata Anita Malfatti na exposição de 1917. A posição de Lobato não parece ser simplesmente uma postura conservadora, já que a carreira do intelectual - mesmo levando em conta as contradições próprias dos indivíduos - tem ligações com os empreendimentos relativos às modernidades para o País e o povo brasileiro. Segundo Lajolo (1983, p. 44), a leitura de quem circunscreve Lobato na “esfera do pré-modernismo” “corre o risco de não lê-lo com os olhos que ele mesmo instaura ao longo de seu texto por tantos anos e obras”.

No início daquele mesmo ano, o escritor lança em *O Estado de São Paulo* um concurso nacional, que reúne depoimentos sobre a figura mitológica do *Saci* e suas diversas interpretações regionais. A pesquisa resulta em dois livros, um direcionado ao público adulto - *Saci-Pererê: resultado de um inquérito* -, publicado no final de 1918, e o livro infantil - *O Saci* -, lançado posteriormente, em 1921. O ano de 1918 marca a trajetória intelectual de Lobato, com 36 anos, de duas formas relevantes: o escritor compra a *Revista do Brasil* e publica seu primeiro livro, *Urupês*, em que reúne diversos contos seus já publicados em revistas e jornais.

Nos primeiros meses de 1919, importa papel da Europa e monta sua própria oficina gráfica para editar livros. Essa autonomia lhe permite adotar um padrão de impressão de livros diferente do tradicional modelo francês e introduz no Brasil um padrão de livros menores (16,5 x 12cm). “Quando Monteiro Lobato iniciou sua atividade de editor, não havia gráfica capaz de imprimir um livro com qualidade, e por isso, ele montou sua própria gráfica.” (TORRESINI, 1999, p. 35).

O papel de Lobato na história do livro e da leitura no Brasil é revolucionário, pois, tendo ingressado como empresário do mercado editorial nacional em 1918, já no ano seguinte:

[...] em 1919 formou, com Olegário Ribeiro, entre outros sócios, a Olegário Ribeiro, Lobato e Cia., que tinha oficinas tipográficas próprias, vindas da Olegário Ribeiro. [...] Em 1920, Lobato estabeleceu, com Octalles Marcondes Ferreira, a Monteiro Lobato & Cia., que agregou novos sócios e teve capital ampliado em 1922. O crescimento contínuo do negócio levou à criação, em maio de 1924, da sociedade anônima Cia. *Graphico*-Editora Monteiro Lobato. (BIGNOTTO, 2010, p. 121).

De acordo com Hallewell (1985), naquele ano, 1920, o editor-estreadante, percebendo que o insignificante número de livros consumidos pelos brasileiros estava também relacionado à sua falta de divulgação, escreve para mil e trezentos agentes postais espalhados pelo Brasil e solicita o endereço de bancas de jornal, papelarias, armazéns e farmácias. A seguir, escreve para os comerciantes uma circular, que anos mais tarde Monteiro Lobato reproduziria com essas palavras:

Vossa Senhoria tem seu próprio negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro. Quer também vender uma coisa chamada “livros”? Vossa Senhoria não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de um artigo comercial como qualquer outro; batata, querosene ou bacalhau. É uma mercadoria que não precisa examinar nem saber se é boa nem vir a escolher. O conteúdo não interessa a V.S., e sim ao seu cliente, o qual dele tomará conhecimento através das nossas explicações nos catálogos, prefácios

etc. E como V.S. receberá esse artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender os tais “livros”, terá uma comissão de 30%; se não vendê-los, no-los devolverá pelo Correio, com porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa. (HALLEWELL, 1985, p. 245).

Nesses anos, passa a publicar obras de seus amigos e de novos escritores desconhecidos. Lobato se identificaria, anos depois, como um editor revolucionário que abriu as portas para novos talentos da literatura brasileira. Nesse sentido, Lajolo (1983, p. 43) defende:

O editor Lobato não se soma ao escritor Lobato. Ambos são um só, e esse um pôs em prática uma concepção moderna de escrever, que incluía o leitor não só como virtualidade presente no texto, mas como território a ser conquistado, a partir da criação de mecanismo de circulação entre obra e público.

O sucesso do empresário tem confluência com o sucesso de seu primeiro livro infantil, *A menina do narizinho arrebitado* (1921), que apresenta um importante dado: num ato ousado, edita uma tiragem de 50.500 exemplares, um número igual ao de todas as publicações de sua firma no ano anterior. Desse total, 500 exemplares são doados às escolas da capital paulista. Sobre o fato, relata Hallewell:

O governador do estado, Washington Luiz, durante uma inspeção nas escolas observou como as crianças liam avidamente aquele novo livro e, assim, instruiu seu secretário do interior, Alarico Silveira (tio-avô de Enio Silveira, da *Civilização Brasileira*) para fazer uma “compra grande”, para possibilitar que outras escolas pudessem usá-lo. No dia seguinte, Alarico indagou quantos exemplares havia disponíveis. Como Lobato lhe oferecesse quantos quisesse: dez, vinte, trinta mil..., ele considerou aquilo uma brincadeira e pediu trinta mil, percebendo seu erro apenas quando a encomenda foi adequadamente entregue (HALLEWELL, 1985, p. 260).

Este dado pode inaugurar a inserção oficial da obra infantil de Monteiro Lobato no espaço escolar, como também revelar aspectos que envolvem questões de engendramento dos lugares de poder e tramas de relações que envolvem as fronteiras simbólicas e linhas tênues que dividem o público e o privado no Brasil. Temos uma casa de edição que salva um encalhe substancial de livros, por obra e graça de uma inspeção escolar da autoridade pública que mantém laços de parentesco com empresários do mercado editorial, que, por sua vez, formavam um grupo restrito naqueles anos de expansão de tal atividade comercial. E, de acordo com Lajolo (1985, p. 49), “depois do estrondoso sucesso de seu primeiro lançamento para crianças, Lobato percebe a importância da escola na difusão do gênero e não hesita em fazer dela um trampolim para seus livros infantis”.

O sucesso do editor-empresário é interrompido com a falência da Companhia *Graphico*-Editora Monteiro Lobato em 1924, em meio à crise política e econômica que abala São Paulo, combinada às diretrizes econômicas do governo federal, o que provoca um desastre financeiro no país. “A Empresa Editora adquirira máquinas e prédios a prestações. Importara papel em grande escala. Devia muito.” (CAVALHEIRO, 1962, p. 206). Lobato pede a falência da empresa, o que proporciona, a seguir, a abertura, em 1925, da Companhia Editora Nacional, por Octales Marcondes Ferreira. Na ocasião, Lobato muda-se com a família para o Rio de Janeiro.

Nos dois anos seguintes, Lobato alarga sua rede de relações na capital federal. Em 1927, é nomeado adido comercial do Brasil em Nova Iorque, onde permanece até 1931. Os quatro anos de residência nos Estados Unidos trazem novos elementos para as ideias e ações do intelectual; a experiência da vida moderna num país desenvolvido e industrializado reflete-se nos seus escritos e iniciativas empresariais nos anos seguintes. Em Nova Iorque, o casal Lobato se encanta com o jovem baiano Anísio Teixeira, estudante da Universidade de Columbia. Na volta de Anísio ao Brasil (1929), Lobato escreve a Fernando de Azevedo, líder do movimento da renovação educacional no Brasil, que na ocasião era Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, apresentando-lhe o moço da Bahia:

Fernando, ao receberes esta, para. Bota para fora qualquer que esteja aporrinhando. Solta o pessoal da sala e dá toda a atenção ao apresentado, pois ele é o nosso grande Anísio Teixeira, a

inteligência mais brilhante e o maior coração que encontrei nestes últimos anos de minha vida. Anísio, creio, sentiu e compreendeu a América e aí te dirá o que realmente significa esse fenômeno novo do mundo. Ouve-o, adora-o como todos os que o conhecemos o adoramos e torna-te amigo dele como me tornei, como nos tornamos, eu e você. Bem sabes que há uma certa irmandade no mundo, e que é destes irmãos, quando por acaso se encontrarem, reconhecerem-se. Adeus, estou escrevendo a galope a bordo do navio que vai levar uma grande coisa para o Brasil: o Anísio lapidado pela América. Adeus, *Lobato* (MONARCHA, 2001, p. 226).

Esta carta pode refletir um dos pontos que tecem a carreira pública do educador Anísio Teixeira, que passa de um jovem intelectual, que até então tinha sua atuação pública reconhecida mais restrita ao estado da Bahia, para tornar-se um nome de projeção nacional. De acordo com Sirinelli (2003), as redes de sociabilidade que envolvem os intelectuais e as relações construídas entre os mesmos, com base nas afinidades, solidariedade e amizade, secretam pequenos universos, que ele denomina “microclimas” que abrigam e protegem os intelectuais envolvidos nelas e desempenham muitas vezes papel decisivo na carreira dos mesmos. Segundo o autor (2003, p. 230),

Isto, alguns poderão objetar, se aplica a toda micros sociedade. Mas de um lado, esse peso da afetividade adquire uma significação específica, num meio teoricamente colocado sob o signo da clarividência, e cuja garantia, aos olhos do resto da sociedade, é saber jugular suas paixões, a serviço exclusivo da Razão.

Na formação dessas redes de sociabilidade estão marcadas por elementos da esfera tanto afetiva como ideológica, conforme Sirinelli (2003). O período em que Anísio Teixeira passou a frequentar a casa de Lobato em Nova Iorque, participando da intimidade da família do adido comercial brasileiro, trocando ideias sobre suas concepções de mundo e de Brasil, despertou a identificação ideológica convergente entre os dois e contribuiu para a admiração e respeito entre ambos e a afetividade revelada na carta de Lobato.

Dois outros excertos de cartas de Monteiro Lobato a Anísio Teixeira evidenciam essa interpenetração afetiva e ideológica característica das redes de sociabilidade. Em carta de 13 de janeiro de 1930, assim Lobato se expressa (NUNES, 1986, p. 88): “Meu caro Anísio, creia que nunca serás esquecido aqui e que não se passa domingo sem que te recordemos as queridas e eufóricas visitas. Já não tenho com quem trocar ideias e a língua me enferruja”. Outro trecho de uma carta de 12 de abril do mesmo ano, Lobato (NUNES, 1986, p. 92) enfatiza o significado dessa rede, desse pequeno universo que iniciou sua tessitura nos anos vinte em Nova York:

E fique certo, meu caro, que você diminuiu Nova York com a deserção. Deixou nossos domingos vazios e insípidos – e estragou museus e novidades. Se vou sozinho, sinto nostalgia dum companheiro; se vou acompanhado, arrependo-me. Comparo o companheiro que tive e acho muito vulgares e *flat* os que o acaso me depara.

De nove cartas de Lobato endereçadas a amigos e classificadas por Nunes (1986), no rol das de *Literatura infantil e educação*, seis são direcionadas a Anísio Teixeira, iniciadas com saudações que vão de *Meu caro Anísio*, *Grande Anísio*, a simplesmente *Anísio*. Nas cartas, Lobato discute desde a falta de reconhecimento das autoridades brasileiras diante do educador brilhante e com *mentalidade renovada* que Anísio Teixeira representa, até as negociações entre os dois intelectuais sobre seus escritos originais, traduções e publicações de livros para adultos e crianças brasileiras.

A história do discurso político que permeia a carta de Monteiro Lobato para Fernando de Azevedo revela, por si só, alguns aspectos relevantes para entendermos como as relações entre a intelectualidade brasileira do período era produtora de respostas com consequências políticas práticas, já que, pela *langue* e pela *parole*, faz um apelo em nome de uma amizade antiga, repleta por signos de intimidade, com gírias de um tempo que é reconhecido pelo destinatário. Quando esse documento ganha as páginas de livros de pesquisadores, passa a ser considerado discurso político, por sua intencionalidade e ação, consideradas elementos inseparáveis. Neste processo, a linguagem empregada por Lobato revela um ato de fala num contexto linguístico, como um “lance” do autor. De acordo com Pocock (2003, p. 39, grifos do autor):

Quando um autor efetua um ato dessa natureza, costumamos dizer que ele executou um “lance”. A expressão sugere jogo e manobra tática, e nossa compreensão de “o que ele estava fazendo” quando executou seu lance depende portanto em grande parte, de nossa compreensão da situação prática na qual se encontrava, do argumento que ele desejava defender, da ação ou norma que ele desejava legitimar ou invalidar, e assim por diante.

Na carta de Monteiro Lobato a Fernando de Azevedo, podemos identificar alguns “lances” que revelam a situação prática do lugar ocupado pelos três intelectuais envolvidos na relação: entre o produtor do discurso, o discurso, seu destinatário e sobre quem e o que continha o discurso. Lobato, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira fazem parte do contexto discursivo da carta: quem profere o discurso, com que intenção e a quem o discurso se destina. Quando se parte para a análise desse discurso, leva-se em conta a intenção de Lobato, como autoridade intelectual legítima, que apresenta Anísio ao dirigente do ensino no Distrito Federal, buscando, além de consolidar e ampliar a tal “irmandade”, novas perspectivas filosóficas e de ação para a educação brasileira.

Em 1931, com quase cinquenta anos, Lobato volta ao Brasil. Após os anos vividos nos Estados Unidos, dois aspectos importantes marcam suas atividades intelectuais e empresariais na década de 1930: sua literatura infantil assume cunho pedagógico, fase que se concentra entre 1933 e 1937, e seus anos de luta empresarial e nacionalista, voltadas à exploração de ferro e petróleo no Brasil. São títulos de literatura infantil de cunho pedagógico: *História do mundo para crianças* (1933); *Emília no país da gramática* (1934); *História das invenções* (1935); *Geografia de Dona Benta* (1935), *Aritmética da Emília* (1935); *O poço do visconde: geologia para crianças* (1936), e *Serões de Dona Benta: ciências físicas e naturais ensinadas para seus netinhos* (1937). Zilda Maria Carvalho de Vasconcelos (1982) e Roberto W. Penteado (1997), estudiosos da obra de Monteiro Lobato classificam tais livros como “paradidáticos”.

Conforme Cassiano Nunes (1986), a convivência de Lobato com Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira provavelmente acentuou no intelectual sua atenção para as questões educacionais. Assim, o

“educador de adultos” passa, a partir dos anos trinta, em seus livros infantis, a lecionar para crianças. Nunes (1986, p. 87) enfatiza que a relação de amizade entre Monteiro Lobato e Anísio Teixeira deve ter levado

[...] o contador de histórias a ir mudando cada vez mais a literatura infantil da pura imaginação para a preocupação do ensino. Isto é: Lobato, sem abandonar o seu mundo de divertimento, resolveu lecionar matérias escolares: História, Gramática, Geografia, Aritmética.

Nesse sentido, é perceptível as relações construídas por Monteiro Lobato e os intelectuais conhecidos como “Pioneiros da Educação Nova brasileira” como parte dos fios condutores de nossa História Política e educacional num período onde fervilhavam projetos para a modernização da nação.



Figura 1: Octalles Marcondes Ferreira, Anísio Teixeira, Lobato e Édson Carvalho no campo petrolífero de Araquá. Meados dos anos 1930

Fonte: AZEVEDO, Carmen Lúcia; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. **Monteiro Lobato:** furacão na Botocúndia. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997. p. 278.

Para Jean-François Sirinelli (2003) o campo de atuação dos intelectuais, que pode ser analisado pelos fundamentos da História cultural, social e política, é fértil para se refletir sobre o papel dos grupos formados por esses agentes. Os lugares e as redes formadas por

esses pares engendram lugares e estruturas de troca, vínculos articulados e articuladores, como aqui, no caso da carta de apresentação escrita por Monteiro Lobato. Os tres vértices que envolvem a correspondência – Monteiro Lobato, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo podem revelar as articulações que se estabelecem nesse microcosmo que envolve máquina pública, projetos de modernização nacional e intelectualidade que se reconhece quando se encontra, a ‘irmandade’ que Lobato se refere. De acordo com Passiani (2003, p. 17),

Monteiro Lobato foi o intelectual que nucleou contendas acirradas na época, uma vez que combinou o papel de empresário cultural ao de escritor reconhecido e festejado por seus pares e pela imprensa mais prestigiosa. O escritor foi, por isso, o inventor de novos perfis de intelectual, ao construir, para a época, significados incomuns da atividade letrada segundo moldes profissionalizados, sendo percussor solitário de procedimentos que somente seriam cristalizados mais tarde, pagando inclusive alto preço por sua precocidade.

A nucleação a que Passiani se refere, perdurou por toda a vida de Lobato, independente dos papéis e lugares diversos ocupados por ele. No final dos anos dez e início dos anos vinte, Lobato reuniu, arregimentou e revelou novos intelectuais para a cena pública nacional. Ao final dos anos vinte, nos Estados Unidos, “descobre” o talento de Anísio Teixeira e o recomenda ao amigo Fernando de Azevedo. Nos anos trinta, reúne “amigos” e desconhecidos (pequenos investidores) na empreitada do petróleo. Nos últimos anos de vida, reúne amigos e demonstra satisfação ao ser rodeado por crianças e ter uma correspondência viva com seus pequenos leitores, que o reconhecem e o valorizam de forma especial. São essas estruturas em sua rede de sociabilidades que fazem do intelectual uma personalidade que não se esgota como objeto de pesquisa. Conforme Debus (2004, p. 192), “Monteiro Lobato recebia cartas também de pais e mães que pretendiam através de pequenos gestos do escritor incentivar seus filhos para a leitura: como as crianças, eles também solicitam livros e fotografias autografadas.” Percebe-se, assim, que Lobato sempre transitou como um intelectual reconhecido pelos brasileiros, desde seu fiel público leitor, até seus pares, que sempre o procuravam para consultas relativas aos projetos nacionais.

Ainda no início da década de 1930, Lobato recebe de Fernando de Azevedo o volume que contém as páginas do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, para ler e dar um parecer em forma de artigo. Em trecho de uma carta (sem data) a Anísio Teixeira, Lobato escreve:

Anísio, Você me deu um grande prazer hoje – neste estúpido e arrepiado Domingo de chuveiro insistente. Imagine que ontem o Fernando deu-me aquele volume de manifesto ao povo e ao governo sobre educação – para que lesse e sobre ele falasse num artigo. E essa intimação do Fernando arrancou-me à faina petrolífera, em que vivo mergulhado até as orelhas. Resolvi consagrar este domingo à educação. Comecei a ler o manifesto. Comecei a não entender, a não ver ali o que desejava ver. Larguei-o. Pus-me a pensar – quem sabe está nalgum livro de Anísio o que não acho aqui – e lembrei-me dum livro sobre a educação progressiva que me mandaste e que se extraviou no caos que é a minha mesa. Pus-me a procurá-lo, achei-o. E cá estou, Anísio, depois de lidas algumas páginas apenas a procurar dar berros de entusiasmo por essa coisa maravilhosa que é a tua inteligência lapidada pelos Deweyes e Kilpatrick! Eureka! Eureka! Você é o líder! Você é quem há de moldar o plano educacional brasileiro. Só você tem a inteligência bastante clara e aguda para ver dentro do cipoal de coisas engolidas e não digeridas pelos nossos pedagogos reformadores. Acho que antes de reformarem qualquer coisa ou proporem reformas, os mais adiantados e ilustres líderes educacionais do momento o que devem fazer é reformarem-se a si próprios, isto é, aposentarem-se e saírem do caminho. (NUNES, 1986, p. 100).

Nas palavras a Anísio Teixeira, identifica-se o “pessimismo construtivo” identificado por Nunes como marca dos discursos de Lobato ao longo de sua trajetória. As reflexões expostas ao amigo Anísio Teixeira, sobre o projeto das diretrizes renovadoras que nada renovarão, são características discursivas de grande parte dos intelectuais, que “Constituem uma plêiade de intranquilos, insatisfeitos.” (NUNES, 1986, p. 98). Naquela carta ao amigo intelectual, Lobato

utiliza uma linguagem codificada pelos hábitos próprios de seu meio. Sem participar diretamente das discussões em torno do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, Lobato, na carta a Anísio Teixeira, acrescenta, pelo discurso, mais uma campanha na sua trajetória intelectual ao não identificar propostas reformistas no documento. O modelo de modernização educacional proposto no Manifesto dos Pioneiros não é aquele que provocou tanto entusiasmo nas conversas entre ele e Anísio Teixeira nos domingos em Nova Iorque e nos anos seguintes no Brasil.

No final dos anos trinta e na década de quarenta, após as sucessivas derrotas empresariais e implacáveis perseguições políticas, Lobato continua traduzindo clássicos da literatura estrangeira e produzindo seus próprios textos. As campanhas contra seus livros, durante o Estado Novo, abalam o escritor. Entre sua obras criticadas

Geografia de Dona Benta, por exemplo, foi denunciada como obra deletéria, separatista, ‘sintoma alarmante da desagregação subterrânea do Brasil’. [...] Tais acusações foram respondidas por Monteiro Lobato que, surpreso com as conclusões do crítico, disse: [...] Dona Benta disse a verdade pura, e uma verdade de conhecimento do mundo inteiro. Não há nenhum insulto ao Brasil no fato de uma vovó contar aos netos o que é verdade e todos os adultos sabem (CAVALHEIRO, 1962, p. 164).

Outro livro da fase pedagógica, *História do Mundo para Crianças*, recebe um parecer oficial condenando a obra pelo Serviço das Instituições Auxiliares da Escola da Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. Interessante é que o livro desperta reações negativas não só no Brasil. Na época é também proibido pelo governo português no país e nas colônias. Também *O Poço do Visconde*, em 1937, é mais uma obra criticada e proibida, por defender a existência de petróleo em solo brasileiro, indicar onde estavam as reservas e apontar como extrair e administrar a fonte de enriquecimento nacional. Naquele ano os técnicos oficiais do Estado Novo afirmavam não haver petróleo em solo brasileiro, “mas dois anos depois, em Lobato, no Estado da Bahia, justamente no local indicado pelo Visconde, o petróleo brotou da terra.” (CAVALHEIRO, 1962, p. 166). As críticas e proibições não partiam somente da máquina pública, mas também da sociedade civil, como aquelas recebidas pelas

autoridades da Igreja católica. Nas escolas públicas ou nos colégios católicos a obra de Lobato sofria uma censura impiedosa. De acordo com Cavalheiro (1962, p. 171), “Apesar de toda perseguição – proibido nas bibliotecas oficiais, queimado em colégios religiosos – ao encerrar a série com *Os Doze Trabalhos de Hércules*, Monteiro Lobato é não só o escritor infantil mais lido do Brasil, mas da própria América Latina.”

A censura, aos livros infantis de Lobato, não representavam uma novidade para o escritor. No ano de 1922, suas escritas para crianças já despertavam o descontentamento das autoridades católicas. Em uma carta redigida por Lourenço Filho e endereçada a Monteiro Lobato, há o registro de uma sugestão para modificação de um trecho de *A menina do narizinho arrebitado* para que o livro fosse aprovado como material didático nas escolas do Ceará. Naquele ano, 1922, Lourenço Filho havia assumido o cargo de Diretor da Instrução Pública no Ceará e “trabalhava para que *Narizinho Arrebitado* (1921), versão escolar do álbum *A menina do narizinho arrebitado* (1920), fosse adotado na rede pública do estado” (BIGNOTTO, 2007, p. 19). Na correspondência enviada a Lobato, Lourenço Filho explica que havia conseguido a aprovação e adoção do livro de Lobato como também de outro livro cujo autor é Sampaio Dória. Conforme Cilza Bignotto (2007, p. 19), esse é um excerto da carta, datada em junho de 1922:

[...] A esta hora já terá recebido o jornal com a nota oficial da aprovação e adoção dos seus livros, bem como do Dr. Dória. E veja como V. é ingrato: o único embaraço na minha ação, aqui, foi exatamente o resultado da aprovação de *Narizinho arrebitado*. O clero me moveu tremenda guerra, sob o pretexto de que a adoção do livro visava ridicularizar a sagrada religião católica. Foi preciso, para manter a aprovação, que eu inventasse haver uma 2ª edição, sem os inconvenientes da primeira. Lembra-se V. de que lhe falei sobre aquele tópico dos freis com os sacramentos etc. Esse tópico, aí mesmo, ofendeu a muitos professores. V. só terá vantagens em suprimi-lo, quando reeditar o livro.

Um comentário, referente à carta de Lourenço Filho está registrado em outra carta, sem data, endereçada ao escritor Antônio

Salles, intelectual romancista, que na época representava a Editora de Monteiro Lobato & Cia. No estado de Ceará.

Parece-me que o Ceará adoptou os meus livros. Houve objeções contra o Nariz. Que é “ofensivo à igreja” (!!!) mas esperam 2ª edições desagravadas”. Não sabia que era V. quem dera parecer favorável. Obrigado por mais isso, meu caro amigo. Mande o artigo para a Revista e escolha no catálogo os livros que te interessam que te não custarão nada.⁵ (BIGNOTTO, 2007, p. 20).

Tudo indica que as modificações foram realizadas na edição seguinte. Estes são alguns registros da diversificada rede de relações construída pelos grupos de intelectuais e que, vai além de suas posições ideológicas, lugares ocupados, como também e manifesta toda uma rede de sociabilidades construídas nos deslocamentos e movimentos inerentes às esferas que transitam e postos que ocuparam. Deslocamentos e movimentos significativos, a ponto de um recomendar modificações na obra do outro para a aprovação e adoção de um livro de literatura infantil nas escolas públicas no início dos anos de 1920.

Voltando ao período da contundente censura aos livros com conteúdos escolares de Lobato, em maio de 1940 o intelectual escreve uma carta ao Presidente da República, Getúlio Vargas, e outra ao chefe do Estado-Maior do Exército, general Góes Monteiro, criticando o descaso com que as autoridades tratavam as questões que envolviam a extração do petróleo em solo nacional e as dificuldades que o empresário encontrava para dar continuidade ao empreendimento liderado por ele desde o início dos anos 1930. As cartas são marcadas pela crítica veemente e ironia características do intelectual. A partir do episódio, é aberto um processo contra Lobato, que resulta em sua condenação e prisão, por delito contra a segurança nacional, em maio do ano seguinte. Apesar de condenado a seis meses de prisão, Lobato recebe o indulto do Presidente Vargas em 17 de junho de 1941.

Ao chegar à velhice, percebe-se que as alegrias do intelectual se restringem ao reconhecimento carinhoso que recebe das crianças e jovens, seus leitores fiéis. Em meio à censura sofrida das autoridades políticas e religiosas por suas obras infantis, o intelectual mantém

⁵ A carta de Lobato faz parte da Coleção Antônio Sales. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Fundação Casa de Rui Barbosa. Localização: Col. AS / Cp 139 – fl. 30.

correspondência com crianças de todo o Brasil; é convidado a proferir palestras em escolas; é homenageado por alunos e professores e empresta seu nome a bibliotecas e clubes de leitura por todo o território brasileiro. Ao examinar a correspondência mantida por décadas entre Lobato e seus pequenos leitores, Debus (2004, p. 182) afirma que “o conjunto de cartas ‘escolares’ abarca o período de 1934 a 1946, sendo que os anos de 1938 a 1941 foram os mais profícuos no estabelecimento desse diálogo com o público leitor.” A autora ressalta que muitos dos livros infantis de Lobato são respostas e refletem o diálogo que o intelectual mantinha com as crianças. Na continuação das narrativas, nas revisões e reedições dos livros infantis o autor, invariavelmente, registra as sugestões e solicitações do público infantil.

1.3 Lourenço Filho: lugar, ideias e ações

Manoel Berström Lourenço Filho (1897-1970) é o primeiro dos seis filhos de um casal de imigrantes europeus – mãe sueca e pai português. O menino cresce no interior de São Paulo - Vila Porto Ferreira -, entre três pequenos estabelecimentos comerciais da família: um armazém de secos e molhados; um laboratório fotográfico e a tipografia da redação do modesto jornal da cidade, *A Folha*. É alfabetizado pela mãe aos seis anos e, já aos oito, ingressa no mundo das tintas e tipos para impressão gráfica por meio do pequeno jornal *O Pião*, que, de acordo com Monarcha (2001, p. 24), explicava no cabeçalho: “Chefe, único *redactor e typografo*: Manoel Lourenço Filho”.

Passa pelo Ginásio de Campinas e em 1912 ingressa na Escola Normal Primária de Pirassununga, curso instalado em 1º de maio no ano anterior. O curso obedecia ao formato dos ginásios tradicionais brasileiros, porém era voltado à formação de professores e direcionava suas disciplinas para a área pedagógica. Em 1913, ainda estudante da Escola Normal Primária, associa-se ao colega Osório Pinto Freitas e cria um curso particular destinado a preparar estudantes para o exame de admissão ao curso ginásial, renda que subsidiava algumas despesas de moradia e alimentação.

Após concluir o curso de normalista primário, em 1916, transfere-se para a capital do estado de São Paulo e cursa mais dois anos na Escola Normal da Praça, recebendo seu segundo diploma de professor. A seguir, em 1918, aventura-se como calouro no curso de

medicina, com a intenção de tornar-se psiquiatra, porém desistiu antes de concluir dois anos de curso. Quanto à causa do abandono de tal projeto coexistem duas versões: uma delas defende que uma lesão cardíaca, diagnosticada por um de seus mestres, o tinha feito desistir do sonho profissional. Outra versão, talvez a mais próxima da realidade, justifica o abandono do curso pelo estudante devido à exigência relacionada à frequência ao curso de medicina em período diurno integral, o que o impedia de trabalhar e manter-se financeiramente na capital paulista.

A seguir, em 1919, passa a frequentar a Faculdade de Direito no período noturno. Ao mesmo tempo, experimenta um período fértil na sua formação intelectual por meio de relações que estabelece com o mundo das letras, que fervilhava na capital paulista no final da segunda década do século XX. Segundo Monarcha (2001), Lourenço Filho edifica sólidos relacionamentos profissionais, trabalha na redação dos maiores jornais da cidade de São Paulo, compartilha dos espaços de criação e administração de Júlio de Mesquita e seu filho, Júlio de Mesquita Filho. Convive com jornalistas como Nestor Rangel Pestana e Plínio Barreto, de *O Estado de São Paulo*.

Ainda em 1919, sua trajetória intelectual converge com a de Monteiro Lobato quando o jovem exerce a função de auxiliar e, posteriormente, secretário de Lobato, na *Revista do Brasil*. O ano de 1920 encontra Lourenço Filho no exercício de múltiplas atividades: leciona na Escola Normal Secundária de São Paulo – onde inicia a duradoura amizade com outro educador, também na casa dos vinte e poucos anos, o intelectual Fernando de Azevedo -, colabora com diversos jornais e segue frequentando o curso de Direito, iniciado no ano anterior.

No ano seguinte, funda a *Revista de Educação* e publica seu primeiro trabalho de pedagogia experimental: *Estudo da atenção escolar*. É a primeira de uma série de publicações de caráter científico de sua autoria. Seu trabalho é reconhecido pelas autoridades educacionais paulistas, como também da capital federal, onde apresentou um artigo que foi incluído nos *Anais da Conferência Interestadual de Ensino Primário*, em 1921. As atividades de pesquisador são combinadas com as da docência. No mesmo ano, é nomeado professor da cadeira de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal de Piracicaba.

Conforme Pécaut (1990), o ano de 1922 pode ser reconhecido pela marca da mutação e efervescência político-cultural no Brasil. É o

ano das jornadas revoltosas dos jovens tenentes, da fundação do Partido Comunista Brasileiro, da Semana de Arte Moderna em São Paulo, quando artistas e intelectuais também discutem e apresentam propostas alternativas para expressar o que é e o que deveria ser a arte genuinamente brasileira. Neste mesmo ano, Lourenço Filho é nomeado professor e diretor-geral da Instrução Pública do Ceará, onde, em dois anos, idealiza e realiza uma reforma geral do ensino público nos moldes da reforma educacional realizada em São Paulo por Sampaio Dória. O *modo paulista* de instrução pública foi implantado em diversos estados brasileiros a partir daqueles anos, como a Reforma no Rio de Janeiro - Distrito Federal, liderada por Fernando de Azevedo e Antônio Prado Júnior, em 1925; na Bahia, também em 1925, a reforma educacional é executada sob a responsabilidade de Anísio Teixeira; em Minas Gerais, por Francisco Campos, e, em Pernambuco, por Carneiro Leão, entre 1925-1928. São reformas que apresentam características particulares, porém convergem na defesa do ensino primário público e gratuito, como também na ampliação da escolarização primária para toda a população, da cidade ou do campo. Estas reformas, se pode dizer, são a continuidade das iniciativas ocorridas a partir da década de 1910, quando se cultiva no Brasil a “tradição” de convocar professores formados em São Paulo para colaborar nas questões da instrução pública e possíveis reformas nos demais estados da nação, que resultavam de demandas reclamadas pela nova ordem republicana. O período passado no Ceará (1922-1924) também gerou os estudos que deram origem ao primeiro livro de Lourenço Filho, *Juazeiro do Padre Cícero*, obra publicada em 1926 e premiada pela Academia Brasileira de Letras.



Figura 2: Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, Hélder Câmara, Lourenço Filho, Roquette Pinto e Gustavo Capanema, 1936

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Manuel_Bandeira,_Alceu_Amoroso_Lima,_H%C3%A9lder_C%C3%A2mara,_Louren%C3%A7o_Filho,_Roquette_Pinto_e_Gustavo_Capanema.jpg

De volta a São Paulo, Lourenço Filho traduz duas obras do original em francês, da área de psicologia educacional, *Psicologia Experimental*, de Henri Piéron, e *A Escola e a Psicologia Experimental*, de Edouard Claparède, ambas no ano de 1924. Ainda naquele ano, ao lado de Noemi Silveira Rudolfer, Lourenço Filho inicia um trabalho de psicologia experimental com crianças do Jardim de Infância e da Escola-Modelo de Piracicaba, que resulta nos reconhecidos Testes ABC⁶.

O ano seguinte marca o início de uma relação de trabalho estável e duradoura entre Lourenço Filho e a Companhia Melhoramentos de São Paulo. Conforme Monarcha (1997), o intelectual assume na empresa a responsabilidade de consultor editorial; emite pareceres sobre originais didáticos e infantis por mais de trinta anos; publica livros de sua autoria, como também organiza uma coleção pioneira de livros pedagógicos para o público brasileiro, a *Bibliotheca de Educação*, que dirige de 1927 até sua morte, em 1970. A coleção

⁶ Os Testes ABC, livro com orientações para medir e classificar a maturidade da criança, colaborou para que Lourenço Filho ficasse conhecido como um dos principais divulgadores das teorias de Psicologia Educacional no Brasil.

apresentou um total de 37 títulos⁷ publicados de autores brasileiros e estrangeiros, com gêneros editados que versavam sobre sociologia, biologia, psicologia, pedagogia, estatística, filosofia e metodologia científica.

Em 1928, o intelectual traduz para o público leitor da *Bibliotheca de Educação*, a obra *Educação e Sociologia*, do sociólogo francês Émile Durkheim, livro que, até 1979, apresentou doze edições e teve 55 mil exemplares vendidos. No mesmo ano, a Melhoramentos publica de Lourenço Filho a *Cartilha do povo: para ensinar a ler rapidamente*, um pequeno livro de 46 páginas, destinado à alfabetização tanto de crianças como de adultos. Até 1986, sua última edição, a obra contava 2.201 edições.

O grupo de intelectuais-educadores do qual Lourenço Filho se aproxima a partir da década de 1920, mais conhecido como pioneiros da Escola Nova, segundo Pécault (1989), forma uma elite heterogênea, cujas concepções ideológicas são muitas vezes divergentes, mas dois fatores preponderam em sua aproximação: o nacionalismo e a assumida posição como grupo condutor de uma determinada organização científica da sociedade brasileira. As ideias e ações desses intelectuais encontram um momento propício no governo Vargas, especialmente durante a vigência do Estado Novo. Em sua administração, o presidente da República e sua equipe levantam a bandeira da educação nacional como veículo redentor da nação e impulsor da unidade entre os estados da Federação. A imagem da figura 2 revela, numa fotografia oficial, um grupo de intelectuais e o lugar ocupado deles durante os anos trinta. Conforme Maria das Dores Daros (2009, p. 7),

Durante o Estado Novo (1937-1945) a política educacional se situou dentro das diretrizes mais amplas dadas pelo projeto político do regime autoritário. Uma das características do autoritarismo do período era estar associado ao nacionalismo (Schwartzman, 1994) e daí a ênfase na consolidação da nacionalidade pela: a) imposição de conteúdo nacional de ensino (ensino religioso, civismo e patriotismo); b) padronização

⁷ Na coleção, três títulos são de autoria de Lourenço Filho: *Introdução ao Estudo da Escola Nova*; *Testes ABC para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e da escrita* e *Tendências da Educação Brasileira*. Alguns títulos da coleção fizeram parte de outras coleções em países de língua espanhola. Testes ABC, por exemplo, alcançou 20 edições naquele idioma.

do ensino (Universidade do Brasil e colégio Pedro II como padrões para o ensino universitário e secundário; c) erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas [...]. Como instrumento para a formação da nacionalidade contava ainda o Ministério da Educação com o Departamento de Propaganda do Governo Vargas que atuava através da música, educação física, cinema e o rádio.

Em 1931, a IV Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação – ABE -, tem a participação direta do governo Vargas, na figura de Francisco Campos, ministro que ocupava a pasta da Educação e Saúde Pública, que convoca delegações estaduais de gestores públicos educacionais para participar do evento. Naquele ano, Belisário Penna, presidente da ABE, ocupa o cargo interino de ministro da Educação e Saúde Pública por um breve período. Este exemplo pode mostrar uma face da história social e política do Brasil, marcada pelas fronteiras tênues entre o poder público e as iniciativas da sociedade civil organizada, no caso, a ABE. O texto final daquela conferência gera um documento de caráter propositivo, emblemático para a história da educação brasileira, conhecido como *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*⁸, e que não representa uma proposta coletiva unânime de parte dos participantes do evento. O texto final é de Fernando de Azevedo, um projeto pautado numa proposta de educação laica, pública, gratuita e obrigatória para ambos os sexos.

O programa proposto pelo grupo dos pioneiros assinala o rompimento definitivo entre eles e o grupo de intelectuais católicos. Entre as publicações do grupo composto pelos intelectuais católicos na imprensa brasileira, os signatários do Manifesto eram qualificados como anticristãos, antinacionais, anti-humanos, materialistas, pragmáticos e preparadores da pedagogia comunista. Conforme Xavier (2002), o grupo se utiliza de uma visão superficial e simplista de fusão entre correntes filosóficas e políticas diversas, como liberalismo, comunismo,

⁸ São signatários do Manifesto: Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Paschoal Lemme, Roquete Pinto, Cecília Meirelles, Hermes Lima, Nóbrega da Cunha, Edgar Süsskind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Venâncio Filho, C. Delgado de Carvalho, Frota Pessoa, Raul Briquet, Sampaio Dória, Noemy Silveira, Atílio Vivacqua, Júlio de Mesquita Filho, Mário Cassanata, A. Almeida Júnior, J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Paulo Maranhão, Garcia de Rezende e Raul Gomes.

pragmatismo, materialismo e até mesmo protestantismo, para combater as ideias e ações dos intelectuais que firmam seus nomes no documento. Eram combatidos e criticados especialmente Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, pois ambos tinham em seu histórico um passado de educação católica, desde a infância em colégios jesuítas. Anísio Teixeira, na Bahia, era uma promessa intelectual entre os padres que o haviam educado. Fernando de Azevedo, na juventude, fora noviço em Minas Gerais. Ambos, com seu posicionamento, despertaram a ira dos intelectuais católicos nos discursos e publicações contra o nefasto documento (ABREU, 2009, p. 55).

A partir da conferência e dos debates que dela resultaram, o grupo dos pioneiros se fortalece e torna-se relativamente mais homogêneo. Da construção do documento resultou a liderança do grupo para a preparação da conferência seguinte, sob a direção dos autodenominados pioneiros.

Carlos Monarcha (1997) conclui que os pioneiros escolanovistas deram visibilidade à rede de práticas e relações institucionais que envolviam o novo pensamento pedagógico republicano para o Brasil. Essas práticas, que inauguram a correspondência entre educação e cultura, educação e democracia, demonstram que os pioneiros idealizavam para o Brasil uma *Boa Sociedade através da Boa Educação*. (ABREU, 2009, p. 51).

Por uma série de fatores, a implementação institucional do modelo renovador educacional, representado pela expressão *Escola Nova*, não pôde ser amplamente viabilizado no Brasil. Por outro lado, a difusão de seu ideário foi bem-sucedida. Sua divulgação, e até mesmo a vulgarização de seus conceitos, possibilitou uma democratização no nível da linguagem de novos modelos pedagógicos, mas sem modificar as restritas estruturas do sistema educacional brasileiro. É importante refletir não só sobre as transformações históricas da “escola tradicional”, mas também relacionar aquele movimento transformador dos anos de 1930, contextualizado com transformações sociais mais alargadas, para uma melhor análise do projeto. Segundo Nagle (2001), o conjunto que representa o ideário dos denominados escolanovistas brasileiros foi responsável pela divulgação e fortalecimento de iniciativas modernas

num momento em que se pensava uma nova sociedade brasileira, desenvolvida, industrializada, inserida no ocidente capitalista.

Entre 1932 e 1938, em meio aos debates políticos, Lourenço Filho assume os cargos de diretor e professor de Psicologia Educacional do Instituto de Educação do Distrito Federal a convite de Anísio Teixeira. Entre 1934 e 1945, sob o comando de Gustavo Capanema no Ministério da Educação, a educação institucional reaproxima-se dos setores tradicionais da Igreja Católica, caracterizando o que Schwartzman (1988) definem por *modernização conservadora*. As iniciativas pedagógicas do Ministério da Educação centralizavam-se na obrigatoriedade de um conteúdo nacional de ensino, com aulas de ensino religioso, civismo e patriotismo, culto às autoridades e à história dos heróis.

As diretrizes para o ensino primário continuaram sob a responsabilidade dos governos estaduais e o ensino secundário caracterizou-se pelo fortalecimento de um currículo essencialmente humanista, em detrimento da formação científica, uma consequência da estreita relação entre Igreja e Estado. O rígido controle do Estado sobre as questões educacionais contribuiu para que os avanços pensados pelos Pioneiros da Escola Nova fossem neutralizados (ABREU, 2009, p. 71).

Um aspecto marcante em alguns estudos sobre o movimento dos Pioneiros da Escola Nova é uma identificação superficial do método pedagógico adotado como “psicologizante”. Nada mais equivocado, para Marcus Vinicius da Cunha (1995); o mais correto seria classificar o movimento no Brasil como *socializador*. Conforme o mesmo autor, introduzir a disciplina de Sociologia nos novos currículos dos cursos destinados à formação de professores pelo poder público pode significar a comprovação de que a pedagogia da Escola Nova brasileira desenvolve, sobre a criança, um olhar para além de suas particularidades individuais. A criança percebida no movimento reformador da Escola Nova é pensada, se não especialmente, mas também como um ser social, com visibilidade coletiva e sujeita aos pressupostos que caracterizam a sociedade em que está inserida.

Corroborar esta ideia a publicação do primeiro número da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), publicada pelo

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP⁹-, em 1944, quando Lourenço Filho escreve um artigo. Em busca de “respostas científicas a problemas internos do processo de escolarização” (GANDINI, 1995, p. 96), Lourenço Filho publica o artigo “*A educação, problema nacional*” no primeiro número da revista. É um artigo teórico abrangente, no qual transparecem suas concepções quanto à função, organização e às diretrizes da educação nacional. Seu discurso, se analisado sob a perspectiva da história intelectual como história do discurso político, de palavras e ações direcionadas e datadas numa realidade complexa, contextualizadas num tempo e lugar, pode revelar a intencionalidade do discurso do autor, como também as fontes teóricas que sustentam seu discurso naquele momento. No artigo, Lourenço Filho faz elogios à Constituição de 1937 quando reafirma a competência do Estado em relação à organização, coordenação e fiscalização das políticas educacionais para o Brasil. Quanto à organização das modalidades de ensino articuladas entre si nas Constituições de 1934 e 1937, no discurso do autor podem ser percebidos aspectos que vão além de um conteúdo técnico e revelam, sobretudo, um diálogo que ele estabelece em torno da inspiração de suas fontes teóricas, conforme transparece em parte do texto de Lourenço Filho (1944, p. 8-9) no artigo inaugural da RBEP:

Em termos amplos, o problema da educação há de confundir-se com o da organização social. A compreensão histórica, a feição do Estado e a concepção de economia, em que se apoiem a organização administrativa, as aspirações, métodos e formas da vida comum do povo – tudo nele importará. O Estado não educa apenas com as instituições a que explicitamente chamamos de educativas, mas, com toda sua configuração político-social, desde que interprete os ideais e sentimentos do povo, acentuando-lhes a unidade.

⁹ O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (primeira nomenclatura) – INEP - foi criado através do Decreto-Lei 580, de 30 de julho de 1938. Foi dirigido por Lourenço Filho entre agosto de 1938 e janeiro de 1946. Eram de responsabilidade do INEP a organização da documentação relativa à história da educação brasileira; o intercâmbio pedagógico entre instituições educacionais; a promoção de pesquisas sobre a organização do ensino e métodos pedagógicos; a promoção de investigações inerentes à psicologia educacional, à orientação e seleção profissional; o esclarecimento e a assistência aos serviços estaduais de educação na esfera estadual, municipal e privada; a divulgação de conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógica.

Terá de ser, assim, obra de integração social e de libertação humana.

Aqui o intelectual situa pontualmente sua concepção a respeito do caráter social da educação institucional: “a educação deverá ter, por sua organização e por seus propósitos, um profundo cunho social, que interesse à organização econômica do país, condição de manutenção e fortalecimento da própria política e moral da nação”. Ao refundir, em 1961, seu livro *Introdução ao estudo da Escola Nova*, Lourenço Filho registra: “A existência humana é sempre *coexistência*, e a explicação psicológica tanto menos imperfeita será quanto mais considere as condições desse viver conjunto” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 118, grifo do autor).

As palavras do intelectual, em diferentes veículos, confirmam sua intenção discursiva em defesa de uma educação socializadora e sua luta pela difusão de sua perspectiva de educacional que enfatiza a interdependência entre sociedade e indivíduo. O indivíduo, potencialmente fadado à educação, já nasce nesse grupo social e historicamente estruturado e isso só confirma a falsa dicotomia entre indivíduo e sociedade. A forma individual da existência entre pessoa, crianças ou adultos, e sociedade é a forma estabelecida coletivamente. Pode-se constatar que, para Lourenço Filho, o indivíduo psicológico, aquela criança que deve receber uma educação institucionalizada, precisa ser percebida como um indivíduo com a consciência de seu grupo social, no caso, a consciência do que se reconhece como a sociedade brasileira de seu tempo. Em outro trecho do artigo daquele primeiro número da RBEP encontra-se mais uma indicação sobre a matriz inspiradora de Lourenço Filho (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 17, grifos do autor) quando discute aspectos da organização educacional brasileira:

A organização, que se traçar, deverá considerar esses dois pontos, correspondentes, aliás, às duas grandes funções da educação do ponto de vista social, e que são as de *homogeneizar* e *diferenciar*. Homogeneizar, na base dos instrumentos mínimos da cultura; diferenciar, segundo aptidões e tendências, para *atividades produtivas*, ou seja, para o trabalho. Por essa forma, pretende-se atingir ao ponto de vista do grupo e ao do indivíduo

Quando o intelectual pondera sobre as “duas grandes funções da educação do ponto de vista social”, nos verbos *homogeneizar* e *diferenciar*, está versando sobre questões já desenvolvidas no repertório teórico defendido na obra *Educação e Sociologia* de Durkheim, que traduzira em 1928. Como podemos comprovar aqui, nas funções ideais da educação, o pedagogo brasileiro inspira-se na teoria do sociólogo francês:

Esse ideal, ao mesmo tempo uno e diverso, e que constitui a parte básica da educação. [...] A sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade: a educação perpetua e reforça, fixando de antemão na alma da criança certas similitudes essenciais, reclamadas pela vida coletiva. Por outro lado, sem uma tal diversificação, toda cooperação seria impossível; a educação assegura a persistência desta diversidade necessária, diferenciando-se, ela própria, e permitindo especializações (DURKHEIM, 1978, p. 40-41).

Não se trata simplesmente de uma influência do pensador na produção textual de Lourenço Filho, nem uma infalível coerência na obra do pedagogo brasileiro. Ao identificar a inspiração de Lourenço Filho no contexto teórico e metodológico de Emile Durkheim, as possibilidades de compreensão de seu discurso, pela reconstituição dos processos que engendram seus pensamentos, podem nos fornecer pistas sobre suas concepções ideológicas mais amplas e não só sobre a educação como um determinado “problema brasileiro”. Podemos ter aqui, em seu artigo que ilustra a primeira RBEP, os indicadores de muitas concepções teóricas abrangentes que norteiam o juízo educador em Lourenço Filho.

O final dos anos 1940 o encontra em plena atividade, é o período de sua maturidade intelectual. Reassume o cargo de professor de Psicologia na Faculdade Nacional de Filosofia, no Distrito Federal e retira-se da direção do Inep. Em 1947, passa a ocupar a direção do Departamento Nacional da Educação; lidera a primeira campanha oficial do governo voltada à educação de adultos; publica artigos e representa o Brasil na II Conferencia Geral da Unesco, no México. No ano seguinte, assume a presidência da Comissão Nacional que elabora o texto da 1ª LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - e é eleito

membro da *Société Française de Psychologie*. Nos últimos anos da década de 1940, organiza, em nome da Unesco, o Seminário Interamericano de Alfabetização de Adultos e é eleito o primeiro presidente da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. Já no início da década de 1950, entre publicações de artigos, prefácios e livros, representa o Brasil na V Conferência Geral da Unesco, na Itália; é eleito presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC - e elabora o anteprojeto de lei relativo à formação e regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, além de outras atividades relativas aos estudos da educação institucional no Brasil e na América Latina.

Estes são dados que demonstram a circulação de Lourenço Filho por lugares diversificados de poder, como também seu envolvimento com as demandas da educação pública da população brasileira.

Uma das faces na trajetória do intelectual, pouco explorada, mas não menos importante, é a de escritor de literatura infantil e juvenil. A relação de sua produção literária infantil e juvenil e sua relação com os livros didáticos da *Série de leitura graduada Pedrinho* – escrita entre 1953 e 1957 - deve ser considerada para análise na presente pesquisa. O envolvimento do autor com este segmento remonta à época de sua contratação pela Companhia Melhoramentos, em 1925, pois o objetivo primeiro da contratação do educador fora o de organizar a coleção *Bibliotheca Infantil*¹⁰ editada desde 1915 pela Weiszflog Irmãos.

No período anterior ao da *série Pedrinho*¹¹, entre 1942 e 1951, Lourenço Filho escreve e publica uma coleção de literatura infantil - *Histórias do Tio Damião*. A coleção, editada por 16 anos, reúne livros indicados para crianças entre seis e oito anos e, de acordo com Bertoletti (2002), as histórias¹² giram em torno do cotidiano de uma personagem curiosa e esperta, a menina Dedé, que, entre travessuras e diálogos entre adultos e crianças e entre crianças, aprende com as histórias narradas por

¹⁰ Conforme Donato (1990, p. 50-51), o primeiro título publicado na coleção é *O Patinho Feio*, texto infantil de Hans Christian Andersen, adaptado por Arnaldo Oliveira Barreto e ilustrado por Franz Richter. Os livros da coleção apresentavam um padrão dimensional de 13x 17 cm, capa dura com letras maiores que o convencional naquele período e eram ricamente ilustrados. A coleção foi encerrada em 1958, com 100 títulos publicados.

¹¹ Ao longo do texto, a *Série de leitura graduada Pedrinho* é também identificada na sua forma mais conhecida e simplificada: “série Pedrinho”.

¹² São títulos da coleção, cuja autoria é de Lourenço Filho: *Toto* (1942); *Baianinha* (1942); *Papagaio Real* (1943); *Tão pequenino* (1943); *Saci-Pererê* (1944); *O indiozinho* (1944); *A irmã do indiozinho* (1946); *A Gauchita* (1946); *A formiguinha* (1946); *No Circo* (1946); *Maria do Céu* (1951); *E eu, também...* (1951).

Tio Damião e outros narradores. As temáticas giram em torno dos “tipos, usos e costumes regionais, bem como aspectos do folclore brasileiro, havendo, ainda, a antropomorfização de alguns animais” (BERTOLETTI, 2002, p. 3).

Naqueles dias, em 1954, a Companhia Melhoramentos publica o volume 9, *São Paulo*, da série juvenil *Viagem através do Brasil*¹³, que é escrito pelo intelectual Lourenço Filho e ilustrado pelo artista Percy Lau. O livro é organizado em trinta capítulos e combina textos literários e conteúdos pedagógicos. Colado na primeira e segunda capa está um mapa do estado de São Paulo, em cores, com legendas, “convenções” e um quadro, na base esquerda inferior, que destaca a região do Porto de Santos. Na terceira e quarta capa há um mapa do Brasil em cores, que inclui dois pequenos quadros com a ilustração do mapa do Brasil, dividido em regiões geográficas, este em cores, e também outro mapa, em preto e branco, apresentando o Brasil por sua densidade populacional. No canto esquerdo da terceira capa, estão registrados dados, em números, sobre o Brasil daqueles dias, com a inscrição: “Os dados referentes à população foram extraídos da ‘Sinopse Preliminar do Censo Demográfico’ – 1950”. Os demais, do “Anuário Estatístico do Brasil” (LOURENÇO FILHO, 1954). Todo o interior do livro apresenta 165 ilustrações no estilo bico de pena, em nanquim preto; são representados mapas, paisagens, florestas, festas folclóricas, atividades profissionais e vistas panorâmicas das cidades paulistas - por seus centros urbanos, prédios públicos, escolas -, destacando-se os monumentos erguidos nas praças públicas das cidades paulistas. Nas páginas 50 e 51 há uma ilustração panorâmica que representa o centro da cidade de São Paulo. O destaque, tanto nos textos escritos como nas ilustrações, é a apresentação de um estado brasileiro progressista, que combina o que há de mais moderno no Brasil daqueles dias, com a riqueza produzida pelo Brasil rural. Tudo permeado pela valorização da natureza brasileira e de um passado histórico glorioso.

O livro relata as “aventuras” de um grupo de meninos guiados pelo personagem Tio Damião. O autor faz uma descrição minuciosa de São Paulo, por seus aspectos geográficos, históricos e culturais. Chama

¹³ A série *Viagem através do Brasil* é constituída por dez volumes: vol. 1 – Amazonas e Pará; vol. 2 – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe; vol. 3 – Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro; vol. 4 – Minas Gerais; vol. 5 – Rio Grande do Sul; vol. 7 – Paraná; vol. 8 – Distrito Federal; vol. 9 – São Paulo; vol. 10 – Goiás e Mato Grosso. Além de Lourenço Filho, a série é escrita por Ariosto Espinheira (a maior parte dos volumes), João Guimarães e Elza Coelho de Souza.

a atenção, no capítulo X, quando o grupo chega à região do vale do rio Paraíba, e Lourenço Filho faz o seguinte discurso para as crianças, na voz de Tio Damião:

- Olhem uma rodovia, que sai para os lados da Mantiqueira. Vai atingir Campos do Jordão, passando pelo antigo município de Buquira, que hoje se chama *Monteiro Lobato*, em homenagem a esse grande escritor paulista. – Vocês o conhecem, disse tio Damião, especialmente pelos livros de contos. Mas *José Bento Monteiro Lobato* foi homem de letras que se destacou pelo estilo, vivo e colorido, original, e pela coragem com que fazia suas críticas ao que entendesse errado... Descreveu velhas povoações deste vale, num livro chamado “*Cidades Mortas*”. Glorificou o café, em outro livro “*Onda Verde*”. Pôs em brios os homens da cidade, revelando o caboclo doente e, por isso, desanimado de algumas zonas, a que chamou “*Jeca Tatu*”[...] Cheguemos até a cidadezinha (LOURENÇO FILHO, 1954, p. 77).

Nas palavras elogiosas de Lourenço Filho sobre escritor paulista não há referências diretas à obra infantil de Monteiro Lobato, mas na expressão “homem de letras” ou “estilo vivo e colorido, original, e pela coragem com que fazia críticas” pode-se identificar o reconhecimento de Lourenço Filho diante do grande escritor e intelectual engajado brasileiro que Monteiro Lobato representou.

De acordo com Bertolotti (2010, p. 101), em Lourenço Filho as “concepções estéticas e literárias combinam-se a concepções educacionais, psicológicas e editoriais, uma vez que a literatura infantil por ele tematizada faz parte de um projeto maior de educação”. Assim, pode-se avaliar que a literatura infantil que produziu foi mais um veículo para que o intelectual, na maturidade, expressasse seu conjunto de ideais voltados ao aprimoramento das práticas pedagógicas e experimentos sobre a maturidade da criança para o aprendizado, tanto no campo da psicologia educacional como no campo da sociologia da educação. Conforme a autora (BERTOLETTI, 2010, p. 107-108),

Na produção de *Histórias do Tio Damião*, Lourenço Filho advogou ideais “modernos” em relação às urgências educacionais e culturais de

sua época; no entanto, “tradicionais” aos olhos do presente, uma vez que pressupunham: ideias a respeito da importância da educação para a civilização, para ingresso na “modernidade”, com culto da Razão; [...].

Diante da produção intelectual que apresenta no final dos anos quarenta e início dos cinquenta, pode-se avaliar que a *Série de leitura graduada Pedrinho* está inserida no conjunto textual, contextual e linguístico identificado na coleção de literatura infantil *Histórias de Tio Damião* e no volume 9 da série juvenil *Viagem através do Brasil*, por manter e fortalecer o mesmo estilo “literário-pedagógico”, com ideais educacionais para a infância, num país que se quer moderno, legitimados numa série de livros exclusivamente didáticos.

Em defesa dessa modernidade educacional, da segunda metade dos anos cinquenta até o primeiro semestre de 1970, Lourenço Filho preside seminários nacionais e internacionais, recebe, no Peru, o título de professor honorário da Universidade Mayor de São Marcos e, em 1957, se aposenta como professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Faz revisões e publica novas edições de livros escritos nas décadas de trinta e quarenta; escreve artigos para revistas e jornais brasileiros e da América Latina. No início de 1970, preside a comissão que planeja o curso de mestrado em Psicologia do ISOP – Instituto de Seleção e Orientação Profissional¹⁴, que é inaugurado no ano seguinte, que se transfere para a UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – em 1991. Ainda em 1970, publica conferências e prefácios de livros diversos, como também lhe é concedido, pelo governo da ditadura militar, o grau de Comendador da Ordem do Mérito do Trabalho. O último trabalho intelectual de Lourenço Filho é o prefácio “Métodos de Ensino da Leitura”, publicado em 1971, após a morte do autor, que ele escreve para apresentação do livro *Problemas e Métodos no Ensino da Leitura*, de Berta de Braslavsky.

Dessa forma, pode-se dizer que o campo educacional que constrói e é construído por Lourenço Filho é aquele que vai desde a elaboração de leis, diretrizes para a administração pública do ensino,

¹⁴ O ISOP – Instituto de Seleção e Orientação Profissional -, órgão estatal, criado em 1947 com o objetivo de instrumentalizar novas demandas quanto à gestão do trabalho no período de incremento da industrialização brasileira logo após a segunda Guerra Mundial.

concepção e renovação de métodos educacionais até a criação de uma literatura didática e pedagógica para adultos e crianças. A atuação do intelectual é inovadora e ao mesmo tempo consolidada por pressupostos que passam a ser considerados, por muitos, como conservadores. Cabe aqui uma observação: no campo educacional que ajudou a consolidar, Lourenço Filho conquistou as condições para participar do jogo e, de forma consciente, se convenceu que as regras do jogo eram importantes, tanto para ele como para seu projeto de nação escolarizada. Conforme as reflexões de Bourdieu (2004a) seria a consciência da *illusio*, que lhe garante as condições de participar do jogo entre seus pares, o poder político de cada período e acreditar na importância de seu papel como brasileiro preocupado com a educação da população que necessita de escolarização. O capital cultural e social que Lourenço Filho conquistou ao longo de cinco décadas só pode produzir seus efeitos por meio das regras inerentes ao próprio campo educacional, que não está separado dos demais campos de luta e poder que o intelectual transitou em sua história de educador e administrador. Quando Lourenço Filho ingressa como novato no campo intelectual/educacional, no início dos anos vinte, seu capital cultural e títulos escolares representam o bilhete de ingresso às especificidades desse campo. Com o decorrer do tempo, com suas práticas orientadas para a aquisição e acumulação de mais capital cultural e social, seu prestígio e reconhecimento se consolidam, conferindo-lhe assim autoridade no campo que o construiu e ajudou a construir.

A atuação estável de Lourenço Filho no interior da máquina pública governamental, ocupando cargos estratégicos no que diz respeito à administração e planejamento educacional, é fato que despertou curiosidade e críticas entre os pesquisadores da história da educação brasileira. Tal fato pode ser compreendido com a reflexão que Pierre Bourdieu realiza em torno das especificidades dos campos de produção cultural. Segundo o sociólogo, as posições de poder ocupadas no campo cultural, entre artistas e escritores, “[...] os intelectuais, são uma fração dominada da classe dominante.” (BOURDIEU, 2004a, p. 174-175). Com isso, o autor quer dizer que as relações entre os produtores culturais, como os intelectuais, de modo geral, são dominadas pelos detentores do poder econômico e político. Bourdieu ainda esclarece que, na atualidade (quando reflete e publica suas ideias), esta forma de dominação não é exercida como em tempos anteriores, se referindo ao mecenato, mas sim a dominação no campo cultural na atualidade se apresenta de forma estruturada nos mecanismos

generalizantes de uma economia de mercado, para se referir às possibilidades de publicação, exposição, divulgação, etc.

Não se pode afirmar que a atuação de Lourenço Filho na máquina pública educacional tenha se estabelecido através dos mecanismos de uma economia de mercado, mas pode-se dizer que sua atuação estável em governos com diretrizes políticas diversas, esteve fundamentada no poder simbólico representado por seus títulos e experiência, como educador prestigiado entre seus pares e a classe política brasileira. Lembrando que o intelectual educador nunca se envolveu publicamente com a política partidária nacional. Ter Lourenço Filho ocupando algum cargo público atribuía crédito e prestígio ao administrador que o nomeou, assim, de certa forma, o jogo jogado pelo intelectual possibilitou lucros simbólicos tanto para o intelectual, para a Companhia Melhoramentos, como para os políticos brasileiros que o mantinham em seus projetos para a pasta da Educação entre as décadas de vinte e sessenta.

Pode-se dizer, assim, que a educação escolarizada, com base na racionalização das ciências, é o *locus* da trajetória intelectual de Lourenço Filho. A partir desse *locus*, outras prioridades para o ingresso da nação brasileira no mundo civilizado, como uma educação democrática, para crianças e adultos, para ambos os sexos, para a cidade e para o campo, indiscriminadamente, movem seus discursos de intelectual, da juventude à maturidade, independentemente de quem estivesse no poder ou como se tivesse efetuado o processo de ingresso desses governantes no poder.

1.4 O escritor-empresário e o educador-escritor: encontros e desencontros

Se a educação escolarizada da população brasileira é o fio condutor do discurso intelectual de Lourenço Filho para um novo Brasil, pode-se dizer que o discurso intelectual de Monteiro Lobato é movido não por um elemento central, mas por um conjunto de elementos que, reunidos em forma literária, reclamam também a emergência de um novo Brasil. A produção dos vínculos afetivos e reconhecimento intelectual de Lobato são argumentos para a ampliação da rede de sociabilidade do baiano Anísio Teixeira quando de seu retorno ao Brasil após o período de estudos nos Estados Unidos. Tal relação, como outras

relações de amizade cultivadas por Lobato, ultrapassam os interesses educacionais ou literários voltados ao desenvolvimento da nação brasileira e transbordam em outras esferas da vida de cada um deles, como nos interesses econômicos, conforme a imagem produzida na figura 1.

Ao escrever sobre assuntos variados, que transitam entre arte, economia, educação, novas tecnologias e política, Lobato constrói um discurso público amplo, que passa pelo progresso e o desenvolvimento nacional. O sonho que constituiria um Brasil industrializado, escolarizado e progressista, na maturidade de homem com mais de cinquenta anos, passava pelo sonho de um país governado por homens de saber. Ao analisar a perspectiva de progresso para Lobato em *A Reforma da Natureza e A Chave do Tamanho* – livros para o público infantil, da década de 1940 - Campos (1986, p. 150), destaca uma importante projeção do intelectual: “Percebe-se, ainda aqui, o velho sonho de Lobato – um governo exercido por intelectuais. Nesse novo núcleo humano não havia os horrores da desigualdade social, da fome, da guerra e das horríveis complicações criadas pelos inventos mecânicos”.

O sonho de Lobato, identificado por André Luiz de Campos, nos remete ao “sonho de Comte” – que defende a legitimação da racionalidade científica como critério fundamental para a organização política das sociedades industrializadas que se formavam a partir do século XVIII na Europa. Para o filósofo, *considerado pai da sociologia*, numa sociedade moderna os políticos seriam substituídos por intelectuais na condução administrativa das nações. Comte, como um dos mais notórios representantes do movimento Iluminista, motivado pelas ideias de Condorcet e Saint Simon, busca sua definição do que é ciência a partir da evolução representada pelo avanço do conhecimento humano. De acordo com seus princípios a humanidade desenvolve seus conhecimentos em três estágios elementares: o Estado teleológico, que é marcado pelo fetichismo das crenças no sobrenatural; o Estado metafísico, quando os agentes divinos são substituídos por agentes mais generalizantes relacionadas à essência das coisas; e o Estado positivo, que é o “científico”, aquele onde o homem busca associar os acontecimentos por meio de rigorosa observação e raciocínio. Assim, numa perspectiva evolucionista, Comte relaciona o desenvolvimento do conhecimento humano à evolução do próprio ser que percorre a infância (religião), adolescência (filosofia) e maturidade (ciência). A ciência é, portanto, a única e última dimensão de explicação possível para os

fenômenos naturais. Assim, como os fenômenos naturais devem ser explicados pela racionalidade das ciências, Comte defende que a mesma metodologia, a positivista, pode ser aplicada para explicar os fenômenos sociais. A substituição, nos cargos administrativos estatais, dos políticos por cientistas, garantiria Estados modernos justos comprometidos com o desenvolvimento da humanidade.

De acordo com Campos (1986), a crença num governo de homens movidos pela razão permeia o discurso de Lobato da juventude à velhice. O mesmo não acontece com seu discurso sobre os “criadores da civilização”, do progresso material. Toda a admiração de Pedrinho, em *Geografia de Dona Benta*, ao avistar o *Empire State Building*, é revista em *A Chave do Tamanho*, em que defende uma civilização “mais natural”, sem a pressa representada pela busca do dinheiro e “desapareceria a maior parte dos símbolos mais caros à ideia de progresso.” (CAMPOS, 1986, p. 151). Trata-se, certamente, dentre outras contingências, do resultado das experiências, das decepções e reflexões de um homem na sexta década de sua existência, derrotado em muitos de seus empreendimentos econômicos, mas gratificado pelo reconhecimento carinhoso recebido das crianças, representantes de um futuro que não experimentará.

Tanto nos discursos informais, defendidos nas cartas aos amigos, como nos formais, dos artigos jornalísticos, dos livros para adultos ou livros infantis, é revelada a essência do discurso político de cada um dos intelectuais. Neles, pontos são tecidos numa rede de relações que ligam um grupo de intelectuais brasileiros, localizados num tempo e lugar, envolvidos por uma linguagem essencialmente inserida nesse tempo e lugar.

As palavras cristalizadas por Lobato e Lourenço Filho fazem parte do mundo da *langue* e da *parole* - da apresentação e de seu contexto - que é dinâmico, num mundo que é mudado e muda com as particularidades linguísticas, com sentidos, signos e significados que mudam e são mudados socialmente. O contexto, aqui, não representa somente um “pano de fundo”, o cenário em que os atores estão em primeiro plano, mas a simbiose entre ator, roteiro, cenário, outros atores e plateia. Para compreendermos os textos de Lobato e Lourenço Filho como discursos políticos, a sugestão de Skinner, quanto ao procedimento metodológico é apropriada:

Não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão-somente os próprios

textos [...] precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos [...] necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época. Pois compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e, portanto implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer. (SKINNER, 1996, p. 13).

Segundo Ricardo Silva (2006), a reconstrução do contexto linguístico em que o discurso político foi desenvolvido é importante para a compreensão da intencionalidade da ação do intelectual. As palavras, expressões, bem como a maneira de empregá-las, tanto numa carta pessoal, como num texto para a criança ou acadêmico, podem revelar um conjunto de intencionalidades no discurso dos intelectuais Monteiro Lobato e Lourenço Filho. O fazer coisas com palavras revela para o estudioso do discurso intelectual o que ele estava fazendo quando escreveu o que escreveu. Os contextos em que ocorrem os discursos dos intelectuais, ao mesmo tempo em que proporcionam habilitação ao discurso, restringem suas possibilidades de atuação, pois podem adquirir sentidos diversos, de acordo com os contextos experimentados pelo leitor e, por consequência, sua crítica, já que as palavras não apresentam um significado essencial, mas seu significado é marcado pela temporalidade das ideias. O entendimento dessas ideias, que são ações, depende de convenções linguísticas disponíveis no tempo histórico em que são produzidas.

Assim, os discursos de Lobato e Lourenço Filho nos livros de literatura infantil, com conteúdos pedagógicos ou não, ou exclusivamente direcionados ao público escolar, fazem parte de convenções compartilhadas pela sociedade de seu tempo; permitem, portanto, a comunicação entre os participantes desses “jogos de linguagem”, circunscritos em grupos sociais de períodos e lugares determinados. Para que haja compreensão mútua entre os autores das ideias - que são ações -, é necessário que os participantes desses jogos de linguagem compartilhem dos mesmos mecanismos para entendimento do vocabulário político inserido no discurso. Vejamos o exemplo de um trecho de *Geografia de Dona Benta* – livro destinado ao público a partir dos nove anos de idade, no Brasil dos anos trinta -,

quando Lobato descreve o abate do gado no Rio Grande do Sul, na voz de Dona Benta:

São matadores de bois. Cada animal que chega ao fim do corredor, recebe deles um pontão de faca na nuca, num lugarzinho mortal que todos os animais possuem na cabeça. Olhe lá! Aquele magarefe acaba de erguer a faca para matar o boi que lhe chegou perto... Realmente foi assim. A faca desceu num golpe seguro e o boi caiu; imediatamente outros homens o puxaram dali; outros lhe tiraram o couro; outros abriram-no para extrair a barrigada, e depois o picaram em quartos, que iam dependurando em ganchos de ferro. [...] – Estou com remorso de gostar tanto de picadinho de carne seca com pirão, disse a menina. Agora é que sei donde vem tal petisco... (LOBATO, 1935, p. 35-36).

Na produção impressa das ideias de Lobato, naquele cenário específico, pode-se pensar que era possível relatar para a criança leitora o processo real do abate do gado para consumo humano, da mesma forma que a observação da personagem Narizinho, que cita o prazer em consumir “picadinho de carne seca com pirão”, o que faz sentido no Brasil daquele tempo e lugar. É mais uma das expressões que revelam a brasilidade de José Bento Monteiro Lobato. No caso de Lourenço Filho, um trecho emblemático de *Aventuras de Pedrinho* também pode ser citado:

Voltando ao acampamento, os meninos logo viram ferver, sobre o fogãozinho de pedras, o caldeirão do almoço. Sabem o que iam comer naquele dia?...*Feijão de tropeiro*. É uma comida simples, mas de sustância. Faz-se com feijão, um pouco de tocinho e carne seca. Come-se com farinha de mandioca, ou com farinha de milho. – Um prato dessa mistura, acompanhada de duas laranjas, representa uma refeição completa, disse Chico Tião. (LOURENÇO FILHO, 1961a, p. 17).

Pode-se dizer que a brasilidade do intelectual Manoel Bergström Lourenço Filho se revela nas palavras de Chico Tião, pela

familiaridade com a mistura do feijão, carne seca, farinha, toucinho e laranja. Nos dois casos, os jogos de linguagem representam não só os hábitos alimentares compartilhados em determinadas regiões brasileiras de uma época, mas também um discurso que pode subsidiar estudos sobre o grau de (in)tolerância ou de maior compreensão diante das diversidades culturais da nação brasileira. O mesmo vale para o entendimento do que é ou não é apropriado registrar num livro infantil com finalidades pedagógicas. A descrição do abate do gado, no livro de Lobato, e os registros do que é uma comida saudável apreciada pela criança brasileira - carne seca, farinha de mandioca ou de milho, pirão e toucinho - nos dois autores, pode revelar jogos de linguagem subjetivados sobre os graus de tolerância ao que é violência ou ao que é salutar, naquele contexto.

Em Lobato, a irreverência e/ou o retrato submisso de seus personagens é, muitas vezes, a expressão de um contexto social e linguístico tradicional, ou inovador, experimentado pelo autor e pela sociedade brasileira do qual ele era parte naqueles anos. Tal contexto está expresso nos jornais em que escrevia e nos que também lia; nos livros de autores brasileiros e estrangeiros que faziam parte de suas leituras cotidianas e trabalhos de tradução; dos diálogos experimentados por seu grupo social e por outros grupos sociais de seu tempo e lugar: a cidade e o campo da Taubaté da infância; a São Paulo urbanizada da adolescência e juventude; a fazenda Buquira de terras cansadas da decadente Areias; a São Paulo das editoras e revistas culturais; a Nova Iorque rica e progressista; a capital da República dos anos trinta e o sonho de “dar ferro e petróleo” ao Brasil e, com isso, enriquecer. As palavras e ações de Lobato fazem sentido naquele universo de regras estabelecidas, como também na ousadia quando o intelectual subverte as convenções e reinventa palavras ou quando coloca reflexões “de adultos” na boca da criança. A complexidade é uma característica importante na literatura infantil pedagógica de Lobato. Esta especificidade pode ser relacionada ao que diz Pocock (2003, p. 28):

Quanto mais complexo, e até mesmo quanto mais contraditório o contexto linguístico em que ele se situa, mais ricos e mais ambivalentes serão os atos de fala que ele terá condições de emitir, e maior será a probabilidade de que esses atos atuem sobre o próprio contexto e induzam a modificações e transformações no interior dele.

O que Lobato defende num determinado trecho de um livro infantil com conteúdos pedagógicos, como *Geografia de Dona Benta*, pode ser interpretado como contraditório em outro trecho do mesmo livro se não considerarmos a contextualização histórica, social e, especialmente, a contextualização linguística em que ele se situa. Um exemplo que pode ser emblemático está na posição de Lobato quanto ao lugar do negro na sociedade ocidental: “Nem queiram saber, meus filhos, o que foi o celebre tráfico de escravos africanos... Virou a maior tragédia da História. A crueldade dos brancos, a cupidez dos civilizados excedeu a tudo quanto se possa imaginar.” (LOBATO, 1935, p. 191). Em seguida relata ao público infantil o processo que envolvia o comércio da escravidão, desde a “caçada” aos nativos, os maus tratos e as mortes ocorridas a partir das longas caminhadas pelo continente africano até o litoral, como também as muitas mortes ocorridas nos navios, na travessia do Atlântico. Lobato, na voz de Dona Benta, enfatiza que “os sobreviventes eram vendidos por bom dinheiro aos plantadores de cana de açúcar e café” (LOBATO, 1935, p. 191). Na mesma página, relata a origem da Tia Nastácia, filha de uma angolana escravizada e de propriedade do marido de Dona Benta: “Meu marido, que Deus haja, comprou-a por 2:5000\$000, lembro-me muito bem... Uma das causas do despovoamento da África está aí. Calculam certos estudiosos, que mais de 2 milhões de negros eram arrancados das suas aldeias anualmente, imaginem!” (LOBATO, 1935, p. 193).

Os atos de fala de Lobato aqui são caracterizados pela complexidade representada por palavras que designam indignação. São marcas de uma história de crueldades que “escandalizam” o autor, como um ser humano sensível, na voz de *Dona Benta*, quando a personagem lembra os detalhes do processo que envolve a diáspora africana. O mesmo processo é naturalizado na última etapa dele, quando o autor relata os detalhes do preço que custou a compra da mãe de Tia Nastácia, uma mulher angolana, que não tem seu nome mencionado. O registro da compra de um ser humano pelo marido de Dona Benta é acompanhado pela expressão que designa um lamento pelo ente morto, o “*que Deus haja*”. É dessa forma que é finalizado o tema no diálogo de Dona Benta e Pedrinho:

Bem. Mudemos de assunto. A tragédia foi longa, mas passou. Os países da América foram libertando os seus escravos, primeiro este, depois aquele. A Argentina libertou-os em 1813 – foi dos

primeiros e por isso está agora gozando a recompensa. O México libertou-os em 1829. Os Estados Unidos, em 1863 e o Brasil, em 1888. – Por último, hein? Que vergonha para nós! Comentou o menino. – Sim. Fomos o último povo do mundo a libertar os escravos. Realmente essa demora em nada nos honra [...]. (LOBATO, 1935, p. 215).

Percebe-se que os dois trechos elegem o mesmo tema, “a escravidão”. Aparentemente contraditório, o discurso de Lobato pode revelar a complexidade e a ambivalência em que se insere o contexto linguístico de sua obra, em que um mesmo processo histórico pode ser registrado como “crueldade dos civilizados” e, a transação comercial relatada com pormenores da compra de um ser humano pode não ser um ato cruel, mas sim uma etapa do processo histórico que foi naturalizada num contexto social, cultural e linguístico.

No caso de Lourenço Filho, a contextualização linguística depende da história do pensamento pedagógico e das ideias educacionais de seu tempo. O protagonismo do intelectual está circunscrito a um universo social e político do pensamento pedagógico vanguardista da época. Conforme Leda Maria Silva Lourenço (1997, p. 47),

Os escritos mais antigos de Lourenço Filho, de conteúdo pedagógico e social, são artigos de jornal publicados no período de 1915 a 1921. A análise desses artigos permite identificar algumas ideias, que deixam entrever facetas do pensamento social e político da época, que refletem problemas educacionais do momento e que parecem traduzir preocupações fundamentais do autor, ideias essas que estão relacionadas, de algum modo, a trabalhos posteriores de Lourenço Filho, [...].

Ao interpretar o discurso de Lourenço Filho como texto político e histórico, podemos considerar a sustentação de uma das matrizes teóricas utilizadas pelo educador brasileiro na construção de suas ideias sobre a organização de um sistema educativo numa república moderna, para fundamentar seus argumentos. Conhecido como uns dos maiores defensores e divulgadores da psicologia educacional, percebemos aqui

um Lourenço Filho divulgador das ideias sociológicas forjadas por Durkheim quando este versa sobre uma educação ideal para a república francesa no início do século XX. Assim, é possível pensar que o modelo educacional idealizado por Durkheim para a França mais de quatro décadas antes faça parte do contexto dialógico estabelecido por Lourenço Filho em seu discurso científico quanto aos problemas da educação brasileira. As interações entre os dois discursos podem ter emergido das leituras das obras de Durkheim por Lourenço Filho, mais especificamente na obra traduzida em 1928. São conexões que se atualizam em seu discurso no contexto político educacional brasileiro, pensado por ele naquilo que ele percebia como *problema político da educação* no País. Nas palavras de Skinner, “a própria vida política coloca os principais problemas para o teórico da política, fazendo que um certo elenco de pontos pareça problemático, e um rol correspondente de questões se converta nos principais tópicos da discussão” (SKINNER, 1996, p. 10).

A intenção discursiva no artigo da revista não se limita às palavras direcionadas aos seus pares, mas reverbera em ações de um intelectual que não só ocupa cargos na máquina pública educacional, mas também atua no mercado editorial de livros para a educação brasileira. É um discurso que faz sentido naquele momento político da nação brasileira, em que as discussões sobre a organização do sistema educacional mobilizavam a intelectualidade e as autoridades públicas.

Neste sentido, o artigo de Lourenço Filho é ação num contexto histórico entre as décadas de 1940 e 1950, pois, além de o intelectual publicar relatórios técnicos de suas pesquisas na RBEP que “fornecem respostas científicas a problemas internos do processo de escolarização.” (GANDINI, 1995, p. 96), também se dedica a escrever livros para crianças, profere palestras, ministra cursos de psicologia, e faz parte das discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira. Em face disso, é possível pensar que o artigo publicado no primeiro número da RBEP faça parte de um processo num contexto histórico e linguístico específico que se justifica no interior das demandas e debates daquele momento da história política e social brasileira. Certamente, o mesmo contexto abrigava simultaneamente concepções e discursos diversos, como também intenções diversificadas sobre os problemas da educação nacional. Num debate ideológico, Lourenço Filho se inspira nos escritos de Durkheim e direciona seu discurso aos potenciais leitores da revista, defendendo concepções construídas e compartilhadas por alguns e refutadas por outros. Dessa forma, podemos analisar o artigo de

Lourenço Filho na RBEP situando “o texto em questão no contexto de convenções linguísticas e sociais que governam o tratamento dos temas e problemas com os quais o texto se ocupa.” (SILVA, 2006, p. 9). Como também considerar o que escreve Bourdieu (2004a, p. 169-170):

O campo de produção cultural é este mundo social absolutamente particular que a velha noção de republica das letras evocava. Mas não se deve ficar limitado ao que não passa de uma imagem cômoda. E se é possível observar todos os tipos de homologias estruturais e funcionais entre o campo social como um todo ou o campo político, e o campo literário, que como eles têm seus dominantes e seus dominados, seus conservadores e sua vanguarda, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução, ainda é verdade que cada um desses fenômenos reveste-se de uma forma inteiramente específica no interior do campo literário.

Dessa forma, compreender as carreiras e obras de Lobato e Lourenço Filho como associações de intelectuais sujeitos às estruturas das redes que os envolvem é pensar na dialética entre as posições ocupadas por Lobato e Lourenço Filho e as disposições encontradas e construídas por eles e seus grupos.

2 OS PEDRINHOS

O hábito de não mudar os nomes começou há muito tempo [...]. Eles nunca mudam seus nomes desde o começo, quando os primeiros humanos existiam no mundo [...]. (MAUSS, 2003, p. 377).

Neste capítulo procura-se construir o perfil de cada um dos Pedrinhos - o de Monteiro Lobato e o de Lourenço Filho -, para tanto são destacados aspectos voltados aos mecanismos de socialização na construção das identidades dos personagens, como as atribuições e as aquisições que resultam nas identidades individuais e sociais de cada um deles. Entre as atribuições e aquisições, são exploradas as questões relativas ao nome próprio atribuído a cada um deles e à construção do menino brasileiro e do *vir a ser* adulto que cada um dos personagens pode representar para o futuro da nação. Da mesma forma, explora-se o desenvolvimento de algumas questões propostas no texto – como a apresentação dos conhecimentos sobre o Brasil, suas crenças, artes, moral e costumes -, sob a ótica de dois intelectuais, Monteiro Lobato e Lourenço Filho, buscando-se na abordagem das ciências sociais instrumentos teóricos e metodológicos para sustentar tais discussões. Para tanto, foram selecionados os livros *O Saci*, *Geografia de Dona Benta* e *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato. De Lourenço Filho, a *Série de leitura graduada Pedrinho*.¹⁵ – que reúne os volumes *Pedrinho*; *Os amigos de Pedrinho*; *Aventuras de Pedrinho*; *Leituras de Pedrinho e Maria Clara* e os respectivos *Guia do Mestre*, volumes da série direcionados aos professores. Em *Geografia de Dona Benta*, o recorte empírico elege os capítulos VI, VII, VIII, XIX, X e XI, que tratam especificamente do território brasileiro, sem menosprezar os demais conteúdos que constroem o livro, na forma de apoio analítico.

A seleção dos três livros de Monteiro Lobato justifica-se pelas seguintes motivações: *O Saci* (1921), por ser o livro em que o

¹⁵ A *Série de leitura graduada Pedrinho* é uma coleção de livros didáticos destinados ao curso primário, publicada pela Edições Melhoramentos entre 1953 e 1970. É composta por quatro livros de leitura, uma cartilha e os respectivos *Guias do Mestre*, volumes dirigidos à orientação dos professores. A coleção foi reeditada até 1970, com um total de 4.649.376 livros. Se incluirmos os *Guias do Mestre*, a tiragem total se eleva a 4.778.171. No presente trabalho não utilizo a Cartilha Upa cavalinho! como fonte de pesquisa.

personagem *Pedrinho* é forjado e participa como protagonista nesta aventura do Sítio do Picapau Amarelo; *Geografia de Dona Benta* (1935), por ser o livro com conteúdos pedagógicos em que Lobato inclui no “roteiro das viagens”, visitas às regiões brasileiras, explorando não só sua geografia, mas sua história e cultura (no livro anterior, *Histórias do mundo para crianças*, de 1932, o autor não havia incluído conteúdos sobre o Brasil); e *Caçadas de Pedrinho* (1933), por seu conteúdo emblemático, com o qual o protagonismo do personagem contribui para a construção de sua própria personalidade e por remeter a questões relativas ao Brasil de um tempo histórico, político, social e linguístico que devem ser consideradas pelas análises propostas nesta pesquisa. Os livros de Monteiro Lobato destinados ao público infantil circularam nas escolas, bibliotecas e lares brasileiros no decorrer do século XX e apresentam novas edições e reimpressões até os dias atuais.

Os quatro volumes da *Série de leitura graduada Pedrinho* integram o presente trabalho como forma de ampliação e continuidade de elementos já explorados anteriormente na dissertação defendida por mim em julho de 2009, sob o título *A Série de leitura graduada Pedrinho e a perspectiva de socialização em Lourenço Filho (1953-1970)*, volumes 2 e 3 da série didática, analisados com o objetivo de identificar elementos de uma determinada sociologia na obra infantil do intelectual Lourenço Filho.

2.1 Um nome só: Pedrinho

Ao construir uma etnografia da nominação e cosmologia dos indivíduos da etnia pirahã, que habita um território entre os rios Marmelos e rio Maici, na região sudeste do estado do Amazonas, Marco Antônio Gonçalves especifica que um pirahã já recebe seu primeiro nome antes mesmo de nascer e a atribuição desse nome é marcada pela estreita relação estabelecida na concepção, uma ação abstrata entre natureza e humanos, do novo membro daquela sociedade. Segundo o antropólogo (GONÇALVES, 1993, p. 42),

Este nome é sua marca. Ao mesmo tempo que o particulariza, fala de sua origem, referindo-se ao início da existência de um indivíduo. Diríamos que a primeira referência nominativa que um

indivíduo recebe, o conjunto de nomes, é uma fonte de história individual, sua partida, seu começo. O indivíduo jamais perderá esse nome e se recordará para sempre dele, mesmo que deixe de usá-lo.

A concepção de um pirahã não está associada diretamente ao intercuro sexual, mas sim a um acontecimento extraordinário que envolve humanos e natureza, “um susto” que promove a concepção e a partir do extraordinário o novo ser passa a ser “construído” pelo homem e pela mulher. Da mãe, o novo ser recebe o sangue menstrual que estancou após a concepção. Do pai o novo pirahã recebe o esperma que formará seus ossos e sua carne. Quando a mulher percebe que está grávida, ela, o marido e outros parentes passam a recordar os acontecimentos que podem ter propiciado “o susto” da concepção. “A partir desse momento, a criança concebida passa a ser referida pelos nomes que evocam a reconstituição do evento de sua concepção” (GONÇALVES, 1993, p. 44). Para citar um exemplo de como um evento extraordinário é germinador de um novo ser e determina, via memória e interpretação coletiva, a escolha de um nome, o autor (1993, p. 45), registra:

[...] uma mulher pegou um tambaqui assado pela cabeça pensando que estava frio; queimou os dedos pois saíra há pouco do fogo. O acontecimento produziu um “susto” que foi associado como causador da concepção. O nome da criança representa o seguinte conjunto de nomes, produzidos por esse evento: *maitsege paoe hoai* (tambaqui cabeça queimada ou “a cabeça queimada do tambaqui”). [...] Apesar de ser identificada a um conjunto de nomes ligados ao evento que provocou a concepção, possuirá apenas um nome de referência que a identificará.

Ao citar o pequeno excerto da pesquisa do antropólogo Marco Antônio Gonçalves procura-se destacar a importância da escolha e atribuição do nome próprio de cada indivíduo nas sociedades humanas e utilizar como exemplo uma sociedade autóctone da América Latina, mais precisamente do território brasileiro. No exemplo da pesquisa de Marco Antônio Gonçalves percebe-se a importância da experiência social na atribuição de um nome, pois os nomes que são atribuídos às

crianças antes mesmo delas nascerem partem da realidade experimentada pelo grupo (a relação entre os humanos, flora e fauna locais), como também dependem de interpretações que geram significados para compreensão das experiências sociais. Nas sociedades modernas ocidentais a natureza também empresta nomes aos indivíduos que a compõem, especialmente a flora. Lévi-Strauss (1989, p. 241) chama a atenção para as escolhas de nomes próprios nas sociedades ocidentais modernas, quando exemplifica que,

[...] damos de bom grado, aos animais e tomamos de empréstimo às plantas certos nomes que servem como termos para chamar entre humanos: nossas filhas, às vezes, são chamadas de Rosa ou Violeta e, reciprocamente, admite-se que várias espécies de animais partilhem com homens ou mulheres os prenomes que usam habitualmente

O *Pedrinho* de Lobato tem seu nome mencionado pela primeira vez no primeiro parágrafo do primeiro capítulo de *O Saci* (LOBATO, 1941, p. 7):

Quando naquela tarde Pedrinho voltou da escola e disse à dona Tonica que as férias iam começar dali uma semana, a boa senhora perguntou: - E onde quer passar as férias deste ano, Pedrinho? O menino botou as mãos na cintura, rindo-se de tamanha ingenuidade. Que pergunta mamãe! Nem parece duma senhora inteligente. Pois onde mais, senão no sítio de vovó?

É assim que Lobato apresenta, em 1921, seu personagem-menino ao público leitor que passou a conhecer o mundo do Sítio do Picapau Amarelo no livro *A menina do narizinho arrebitado* lançado no ano anterior.

Três décadas mais tarde, Lourenço Filho faz a apresentação de seu menino-protagonista da *Série de leitura graduada Pedrinho*, da seguinte forma: “Olhe este menino. O pai dele o chama Pedro. Mas a mãe o chama Pedrinho. E a avó o chama Pedroca.” É assim que Lourenço Filho (1961b, p. 6) inicia a primeira lição do primeiro livro de sua série didática. Na lição seguinte, “Um nome só”, o autor dá continuidade à temática que elege a nominação do protagonista e de

seus familiares como pretexto para exercitar leitura, escrita e levar crianças e professores a trabalharem “a noção dos laços de família.” (LOURENÇO FILHO, 1968a, p. 79).

Mais do que questionar as motivações que levaram os dois intelectuais a elegerem o nome “Pedro”, e seu diminutivo “Pedrinho”, para designarem um personagem menino com tantas características em comum, para evitar qualquer mal-entendido ou falsa questão, escolho por ilustrar e interpretar as particularidades do nome próprio “Pedro” e suas significações para a formação das ideias referentes à construção de uma brasilidade em cada autor.

De acordo com Ana Maria Machado (2003, p. 28), independente da intenção consciente ou não do autor de uma obra literária, o nome que é conferido a um personagem não é uma ocorrência acidental, pois,

Quando um autor confere um Nome a um personagem, já tem uma ideia do papel que lhe destina. É claro que o Nome pode vir a agir sobre o personagem e mesmo modificá-lo, mas, quando isso ocorre, tal fato só vem confirmar que a coerência interna do texto exige que o Nome signifique. É lícito supor que, em grande parte dos casos, o Nome do personagem é anterior à página escrita. Assim sendo, ele terá forçosamente que desempenhar um papel na produção dessa página, na gênese do texto.

Sob esse aspecto, pode-se interpretar a atribuição do nome “Pedrinho”, assim mesmo - no diminutivo de “Pedro” -, como uma forma de conferir aos personagens um papel designado pelos autores, como paradigma ou como personificação de um menino brasileiro ideal para um Brasil pensado por cada um dos intelectuais.

O nome “Pedro” pode remeter, primeiramente, à contextualidade do mundo ocidental no que se refere às escrituras sagradas, que apontam a fundação da Igreja de Cristo e do mundo cristão que se expandiu pela Europa, a partir de sua origem no Oriente Médio. Conforme Figueiredo & Pinto (1999), o personagem do Novo Testamento, “Pedro” era originalmente Simão, um pescador, que passou a seguir o Filho de Deus dentre o grupo dos doze apóstolos do Novo Testamento. É o próprio Cristo quem batiza Simão com um novo nome: Pedro, que significa “pedregulho” ou “pedra pequena”. Na versão aramaica o nome Pedro é “Cefas” (João, 1:42; I Coríntios.15:5 e Gl.2:9)

e “Pedro” é sua versão grega. (Marcos, 3:16; João,1:42). O personagem, como todo bom judeu, conduzia-se por sinais (I Corintos, 1:22) e ao receber os “sinais reveladores” do Salvador, passa a segui-lo. Ao reconhecer a divindade de Jesus, se colocou diante de seus pés e se confessou como um homem pecador (Isaías, 40:25) e para ser transformado em “Pedro” o pescador se despe do que mais o caracterizava: a impulsividade e a violência. Passa a obedecer ao Messias, aquele que traz uma Boa Nova para seu povo, e a aprender a ser um de seus seguidores.

O Pedro discípulo de Jesus passa por muitos episódios de aprendizado no Novo Testamento, como sua experiência relacionada aos dracmas (Mateus, 17:24-27), os impostos que deveriam ser pagos ao templo. Quando os cobradores perguntaram a Pedro se Jesus pagava as dracmas, Pedro respondeu de forma afirmativa. Mas Jesus diz ao seguidor que não precisava pagar aquela taxa porque era o Senhor de todas as coisas. Mas, para evitar um escândalo, deu ordens para que Pedro pescasse e pegasse uma moeda da boca do peixe fígado para pagar o tributo de seu Senhor e o dele próprio. Outro episódio exemplar de aprendizado é aquele em que Pedro passa a conhecer as virtudes do perdão (Mateus,18:21,22). Como um aprendiz exemplar, é sobre o nome “Pedro” e seu significado, “a pequena pedra”, que se sustentará uma edificação nova, com novos significados para as velhas verdades do mundo judeu. “Pedro” é o nome do sustentáculo do “novo” que é sólido, que traz a salvação para quem o aceita, representado pelo cristianismo.

Toda sociedade inventa e reverencia seus mitos fundadores. A invenção não se situa simplesmente na esfera da infinita imaginação e criatividade humana, mas está fundamentada numa história de legitimação, de sobrevivência e de reinvenção constante de cada povo. A nação brasileira pode ter nascido de um empreendimento grandioso, financiado pela realeza lusitana e liderado por um Pedro, o fidalgo navegador português Pedro Álvares Cabral, conforme documentado na carta do escrivão oficial da armada desse navegador, um certo galaico-português, Pero Vaz de Caminha ou Pero Uaaz de Camjnha, popularmente chamado de Pedro Vaz de Caminha. São nossas pedras fundamentais, nossos primeiros mitos fundadores.

Temos, além desses, outros mitos fundadores: Pedro I – que é o Pedro IV de Portugal – e seu filho, Pedro II, os imperadores do Brasil. O primeiro, herdeiro da coroa portuguesa, que decreta a independência da colônia, que foi a corte tropical. O segundo, o menino órfão de mãe, que, ainda muito jovem, sem a presença do pai e sob a tutela de alguns

homens de poder, assume o império brasileiro e, na velhice, é expulso da nação que ajudou a inventar.

Neste circuito de dramatizações regulares, identificamos ainda outro Pedro, mais um mito fundador da nação brasileira, o Pedro Malasartes, aquele indivíduo coletivo que tantas vezes representou e representa o hibridismo característico da brasilidade. De acordo com DaMatta (1997a, p. 272):

[...] vale a pena estudar como a figura de Pedro Malasartes – esse malandro que tão bem define uma das vertentes do nosso caráter – é construída pelo povo em sua originalidade e generalidade, em sua precisão e anonimato, em sua ânsia de justiça e inconsequência galhofeira, em sua esperança de um mundo diferente, e em sua conformidade com as leis e a ordem.

O mito de “Pedro Malasarte” (no singular), de acordo com Luís da Câmara Cascudo (1984), apresenta um registro fundante na literatura oral portuguesa. Em Portugal, nas aventuras do personagem, Pedro Masasarte faz-se de barbeiro, corta a língua de um ladrão para depois comê-la no jantar; urina em panelas onde estão sendo preparadas marmelada, afirmando que é “um tempero que caiu do céu”, como também sobe em uma árvore para surpreender os ladrões que passavam por baixo dela. Segundo o mesmo autor, outros personagens, com outras nomações e as mesmas características fazem parte da literatura oral da Espanha, França e Itália.

No Brasil, conforme DaMatta (1997a), a narrativa segue a ordem da origem do indivíduo sem posses, aquele que precisa se submeter a um patrão, pois o Pedro Malasartes brasileiro é filho de um casal de velhos e tem um irmão, João. Pedro é retratado como “astucioso e vadio”. Como ambos precisam ganhar a vida, João emprega-se numa fazenda de um homem “rico e velhaco” que faz contratos impossíveis de serem cumpridos pelos trabalhadores. Caso o empregado não cumprisse o contrato, além de não receber o pagamento, perderia uma tira de couro das costas. É o que acontece com o irmão de Pedro Malasartes. João volta para casa sem o salário e sem o couro das costas. Essa é a motivação que faz com que Pedro saia de casa para vingar o irmão e inicie suas aventuras. Sendo assim, DaMatta (1997a, p. 282), dentre outras análises, identifica que o mito brasileiro em torno do personagem Pedro Malasartes,

[...] também pode ser tomado como o mito do trabalhador brasileiro, como a saga daquele que tem de estar sempre buscando algo que não possui; sempre – como eles mesmo dizem – em busca de trabalho e do patrão, sobretudo do “bom patrão” que os ancore definitivamente na estrutura social. E para tanto têm de realizar uma caminhada em direção ao mundo e à “dura realidade da vida”, deixando para trás suas famílias e lares, o local geográfico familiar.

Ainda de acordo com Roberto DaMatta (1997a, p. 289), Pedro Malasartes em sua saga por vingança é “capaz de fazer um ricoço imbuído do poder do dinheiro comprar merda e, melhor ainda, de o pobre conseguir transformar merda (ou seja, a pobreza e a fome) em dinheiro (ou seja, a astúcia e a criatividade), provando a sua mais pura ambivalência.” Assim, pode-se avaliar que o mito do Pedro Malasartes no Brasil está também relacionado ao propalado senso comum dos brasileiros, que diz que ninguém fica rico pelo trabalho, mas sim por golpes de sorte, trapaças ou com ajuda de algum padrinho poderoso. Numa ordem inversa aos princípios morais dos países desenvolvidos e com origem na ética protestante, que valoriza o trabalho como forma de desenvolvimento espiritual e material humano.

Voltando à questão do “nome” e seus significados, Antonio Houaiss (2003, p. 9), ao apresentar o livro de Maria Machado *Recado do nome: leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens* (2003), falando dos signos linguísticos e Nomes, faz a seguinte reflexão:

a) nos nomes comuns, *flor* (como fonemas) é “flor” (como significado universalmente aceito pelos usuários de uma língua), assim como “flor” é *flor*.

b) nos nomes próprios, *Pedro* (como fonemas) é “x” (como significado de *um* indefinido e caracterizado homem dentre todos os homens), razão por que a “x” não corresponde, senão título “arbitrário” (e o arbitrário ou liberdade é do denominador), *Pedro*.

Pode-se aqui voltar à reflexão anterior construída na sociedade pirahã, quando determina que um nome tem significado único para

designar uma pessoa. No nome da criança está a marca de sua concepção, que carrega generalizações relacionadas à natureza animal e/ou vegetal, mas que se torna único para indicar um determinado indivíduo. O nome pode estar relacionado a uma espécie de peixe, ave ou mamífero generalizante, mas ao ser atribuído ao ser que foi concebido de forma única (o susto), irá identificar um ser humano único, singular dentre outros tantos seres humanos.

Conforme Ana Maria Machado (2003, p. 24-25), os debates acadêmicos e científicos tradicionais em torno do Nome, em sua maior parte, sempre negaram sua natureza significativa. “Só a partir de Lévi-Strauss é que vamos encontrar uma interpretação diametralmente oposta, reconhecendo ao nome próprio uma significação e mesmo um papel operador de classificação.” Nos estudos de Lévi-Strauss que apontam as especificidades relativas aos sistemas de classificação e individualidade entre povos de diferentes culturas, especialmente no quesito de categorização dos nomes atribuídos aos seus membros, o antropólogo (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 232) ressalta que,

Algumas sociedades cuidam ciosamente de seus nomes e tornam praticamente impossível que se gastem. Outras os esperdiçam e destroem ao cabo de cada existência individual; desfazem-se deles, então, proibindo-os e fabricam outros nomes no lugar. Mas essas atitudes, aparentemente contraditórias, não fazem mais do que exprimir dois aspectos de uma propriedade constante dos sistemas classificatórios: são finitos e indeformáveis.

Dessa forma, Lévi-Strauss indica que, nas sociedades estudadas por ele e outros cientistas, a escolha de um nome próprio está invariavelmente relacionada ao sistema classificatório daquela sociedade, que atribui significados e explicações para tais “escolhas”. Assim, um nome atribuído a um indivíduo está invariavelmente relacionado à cosmologia intrínseca aos códigos culturais de cada grupo.

Os sistemas de classificação nas sociedades ditas civilizadas ou modernas, mesmo obedecendo aos códigos científicos e/ou legais, também dependem, em grande parte dos sistemas culturais de cada uma delas. A escolha dos nomes próprios, por exemplo, são escolhas totalmente culturais, que apresentam interpretações relativas a um tempo e lugar, com significados afetivos, políticos e sociais.

Diante de tais reflexões, pode-se avaliar que nas culturas ocidentais modernas, alguns nomes próprios emergem e desaparecem com o passar do tempo. Outros se apagam em algumas épocas e acabam por retornar em outros tempos. Alguns nomes próprios tornam-se proibidos socialmente, por remeterem a um significado negativo na dinamicidade de uma cultura. Outros nomes próprios são longevos e a cada geração apresentam um certo número de representantes, que fazem com que esse nome permaneça nos códigos classificatórios de determinadas sociedades. “Pedro” é um desses nomes próprios que permanecem a cada nova geração em diversas sociedades ocidentais.

Entre nossos Pedros históricos, que se tornam Pedros mitológicos, no século XX dois Pedros, mais precisamente dois Pedros meninos, são também inventados. Agora, não mais por autoridades monárquicas, políticas, militares ou pela literatura oral do folclore brasileiro, mas pela legitimação que a escrita representa nas nações modernas. Os Pedros do século XX, os Pedrinhos são invenções de dois intelectuais genuinamente brasileiros: José Bento Monteiro Lobato e Manoel Bergström Lourenço Filho. São personagens que emergem em livros para a criança brasileira. Em Lobato, tanto em narrativas de caráter puramente literário, quanto em outras, intencionalmente pedagógicas. Em Lourenço Filho, numa série de livros didáticos direcionados à escola primária brasileira, escritos entre 1953 e 1957 e publicados até 1970.

Conforme DaMatta (1997a, p. 255-256), ver nossos mitos é ver nossos reflexos no espelho. “Estudar o mito é, de fato, estudar e penetrar na razão social de seus atores.” Também Lévi-Strauss afirma que “os mitos despertam no Homem pensamentos que lhe são desconhecidos” (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 13), o que traduz o modo como o cientista percebe sua própria relação com a obra que produziu por toda sua vida. Ao procurar significados nos mitos dos povos de continentes diferentes, e procurar compreender a lógica do pensamento desses povos, o cientista afirma que tem a sensação que seus livros são escritos “através” dele e não por ele. É o exercício que experimentou durante uma vida centenária. Para o antropólogo não há dicotomia, contrariedade ou qualquer hierarquia valorativa entre o pensamento lógico dos povos ditos “primitivos” ou dos povos das sociedades ditas “civilizadas”. Indo além, Lévi-Strauss (1978, p. 63-64) afirma que nas sociedades modernas, a História veio substituir a Mitologia e realmente consegue desempenhar a mesma função, que é

[...] assegurar, com alto grau de certeza – a certeza completa é obviamente impossível –, que o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado [...]. Mas, apesar de tudo, o muro que em certa medida existe na nossa mente entre Mitologia e História pode provavelmente abrir fendas pelo estudo de Histórias concebidas não já como separadas da Mitologia, mas como uma continuação da mitologia.

Pensar nos mitos fundamentais da nação brasileira é não só pensar nos Pedros homens – Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha, Pedro I e Pedro II, os imperadores do Brasil, ou folclórico Pedro Malasartes –, mas também nos Pedrinhos meninos, idealizados por uma intelectualidade que se propunha ser mediadora entre povo e Estado, entre o que se fala e o que se escreve.

2.2 Os livros

De acordo com Maria Cristina Soares de Gouvêa (2004), o século XX consolidou, na cultura ocidental, tanto no domínio científico quanto no domínio do senso comum, como “século da infância”. O período é marcado pela centralidade desse construto sócio histórico como uma fase especial do ser humano, com distinções e especificidades que reverberaram numa diversidade de bens simbólicos destinados a este público. Considerando-se o caso específico brasileiro, segundo a autora (GOUVÊA, 2004, p. 12),

[...] as pesquisas em torno das ideias de infância e uma produção literária exclusiva voltada a esse público consumidor no Brasil são recentes e ainda constitui uma seara a ser desvendada e desenvolvida. [...]. Falar à criança, compreendendo-a como diferente do adulto, significa aí definir tal distinção, tendo a linguagem literária como campo discursivo. Construiu-se a noção de uma narrativa especificamente dirigida a tal público leitor, formulando modelos de gostos, gestos, falas, ações, comportamentos remetidos a um sujeito

infante marcado por uma identidade diferenciada do leitor adulto.

A formulação dos gostos, ações e comportamentos mencionados pela autora, representados na produção literária infantil brasileira, alcançou uma nova dimensão a partir da obra de Monteiro Lobato. Segundo ela, Lobato rompe com cânones anteriormente consolidados na literatura infantil produzida e divulgada no Brasil em relação às características da natureza da criança em relação ao do adulto. A obra do intelectual é um marco nesse sentido, pois “Ao mesmo tempo, irá operar uma releitura e modernização dos contos de fadas e dos textos herdeiros de uma tradição oral” (GOUVÊA, 1999, p. 17).

No bojo desse processo de modernização da literatura infantil encontram-se alguns personagens emblemáticos criados por Lobato, entre eles um menino de nome Pedrinho. Ele, muitas vezes representa, por meio de seus gestos, falas, gostos e ações o menino brasileiro. É aquele que procura conhecer não só os saberes científicos, mas também valoriza alguns aspectos genuínos do que costumamos denominar por “cultura brasileira”.

Outro personagem menino, de Lourenço Filho, que é protagonista da *Série de leitura graduada Pedrinho*, também pode ser apontado como uma idealização representativa de um menino brasileiro interessado por aspectos científicos do mundo que o rodeia, como também, por seus gostos e comportamento, ser um representante da “cultura brasileira” pensada pelo autor.

Nas análises propostas nesta pesquisa, o conceito de *cultura*, essencial nos estudos das Ciências Sociais, obedece à visão de mundo de cada um dos autores no processo de socialização da criança brasileira por meio de suas obras. Mesmo que, na maior parte dos livros selecionados dos dois intelectuais, o termo *cultura* remeta a erudição, ilustração, aprendizado e letramento, o empenho deste trabalho é relacionar os conteúdos culturais de cada uma das obras analisadas às especificidades do conjunto de códigos partilhados por um grupo social específico, especialmente o grupo que determinamos como “sociedade brasileira”. De acordo com Roberto DaMatta (1986, p. 123, grifos do autor):

[...] “*cultura*” não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de “civilização”, mas *a maneira de viver total* de um grupo, sociedade,

país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas.

Podemos, assim, considerar que cada um dos livros infantis com conteúdos pedagógicos, de autoria de Monteiro Lobato e Lourenço Filho, representam interpretações de “maneiras de viver”, de segmentos diversos, da sociedade brasileira em tempos e lugares específicos. O mesmo vale para “mapas e receituários” que abrigam códigos identificadores de pensamentos e classificações de mundo e de transformações próprias de um mundo chamado Brasil.

Os códigos partilhados pelos brasileiros, que identificam o *povo brasileiro* como único e pertencente a uma determinada cultura, que não são transmitidos geneticamente, estão em constante transformação e ocorrem de maneira e com velocidade diversa de sociedade para sociedade. A maneira de ver o mundo e sua aplicação nos livros infantis de Lobato e Lourenço Filho são percebidas nas análises propostas no presente estudo como produtos de uma herança cultural e social, resultado da complexidade representada pela operação dos elementos culturais que fazem parte do universo de cada um dos autores. Neste sentido, os elementos culturais cristalizados nos escritos dos autores e operados em seus livros infantis denunciam “um conjunto de regras que nos diz como o mundo pode e deve ser classificado” (DAMATTA, 1986, p. 125). Aplica-se aqui também a complementação de François Laplantine, quando indica que a cultura é o conjunto de “atividades *adquiridas* através de um processo de aprendizagem, e *transmitidas* ao conjunto de seus membros” (LAPLANTINE, 2002, p. 120, grifos do autor). Neste sentido, a cultura em que a coletividade está inserida resulta e é resultado dos processos de socialização.

De acordo com Outhwaite & Bottomore (1996, p. 163), a cultura, desempenha dois papéis essenciais na vida em sociedade. Um deles é proporcionar significado às ações humanas e o outro está relacionado às “regras de ação social sem as quais seria impossível para os seres humanos dentro de uma sociedade chegar a compreender uns aos outros”.

Clifford Geertz (2008, p. 8-9) diz que a cultura é um “documento de atuação, portanto pública” ou “A cultura é pública porque o significado o é”. Como também, “a cultura não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela –

a principal base de sua especificidade” (Geertz, 2008, p. 33). Segundo o cientista, a Antropologia moderna busca compreender o impacto do conceito de Cultura sobre o conceito de Homem, dois objetos caros e essenciais nos estudos antropológicos. Dentre algumas das perspectivas defendidas pelo cientista, uma delas concebe que o homem é dependente dos mecanismos de controle dos programas culturais. Conforme Geertz (2008, p. 33),

A perspectiva da cultura como “mecanismo de controle” inicia-se com o pressuposto que o pensamento humano é basicamente tanto social como público – que seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado e a praça da cidade. Pensar consiste não nos “acontecimentos da cabeça” (embora sejam necessários acontecimentos na cabeça e em outros lugares para que ele ocorra), mas num tráfego entre aquilo que foi chamado por G.H. Mead e outros símbolos significantes – as palavras, para a maioria, mas também gestos, desenhos, sons musicais, artifícios mecânicos como relógios, ou objetos naturais como joias – na verdade qualquer coisa que esteja afastada da simples realidade que seja usada para impor um significado à experiência.

Entre os mecanismos de controle citados por Geertz, a língua e a linguagem estabelecem relações ordenadas no universo social de cada grupo. Nos livros infantis aqui referidos, os elementos *língua* e *linguagem* estão intimamente relacionados ao universo cultural explorado por cada um dos autores, pois a língua é objeto cultural privilegiado dos grupos sociais, por definir “um conjunto de significações aplicadas nas interações individuais” (CUCHE, 2002, p. 93). Assim, as influências exercidas pela língua e pela linguagem são interdependentes e têm estreita relação com a transmissão da cultura dos grupos sociais. O presente trabalho as enfatiza não somente como produtos específicos de uma cultura, mas também como elementos condicionais e constituintes da própria cultura, já que é por meio de seus significados que a cultura é transmitida por meio de palavras criadas, interpretadas, significadas e ressignificadas de forma dinâmica entre os participantes do grupo.

No processo de socialização, traduzido nos livros, ao trazer o Brasil distante para o presente da criança brasileira, os autores falam de um mesmo país, mas a partir de representações diversas, permitindo visualizar o que está ausente e traduzindo para o domínio da sensibilidade um Brasil que pode ser decifrado, não só pela criança, mas especialmente pela coletividade representada pela sociedade brasileira. Mesmo que essas representações façam parte de concepções ideológicas de cada um dos autores, pode-se avaliar que as representações existentes em, *O Saci*, *Caçadas de Pedrinho*, *Geografia de Dona Benta* (de Lobato) e *na Série de leitura graduada Pedrinho* (de Lourenço Filho) não resultam somente de percepções e representações individuais dos autores. São representações construídas coletivamente num determinado contexto histórico, político, social e linguístico. O problematizar ou não as relações sociais brasileiras são escolhas individuais, que partem de construções coletivas. Como a sociedade não é uma reunião de indivíduos, o Brasil dos livros não é um conjunto de representações mentais individuais de Lobato ou Lourenço Filho. Mesmo considerando que cada indivíduo contribui para o resultado final destas representações, o que existe de individual nelas pode diluir-se nos processos de socialização propostos pelos dois autores na construção dos Pedrinhos.

Pedrinho de Monteiro Lobato emerge como protagonista em *O Saci*¹⁶, lançado em 1921, três anos após *O Saci-Pererê: resultado de um inquérito*¹⁷ - livro destinado ao público adulto e que apresenta pesquisa minuciosa de Lobato em torno do mito do *Saci* em todo o território brasileiro, conforme excertos das cartas (LOBATO, 2010a) enviadas ao amigo Godofredo Rangel:

Abri no Estadinho um concurso de coisas sobre o Saci-Pererê e convido-te a meter o bedelho – você e outros sacizantes que haja por aí. Dá o toque de rebate (27 de janeiro de 1917). Também preparo

¹⁶ A editora Monteiro Lobato e Cia. foi a 1ª editora de *O Saci*, publicado em 1921. A 2ª edição é de 1927; a 3ª, é de 1928; a 4ª, de 1932; a 5ª, de 1936; a 6ª, de 1938; a 7ª, de 1942; a 8ª e a 9ª, de 1944 e a última edição, com modificações do autor, é a 10ª, de 1947. De acordo com Camargo (2008, p. 89), *O Saci* passa a compor, ao lado de *Viagem ao céu*, o segundo volume da obra infantil completa do autor, publicada pela Editora Brasiliense. Conforme o mesmo autor, *O Saci* não representou um grande sucesso editorial, como aconteceu com outros livros infantis de Lobato publicados pela Cia Editora Nacional.

¹⁷ “Esta criatura, um diabrete do folclore brasileiro, é um anão negro, com uma perna só e sempre fumando no pito, divertindo-se com pregar peças em viajantes noturnos. Lobato reuniu e apresentou dúzias de versões de todo o país sobre esse mito.” (HALLEWELL, 1985, p. 240).

para o chumbo o *Inquérito do Saci*, que fiz no Estadinho. Dá trezentas páginas, mas não aparece com meu nome. *Demonólogo Amador*, é como assino. Será livro popular de vender bem. De modo que minha estreia será um livro não assinado e feito com material dos outros (10 de maio de 1917). O Saci é um livro *suis generis* – para crianças, para gente grande fina ou burra, para sábios folclóricos; ninguém escapa. Dará dinheiro (24 de setembro de 1917). O Saci está no prelo (4 de novembro de 1917)

Assim como *O Sacy-Pererê: resultado de um inquérito*, a obra infantil *O Saci*, de acordo com Evandro do Carmo Camargo (2008, p. 88), “parece ter sido projetada para difundir, agora entre o público infantil, aspectos de nossa cultura popular, tematizando, sobretudo, o folclore e, mais especificamente, a figura do saci.” Aqui, a expressão “cultura popular”, provavelmente está relacionada ao conhecimento transmitido/produzido/reproduzido pelas classes populares. Sem desprezar as discussões em torno da dimensão política do que é ou não é “cultura popular”, como elemento crucial no processo de luta pela constituição das identidades sociais, a expressão “cultura popular” pode ser pensada como expressão que está em oposição à outra forma de cultura, como a “cultura erudita”. Em face disso, pode-se analisar a partir das reflexões de Pierre Bourdieu (1996b, p. 17), quando afirma que,

[...] a noção de “linguagem popular”, que a exemplo de todas as locuções da mesma família (“cultura popular”, “arte popular”, “religião popular” etc.) define-se apenas relacionalmente, como o conjunto daquilo que é excluído da língua legítima, entre outras coisas, pela ação contínua de inculcação e imposição mesclada de sanções que é exercida pelo sistema escolar.

Assim, “cultura popular” só pode ser compreendida em relação à outras formas de expressão cultural legitimadas por um arbitrário social hierarquizante, quando confrontada ou comparada ao que se costuma denominar por “cultura de elite” ou “cultura erudita”. Lobato, no concurso que abre no *O Estado de São Paulo*, busca as variantes do mito do Saci entre o leitor que domina aspectos da chamada “cultura

popular brasileira” e ao mesmo tempo a cultura letrada, para em seguida editar as variantes do mito num suporte cultural destinado ao público que domina as sanções e imposições exercidas pelo sistema escolar. Sob esse aspecto, o que estava excluído da cultura erudita passa a ser de domínio dela, a partir dos artigos publicados no jornal e, mais especificamente a partir da publicação dos dois livros, um direcionado ao público adulto e o outro ao público leitor infantil.

Em carta a Rangel, com data de 25 de abril de 1921, Lobato (2010a) registra: “Lanço agora mais um meu, *Onda verde* e outro para crianças – *O Saci*.” A versão de 1941 apresenta 33 capítulos e a versão definitiva da aventura é revista e modificada por Lobato, que a elabora em 28 capítulos, sem modificar a trama. É no Saci que o autor enfatiza que o Sítio do Picapau amarelo é o lugar das férias. Na aventura, Pedrinho é apresentado como um menino curioso, inteligente e que faz travessuras. É em *O Saci* que Lobato inicia a socialização de Pedrinho, que parte do mitológico mundo dos sacis e transita entre encontros com diversos personagens do folclore brasileiro e é finalizado com “O desencantamento”, que é a volta para casa, onde o mundo real o espera. Tudo isso em meio a duelos filosóficos entre o Saci e Pedrinho sobre dilemas da humanidade, como a inteligência dos seres vivos, o aprendizado dos homens, a capacidade humana em transformar a natureza e questões que afligem a humanidade, como o envelhecimento do corpo, a vida e a morte.

Caçadas de Pedrinho (originalmente *As caçadas de Pedrinho*), foi lançado pela primeira vez em 1933, como volume IX da Série I – *Literatura Infantil - Biblioteca Pedagógica Brasileira* -, organizada por Fernando de Azevedo e publicada por meio da Companhia Editora Nacional de São Paulo. A narrativa tem origem em outro livro infantil de Lobato, *A caçada da onça*, publicado nove anos antes, em 1924. *Caçadas de Pedrinho* apresenta doze capítulos em torno de “duas caçadas”: a primeira, à onça, e a segunda, a um rinoceronte fugitivo de um zoológico do Rio de Janeiro. A segunda narrativa apresenta uma sátira peculiar de Lobato em relação às ações burocráticas do governo brasileiro. As aventuras, protagonizadas pelo personagem Pedrinho, registram as reações dos personagens do Sítio do Picapau Amarelo diante das intenções e atitudes de um determinado “Departamento Nacional de Caça ao Rinoceronte”, órgão governamental criado especialmente para apresentar resoluções diante do problema gerado pela fuga do animal. Na aventura, os personagens - crianças e adultos - contestam a autoridade oficial, que, nas palavras do narrador e dos

demais personagens, recebe críticas temperadas por um humor irônico e ácido do autor. Em *Caçadas de Pedrinho*, a criança de Lobato participa das discussões em torno dos entraves e arranjos políticos que compõem o corpo burocrático das repartições governamentais brasileiras.

Geografia de Dona Benta tem sua primeira edição publicada dois anos depois de *Caçadas de Pedrinho*, no ano de 1935, também pela Companhia Editora Nacional. A obra foi adotada no espaço escolar brasileiro por muitas gerações, tanto nas salas de aula como também nas bibliotecas escolares. O livro apresenta sucessivas edições desde 1935 até o ano de 1995. Sua última reimpressão é de 2005. A obra está organizada em trinta capítulos, sendo que seis são voltados à Geografia do Brasil e alguns aspectos da História do e cultura brasileira. Os demais capítulos transitam por temas como Geografia Geral e particularidades relacionadas à história e cultura de alguns países das Américas, Europa, Ásia, África e Oceania. A narrativa é desenvolvida numa viagem em um navio faz-de-conta, onde os personagens criados pelo autor, crianças, adultos e seres antropomórficos, aventuram-se pelo Cosmos e planeta Terra. Conforme Rosimeire Darc Cardoso (2008) é importante destacar os elementos atuais da obra, em especial as concepções de ensino e aprendizagem de Lobato, que defendia os princípios da renovação educacional brasileira no que diz respeito às relações entre o adulto que ensina e a criança que aprende questionando, dialogando e experimentando. A narrativa se faz por meio de diálogos, com a participação entre os interlocutores, personagens adultos, crianças ou seres antropomorfizados, o que imprime dinamicidade à obra. A criança-personagem em *Geografia de Dona Benta* é questionadora e o autor não esconde dela as mazelas vividas por algumas parcelas da população mundial e brasileira, como também deixa transparecer sua opinião sobre determinados assuntos relacionados à história política e econômica nacional. Em *Geografia de Dona Benta*, assim como é característico nos demais livros infantis de Lobato, os personagens-criança tem autonomia e não são passivos diante do conhecimento adquirido e das informações emitidas pelos personagens-adultos.

Quanto à *Série de leitura graduada Pedrinho*¹⁸ de Lourenço Filho, em seu projeto, são anunciados seis volumes. Sendo: uma cartilha

¹⁸ As séries de leitura graduada começaram a ser elaboradas e adotadas no Brasil como material didático a partir de meados do século XIX, com os livros de leitura do médico baiano Abílio César Borges. Os livros são conhecidos como o *Método Abílio*. Esta série é composta por cinco livros, iniciando com o *Primeiro Livro de Leitura*, que “representa um surpreendente salto na pedagogia brasileira. Até então, a aprendizagem de leitura se iniciava com abecedários

e outros cinco volumes para leitura graduada, acompanhados por cadernos de orientação aos professores, os *Guia do Mestre*. O último volume da série, *Pedrinho e o mundo*, não foi publicado apesar das Edições Melhoramentos anunciarem e manterem o título na apresentação da coleção nas quartas capas de todos os volumes em circulação, como no exemplo abaixo, registrado pelo autor (LOURENÇO FILHO, 1961a), no terceiro volume da coleção:

É a primeira série de leitura escolar a cuidar dos problemas das “relações humanas” no lar, na escola, na vida social. É também a primeira a graduar o vocabulário, as formas de construção e as gravuras, segundo os resultados de pesquisas realizadas com crianças brasileiras. Concorre, por tudo isso, para que o trabalho escolar transcorra num ambiente de verdade, alegria e beleza. O entusiástico acolhimento dado aos livros da SÉRIE PEDRINHO, pelo professorado de todo o país, é a mais segura indicação de que ela veio atender a uma necessidade de reforma nos métodos de leitura. EDIÇÕES MELHORAMENTOS sentem-se desvanecidas em oferecer este trabalho, de valor excepcional, às escolas do Brasil.

Cartilha – UPA, CAVALINHO!

Livro I – PEDRINHO

Livro II – PEDRINHO E SEUS AMIGOS

Livro III – AVENTURAS DE PEDRINHO

Livro IV – LEITURAS DE PEDRINHO E MARIA CLARA

Livro V – PEDRINHO E O MUNDO

manuscritos, papéis de cartórios e toscas cartilhas.” (PFROMM, 1964, p. 171). A série do *Método Abílio* apresenta caráter enciclopédico, abrangendo conteúdos de História, Geografia do Brasil, Higiene, Ciências e Literatura, que atendem do primeiro ao quinto ano primário. Abílio César Borges escreveu a série inspirado nos modelos europeus, mas é a primeira série de livros didáticos escrito especificamente para alunos brasileiros. (ABREU, 2007, p. 30).



Figura 3: Capas Série de leitura graduada Pedrinho

As primeiras edições de cada volume foram publicadas na seguinte ordem: *Pedrinho*, em 1953; *Pedrinho e seus amigos*, em 1954; *Aventuras de Pedrinho*, em 1955; *Leituras de Pedrinho e Maria Clara*, em 1956, e, por último, a *Cartilha Upa cavalinho!*, em 1957. Os livros da coleção apresentam as dimensões – 20cm x 13,5cm, sendo que as edições da década de cinquenta obedeciam ao padrão capa dura e na década de sessenta tornam-se mais econômicas ao apresentarem encadernação em brochura. As capas não apresentam um padrão gráfico único de impressão, embora alguns detalhes da tipografia das capas sigam um padrão. A cor de fundo predominante nas capas é o verde nas tonalidades bandeira ou folha. Até o último ano em que a *Série de leitura graduada Pedrinho* foi editada, 1970, foram publicados um total de 4.778.171 exemplares, incluídos os *Guias do Mestre*.

Quadro 1: Tiragem dos livros da Série Leitura Graduada Pedrinho

Ano	Livro 1 - Pedrinho		Livro 2 - Pedrinho e seus amigos		Livro 3 - Aventuras de Pedrinho		Livro 4 - Leituras de Pedrinho e Maria Clara		Cartilha - Upa, cavalinho!		Cartilha - Livro do aluno para a cartilha Upa, cavalinho!		Totais das tiragens
	Edição	Tiragem	Edição	Tiragem	Edição	Tiragem	Edição	Tiragem	Edição	Tiragem	Edição	Tiragem	
1953	1 - 2	80.000											80.000
1954	3	38.000	1 - 2	100.000									138.000
1955	4	100.000	3	100.000	1 - 2	125.000							325.000
1956	5	100.000	4	100.000			1	50.000					250.000
1957	6	100.000	5	100.000	3 - 4	160.000	2	60.000	1	100.000			520.000
1958	7	120.000	6	120.000			3	50.000	2 - 3	220.000			510.000
1959	8	120.000	7	100.000	5	80.000	4	50.000					350.000
1960	9 - 10	130.000			6	40.000	5	40.000	4 - 5	135.000			345.000
1961	11	100.000	8 - 9	120.000	7 - 8	140.000	6	50.000	6	150.000			560.000
1962	12	120.000	10	100.000			7	50.000	7 - 8	220.000			490.000
1963			11	80.000									80.000
1964	13	85.000			9	60.000	8	56.000	9	100.000	1	30.000	331.000
1965			12	30.000	10	60.000			10	100.000			190.000
1966	14	30.000	13	20.000			9	20.000					70.000
1967	15	30.000	14 - 15	70.000	11	40.000	10	20.000					160.000
1968	16	30.000					11	30.000	11	50.000			110.000
1969	17	25.000			12 - 13	12.376	12 - 13	43.000					80.376
1970	18	15.000	16	13.000	14	6.000	14	6.000	12	20.000			60.000
Totais		1.223.000		1.053.000		723.376		525.000		1.095.000		30.000	4.649.376

Fonte: Adaptado de MONARCHA, Carlos; LOURENÇO FILHO, Ruy. (Orgs.). **Por Lourenço Filho:** uma biobibliografia. Brasília: INEP/MEC, 2001. (Coleção Lourenço Filho).

Pode ser conferida à série, como material didático portador de signos para formação da criança brasileira, um importante significado sinalizado por sua circulação durante dezoito anos (de forma oficial) nas salas de aula, bibliotecas e domicílios. Isto, num período em que a comercialização de livros e o hábito da leitura, em relação ao número de habitantes, era incipiente e onde, muitas vezes, o livro didático era o único gênero de leitura a alcançar a privacidade dos lares brasileiros. A proposta pedagógica na graduação anunciada pelo autor é apresentada da seguinte forma na 2ª edição do volume 4 da série (LOURENÇO FILHO, 1957):

- A Cartilha *Upa, cavalinho!* é dirigida para crianças de 7 anos, na “fase inicial de aprendizagem”.
- O primeiro livro *Pedrinho*, para crianças de 7-8 anos, na “passagem da leitura hesitante para a leitura corrente”.

- O segundo livro, *Pedrinho e seus amigos*, para crianças de 8-9 anos, na “passagem da leitura corrente para a leitura autônoma”.
- O terceiro livro, *Aventuras de Pedrinho*, para crianças de 9-10 anos, no “desenvolvimento da leitura autônoma”.
- O quarto livro, *Leituras de Pedrinho e Maria Clara*, para crianças de 10-11 anos, no “domínio da leitura autônoma”.
- E, finalmente, no quinto livro, *Pedrinho e o mundo*, não existe uma recomendação específica de idade adequada à sua utilização, é um “aperfeiçoamento da leitura autônoma”.

Os conteúdos das lições nos volumes 1, 2, 3 apresentam-se na forma de episódios. No terceiro volume, *Aventuras de Pedrinho*, o estilo literário é facilmente identificado a partir do próprio título. No primeiro e segundo livro, *Pedrinho e Pedrinho e seus amigos*, a apresentação do índice tem como título “Histórias deste livro”. O volume 1 é o exemplar com mais edições publicadas, 18 no total, como também o que exigiu um maior investimento gráfico, pela variedade de ilustrações em aquarela em todo corpo do livro. No terceiro, *Aventuras de Pedrinho*, a página de apresentação tem o título “Índice” e no quarto volume da Série, *Leituras de Pedrinho e Maria Clara*, há a inscrição: *Índice arrumado por assuntos*. O livro 4 e a *Cartilha Upa cavalinho!* são os volumes que apresentam menor investimento gráfico, já que muitas das ilustrações em *Leituras de Pedrinho e Maria Clara* são repetições dos números anteriores, além de a maior parte delas não ser policromática, apresentando-se em padrão preto & verde ou preto & vermelho, o mesmo empregado na cartilha. No primeiro e segundo volume, as lições são numeradas de forma sequencial. Portanto, pode-se identificar que o autor não adota um padrão para apresentação, ilustração, organização e estilo literário único no conjunto dos volumes da *Série de leitura graduada Pedrinho*.

O trabalho gráfico dos livros da *série* representou um aspecto inovador no mercado de livros didáticos direcionados à escola primária brasileira da época. Segundo Samuel Pfromm Netto, Nelson Rosamilha e Cláudio Zaki Dib (1974, p. 182), “as ilustrações em cores dos primeiros volumes, a apresentação gráfica cuidadosa, e os cuidados que o autor tomou no planejamento do conteúdo fazem de *Pedrinho* um marco na história do livro de leitura brasileiro.” À medida que os

conteúdos da série se tornam mais complexos, de acordo com a graduação dos volumes, os tipos gráficos diminuem e o corpo dos textos torna-se maior, com mais linhas abrangendo um mesmo tema. Nos volumes, Pedrinho experimenta o cotidiano de uma criança pertencente às camadas médias brasileiras da metade do século XX: escolariza-se e “cresce” de forma coletiva. “Lourenço Filho, ao longo dos volumes da *série*, “socializa” a criança *Pedrinho* através de vários personagens, que podem representar o ideal de sociedade e de socialização pensados pelo autor.” (ABREU, 2009, p. 111).

Lourenço Filho, o primeiro tradutor de Émile Durkheim para o público brasileiro, deixa transparecer na série didática infantil a influência dos conceitos sociológicos forjados pelo autor francês. Na *Série de leitura graduada Pedrinho*, alguns conceitos da sociologia moderna durkheimiana permeiam o desenvolvimento social dos personagens da série - especialmente da criança representada por Pedrinho -, como *socialização*, *consciência coletiva*, *solidariedade orgânica* e *educação moral*.

2.3 A socialização dos Pedrinhos: interação social, instituições sociais e cultura

De acordo com Gilberto Velho (1981, p. 44), “A construção da identidade é problema universal da sociedade. Em todo e qualquer grupo tribal, tradicional ou moderno, definem-se e classificam-se categorias sociais sejam famílias, clãs, linhagens, classes, grupos de status etc.” Percebe-se assim que, as sociedades imaginadas por Lobato ou Lourenço Filho - onde seus meninos-personagens são inseridos, como também os demais personagens que interagem nas tramas -, a construção de identidades coletivas e individuais recebem atenção especial de cada um dos autores. Tais construções partem de paradigmas que fazem parte do mundo de cada um deles como construção engendrada social e culturalmente e não exclusivamente inspirações individuais de cada um dos intelectuais.

A partir da primeira edição de *A menina do narizinho arrebitado* (1920), que superou em vendas seus livros para o público adulto, Lobato passa a dedicar-se sistematicamente à escrita de livros infantis. Anteriormente, já se dedicava a traduzir para a língua portuguesa obras consagradas da literatura infantil; também estimulava a

tradução, porém, com versões modernas que privilegiassem uma linguagem “abrasileirada”.

O personagem *Pedrinho* emerge na primeira edição de *O Saci* (1921) e passa a fazer parte das aventuras da turma do sítio nas edições que se seguem à primeira edição de *A menina do narizinho arrebitado*. O menino Pedrinho de Monteiro Lobato tem:

[...] entre 8 e 10 anos de idade -, e é apresentado como filho de uma filha de Dona Benta, Tonica, que mora no Rio de Janeiro. Pedrinho é mais ativo do que a prima, tanto física, quanto intelectualmente - o que se encaixa de certa forma no estereótipo contemporâneo de Lobato para um ‘menino’ e o aproxima, provavelmente, do que teria sido o próprio Lobato em garoto [...]. Lobato atribui características meio idealizadas ao menino, muitas vezes descrito como ‘corajoso’, ‘honesto’, ‘responsável’, interessado por assuntos sérios e ‘científicos’ e pela leitura de jornais (PENTEADO, 1997, p. 211).



Figura 4: Pedrinho de Lobato. Ilustrador: J. U. Campos.

Fonte: LOBATO, Monteiro. *O Saci*. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 7.

Em *Geografia de Dona Benta*, no capítulo I, *Pedrinho* já pede à avó que conte histórias de geografia, e a avó atende. Ao entrarem no Terror dos Mares - o navio faz-de-conta, que os conduzirá por mares do planeta Terra -, ele “escolhe” ser o Imediato nos papéis distribuídos entre os personagens. Quando a avó explica o que é a “Lei da Gravitação”, o menino faz uma observação: - Ora, ora! Exclamou Pedrinho. Tão claro e simples, e eu pensei que fosse um bicho de sete cabeças. Só, só, só isso? (LOBATO, 1935, p. 13).

A avó do personagem Pedrinho, Dona Benta, é criada por Lobato já em seu primeiro livro infantil, *A menina do narizinho arrebitado* (1920), onde é apresentada como “uma triste velha, de mais de setenta anos. Coitada! Bem no fim da vida que está, e trêmula, e catacega, sem um só dente na boca – jururu...” (LOBATO, 1920, p. 3). Esta fragilidade da “triste velha” desaparece nos livros seguintes e, de acordo com Penteado (1997), Lobato precisou remoçar a personagem para que ela pudesse acompanhar as aventuras dos demais personagens do Sítio. A idade da avó de Pedrinho também varia conforme o livro infantil: Em *O Saci*, em diferentes edições, ela tem 66 anos ou 64 anos; Em *Reinações de Narizinho*, tem “mais de 60 anos”; já em *Caçadas de Pedrinho* ela tem 70 anos. Dona Benta é viúva e tem sobrenome registrado por Lobato: *Encerrabodes*. A origem familiar da avó-personagem ganha uma explicação em *Geografia de Dona Benta*. Os personagens em visita a Portugal chegam à aldeia dos antepassados dela, “Freixo de Espada à Cinta”. “De indagação em indagação, descobriram o túmulo do velho Encerrabodes, cujo filho emigrara para o Brasil duzentos anos atrás. Dona Benta era uma paulista bem nova, de apenas duzentos anos” (LOBATO, 1935, p. 219). Aqui percebe-se mais um traço marcante nas escritas de Lobato, a ironia, quer nas escritas para adultos ou crianças. Na ocasião, Dona Benta faz uma demonstração de religiosidade, ao fazer uma breve oração junto ao túmulo do antepassado e explica a ação de respeito e reverência aos netos: “Aqui está a raiz, está aqui o tronco. Um galho mudou-se para o Brasil, dando origem aos Oliveiras lá da nossa zona. Se não fosse esse velhinho aqui enterrado, vocês não existiriam” (LOBATO, 1935, p. 219). Lobato, na voz da avó, ainda explica que o nome de família foi modificado quando o filho do velhinho aqui enterrado chegou ao Brasil: de “Joaquim Encerrabodes de Oliveira” passou a “Joaquim de Oliveira Serra”.

A personagem Dona Benta transita entre características que vão da avó carinhosa e companheira, educadora das crianças e demais personagens do Sítio até a de mediadora de conflitos políticos surgidos

entre os adultos. Ela protege os personagens e ao mesmo tempo é protegida por eles. Tem autoridade de pai e mãe, como também conhecimentos de uma professora, pois, conforme pesquisa de José Roberto Penteadó (1997, p. 209), “conhece todos os assuntos e é capaz até de conversar com cientistas e chefes de Estado”. Conforme o mesmo autor, Lobato batizou a avó com nome de *Dona Benta*, em homenagem à avó de um colega de escola. Tudo indica que *Tonica*, a mãe de *Pedrinho*, é a única filha da boa avó. Os conhecimentos científicos da personagem ficam evidentes nos livros de conteúdo pedagógico da década de 1930, mais especialmente expostos nos *Serões de Dona Benta* (1937), destinado tanto a crianças como a adultos, como também *Geografia de Dona Benta* (1935). “*Serões de Dona Benta* narra a história dos saraus organizados por essa avó, durante treze dias, para suprir a curiosidade de seus netos, ansiosos por Ciência.” (DUARTE, 2008, p. 393). De acordo com a mesma autora, a avó-personagem “utiliza esses períodos para desenvolver assuntos ligados à Ciência, demonstrando o triunfo desta sobre a ignorância e combatendo o conservadorismo, representado pelo Coronel Teodorico.” (DUARTE, 2008, p. 394).

Características marcantes do personagem *Pedrinho*, de Lobato, são sua autonomia, como também o privilégio de ter suas vontades sempre respeitadas. O menino faz sugestões, observações e críticas que são invariavelmente valorizadas pelos demais personagens da narrativa: adultos, crianças e seres antropomórficos. A “sabedoria” do menino é evidente e recorrente em suas falas, nas expressões: “Já sei”; “eu sei”; “sei”. Vejamos mais alguns exemplos ao longo das páginas da primeira edição de *Geografia de Dona Benta* (LOBATO, 1935):

Já sabemos isso, declarou Pedrinho (p. 18); Sei, gritou Pedrinho, que sabia mesmo (p. 22); Muito bem, disse Pedrinho (p. 23); Muito bem, aprovou de novo Dona Benta (p. 23); Pedrinho correu ao lápis e fez a conta antes dos outros (p. 31); Eu sei a história de Magalhães! gritou o Imediato Pedrinho (p. 38); Sei, disse Pedrinho. Já li a história do ditador Solano Lopes (p. 88); Já vi isso na História do mundo, observou Pedrinho (p. 92); nada de medos, vovó! animou Pedrinho (p. 108); O petróleo, já sei...

Nas palavras e expressões, pode-se identificar a construção de um personagem-menino com uma personalidade determinada, extrovertida, tem iniciativa, gosta de ler, aprender coisas novas e é elogiado pelo personagem adulto, que aprova sempre tais características no personagem-menino-brasileiro idealizado por Lobato.

O Pedrinho de Lourenço Filho é protagonista da *Série de leitura graduada Pedrinho*. O menino, que tem entre 7 e 11 anos - a idade apropriada, segundo o autor, para a utilização da *série* -, apresenta um perfil de personalidade muito próximo ao do *Pedrinho* de Monteiro Lobato: é corajoso, responsável, honesto, gentil, bem-educado, gosta de ler e é interessado por assuntos sérios e científicos. Vejamos alguns exemplos, em *Aventuras de Pedrinho*, de Lourenço Filho (1958a):

E dizendo isso, Pedrinho fez um gesto tão decidido que D. Clara não pode deixar de sentir-se orgulhosa com a valentia de seu filho (p. 10); Pedrinho já não encontrava dificuldade em classificar os vertebrados que via (p. 29); Com o coração aos pulos, Pedrinho começou a decifrar aquelas linhas, sílaba por sílaba (p. 61); Então está tudo claro! exclamou Pedrinho (p. 62); Observando o trabalho, Pedrinho percebia o valor das máquinas agrícolas. Com elas é possível realizar os trabalhos do campo com rapidez e economia (p. 76); Pedrinho pensava: “Como nossa terra tem lugares bonitos e tão diferentes uns dos outros!” (p. 97); - Olhe aqui no mapa, disse Pedrinho (p. 106); O menino refletiu um instante e exclamou: - Ah! Já sei!... É porque a Terra é redonda (p. 112); Por seu lado, Pedrinho admirou o movimento comercial, bem como algumas curiosidades locais (p. 127).

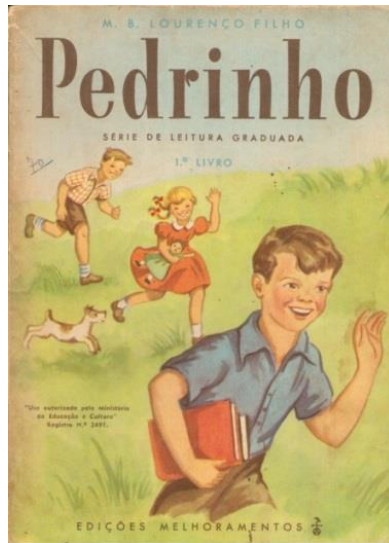


Figura 5: Pedrinho de Lourenço Filho. Ilustração: Maria Bões.

Fonte: LOURENÇO FILHO, M. B. **Pedrinho**. 11. ed.. São Paulo: Melhoramentos, 1961b.

Uma particularidade que distânciava relativamente o personagem de Lourenço Filho do de Monteiro Lobato é que o Pedrinho de Lourenço Filho “cresce”, nas ilustrações à medida que os conteúdos da série se graduam e se tornam mais complexos.

Pedrinho é o filho mais velho da família Santos Pereira; tem uma irmã e um irmão, Maria Clara e Zezinho, uma avó, dona Rita. Seu pai chama-se Antônio Pereira; sua mãe, Clara Santos Pereira; também tem um tio, tio Damião¹⁹. Pedrinho e seus irmãos frequentam uma escola pública e fazem parte de um grupo social que se amplia a cada volume. Na família de Pedrinho de Lourenço Filho, as relações de parentesco são formais, estabelecidas e identificadas desde o início da

¹⁹ Conforme já citado no capítulo anterior, o personagem é criado por Lourenço Filho na década de 1940, quando lança uma coleção de livros de literatura infantil por meio da Edições Melhoramentos, protagonizados pelo personagem. São as *Histórias do Tio Damião*. A coleção reuniu 12 livros e foi editada por nove anos, entre 1942 e 1951.

série. É a representação idealizada de uma família²⁰ nuclear urbana moderna, pertencente às camadas médias brasileiras da segunda metade do século XX.

Já o *Pedrinho* de Monteiro Lobato apresenta uma estrutura familiar de outra ordem. De acordo com Frias Filho (2009, p. 78):

[...] Lobato eliminou qualquer relação de parentesco direto, seja no corte vertical ou horizontal. Essa providência decorre da percepção de que, esse tipo de parentesco gera obrigações, ao contrário da relação indireta com avós, tios e primos, que gera direitos. Em idioma psicanalítico, o Sítio é regido pelo princípio do prazer.

O personagem está sempre em férias escolares²¹ no sítio da avó, *Dona Benta*. As primeiras férias que o personagem desfruta no sítio são as que concentram a narrativa em *O Saci*. Além de *Dona Benta*, a avó, *Pedrinho* é cercado por personagens permanentes: uma empregada adulta, *tia Nastácia*, “uma excelente negra de estimação” (LOBATO, 1920, p. 3), a prima Lúcia, a *Narizinho*, como também a boneca de pano *Emília*. A família do *Pedrinho* de Lobato é marcada pela ausência de pai, mãe e irmãos. Sua socialização²² é também construída por seres antropomórficos, prodígios de um mundo de fantasias criado pelo autor.

²⁰As definições em torno de “o que é uma família” nas sociedades humanas são diversas. Entre outras, pode-se citar a conceituação elaborada pelo antropólogo George Murdock, que observou quase 500 grupos sociais humanos nos anos 1940; ele explica que a família se caracteriza pela residência comum, reprodução e cooperação econômica. Atualmente esse modelo é contestado no Ocidente do pós II Guerra, pois o modelo que mais ocorre nos países em desenvolvimento é o da mãe como genitora e mantenedora do lar, como também ocorre a presença de adultos que coabitam sem filhos e pares que se privam de forma voluntária do papel da paternidade/maternidade (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Já o historiador Philippe Ariès defende que foi somente a partir do séc. XIV que se desenvolve na Europa uma família moderna, mas que sua consolidação se dá somente a partir do século XVI, quando a legislação real na França aumenta a autoridade do marido em relação à mulher e reforça o poder paterno. Nos últimos tempos, é consenso, entre os estudiosos, que “família” é uma instituição diversa e complexa, dificilmente delimitada e sua construção conceitual será sempre acompanhada por variantes sociais e ideológicas. Portanto, a família nuclear, ocidental e moderna, caracterizada nos livros da *Série Pedrinho* de Lourenço Filho, é um modelo idealizado não só pelo intelectual, mas pela coletividade da qual faz parte.

²¹No livro *Viagem ao céu*, a aventura acontece em abril, período que o autor cita como “férias de lagarto”, mês em que Pedrinho comemora seu aniversário. Pode ser mais um indício de que Pedrinho seja Lobato na infância, pois o autor também aniversaria em abril.

²²O conceito “socialização” é aqui pensado como sinônimo de educação a partir da matriz teórica de Émile Durkheim.

Sob esse aspecto, pode-se pensar que o autor construiu uma família alternativa para seu menino idealizado. É uma família para a qual as regras são flexibilizadas, a autoridade pode ser questionada, o prazer está acima das obrigações cotidianas e todos, indistintamente, têm o direito de participar das aventuras empreendidas pelo grupo familiar.

Quanto às representações que envolvem características e transformações icônicas do *Pedrinho* de Lobato, Jaqueline Negrini Rocha (2008, p. 241), ao analisar as edições de *Caçadas de Pedrinho*, assim conclui:

Em 1933, nas ilustrações de K. Weiser, o menino, antes um “europeuzinho”, transforma-se em um “caipirinha”, pois é representado descalço, vestindo camisa estampada e bermuda remendada, aparência que será mantida até a 5ª edição, em 1939. Em 1944, *Caçadas de Pedrinho*, em sua 6ª edição, tem outro ilustrador, J. U. Campos, que desenha Pedrinho como um menino urbano: suas roupas não são remendadas, nem estampadas; ele usa cinto e sapatos; seus cabelos agora são pretos. Muitas dessas características são mantidas em sua imagem até a atualidade.

Diferente de *Caçadas de Pedrinho*, já na 1ª edição de *Geografia de Dona Benta* (1935), ilustrada pelos artistas J. U. Campos e Belmonte, *Pedrinho* veste-se como um menino urbano moderno. Nas imagens, é representado com cabelos alinhados; está sempre calçado, com meias e sapatos fechados, com camisa clara e calças curtas. As calças curtas remetem a um signo de identificação de um menino, daquele período, que ainda não atingira a puberdade.

As representações icônicas do *Pedrinho* de Lourenço Filho são, desde a primeira edição do primeiro número da série (1953), a própria imagem do ideal da criança urbana e moderna daqueles dias. Mesmo quando seu personagem experimenta o mundo rural ou vive as aventuras que envolvem a exploração das florestas brasileiras, *Pedrinho* é representado de cabelos cortados e penteados, calçado com meias e sapatos, usa camisa com botões, em tom único e claro, calças curtas (o *Pedrinho* dos volumes 2, 3 e 4, ilustrado por Oswaldo Storni, é representado sempre com cinto), apresentando-se sempre “limpo e asseado”, assim como seus irmãos e amigos.

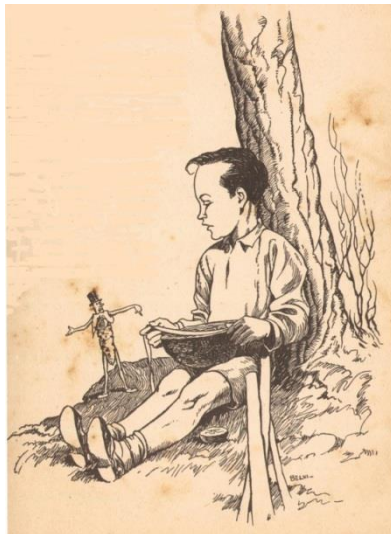


Figura 6: Pedrinho. Ilustração: Belmonte.

Fonte: LOBATO, M. B. *Geografia de Dona Benta*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 35.

Conforme as figuras 4, 5 e 6, os personagens são representados com explícita semelhança do ponto de vista do Plano de Expressão – PE: os meninos-personagens, tanto no livro de Lobato como no de Lourenço Filho, “correm sorrindo”. Porém, no Plano de Conteúdo – PC, os significados são exatamente inversos. A imagem que ilustra o Capítulo 1 de *O Saci* (fig.1) tem como título “Férias”. Aquele Pedrinho de Lobato, ilustrado por Jurandir Ubirajara Campos, corre “da escola”; corre feliz para as férias. Já o *Pedrinho* das imagens de Lourenço Filho, ilustrado por Maria Böes (fig. 5), corre “para escola”; corre feliz para as aulas. Um primeiro olhar sobre as imagens, sem a observação contextual e relacional entre Plano de Expressão e Plano de Conteúdo pode dar uma falsa impressão dos significados que as mesmas representam. Mesmo considerando as semelhanças entre os nomes dos personagens e suas representações icônicas, que são muito aproximadas e até se confundem, aqui, o mais importante é identificar e analisar os significados contextuais representados pelos personagens de cada um dos intelectuais.

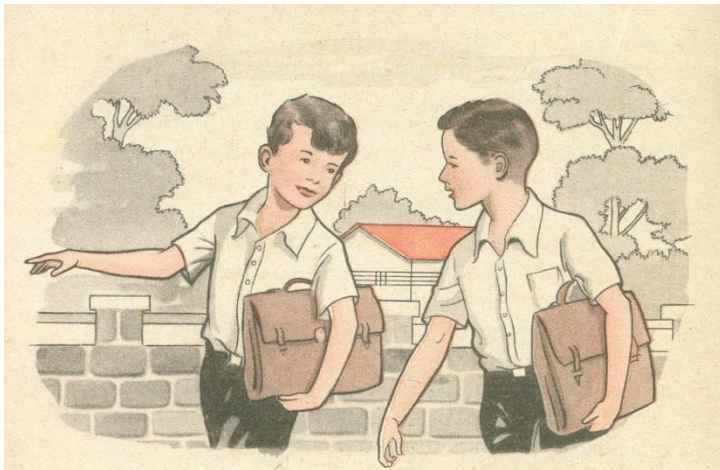


Figura 7: Pedrinho e Alberto. Ilustração: Oswaldo Storni.

Fonte: LOURENÇO FILHO, M. B. **Pedrinho e seus amigos**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958b.

São representações marcadas por tempos, lugares, intenções e visões de mundo de cada um dos autores e ilustradores. As representações icônicas dos Pedrinhos são construções que transcendem vontades e imaginários individuais; estão nos imperativos idealizados por uma pequena, mas significativa parcela de homens da sociedade brasileira que tiveram acesso aos meios de divulgação de bens culturais, especialmente os modelos impressos, importados dos países da Europa e Estados Unidos, para expor seus ideais de criança moderna e de Brasil moderno em seu tempo.

Nessa etapa da análise dos livros, especialmente dos personagens criados pelos dois intelectuais, a perspectiva é considerar os textos de Lobato e Lourenço Filho como expressões de uma determinada realidade objetivada e subjetivada nos escritos e nos não escritos, nas maneiras intencionais e “não intencionais” de retratar particularidades da sociedade brasileira do ponto de vista de cada um deles. Realidade entendida como um conjunto de fenômenos independentes de vontades individuais, construídas pelo concurso diverso de fatores sociais resultantes da ação humana. Isso, aliado à ideia complementar de que o homem, ao mesmo tempo em que constrói a realidade social, é construído por ela, considerando que a realidade

objetivada apresenta mecanismos básicos para sua legitimação e institucionalização e a realidade subjetivada se constrói a partir dos processos de interiorização do que foi institucionalizado pela realidade objetiva. Neste sentido, as identidades sociais e individuais se constroem, são construídas, se condicionam e são condicionadas por esse fluxo dinâmico de escolhas, critérios, trocas e interações representados pela atividade humana.

Em *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim (1999) sustenta que a sociedade não é um somatório de indivíduos, mas que sua essência transcende as consciências individuais, atingindo uma entidade superior. Tudo o que será transmitido como ideal moral de um determinado grupo social, e que está na consciência coletiva do grupo, é transmitido por um processo que não se finda e se reproduz na consciência de cada indivíduo. O autor, em sua busca por um conceito atualizado para a palavra educação, registra, em *Educação e Sociologia* (1978), definições prévias já conhecidas desde a filosofia clássica, até definições dadas por especialistas de seu tempo. Fazendo uma crítica aos conceitos universais sobre *perfeição*, *felicidade* e *exigências materiais*, que defendem uma *educação ideal* para todos os homens, Durkheim inova ao afirmar que a educação atinge as necessidades de cada momento histórico para cada sociedade, sendo a educação uma construção coletiva, relativa à sua época, variando no tempo e no lugar em que ela se propõe. Afirma também que esse é um processo inserido em seu conceito de *fato social*, por ser um processo coercitivo, generalizante e exterior ao indivíduo. Os processos educativos já se encontram na sociedade quando o indivíduo chega a ela e todos os seus membros recebem uma educação, independente de sua vontade. De acordo com o autor:

É a sociedade que nos lança fora de nós mesmos, que nos ensina a dominar as paixões, os instintos, e dar-lhes lei, ensinando-nos o sacrifício, a privação, a subordinação dos nossos fins individuais a outros mais elevados. Todo sistema de representação que mantém em nós a ideia e o sentimento da lei, da disciplina interna e externa, é instituído pela sociedade (DURKHEIM, 1978, p. 45).

Em *Padrões de Cultura*, Ruth Benedict (19-- , p. 15) afirma que “desde que o indivíduo vem ao mundo os costumes do ambiente em que

nasceu moldam a sua experiência dos factos e a sua conduta.” Nas obras *Geografia de Dona Benta*, *O Saci*, *Caçadas de Pedrinho* e na *Série de leitura graduada Pedrinho*, a consciência da coletividade é representada pelas experiências dos fatos e as condutas dos personagens que ali transitam, socializando assim a alma da criança. Os costumes do tempo e dos lugares experimentados por Lobato e Lourenço Filho moldam seus escritos e, por sua vez, moldam os perfis traçados em seus personagens. São esses os processos de socialização que suscitam os seres humanos a adotar valores, regras e padrões de comportamento. A socialização é um processo educativo muitas vezes internalizado de forma latente e inadvertida.

Ao apresentar *Educação e Sociologia*, Paul Fauconnet assim se expressa: “a educação é a socialização da criança” (DURKHEIM, 1978, p. 10). Sob esse aspecto, Giddens (1978) afirma que para Durkheim a palavra *educação* possui uma dimensão ampla, não se restringindo à educação escolar, mas ao desenvolvimento moral e intelectual adquirido socialmente. Sendo assim, para Durkheim, educar é socializar.

Ampliando as possibilidades conceituais e explicativas, podemos pensar nos elementos que constroem a ideia de socialização nos livros selecionados. Émile Durkheim, para falar em *socialização*, na obra *Educação e Sociologia*, define, antes de tudo “educação” da seguinte forma:

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine. (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Ao examinar os conteúdos das obras selecionadas, ao que tudo indica, percebe-se que as instituições sociais são representadas por padrões de conduta construídos socialmente no período no qual os livros foram idealizados e publicados. Lá estão representadas as instituições que envolvem as crianças-personagens *Pedrinho*, suas respectivas famílias, a sociedade e o Estado brasileiro, por seus padrões culturais, relações sociais, economia, legislação e, especialmente, a linguagem que

traduz estas instituições. Sob esse aspecto, para Peter e Brigitte Berger (2008), a linguagem tem um lugar especial nos estudos sociológicos sobre as instituições sociais. Este lugar é especial porque todas as outras instituições que permeiam a vida do ser social dependem e derivam diretamente da instituição da linguagem. A linguagem é, portanto, uma instituição que estrutura outras instituições sociais. Independente das características do Estado, suas instituições:

[...] dependem de um arcabouço linguístico de classificações, conceitos e imperativos dirigidos à conduta individual; em outras palavras, dependem de um universo de significados construídos através da linguagem e que só por meio dela podem permanecer atuantes. (BERGER; BERGER, 2008, p. 163).

Por meio da linguagem, a criança estabelece relações com o mundo de objetos e pessoas à sua volta. Ela identifica, classifica, distingue, interpreta e justifica os elementos de seu mundo material e imaterial. Segundo os mesmos autores, a linguagem possibilita a objetivação da realidade. Nos livros de Lobato e Lourenço Filho, a realidade da criança torna-se mais complexa à medida que ela conhece mais pessoas e lugares, ampliando suas objetivações de realidade. Junto à linguagem enriquecida por novas classificações e interpretações, a visão de mundo²³ dos Pedrinhos ganha outros significados, advindos de construções sociais que traduzem o que os Berger (2008) definem por “objetivação da realidade” e “interpretação e justificação da realidade”.

Assim como Durkheim, Brigitte Berger e Peter Berger defendem que a socialização é diferente de uma sociedade para outra e que cada sociedade molda os indivíduos de acordo com suas necessidades. Argumentam, ainda, que a socialização pode ser pensada como uma interação contínua com os outros e estes outros são, na primeira fase da infância, os familiares mais próximos, que estariam no primeiro plano da socialização da criança: a socialização primária. Em um cenário de segundo plano, estão as outras pessoas que fazem parte

²³ “*Weltanschauung* - Em alemão, a palavra refere-se literalmente a uma “visão” (*Anschauung*) intuitiva do “mundo” (*Welt*); por conseguinte, a “visões de mundo”, ou aos valores ou princípios culturais subjacentes que definem a filosofia da vida ou a concepção do universo de uma sociedade ou grupo” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 805). Portanto, *visão de mundo* é pensada, neste trabalho, como um sistema geral de crenças, valores e princípios culturais partilhados por um determinado grupo em um tempo e lugar.

do mundo da criança e que desempenham um papel socializador que não pode ser ignorado, também classificado como socialização secundária. Na socialização primária, a criança se transforma em membro participante da sociedade; na socialização secundária, este processo é ampliado, abrangendo outras práticas que introduzem a criança numa sociedade mais ampla e complexa. Em *Caçadas de Pedrinho*, a representação do mundo material da criança brasileira do início do século XX, num país predominantemente rural, pode ser identificada num universo de socialização secundária, que abrange práticas de uma socialização que introduz a criança numa sociedade específica. Conforme o intelectual, (LOBATO, 2009, p. 13-14).

Pedrinho levaria uma espingarda que ele mesmo tinha fabricado escondido de Dona Benta, com cano de guarda-chuva e gatilho puxado a elástico. Estava carregada com pólvora duns pistolões da última festa de São Pedro. A arma que Narizinho escolheu foi a faca de cortar pão, instrumento mestiço de faca e serrote.

O relato é de uma experiência social que introduz o personagem num mundo específico: o Brasil das matas, das onças e dos pistolões de pólvora das festas do mês de junho, no caso, a de São Pedro. A inserção nesse mundo é também datada num tempo específico, em que a criança ensaia o uso de armas, intenciona matar uma onça, é acompanhada por outra criança, a prima, que escolhe uma faca de cortar pão como arma de defesa numa caçada. É o ingresso intenso da criança urbana em um mundo rural. A partir da caçada à onça o personagem Pedrinho se transforma num membro participante daquela sociedade sem que se faça necessariamente uma modificação profunda em suas principais características individuais. É a fase de socialização em que o menino-personagem adapta-se a novas situações. Conforme Peter e Brigitte Berger (2008, p. 181), “A socialização secundária também se acha presente em experiências das mais variadas, como a de melhorar a posição social, mudar de residência, adaptar-se a uma doença crônica ou ser aceito num novo círculo de amigos.” Assim, pode-se pensar na no ritual de preparação da caçada como um processo de adaptação a um novo lugar onde as atividades que exigem coragem e destreza com armas, mesmo que sejam armas improvisadas e de brinquedo, são valorizadas pelo grupo social. É um exercício de ligação entre o mundo pequeno e individual, da criança, com um mundo grande, o da mata,

com todos os seus perigos. Para que essa fase no processo de socialização da criança seja eficaz, os perigos representados pelo mundo da mata precisam ser experimentados e superados.

Vejam os outros imperativos da socialização dos dois personagens:

O primeiro livro da *Série de leitura graduada Pedrinho* é composto por 65 lições em 127 páginas. A primeira lição, conforme citado anteriormente, “Pedro, Pedrinho, Pedroca”, o autor utiliza o nome de Pedrinho como pretexto para explorar um tema que contempla as relações humanas na série didática: as relações de parentesco. Tema que se prolonga na segunda lição, “Um nome só”, onde os nomes de batismo e sobrenome de família são identificados de maneira distinta e a temática em torno das relações de parentesco são ampliadas. Percebe-se que as lições seguintes elegem temas que se sucedem numa ordem interessante: A casa de Pedrinho; Zezinho; O jardimzinho; O quintal; A casa de bonecas; O veludo (em alusão ao pequeno cãozinho da família).

O volume é elaborado numa ordenação e desenvolvimento que parte da transição entre a socialização primária para a socialização secundária do personagem Pedrinho, aquela que vai do núcleo doméstico e familiar, ao mundo da escola e da vizinhança. Assim, do núcleo familiar, das relações de parentesco, da descrição da moradia (casa, quintal, jardim), da identificação dos objetos e dos animais de estimação, como também do “lá fora”, representado pelo primeiro amigo e primeira escola se dá a expansão do pequeno universo infantil, análogo aos primeiros conhecimentos da socialização humana num mundo moderno, daquele do personagem.

No segundo livro, *Pedrinho e seus amigos*, nas 59 lições, em 124 páginas, a socialização ganha novos aspectos já na primeira lição do livro: “Pedrinho vai mudar de casa”. Nela surgem novos espaços de sociabilidade para o menino e seus familiares. A medida que as lições avançam, Pedrinho passa a conhecer seu novo bairro e todo o universo de relações sociais inseridos no contexto urbano de uma grande cidade brasileira dos anos cinquenta do século XX, com ruas movimentadas, espaços controlados, incursões por municípios vizinhos, etc. A partir da lição 23, “O mundo não é só a cidade”, Pedrinho e seus irmãos, conduzidos pelo personagem Tio Damião, passam a conhecer alguns aspectos do mundo rural brasileiro. Temas como a vida na fazenda e suas particularidades são explorados por sete lições, numa variação que transita entre produção agrícola, natureza e suas particularidades, valorização e defesa das matas, o mundo rural antigo e moderno, a

história da expansão do território nacional em direção ao interior, utilizando a história oficial dos “bandeirantes”. Entre lições de História, Geografia, Língua Portuguesa e Ciências, o autor desenvolve noções de moral e civismo. No terceiro livro, *Aventuras de Pedrinho*, a socialização da criança é organizada pelo autor em quatro grandes unidades²⁴. No volume, Pedrinho e seus irmãos menores conhecerão as regiões político-geográficas da nação brasileira. Tais conteúdos são permeados por noções de moral, civismo e de regras de convivência. *Aventuras de Pedrinho* segue de certa forma, os mesmos padrões de um livro didático brasileiro editado pela primeira vez em 1910²⁵. - *Através do Brasil* -, escrito por Olavo Bilac e Manuel Bomfim. Conforme André Botelho (2002, p. 104), falando sobre as viagens nos romances de formação como experiência de aprendizagem,

Em *Através do Brasil*, também a viagem dos irmãos Carlos e Alfredo por diferentes estados brasileiros, do Nordeste ao Sul do país, não constitui simples deslocamento espacial pelo território nacional, mas, ao longo da narrativa, revela-se fundamentalmente como jornada educativa que se realiza na interação das personagens – e dos leitores – com uma determinada realidade objetiva representada com intenção verossímil na narrativa como o próprio *Brasil*.

²⁴ A Unidade I é composta por 22 lições; a Unidade II, por 19 lições; a Unidade III, por 24 lições e a Unidade IV, por 18 lições. Os conteúdos de todas as unidades são introduzidos por um poema, que apresenta, como ponto de vista lógico para a idade do leitor, vasto conteúdo pedagógico, apresenta “situações de imprevisto e surpresa que mantêm e apuram a intenção de ler, e de ler narrativas mais longas e complexas” (LOURENÇO FILHO, 1968b)

²⁵ “A narrativa gira em torno de dois irmãos, Carlos e Alfredo, órfãos de mãe, e seu companheiro Juvêncio. Começa com a separação do pai, obrigado a deixar os filhos num colégio, a fim de trabalhar na construção de uma estrada de ferro. De Recife, onde começa a história, a ação se desloca sucessivamente para Alagoas, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, e termina em Pelotas, no Rio Grande do Sul. São mais de trezentas páginas nas quais as viagens dos meninos se mesclam com descrições de cidades, lances dramáticos e pitorescos, informações de história e ciências naturais, etc.” (PFROMM NETTO, 1974, p.178). *Através do Brasil* foi reeditado até 1959, com a 44ª edição. Em 2000 a obra ganhou uma nova edição, organizada por Marisa Lajolo na coleção Retratos do Brasil da Companhia das Letras. O modelo não é exclusividade dos escritores brasileiros, pois segue o modelo de literatura infantil/juvenil com conteúdos cívicos e nacionalistas seguindo o modelo dos livros do final do século XIX, o italiano *Cuore* de Amicis e *Le tour de France par deux enfants*, de Augustine Fouillée que usava o pseudônimo G. Bruno. *Cuore* volta-se ao processo de unificação da nação italiana e *Le tour de France par deux enfants* estabelece seu eixo narrativo em torno da consolidação da Terceira República francesa.

A estratégia socializadora em *Aventuras de Pedrinho* Lourenço Filho utiliza o mesmo padrão, com variantes específicas que caracterizam a série em um Brasil do pós II Guerra. Provavelmente, Lourenço Filho segue o modelo dos “roteiros de viagens” como estratégia aprovada em outras experiências, como tática literária atrativa para o público infantil.

O quarto livro, *Leituras de Pedrinho e Maria Clara*, é organizado por Lourenço Filho de maneira diversa da utilizada nos volumes precedentes da série. Neste, constrói um “índice arrumado por assuntos”, no qual as unidades não recebem título, mas os assuntos. São os próprios personagens, Pedrinho e Maria Clara, os “organizadores” do livro. As crianças apresentam um grau de autonomia que as leva a assumirem a autoria do volume 4 da coleção. Os irmãos escolhem recortes de jornais e revistas, poemas e textos de livros selecionados para compor o livro. Ao agrupar os textos de forma temática, o autor conduz professor e alunos a uma relativa seleção independente da ordem de leituras, embora no *Guia do Mestre*, faça a orientação das lições por ordem numérica crescente. Percebe-se que, na fase de utilização do quarto volume da série, a criança é estimulada à leitura de textos de forma mais autônoma possível.

Um aspecto relevante na *Série de leitura graduada Pedrinho* é a faixa etária dos personagens socializadores, denominados “os amigos de Pedrinho”, apresentados no volume 2 da série de livros. Somente o *amigo n.º 1* é uma criança da mesma faixa etária de *Pedrinho* e que participa de seu mundo infantil e escolar. Ao longo do livro, surgem novos amigos, como o *amigo n.º 2*, que é um homem adulto, um marceneiro: “O Sr. Raimundo trabalhou três dias para fazer a armação de madeira na copa. Pedrinho serviu de ajudante. Os dois se entenderam muito bem e tornaram-se amigos.” (LOURENÇO FILHO, 1961c, p. 36). Este não é mais um companheiro para as brincadeiras ou atividades escolares; é um adulto que irá dar a Pedrinho as primeiras orientações sobre a importância da ordem e da atenção para a execução de “um trabalho bem feito”. O *Sr. Raimundo* estimula *Pedrinho* a “experimentar”, planejando, desenhando e utilizando ferramentas para a execução de trabalhos de marcenaria. Ao final da lição 18, o autor orienta o leitor em dois itens: “Como fazer o fio de prumo” e “Como fazer o nível de bolha” com materiais que estão ao alcance das crianças, como caixas de fósforos, barbantes, pedrinhas, rolas e papelão. No *Guia do Mestre*, Lourenço Filho recomenda ao professor: “Verificação:

leve o material indicado (caixas de fósforos, barbante, tubo de aspirina) e peça a um aluno que construa um *fio de prumo*; e a outro, o *nível de bolha*, sem outras explicações senão as do texto.” (LOURENÇO FILHO, 1968b, p. 43, grifos do autor).

O amigo número 3 é Chico Tião, personagem destacado a seguir no texto. Já o *amigo n.º 4* é um jovem trabalhador, “um rapazinho moreno, muito simpático.” (LOURENÇO FILHO, 1961c, p. 69). Este rapaz é um vendedor de sorvetes de nome *Artemiro*. Nesta lição, o autor enfatiza os cuidados que as crianças devem ter ao transitar pelas ruas e a solidariedade que deve existir entre as pessoas, já que o jovem trabalhador se feriu em frente à casa de *Pedrinho*, ao ser atropelado por uma bicicleta, mas foi socorrido por dona Clara, a mãe de *Pedrinho*. O Amigo n.º 4, “*Artemiro*”, é representado na ilustração, com a altura de um adulto.

O amigo n.º 5 é Anselmo, menino mais experiente que *Pedrinho*. A escola de *Pedrinho* acabou de formar o “Clube da horta”, e Anselmo foi escolhido “chefe do clube da horta”. Anselmo entende de plantações, desde a adubação da terra até a colheita. É ele quem ensina às demais crianças da escola como construir uma horta em seus quintais. A lição 47, O Amigo n.º 5, é precedida por uma lição que faz um detalhamento minucioso sobre o que é um *clube* e um Clube da Horta. Anselmo é descrito nessa lição como um “menino moreno, de sobranceiras muito cerradas. Ele entende de plantações porque é filho do seu Oliveira, o chacareiro do bairro.” (LOURENÇO FILHO, 1958b, p. 100, grifo do autor).

O autor, conforme referenciado anteriormente, um expoente das reformas denominadas escolanovistas no Brasil, traz para sua série de livros escolares dos anos cinquenta um dos itens experimentados nas reformas educacionais desde os anos vinte: os Clubes da Horta, ou práticas similares nas escolas. A inserção da temática do trabalho manual rural pode ser percebida de duas formas. Uma das intenções de Lourenço Filho pode estar relacionada ao próprio universo administrativo e organizacional escolar brasileiro - no qual ele estava inserido como idealizador e gestor -, que desde os anos 1920 fazia investimentos numa educação específica para a população da zona rural

brasileira²⁶. Num país marcado pelo investimento histórico nas estruturas educacionais dualistas (público/privado; campo/cidade), as questões que envolvem a preparação para o trabalho intelectual e o trabalho manual, quer no campo, quer na cidade, também estão refletidas, mesmo que de forma ingênua, na série de livros didáticos de Lourenço Filho. Outra forma de interpretação pode revelar uma tentativa do autor em valorizar a importância do trabalho manual rural. Ao trazê-lo para a educação da criança urbana da série, o apresenta como uma das condições de sobrevivência e bem-estar da população urbana do Brasil moderno pensado por ele, o que estaria relacionado ao conceito durkheimiano de *solidariedade orgânica*, que é possível ser identificado nas lições seguintes.

Antes da lição que apresenta o amigo nº 5, Lourenço Filho fala na voz do pai de Pedrinho sobre “os amigos desconhecidos”. São pessoas da comunidade, como o padeiro, o verdureiro, “o moço do açougue” e o peixeiro, que entregam os mantimentos de porta em porta, mas que não são identificadas pelos nomes. Vejamos um trecho da lição:

[...] Também não conhece você quem tenha plantado o trigo de que se faz o pão, nem quem criou o boi de que se tira a carne, nem quem pescou o peixe. Você não conhece o guarda noturno que vela pelo seu sono, nem sabe o nome do guarda de trânsito que evita que você seja atropelado, nem o nome dos homens que imprimem os livros em que você estuda, ou que fabricam os cadernos em que você escreve...

- Não, senhor. Não sei...

²⁶ Especialmente entre os anos 1930 e 1960, as aproximações entre Ministério da Educação e Ministério da Agricultura se estreitam na forma de iniciativas conjuntas voltadas às políticas nacionais de Educação Rural, que eram regulamentadas e supervisionadas pela Pasta da Agricultura. Em três décadas, até 1961, o Ensino Agrícola no Brasil permaneceu oficialmente subordinado ao Ministério da Agricultura. O Ministério da Agricultura havia sido criado em 1909 e já em 1910 fazia as primeiras incursões na área educacional rural. A partir da administração Vargas, conforme Mendonça (2008, p. 10), “no período compreendido entre 1930 e 1960, as novas práticas ditas de “ensino” suplantariam, pouco a pouco, sua dimensão escolar, transmutando-se em iniciativas de “assistência técnica”, mediante a proliferação de Clubes Agrícolas e da Assistência Comunitária prestada por Extensionistas Rurais.” Ainda de acordo com a mesma autora, “Os Clubes Agrícolas baseavam-se em seus congêneres norte-americanos, os Clubes 4-H (Head, Heart, Hands and Health), criados em 1937, tendo, dentre outros objetivos, “dignificar o trabalho manual e engrandecer a profissão do agricultor; desenvolver o espírito de cooperação na escola, família e coletividade; incentivar a policultura; formar hábitos de economia; organizar uma cooperativa para a venda dos produtos das plantações e criações dos sócios” (MENDONÇA 2008, p. 14).

- Mas todos eles, Pedrinho, todos ajudam você a viver, aumentando o seu bem-estar e facilitando as suas tarefas. Podemos por isso dizer que todos eles também são seus amigos.

Se todas as pessoas compreendessem esta verdade, a vida de todos seria melhor. (LOURENÇO FILHO, 1961c, p. 72-73).

O objetivo do autor, como está descrito no *Guia do Mestre*, é “levar as crianças, por explicação a seu alcance, a compreenderem a prática da cooperação indispensável à vida social.” (LOURENÇO FILHO, 1968b, p. 50). Por meio do texto para a leitura das crianças e das recomendações direcionadas ao professor, pode-se identificar uma estreita relação entre as ideias de Émile Durkheim e a prática de Lourenço Filho, pois o sociólogo francês pontua em *Da Divisão do Trabalho Social* que o trabalho é fonte de coesão social. É por meio do trabalho que a unidade do tecido social é mantida, assegurando, assim, a existência da própria sociedade, lembrando que o trabalho é uma atividade essencialmente social e está submetido às regras morais determinadas pela sociedade. O trabalho dos *amigos desconhecidos* no livro de Lourenço Filho “força o homem a contar com outrem, a reger seus movimentos com base em outra coisa que não os impulsos de seu egoísmo, e a moralidade é tanto mais sólida quanto mais numerosos e fortes são esses vínculos.” (DURKHEIM, 1995, p. 420).

Conforme já mencionado, com exceção do amigo número 1, que é o personagem Alberto, os demais “amigos” de Pedrinho são pessoas do sexo masculino e com idade superior à do menino. Através de saberes adquiridos por uma socialização mais consolidada, esses “amigos” passam a ensinar-lhe algo novo. A socialização de Pedrinho é construída desde o jovem trabalhador, o marceneiro, o contador de histórias e o “menino moreno de sobranceiras muito cerradas”, que domina os segredos do “fazer uma horta”. Até mesmo “amigos desconhecidos” auxiliam nessa socialização, pois, por suas atividades profissionais, participam da rede de relacionamentos de sua família e de sua comunidade.

Identifica-se no personagem Pedrinho, de Lourenço Filho, uma expressa influência dos conceitos durkheimianos sobre o caráter social da educação e o papel das gerações mais velhas sobre as gerações mais novas, que é o da “socialização metódica das novas gerações”, porque “a educação não é, pois, para a sociedade, senão meio pelo qual ela prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria

existência.” (DURKHEIM, 1978, p. 41). Os amigos de Pedrinho são os agentes que lhe proporcionam os conhecimentos necessários à sua vida em sociedade. Pedrinho de Lourenço Filho é socializado por uma geração de adultos, mas não só adultos. São homens mais velhos que transmitem a perpetuação e o reforço do que é valorizado culturalmente na sociedade em que o personagem está inserido. A criança não só aprende a ser um ser social, mas também a se tornar um brasileiro para um país idealizado por um expoente da intelectualidade da época.

Esta relação, que implica socialização da criança para viver numa determinada sociedade política, dentro de seus princípios morais, é mais um aspecto das teorias sociológicas sobre educação de Émile Durkheim presentes nas proposições de Lourenço Filho. Se, para Durkheim, socializar é educar, vejamos como os sociólogos da contemporaneidade, Peter e Brigitte Berger (2008, p. 180), ampliam o conceito durkheimiano e apresentam novas perspectivas ao conceito clássico:

Os sociólogos estabelecem distinção entre a *socialização primária* e a *socialização secundária*. A socialização primária é o processo por meio do qual a criança se transforma num membro participante da sociedade. A socialização secundária compreende todos os processos posteriores, por meio dos quais o indivíduo é introduzido num mundo social específico. [...]. A socialização secundária também se acha presente em experiências das mais variadas, como a de melhorar a posição social, mudar de residência, adaptar-se a uma doença crônica ou ser aceito num novo círculo de amigos.

Ao relacionar esta afirmação à perspectiva de socialização na *Série Pedrinho*, nos episódios relatados, podem ser identificados componentes da socialização primária quando *Pedrinho* é apresentado, em primeiro lugar, ao seu universo social por meio da “visão de mundo” de seus familiares. São conteúdos encontrados com mais frequência no primeiro volume da *série*. A seguir, a ampliação dessa visão se dá por meio dos amigos que *Pedrinho* passa a conhecer, de forma introdutória no primeiro volume, o que se consolida no segundo volume. A socialização secundária é mais evidenciada em *Pedrinho e seus amigos*, onde no título da primeira lição, “Pedrinho vai mudar de casa”, elege

mudança, mobilidade e adaptação no cotidiano do personagem, o que se solidifica ao longo do volume.

Em *Pedrinho e seus amigos*, a criança é socializada para a sociedade brasileira de seu tempo. A educação, que é socialização, é especificamente um fato social. Então, vejamos como Durkheim (1999, p. 13), define o *fato social* no capítulo I do livro *As regras do método sociológico*:

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais.

De acordo com esta definição, podemos pensar na educação como um *fato social* essencial, pois é um fenômeno exterior ao indivíduo, coercitivo e extensivo a toda sociedade, e não há sociedade que se perpetue sem a ação educativa sobre seus indivíduos. Educar, portanto, é socializar.

Há uma passagem significativa na *Série Pedrinho*, que comprova que os conteúdos enciclopédicos são permeados por conteúdos culturais, confirmando, mais uma vez, os pressupostos de Durkheim (1978) quando afirma que a socialização deve ser realizada para um determinado tempo e lugar, porque cada povo prepara sua criança para viver conforme as condições da realidade de sua nação. Na obra do intelectual Lourenço Filho, a educação da criança brasileira também é um produto das particularidades culturais que compõem a civilização nacional. Para ilustrar estas afirmações, vejamos uma das lições de *Pedrinho*, o primeiro volume da série (LOURENÇO FILHO, 1961b, p. 80-81).

42. Brincando de vendinha

Maclá e o Zezinho estavam brincando de vendinha. A dona da vendinha era ela, e o Zezinho era o comprador. Ele chegou e pediu uma lata de goiabada. Maclá fingiu que pegava uma lata e que embrulhava. Depois ele pediu um quilo de vinagre. – Não, seu Zezinho, disse Maclá muito séria. Vinagre não se vende aos quilos. Vende-se aos litros. O senhor sabe que vinagre é

como água, escorre. É um líquido. – Está bem, dona Maclá. Então me dê também um litro de ovos! – Não, seu Zezinho. Os ovos vendem-se em dúzias. Mas o ovo, quando quebra, também não escorre? – É verdade. Mas ninguém compra ovos quebrados. – Então me dê uma dúzia de feijão. – Ora! Uma dúzia de grãosinhos de feijão não dá para nada. São só doze. Feijão, milho e arroz vendem-se aos quilos. Aos quilos, seu Zezinho! Ouviu bem?

Na lição, a relação de palavras, o sistema de medidas, e a própria “brincadeira” refletem modos locais de comportamento de uma sociedade. Tais modos apresentam particularidades e variantes, de grupo para grupo, como, no caso, o grupo de crianças que produz o “brincar de vendinha”. Sabe-se que nenhum membro das sociedades complexas, as conhecidas como ocidentais e modernas, domina todas as expressões culturais de seu grupo. Toda participação cultural em determinadas sociedades depende de questões relacionadas à idade, sexo e lugar, ocupados hierarquicamente no grupo. As crianças, por sua vez, reproduzem, adaptam e criam brincadeiras que refletem o acúmulo de experiências partilhadas e valorizadas pelo grupo social de pertencimento. Lourenço Filho, para trabalhar com conteúdos relacionados ao sistema de pesos e medidas adotado no Brasil, lança mão de brincadeiras que fazem parte do cotidiano das crianças brasileiras, como também aplica exemplos relacionados aos usos e costumes da alimentação no País naqueles dias.

Outro exemplo a ser destacado na obra didática do intelectual Lourenço Filho, quanto ao que se refere aos conteúdos das lições, que são permeados por elementos que podem ser entendidos como característicos da cultura brasileira, está em “Aventura na Floresta”, quando o grupo de meninos acampa sob os cuidados do velho caboclo Chico Tião.

Na figura 8 observa-se a representação de um conjunto de particularidades nas expressões corporais características de uma determinada cultura, como o divertir-se, alimentar-se e ainda apontar o polegar para o alvo da pilhéria, após o sucesso da brincadeira.



Figura 8: Chico Tião e grupo de meninos. Ilustração: Oswaldo Storni.

Fonte: LOURENÇO FILHO, M. B. *Aventuras de Pedrinho*. 12. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969. p. 37.

O personagem adulto, Chico Tião, diverte-se após ter pregado uma peça nos meninos. Fingiu estar perdido na mata, deixando o grupo desorientado.

Pedrinho logo se lembrou de histórias de meninos perdidos na mata. Alberto já pensava estar ouvindo miados de onça. Zezinho chegou-se para perto de Carlos e segurou-lhe no braço [...] Fez-se um grande silêncio. Embora já passasse de meio-dia, ninguém mostrava vontade de comer. Ninguém não. O velho caboclo abriu o seu embrulhinho e dele tirou a merenda. Descascou a banana. Mas, antes de levá-la à boca, rompeu numa daquelas suas gostosas risadas [...]. (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 37).

Exemplos como o destacado permeiam diversas lições dos livros didáticos que compõem a *Série Pedrinho*, em que a criança de Lourenço Filho recebe estímulos para que compartilhe de hábitos e atitudes que são valorizados entre os brasileiros, como as brincadeiras, as galhofas, o “pregar-peças” e como reagir diante dessas ações. Conforme Roque de Barros Laraia (2009, p. 69), “Pessoas de culturas diferentes riem de coisas diversas”. Falando sobre “o riso unificado dos latinos”, George Minois (2003, p. 86), reflete sobre o lugar da zombaria nos textos latinos antigos:

É bastante significativa que a comédia tenha sido muito anterior à tragédia, em Roma. O mundo e a sociedade são percebidos, a princípio, como realidades pouco sérias, que provocam necessidade de zombarias. [...]. Uma coisa é certa: desde suas origens, os romanos gostam de rir e interessam-se por essa prática, esmiuçada por numerosos escritores.

É socialmente esperado que os brasileiros encarem com bom humor as pilhérias a que são submetidos. Na sociedade brasileira, as risadas podem ser a expressão cultural do perceber a realidade social como coisa pouco séria e isso deve ser aprendido e apreendidas também nos livros escolares. Nas imagens e textos escritos, os gestos e movimentos corporais “educam” por seus detalhes essenciais. Ao apresentar a obra de Mauss, *Sociologia e Antropologia*, Lévi-Strauss (2003), chama a atenção para o modernismo no pensamento do cientista quanto à importância que as sociedades dão ao uso do corpo e como cada sociedade impõe aos indivíduos o uso rigoroso do corpo para transmissão cultural:

É por intermédio da educação das necessidades e das atividades corporais que a estrutura social imprime sua marca nos indivíduos: Adestram-se as crianças... a dominar reflexos... inibem-se medos... “Selecionam-se pausas e movimentos.” [...]. A educação da criança está cheia do que chamamos de detalhes, mas que são essenciais. (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 12-13).

Seguindo o pioneirismo de seu mestre Émile Durkheim, para Marcel Mauss a transmissão da “coisa social” é tema central em seus estudos sobre a educação da criança. Avançando, porém, em alguns aspectos, ele lembra que educar e aprender não são a mesma coisa em todas as sociedades. Para Mauss, a educação formal e informal das sociedades com e sem escrita deve ser da mesma forma valorizada. Se cada sociedade tem seu meio de educar, é importante observar nela como é percebido o “ser criança”. Para Mauss, a educação também se faz pela imitação. Os próprios corpos dos seres humanos, por seus símbolos orais, gestos e olhares são instrumentos de transmissão de tradição, pois, para ele, a tradição não se limita aos fatos morais. A

educação é um conjunto de esforços feitos conscientemente pelas gerações. Na etnologia moderna de Mauss, as técnicas manuais podem revelar aspectos importantes para se entender as diversidades culturais em cada sociedade. Sobre essas, adquiridas por imitação do que é socialmente bem-sucedido, como ato autorizado, Mauss (2003, p. 405) escreve:

É precisamente nessa noção de prestígio da pessoa que faz o ato ordenado, autorizado, provado, em relação ao indivíduo imitador, que se verifica todo o elemento social. No ato imitador que se segue, verifica-se todo o elemento psicológico e o elemento biológico. Mas o todo, o conjunto é condicionado pelos três elementos indissolivelmente misturados.

O autor ainda indica que esse conjunto gestual é incorporado pelos indivíduos na essência do que é nominado no latim por *habitus* ou no grego por *hexis* – a disposição prática -, que não variam no indivíduo, mas, em particular, nas sociedades. O indivíduo imitador mencionado por Mauss – aquele que ordena ideias e faz classificações, que reproduz gestos corporais como instrumentos técnicos próprios de uma cultura - no caso específico, do que é *ser brasileiro* -, está presente nas obras aqui analisadas. Particularidades gestuais, posturas corporais associadas a formas de olhar e sorrir estão impressas nos textos e imagens, devendo ser imitadas e incorporadas no que identifica “o ser brasileiro” nas obras para as crianças em Monteiro Lobato e Lourenço Filho. Cabe dizer que “o conjunto dos hábitos do corpo é uma técnica que se ensina e cuja evolução ainda não terminou.” (MAUSS, 1972, p. 34).

Claude Dubar (2005), ao explorar a temática *socialização*, registra a importância da abordagem culturalista para os estudos em torno do objeto. Ruth Benedict é citada como pioneira por seus estudos comparativos entre sociedades distintas – os *pueblo* e os *kwakiutl* das Américas e os *dobu* da Oceania. Benedict conclui que a plasticidade dos seres humanos possibilita as múltiplas moldagens culturais, sem descartar as possibilidades dos comportamentos “desviantes”; enfatiza que os modelos de comportamento, como modos de expressão e destinos sociais, são escolhidos e variam de sociedade para sociedade. De acordo com Dubar (2005), aos estudos de Ruth Benedict seguiram-se muitos outros e “todos eles se organizam acerca de uma tese comum: *a*

personalidade dos indivíduos é produto da cultura em que eles nasceram.” (DUBAR, 2005, p. 37, grifos do autor).

Infere-se daí que a construção das personalidades das crianças socializadas pelos autores são produtos genuínos das sociedades em que elas nascem e crescem através dos capítulos de cada livro. Tanto o *Pedrinho* de Monteiro Lobato - em *Geografia de D. Benta, O Saci* ou *Caçadas de Pedrinho* – quanto o de Lourenço Filho – na *Série de leitura graduada Pedrinho* – são meninos com personalidades produzidas pela cultura brasileira, ou pelo que os autores manifestam nos livros sobre o que é um menino que experimenta valores, modos de expressão e destinos sociais de um menino brasileiro. Dubar transcreve uma citação mais precisa que corrobora as conclusões de Benedict: “As instituições com as quais o indivíduo está em contato durante sua formação produzem nele um tipo de condicionamento que, em longo prazo, acaba por criar um determinado tipo de personalidade.” (LEFORT, 1969, p. 49 apud DUBAR, 2005, p. 37).

Na mesma obra, o sociólogo cita as pesquisas de Kardiner e Linton, em que ambos chegam à conclusão de que não existem pressupostos universais nas personalidades e características humanas individuais que possibilitem à sociedade seu engendramento. Portanto, os modelos institucionalizados de práticas, hábitos, costumes e formas de pensar, valorizados ou condenados, são construídos socialmente. Os estudos da antropologia cultural comprovam a exterioridade das culturas e sua importância na construção das personalidades individuais.

A hipótese de personalidade básica está no espírito de corpo, na interiorização do que há de exterior ao corpo. Neste sentido, podemos pensar na construção de uma personalidade individual de cada *Pedrinho* como disposições socialmente estruturadas. A personalidade básica do menino brasileiro ideal de Monteiro Lobato e Lourenço Filho está permeada de manifestações do que é característico e valorizado na sociedade brasileira, quando registram episódios em que os meninos demonstram coragem, honestidade, responsabilidade e interesse por assuntos científicos. Tais ações são revestidas por gestos e atitudes marcados pela vivacidade, pelas anedotas e pilhérias permitidas e valorizadas na personalidade do brasileiro. Para Linton, nas sociedades modernas a dinâmica cultural exhibe traços específicos com um núcleo de cultura comum cada vez menor à medida que estas sociedades se complexificam.

A sociedade brasileira representada por Lobato e Lourenço Filho expõe aspectos de uma sociedade que se moderniza, considerando

as perspectivas do que é uma nação moderna para cada um dos autores. Através das aventuras e viagens, fica evidente um núcleo cultural comum, o núcleo cultural brasileiro, que apresenta complexificações específicas dos processos de ingresso dessa sociedade no mundo ocidental moderno. “Linton – assim como Kardiner e todos os antropólogos culturalistas – acredita na possibilidade e na necessidade de reconstituição de culturas comuns a todos os membros de uma mesma sociedade.” (DUBAR, 2005, p. 50). No caso, a socialização dos Pedrinhos é “um processo de incorporação progressiva dos traços gerais característicos da cultura de seu grupo.” (DUBAR, 2005, p. 50).

Este processo de incorporação progressiva à sociedade dos Pedrinhos se desenrola enquanto as crianças apresentam um organismo que está se desenvolvendo biologicamente. Nas obras, as crianças se inserem num processo de humanização pelos conteúdos ali explorados. O *Pedrinho* de Lourenço Filho “cresce” ao longo dos quatro volumes da *Série*, enquanto o de Monteiro Lobato apresenta uma idade estabilizada, mas com sinais de crescimento caracterizado pelo aprendizado adquirido no processo de socialização ao qual é submetido.

Pode-se afirmar que o que é anunciado nos pressupostos da Antropologia de Mauss é confirmado e consolidado pela antropologia culturalista americana, que, entre tantas contribuições, dotou a ciência antropológica de conceitos mais atualizados naquele momento. A escola, com origens nos fundamentos no Círculo de Berlim, tem na herança de Franz Boas (1858-1942) a perspectiva do estudo detalhado dos costumes. A escola critica o método comparativo característico dos pensadores do evolucionismo linear e acentua a necessidade primordial, para os estudos antropológicos, da obtenção de dados nas pesquisas de campo. Para Boas, a antropologia não pode ter como único objetivo a teoria pela teoria. Cada cultura deve ser percebida de forma total. Com bases empíricas, organizam-se novos elementos para contestação do “primitivo” e argumentos sólidos revelam que todo humano é dotado de iguais capacidades mentais, intelectuais e manuais, independente de etnia e sexo. Nenhum povo é incapaz de fazer abstrações, generalizações ou classificações. A cultura de cada povo é refletida no seu *ethos*, revelando, assim, uma maneira de ser muitas vezes *suis generis*, construída socialmente.

A partir dos estudos dos pesquisadores culturalistas americanos, constroem-se novas ideias sobre cultura e linguagem que não são mais fundamentadas nos pressupostos raciais, mas na própria lógica, que só pode ser compreendida no interior de cada cultura. Assim, o relativismo

cultural mostra, entre outras coisas, que as transformações sociais podem ser mais rápidas ou mais lentas em diferentes sociedades, devido aos valores intrínsecos a cada grupo cultural.

Dentro do contexto dos estudos sobre a personalidade e comportamento humano que permeavam as Ciências Humanas nos Estados Unidos na primeira metade do século XX, a escola americana culturalista dedica-se também ao estudo de como cada sociedade molda as personalidades nos mínimos detalhes. Assim, é possível verificar como cada sociedade produz a criança com certos perfis de personalidade ideal. Aluna de Franz Boas, Ruth Benedict, em seus estudos, assegura que a história de cada um de nós se sustenta em padrões socialmente construídos através de gerações. Os costumes, as condutas que cada um dos seres humanos adquire estão moldados culturalmente mesmo antes da sua chegada ao mundo.

Segundo Berger & Luckmann (2002), o processo que torna possível a formação do eu no ser humano se realiza em correspondência com o meio em que vive. A interferência social, no que concerne ao desenvolvimento orgânico dos indivíduos, é densamente relatada por Berger & Berger (2008) quando discutem os componentes sociais e não sociais da infância humana. O nascimento representa o ingresso da criança num mundo habitado por outras pessoas e aos poucos suas experiências não sociais serão modificadas pela experiência social do grupo de pessoas que a rodeiam e pela experiência acumulada pelas gerações anteriores à chegada desse novo ser. O processo de adaptação social interfere diretamente nas funções biológicas e fisiológicas da criança. Esta adaptação contínua propicia regularidades e estabilidades que os meios biológicos não podem garantir por si sós. A existência humana é perpetuada por uma dada ordem, que é superior às individualidades orgânicas de cada um, limitando, assim, as particularidades biológicas, submetendo-as às generalidades sociais do grupo.

As regularidades geradas pelo hábito que sujeitam as ações humanas a um padrão representam uma economia de esforços mentais desnecessários e proporcionam uma estabilidade psicológica confortável aos seres humanos. Quando há regularidades que caracterizam uma tipificação social, é desnecessário que cada ação compartilhada seja continuamente redefinida. Os grupos sociais definem seus processos de flexibilização de valores nas temporalidades, como também nas formas de expressão. Visualizamos, ao perceber essas flexibilizações, uma determinada estabilidade na conduta humana. Sendo assim, na

socialização da criança brasileira em Lourenço Filho e Monteiro Lobato, percebemos condutas-padrão estáveis, mesmo com características de flexibilidade relacionadas aos padrões sociais brasileiros, que introduzem os Pedrinhos num mundo social específico. As tipificações recíprocas, características da sociedade dos Pedrinhos, possibilitam institucionalizações que marcam esta sociedade. Percebe-se a introdução das crianças em programas de conduta inseridos numa ordem institucional que pretende ter uma autoridade sobre a criança, independente das significações que Monteiro Lobato ou Lourenço Filho possam atribuir às situações em cada capítulo daquelas “aventuras”. Berger & Luckmann (2002) afirmam que “quanto mais a conduta é institucionalizada, tanto mais se torna predizível e controlada. [...] Em princípio, a institucionalização pode ocorrer em qualquer área da conduta coletivamente importante.” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 89).

As condutas interiorizadas individualmente em cada personagem podem ser identificadas como condutas controladas, e até mesmo previsíveis, pois estão no rol dos comportamentos institucionalizados, identificados com resultados e resultantes de uma consciência coletiva, que “consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele.” (DURKHEIM, 1995, p. 3). Mesmo que tais comportamentos sejam representados por sentimentos aparentemente individuais, sua singularidade é limitada, por tal comportamento estar condicionalmente identificado à identidade relacionada ao comportamento esperado e previsível da sociedade brasileira. É de se lembrar de que, muitas vezes, esses comportamentos podem representar os da sociedade brasileira idealizada pelos autores (Monteiro Lobato e Lourenço Filho). O feitio coletivo de ser, agir e pensar das crianças, adultos e seres antropomórficos criados pelos intelectuais possui uma natureza já anteriormente imposta e socialmente definida. Essa feição coletiva do pensar, agir e ser, apresentada, nos conteúdos dos livros selecionados resulta do “prestígio de que seriam investidas algumas representações” (DURKHEIM, 1995, p. XXVIII) e são práticas sociais instituídas e fixadas nas individualidades sem depender de vontades particulares para seu exercício. São atitudes individuais expressas em ações que produzem algo novo. São consciências individuais que, ao se agruparem, podem fundir-se, resultando outra consciência, a coletiva, que representa a própria da sociedade brasileira e não a consciência individual do brasileiro. Aqui, a

imposição de um coletivo é também submetida ao o imaginário dos autores, onde o coletivo do “ser paulista” fala junto aos mesmos. Nas trajetórias de vida de cada um deles, é importante destacar que em suas carreiras são permeadas pelo processo dinâmico em busca do moderno brasileiro.

As biografias dos Pedrinhos são construídas de forma coletiva, não só por seus familiares, amigos e acompanhantes, mas por toda a coletividade que incorpora um acervo comum de conhecimentos e experiências codificados em sistemas de sinais objetivados, transmitidos pelas gerações que partilham de tais códigos. Aqui, registramos o sistema de sinais linguísticos como a base que fundamenta o conjunto de códigos de conhecimento das sociedades representadas nos livros. Tais códigos são partilhados e experimentados tanto pelos autores como pelos leitores, permitindo assim a legitimação e institucionalização de códigos de determinada cultura, o que também vale para a brasileira. Cada um dos autores, em seu tempo, por seus interesses e convicções ideológicas, explora um arsenal linguístico objetivo e subjetivo no desenvolvimento das obras. É no interior desse arsenal que se identifica a instituição social “família”.

Sendo assim, pode-se argumentar que o Pedrinho de Lourenço Filho, mesmo apresentando diversas características de uma socialização relacionada a um mundo de prazer satisfação, representado nos textos escritos e imagens, sua socialização está mais vinculada ao mundo da obrigação, da moral instituída, dos deveres e da ordem, enquanto que a socialização do *Pedrinho* de Monteiro Lobato está mais próxima de um universo dos direitos, da liberdade e do prazer, sem deixar de experimentar os conselhos do adulto socializador e comprovar os benefícios desfrutados por “ouvir” o adulto e seguir, muitas vezes, diferentes rituais de disciplina.

Os hábitos, condutas e costumes representados pelos Pedrinhos de Monteiro Lobato e Lourenço Filho são fruto da sociedade brasileira percebida por cada um de seus idealizadores. O menino brasileiro representado nos livros é fruto de um contexto cultural, cada um em seu tempo e cada um pelos olhos de seu autor; porém, com a “essência” dos padrões de conduta dos hábitos, crenças e capacidades aceitos e valorizados pela sociedade brasileira. Verificamos que os personagens dos livros se acomodam aos padrões culturais manifestados nas escolhas coletivas de uma época e lugar. Existe, em especial no adulto representado nos livros, um esforço educativo em acomodar a criança aos padrões moldados por gerações de brasileiros.

Nos livros de Monteiro Lobato e Lourenço Filho, pode-se perceber uma construção da personalidade infantil, mais precisamente do menino, aproximada ou distanciada, de acordo com cada um dos autores, numa perspectiva de “menino ideal” concebido por representantes de uma parcela da sociedade brasileira em determinado momento histórico, político e social. Composto um conjunto de traços que singularizam cada personagem-criança como pessoa única, com interesses diferentes e emoções particulares, manifestam-se nos livros singularidades características do povo brasileiro. Assim sendo, mesmo que com perspectivas ideológicas diversas, os autores constroem e elegem em seus livros uma criança, um personagem-menino, que representa além de um menino ideal, também a maneira de viver ideal de um determinado grupo social brasileiro.

3 O BRASIL ARCAICO DOS PEDRINHOS: MATAS, JEITINHO E HOMENS CORDIAIS

“Os brasileiros do interior são simples e hospedeiros; mas ao mesmo tempo amigos dos interesses em demasia, exceto por vaidade. Têm mais devoção que virtude, religião sem moral, pundonor sem honradez.” (SILVA, 2000, p. 101).

A proposta analítica neste capítulo é procurar identificar elementos que podem ser considerados como interpretações de um Brasil arcaico, antiquado ou “do passado” nos livros infantis selecionados. Para tanto, o ordenamento das análises é desenvolvido a partir da percepção e registros de cada um dos autores quando apresentam aos Pedrinhos um Brasil marcado por ingredientes que combinam natureza, ruralidade e simplicidade tanto física como cultural. Com base nos itens identificados, busca-se compreender a contribuição de Monteiro Lobato e de Lourenço Filho para formação e conformação de ideias dirigidas ao público infantil, sobre um determinado “Brasil do interior”, aquele das raízes rurais, tantas vezes elogiado ou criticado na literatura brasileira voltada exclusivamente ao público adulto

Na estruturação dos personagens Pedrinho, em relação a seu abrasileiramento, tanto em Monteiro Lobato como em Lourenço Filho, identifica-se um movimento que leva os dois meninos ideais a experimentar aventuras num Brasil natureza e, em grande parte das vezes, entre brasileiros de um Brasil rural. Tal movimento é realizado de formas diferenciadas em cada autor. Lobato traz seu Pedrinho, menino urbano, residente na capital federal, para passar as férias escolares no Sítio do Picapau Amarelo²⁷. Lourenço Filho não desloca, de forma permanente, seu Pedrinho do ambiente urbano em que vive, mas utiliza artifícios (acampamento, viagens curtas à fazenda do tio Damião, por exemplo), para que o personagem conheça e experimente um Brasil natureza e um Brasil rural. São movimentos que, aparentemente distintos, apresentam uma aproximação crucial: os personagens, para concretizarem plenamente seu abrasileiramento, precisam conhecer esse Brasil rural e experimentar viver entre os brasileiros que são experientes

²⁷ Adoto aqui, conforme já mencionado, a forma original grafada por Monteiro Lobato: *Picapau*.

naquelas brasilidades. Mesmo que um personagem tenha sido concebido no Brasil da década de 1920 e o outro no Brasil da década de 1950, as aventuras socializantes experimentadas por ambos no Brasil natureza - que é aproximado estrategicamente ao Brasil rural -, são valorizadas pelos dois autores. Na construção dos Pedrinhos se faz obrigatório um estágio nos lugares de um Brasil de raízes rurais.

O nascimento, expansão e transformação de uma civilização brasileira, que não agrega simplesmente natureza e cultura, mas que combina culturas que transformam uma natureza - que, em muitos elementos já era domesticada antes da chegada do colonizador europeu -, são propósitos nos escritos dos intelectuais brasileiros Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Darcy Ribeiro (2006), dentre outros. Seus escritos estão inseridos no rol dos brasilianistas clássicos do século XX, onde não há a intenção deliberada de romantizar a história social do Brasil e do brasileiro do interior. Nas análises de ambos a complexidade é marca que constitui o convívio entre população e território para formação da nação brasileira, continental, diversificada e desigual, tanto por sua natureza como por sua história, sociabilidades e culturas.

Conforme Holanda (1995), o colonizador português não estabeleceu uma “civilização agrícola” nas terras brasileiras, mas com toda certeza instituiu aqui “uma civilização de raízes rurais”. O interesse por decifrar o modo de vida do “homem simples brasileiro”, aquele que tem intimidade com a natureza - se relaciona com ela de forma particular e dela tira seu sustento -, é reiteradamente mencionado quando se fala da construção da nacionalidade brasileira. A procura pelo estabelecimento de uma identidade nacional costuma ser ilustrada por elementos que expõem a sociabilidade de um povo e a relação deste com o meio em que habita. Desde a Carta de Caminha, o documento de certificação do nascimento da nação brasileira, muito se disse e se diz quanto à extensão do território nacional, sua natureza, suas terras propícias ao cultivo e a relação cultural estabelecida entre povo e terra.

As heranças desse Brasil de raízes rurais - abordado nos livros *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *O Povo Brasileiro* de Darcy Ribeiro -, marcado por relações que se estabelecem de forma contundente na sociedade colonial insiste em manter suas marcas num Brasil que procura se modernizar, em fases diferentes de sua história.

Esse Brasil está representado de maneira reiterada nos livros infantis onde os dois Pedrinhos protagonizam aventuras pelo Brasil de Monteiro Lobato e pelo Brasil de Lourenço Filho. Mesmo que se identifique nos livros infantis, aqui analisados, ícones intencionais de

projetos de modernidade para a nação brasileira, um Brasil rural, sertanejo, caipira e arcaico, está presente nas páginas dos livros infantis selecionados.

Maria Cristina Gouvêa (2004), ao analisar textos literários brasileiros destinados à criança, entre 1900 e 1935, destaca que os espaços que o autor seleciona na construção das narrativas conferem à produção literária significados que ultrapassam as dimensões materiais colocadas. Na construção do texto, lugar e personagens interagem com os signos sociais que produzem significados que permitem uma projeção de modelos idealizados em que o leitor poderá se espelhar. Conforme a autora,

Ao dirigir-se à criança, a literatura busca uma representação de espaço ligado à construção de hábitos, valores e normas. Mais do que retratar o espaço social da época, a literatura procura estabelecer códigos comportamentais a partir da inserção dos personagens e, notadamente, dos personagens infantis. (GOUVÊA, 2004, p. 174)

Embora o período recortado nas obras selecionadas de Monteiro Lobato e Lourenço Filho seja relativamente alargado, é possível estabelecer concepções em torno do espaço que cada autor elege para localizar seus personagens infantis em cada livro. Em Lobato e Lourenço Filho a criança transita entre metrópoles, pequenas cidades, matas e regiões rurais. Não obstante os dois autores sejam reconhecidamente enaltecidos dos valores cosmopolitas e modernos, ambos elegem espaços rurais brasileiros na jornada socializadora de seus personagens voltados à literatura infantil. Nos livros, aquela *civilização agrícola*, discutida por Sérgio Buarque de Holanda, é tanto elogiada quanto apresentada como exemplo a ser negado para se alcançar o “moderno” nacional.

3.1 Os Pedrinhos, o Brasil rural

A partir da matriz sociológica weberiana, Sérgio Buarque de Holanda constrói tipos ideais para instrumentalizar sua interpretação da realidade social brasileira em busca de uma distinção entre os conceitos analíticos das ciências sociais e os conceitos meramente operatórios. O

tipo ideal weberiano - *Idealtypus* - “consiste em enfatizar determinados traços da realidade [...] até concebê-los na sua expressão mais pura e consequente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis” (COHN, 1999, p. 8). Sérgio Buarque de Holanda (1995) isola metodicamente seus *tipos ideais* brasileiros, infla-os para poder observá-los com a clareza necessária em busca de respostas para questões relevantes sobre os fenômenos construídos nas relações sociais que identificam um possível caráter do brasileiro.

Um dos tipos ideais forjados pelo sociólogo em *Raízes do Brasil* é o “homem cordial”, aquele que reúne elementos de uma identidade nacional, que aglutina a cultura personalista e patrimonialista, como característica fundante do *ser brasileiro*.

A cordialidade desse homem está marcada não por uma educação formal e maneiras polidas, própria dos hábitos de povos civilizados, modernos, mas por uma cordialidade sustentada nas relações humanas simples e diretas, na emotividade, caracterizando um tipo singular de identidade nacional. Uma identidade forjada nas maneiras peculiares das formas frouxas de organização e ordenação social, em que público e privado se confundem na dificuldade de consolidação dos signos que demarcam casa e rua, disciplina e ordenamento, e na confusão que se faz na aplicação dos sinais de afetividade e improviso. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 146-147),

A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilização há qualquer coisa de coercitivo - ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças.

Nas “aventuras” experimentadas pelos personagens dos livros infantis de Lobato e Lourenço Filho, o “fundo emotivo” é um dos

elementos que forjam os personagens criados por cada um dos autores, como seria lógico em livros infantis, que buscam manter a atenção do leitor, porém chama a atenção a valorização do “fundo emotivo” na descrição dos homens simples brasileiro, que conduzem ou dividem com os Pedrinhos as aventuras forjadas pelos intelectuais. Na maior parte das vezes, o “fundo emotivo” é o elemento que mais se destaca na *persona* nas ações dos personagens brasileiros com origens rurais nos livros. Tal característica pode ser menos percebida no “homem cordial” de Lourenço Filho, mas o destaque nos elementos de racionalidade do personagem Chico Tião, pode indicar, particularmente no projeto de nação de Lourenço Filho, um indício de negação dessa valorização histórica e social do emocional acima do racional que marcam o feito do homem brasileiro. Vejamos nas próximas páginas, como os autores evidenciam as representações desse “caráter emocional transbordante” do brasileiro.

3.2 O “profundamente nacional” de Lobato

As escritas de Lobato em torno do ambiente rural são inauguradas, conforme já citado, a partir de sua experiência como fazendeiro ao assumir a posse de uma das fazendas da família, após a morte do avô. Nos artigos, *Velha Praga* e *Urupês*, Lobato batiza seu projeto literário em busca de reflexões quanto às relações experimentadas entre os brasileiros, seu ambiente físico e social. Nos artigos emergem as práticas, que Lobato condena como determinantes, entre a terra, os brasileiros da zona rural e a conseqüente falta de desenvolvimento da nação.

As primeiras apreciações de Brasil nos escritos de Lobato partem da ideia de interpretar a realidade de um Brasil rural, que mantém hábitos de um passado que precisa ser superado. É nos artigos que transparece o ataque do intelectual ao romantismo que permeava nossa literatura estabelecida, em torno da vida do homem que habita o Brasil rural. Para Lobato, essas interpretações românticas, sobre a vida virtuosa do sertanejo, aquele matuto brasileiro, “tratou de falsear a realidade ao idealizar uma figura quase mítica, sem nenhum apego ao mundo concreto, atrapalhando, com isso, o acesso aos ‘verdadeiros’ problemas nacionais.” (PASSIANI, 2003, p. 121). O estilo romântico, consolidado na literatura brasileira - aos moldes do indianismo de José

de Alencar - passa a ser desnudado com suas escritas sobre o caboclo que habitava o interior de São Paulo. As reflexões em torno do típico habitante da região rural brasileira, publicizada pela primeira vez no artigo *Velha Praga* - pelo *Estadinho* de 12 de novembro de 1914 (edição vespertina *d'O Estado de São Paulo*) -, foi assunto de confiança entre o autor e o amigo Godofredo Rangel quase três anos antes. Em carta com data de 7 de fevereiro de 1912, Lobato escreve: “Já te expus a minha teoria do caboclo, como piolho da terra, o *Porrigo decalvans* das terras virgens? Ando a pensar em coisas com base nessa teoria, um livro profundamente nacional, sem laivos nem sequer remotos de qualquer influência europeia.” (LOBATO, 2010a, p. 264). Dois meses depois, em outra carta o assunto volta à baila: “Vou ver se consigo escrever um conto, o *Porrigo decalvans*, em que considerarei o caboclo um piolho da terra, uma praga da terra. Mas não garanto nenhuma. A vida de fazenda é absorvente; pouco lazer me sobra para pensar em coisas alheias à faina.” (LOBATO, 2010a, p. 265). Dois anos mais tarde, a ideia sobre um investimento em escritas literárias que trazem o piolho da terra, a “caspa decalvante” do Brasil rural, como tema central, ganha consistência. Numa carta ao mesmo Rangel, de 22 de outubro de 1914, Lobato (2010a, p. 290-291) declara:

Quantos elementos cá na roça encontro para uma arte nova! Quantos filões! E muito naturalmente eu gesto coisas, ou deixo, ou deixo que se gestem dentro de mim num processo inconsciente, que é o melhor: gesto uma obra literária, Rangel, que realizada, será algo *nuevo* neste país vítima duma coisa: *entre os olhos brasileiros cultos e as coisas da terra há um maldito prisma que desnatura as realidades*. [...]. Nessa obra aparecerá o piolho da terra, tão espontâneo, tão bem adaptado como nas galinhas o piolho-de galinha [...]. Atualmente estou em luta contra quatro piolhos desta ordem – “agregados” aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os estalo nas unhas. Meu grande incêndio de matas deste ano a eles o devo.

A partir do relato, que se inicia com ares de entusiasmo e acaba se encaminhando para um desabafo, Lobato explana, de maneira minuciosa, as práticas desse “piolho” das suas terras, mesmo antes de seu nascimento: “Começo a acompanhar esse piolho desde o estado de

lêndea, no útero de uma cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro. Nasce das mãos duma negra parteira, senhora de rezas e macumbas.” (LOBATO, 2010a, p. 291). E segue relatando, num exercício que combina estranhamento e familiaridade, por meio de observações ácidas, a trajetória de vida e das práticas exploratórias da natureza, de um caboclo habitante do vale do Rio Paraíba. Ao final, como remédio para extermínio do caboclo, Lobato faz uma analogia: “Um dia aparece o pó da Pérsia que afugenta a piolhada: o italiano. Senhoria-se da terra, cura-a, transforma-a e prospera.” (LOBATO, 2010a, p. 291).

Algumas considerações devem ser feitas na análise dos trechos dessas cartas de Lobato, pois, ao que tudo indica, os trechos delas podem contemplar uma face do pensamento intelectual em torno de raça, etnia e desigualdade compartilhado entre a elite intelectual brasileira daqueles dias.

Renato Ortiz (1994), ao analisar algumas interpretações de intelectuais brasileiros realizadas entre 1888 e 1914 acerca do atraso nacional e a circularidade de ideias gestadas em obras estrangeiras sobre teorias racialistas identifica as ideias como fundamentadas em teorias poligenistas que florescem na Europa em meado do século XIX. Tais ideias, entre outras inspirações, são gestadas sob a égide de uma antropologia que elabora estudos anatômicos, baseados principalmente nas medidas cranianas, com a finalidade de elaborar teorias que respondessem às perguntas sobre as diferenças entre os seres humanos. A partir do aval concedido pela “legitimidade científica” dos indicadores de diferenças físicas, são desenvolvidas teorias raciológicas que associam características físicas à capacidade intelectual que procuram explicar as diferenças sociais entre os homens. Tais ideias passam a ser disseminadas e vulgarizadas na Europa e passam a ser acolhidas no Brasil solo fértil onde a questão racial, especialmente os dilemas referentes à mestiçagem se vinculam aos projetos de uma nova nação que se projetava e se pretendia constituir. O mesmo autor cita a influência das ideias publicadas na obra *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* - publicada na França em 1855 do filósofo e

diplomata francês, Arthur de Gobineau²⁸ – na assimilação e produção dos discursos sobre “raça” na produção intelectual brasileira.

Outro intelectual europeu, que inspirou a produção ensaios com conotações racialistas entre a intelectualidade brasileira, foi o suíço Louis Agassiz, que fez incursões pelo Amazonas, Rio de Janeiro e Minas Gerais e nordeste do Brasil, que resultaram na obra publicada em 1868, *A Journey in Brazil*²⁹.

Conforme Lília Moritz Schwarcz (2001), nas impressões pessoais sobre o país, o naturalista Louis Agassiz descreve o Brasil como o próprio retrato do mal causado pela mistura de raças. Para ele, o amálgama das três que dão origem ao povo brasileiro, apaga as melhores qualidades de cada uma delas e o que resta é um povo híbrido, deficiente no físico e no intelecto. As escritas dos europeus Gobineau e Agassiz, com base no estatuto das ciências, apresentam solo fecundo entre os intelectuais brasileiros por algumas décadas.

É importante frisar que essas ideias, quando adquirem forte prestígio e seguidores no Brasil, já estão em declínio na Europa. Desde os últimos anos do século XIX, as discussões antropológicas na Europa já recebiam a influência dos trabalhos de Durkheim, de Denicker, como também do antropólogo americano de origem alemã, Franz Boas. Os estudos sobre as sociedades e populações humanas passam a se aproximar das vertentes culturalistas e não mais racialistas. Conforme Ortiz (1994), quando a elite intelectual brasileira adota modelos teóricos racialistas, como os de Gobineau e Agassiz, por exemplo, esta preocupada com problemas especificamente brasileiros: a concepção de um Estado nacional, o novo lugar do negro liberto, o projeto de colonização das terras brasileiras e a consolidação da República.

No contexto intelectual nacional, não é por acaso que em 1912, Lobato começa a elaborar suas reflexões em torno do caboclo brasileiro, o habitante do interior do país – nas suas palavras, o “piolho da terra”,

²⁸ Arthur de Gobineau esteve ao Brasil em missão diplomática entre 1869 e 1870. Aqui estabeleceu laços de amizade com D. Pedro II, que foram são mantidos após a estada do diplomata no Brasil. D. Pedro II já havia lido a obra de Gobineau anteriormente e acaba por admirar e compartilhar das mesmas ideias defendidas pelo filósofo. O diagnóstico elaborado por Gobineau, em relação ao Brasil-nação, era extremamente negativo. Para ele, as “raças inferiores” gestadas por meio da miscigenação generalizada no Brasil levariam o país ao fracasso político, econômico e social. Em sua visão, o Brasil era uma nação de pardos e mestiços e tal degenerescência condenaria ao sucesso de qualquer empreendimento desenvolvimentista nacional. Como solução, Gobineau recomenda a imigração maciça de europeus, que, na sua concepção, pertenciam a uma raça superior entre os humanos.

²⁹ “Uma viagem no Brasil” (tradução livre).

popularizado posteriormente na figura do “Jeca Tatu”. Suas impressões sobre esse brasileiro, o caboclo próximo ao fazendeiro das terras decadentes do vale do rio Paraíba do Sul, são registradas nas cartas ao amigo Godofredo Rangel. No ano anterior à primeira carta onde Lobato confidencia sobre suas ideias quanto ao “piolho da terra”, é realizado em Londres (em julho de 1911) o I Congresso Internacional das Raças. No evento o representante brasileiro, João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, apresentou sua tese *Os mestiços do Brasil*. A tese projetava um branqueamento da população brasileira para os 100 anos seguintes como solução para os problemas do atraso nacional. Segundo seu delineamento, em 100 anos a população negra desapareceria completamente do Brasil e os mestiços estariam restringidos à somente 3% da população total do país. Conforme Lília Moritz Schwarcz (2001, p. 11-12),

O ensaio, já em si contundente, trazia na abertura a reprodução de um quadro de M. Brocos, artista da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, acompanhado da seguinte legenda: “*Le nègre passant au blanc, à la troisième generation, par l’effet du croisement des races*”³⁰. O autor reconstruía, por meio de imagens, não só argumentos como perspectivas de época. O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco.

Essas discussões, quanto ao incentivo às políticas imigratórias estavam presentes nos estabelecimentos intelectuais onde se discutia as “ciências naturais”, como os museus³¹ recém-inaugurados, a imprensa e nos parlamentos, de todas as instâncias governamentais brasileiras desde o final do século XIX. Nos discursos em defesa de um projeto de

³⁰ “O negro passando a branco, na terceira geração, para efeito do cruzamento das raças” (tradução livre).

³¹ Lília Schwarcz adota a denominação (tomada de Stutevart) para o período intelectual entre 1970 e 1930 como a “era dos museus” no Brasil. É a fase onde são criados “o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense de História Natural” (SCHWARCZ, 2001, p. 67), que se dedicam ao estudo etnográfico das populações brasileiras e das ciências naturais. Os estudos desenvolvidos pelos cientistas no período estavam “vinculados aos parâmetros biológicos de investigação e a modelos evolucionistas de análise” (SCHWARCZ, 2001, p. 67).

branqueamento populacional a “boa mestiçagem”, iniciaria com a da maciça importação de trabalhadores europeus. Num primeiro momento a prioridade foi o incentivo à vinda dos habitantes do norte da Europa, tidos como trabalhadores “brancos e laboriosos”. Num segundo momento o Brasil estimularia a vinda dos europeus latinos: os italianos, portugueses e espanhóis, sendo que a vinda de asiáticos e africanos foi rejeitada nos debates políticos.

Assim, é possível identificar a grande dificuldade, por parte dos intelectuais e da classe dominante brasileira, em não perceber as reais razões sociais que acarretavam no atraso da nação. Dessa forma atribuíam ao negro e à mestiçagem nacional a causa em si de todos dos males da nação. A proposta de branqueamento derivava das ideias de uma “boa mestiçagem” para transformar a nação ou até formar uma nova nação. Tornar o negro quase branco parecia ser uma estratégia de fácil aceitação.

Sobre as questões relacionadas aos obstáculos para o desenvolvimento nacional, Renato Ortiz (1994) chama a atenção para uma “interpretação dissidente” entre os intelectuais do período: Manuel Bomfim (1868-1932), especialmente no livro *América Latina: males de origem*, lançado em 1905. Bomfim apresenta um discurso inovador, que desconsidera determinismos físicos, étnicos e geográficos para analisar os dilemas desafiadores das nações sul americanas e do Brasil. No livro, o autor apresenta um ponto de vista internacionalista, que relaciona e insere os problemas brasileiros no universo dos problemas da América Latina. Na inovação analítica. Conforme Ortiz (1994, p. 22),

Manuel Bomfim se insere no interior dos grandes marcos que delimitam as fronteiras do pensamento da época – Comte, Darwin, Spencer. No entanto sua interpretação desses autores é *suis generis* e se opõe às combinações da raça e do meio. Na verdade, Manuel Bomfim se aproxima algumas vezes do positivismo durkheimiano, cuja inspiração se encontra na teoria biológica do social desenvolvida por Augusto Comte.

Cabe observar que a sociologia de Durkheim emprega, analogicamente, fundamentações inerentes às ciências biológicas e, prioritariamente, valoriza e relaciona a historicidade como sustentáculo para as análises dos fatos sociais. Bomfim, o médico-intelectual lança mão de léxicos da biologia (doença, cura, parasitismo, entre outros),

bem como a sistematização daquela ciência para fazer analogias sobre a formação da sociedade brasileira. A análise de Manuel Bomfim relaciona as causas do atraso nacional à origem colonizadora (portanto social), que se instalou de forma parasitária em terras brasileiras. O autor também utiliza sua tese do “parasitismo” social e econômico para compreender como se formou a mentalidade das elites brasileiras, que são conservadoras, atrasadas e resistentes a qualquer projeto de mudança social. Para ele, essa prática parasitária se explana sobre as classes sociais, fazendo com que as classes privilegiadas se fortaleçam sugando as classes subjugadas.

Diante da breve exposição quanto às discussões dos intelectuais naqueles dias, identifica-se uma sintonia entre Lobato e as demais reflexões sobre o atraso da nação e a formação do povo brasileiro. No quadro apresentado é possível constatar que, nos dias de Lobato, até mesmo um “intelectual dissidente”, pode ter inspirado o *modus operandis* de Lobato, quando este utiliza léxicos e expressões emprestados da biologia para discutir os problemas da sociedade brasileira.

Considerando aqui, que as palavras que perfazem as queixas de Lobato não estão relacionadas somente aos problemas particulares enfrentados pelo intelectual-fazendeiro, mas sim aos problemas nacionais, quando utiliza os exemplos identificados nas práticas rurais “atrasadas” que podem refletir na forma de pensar e agir do típico brasileiro. Cabe ressaltar, que o discurso sanitarista de Lobato transita entre insatisfação e ironia ao relatar a atuação do “piolho da terra”, que deve ser “estalado nas unhas”, bem como na indicação da solução para o problema: o uso do “pó da Pérsia³²”, na figura do imigrante italiano laborioso, que saneia a terra adoecida pelas práticas do caboclo.

Essa era a questão que mobilizava Lobato no início da década de 1910. Na década seguinte o intelectual já havia superado seus primeiros diagnósticos em relação ao “piolho da terra”, que já havia se transformado no popular personagem Jeca Tatu, agora não mais um piolho que deve ser estalado entre as unhas, mas um doente que deve ser tratado. O caboclo brasileiro passa a ser uma vítima da falta de educação, abandono e desinteresse do poder público.

Em 1921 Lobato lança seu segundo livro infantil, *O Saci*, onde apresenta para a criança brasileira diversos personagens de um folclore

³² O Pó da Pérsia é o pó de *pyrethro*, que queimado forma uma fumaça para combater infestações de insetos. Foi muito utilizado no Brasil para combate ao mosquito da febre amarela.

genuinamente nacional como também “alguns aspectos da cultura caipira” (CAMARGO, 2008, p. 92). O protagonismo da trama é compartilhado entre Pedrinho e o Saci, que apresenta ao menino da cidade coisas da cultura oral de um Brasil caipira que se encaminha para o esquecimento num Brasil que se urbanizava.

3.2.1 Pedrinho, o “jeitinho” do Saci e os “homens cordiais” de Lobato

Conforme já citado, em janeiro de 1917 Monteiro Lobato lança um concurso na versão vespertina do jornal *O Estado de São Paulo*, no caderno *O Estadinho*, com o título, *Mitologia brasileira*. O concurso procurava “sacizantes” que relatassem versões sobre o mito nas diversas regiões do país. Os relatos das cartas, publicizados pelo concurso, traziam as variantes regionais originadas no mito do *Çaa cy perereg*, dos povos tupi-guarani, para o público leitor pertencente às classes escolarizadas urbanas do Brasil de então. Quase como regra, na lógica cultural dos povos, os relatos em torno do mito traziam particularidades diversas na forma de expressão do conteúdo e muitas convergências na sua estrutura. Nos relatos, as convergências apontavam para alguns pontos: o ser mitológico que vivia no ambiente rural brasileiro se apresentava, por sua natureza, pertencente ao sexo masculino, pequena estatura, uma só perna e pele escura. Como cultura, apresentava dois elementos: na cabeça, um barrete vermelho e, na boca, um pito aceso.

Os dados coletados pelo pesquisador Lobato resultam em dois livros: *O Sacy-Pererê: resultado de um Inquérito*, publicado em 1918 e destinado ao público adulto. O livro não trazia a assinatura de Lobato e sim seu pseudônimo: *Demonólogo Amador*. O segundo livro, *O Saci*, foi editado pela primeira vez em 1921 e é o segundo livro de literatura infantil de Monteiro Lobato.

Conforme o estudo antropológico de Renato Queiroz (1987), a figura mitológica brasileira “Saci” é uma espécie de *trickster*, um herói trapaceiro que habita o repertório de variadas culturas, desde os relatos de diferentes povos ameríndios até a diversidade cultural europeia. Dentre as criaturas que habitam o fantástico mundo do imaginário brasileiro, como a Mula sem cabeça ou o Curupira, que perderam sua importância no processo de urbanização do país, o Saci é aquele ser persistente que se reinventa na cultura brasileira. De acordo com o

mesmo autor, a migração do mito, do contexto rural para o urbano, se deve muito à iniciativa de Monteiro Lobato, que em pleno período de industrialização de São Paulo, traz em 1917 para a literatura adulta, e, posteriormente em 1921, para a literatura infantil, um personagem da “autêntica” tradição oral brasileira.

No primeiro capítulo de *O Saci*, Monteiro Lobato, na voz de Dona Benta, chama a atenção de *Pedrinho*, alertando-o quanto aos perigos da mata, especialmente o risco representado pelos animais selvagens que habitam as florestas brasileiras. Mas outro ser amedrontador também é evocado pela boa avó: “- E há também há sacis – rematou Dona Benta.” (LOBATO, 1941, p. 20). A intervenção de Dona Benta quanto à existência do pequeno ser da mitologia brasileira se encerra na frase curta. De acordo com o narrador, o personagem não se assustava com cobra, aranha ou onça, mas quando a avó se referiu ao Saci, “Pedrinho calou-se. Embora nunca tivesse confessado a ninguém, percebia-se que de saci, sim, ele tinha medo.” (LOBATO, 1941, p. 13). A seguir, o personagem reflete e chega à conclusão de que ele, menino residente na cidade grande, de um Brasil urbanizado, e a criança do Brasil rural partilham de um mesmo “medo”: o medo de saci: “Ele e todos os meninos das redondezas – os caboclinhos, os negrinhos. Não havia um só que não conhecesse histórias do Saci e não tivesse um especial medinho do moleque duma perna só.” (LOBATO, 1941, p. 20).

Em *O Saci*, o personagem que dará detalhes sobre o ser encantado que habita o imaginário dos brasileiros é Tio Barnabé, apresentado por Monteiro Lobato, inicialmente na voz de *Tia Nastácia*, a partir da curiosidade de *Pedrinho* quanto à existência de sacis, da seguinte forma:

Não existe negro velho por aí, desses que nascem e morrem no meio do mato, que não jure ter visto saci. Nunca vi nenhum, mas sei quem viu. – Quem? – O Tio Barnabé. Fale com ele. Negro sabido está ali! Entende de todas as feitiçarias, e de saci, de mula sem cabeça, de lobisomem – de tudo. Pedrinho ficou pensativo. Tio Barnabé era um negro de mais de 80 anos que morava no rancho coberto de sapé lá junto da ponte. Pedrinho não disse nada a ninguém e foi vê-lo. Encontrou-o sentado, com o pé direito num toco de pau, à porta de sua casinha, esquentando-se ao sol. (LOBATO, 2007, p. 21).

O texto faz parte da versão definitiva de *O Saci*. Ainda na 8ª edição do livro (1941), a apresentação de Tio Barnabé é realizada na voz do narrador: “Quem contou a Pedrinho as primeiras histórias do saci foi Tio Barnabé, um negro velho que morava perto da ponte e fora escravo do pai de Dona Benta. Pedrinho tinha ido visitá-lo certo dia, expressamente para saber coisas do saci.” (LOBATO, 1941, p. 14).

No segundo capítulo da obra infantil, Lobato, se valendo do narrador, descreve minuciosamente o Sítio do Picapau Amarelo. Até a edição de 1941 a descrição do sítio é estruturada em apenas duas páginas do livro e na edição definitiva, de 1947, ao texto original são acrescentadas seis páginas, totalizando uma descrição pormenorizada de oito páginas, de um sítio modelar³³.

Tio Barnabé é um personagem lobatiano que integra somente as primeiras páginas de *O Saci*. Porém sua participação é decisiva na apresentação de um Brasil arcaico como parte integrante de um *Brasil natureza*, que se faz “*Brasil cultura*”. Não uma simples “cultura”, mas uma cultura específica: a dos mitos que habitam o imaginário da população, que transitam entre humanidades, divindades e animalidades. São mitos que nascem nas matas e transitam livremente entre o ambiente doméstico de sítios, fazendas e vilas.

Na teia de relações que envolvem *O Saci*, Tia Nastácia apresenta Tio Barnabé, que apresenta o *Saci*, que por sua vez apresenta uma variedade de mitos brasileiros ao personagem *Pedrinho*. Mesmo que Lobato faça revisões e algumas modificações entre a primeira edição (1921) e a definitiva (1947), a trama é fundamentalmente a mesma. Ao mencionar os acréscimos que Lobato realiza na sexta edição do livro, em 1938, e a aproximação da obra a aspectos didáticos, Camargo (2008, p. 93) registra:

[...] valendo-se do Saci como “professor”, Lobato inclui, de maneira didática, quase enciclopédica, animais típicos de nossa fauna – a onça, a sucuri, a muçurana, a cascavel -, alguns insetos e espécies vegetais, além de ‘discussões filosóficas’ entre o Saci e Pedrinho.

Em *O Saci*, Lobato traz para o público leitor infantil daqueles dias os medos que povoam o imaginário brasileiro: os animais da

³³ Esta era uma prática comum nas escritas de Lobato. A cada nova edição de seus livros, o intelectual revisava, modificava, suprimia ou acrescentava conteúdos novos às suas narrativas.

floresta, os mitos do folclore cultivado nas origens do caldear brasílico, em que o próprio *Saci* pode ser interpretado como emblema da tríade de origem do povo brasileiro: nas características físicas, é o protótipo africano; na carapuça vermelha, a lembrança simbólica do barrete frígio das lutas libertárias do povo europeu; no pito aceso, a identificação representação dos elementos culturais marcantes dos povos ameríndios.

O texto contempla os mínimos detalhes de um sítio do passado: a casa, o jardim, o quintal e o pomar, com seus pássaros, flores, plantas ornamentais e árvores frutíferas antigas. Vejamos alguns excertos da descrição densa de Lobato quanto aos espaços domésticos de um mundo rural, ao mesmo tempo prazeroso e antigo, representado nos detalhes do sítio de Dona Benta:

A casa:

A sala de jantar era bem espaçosa, com janelas dando para um jardim, depois vinha a copa e a cozinha. [...]. Uma sala de visitas com piano, sofá de cabiúna, de palhinha tão bem esticada que “cantava” quando Pedrinho batia-lhe tapas. [...]. Encostadas às paredes havia duas meias mesas também de mármore, cheias de enfeites: três casais de iças vestidos, vários caramujos e estrelas-do-mar, duas redomas com velas dentro, tudo colocado sobre os “pertences” de miçangas feitos por Narizinho. Hoje ninguém mais sabe o que é isso. Pertences eram umas rodela de crochê que havia em todas as casas. Para botar bibelôs em cima. [...] Antes da sala de visitas havia a sala de espera, com chão de grandes ladrilhos, “cor de chita cor-de-rosa desbotada”. [...] Nas férias do ano anterior Pedrinho havia plantado em cada canto da varanda um pé de “cortina japonesa.” (LOBATO, 2007, p. 13).

O jardim:

O jardim ficava nos fundos da sala de jantar, um verdadeiro amor de jardim, só de plantas antigas e fora de moda. Flores do tempo da mocidade de Dona Benta: esporinhas, dama-entre-verdes, suspiros, orelhas de macacos, dois pés de jasmim-do-cabo, e outro muito velho, de jasmim-manga.

Plantado na calçada e a subir pela parede, o velhíssimo pé de flor-de-cera, planta que os modernos já não plantam porque custa muito a crescer [...]. (LOBATO, 2007, p.14).

O “quintal da cozinha” e o pomar:

O pomar ficava nos fundos da casa, depois do “quintal da cozinha”, onde havia um galinheiro, um tanque de lavar roupa e o puxado da lenha. O poço velho fora fechado depois que Dona Benta mandou encanar a aguinha do morro. Passado o quintal vinha o pomar – aquela delícia de pomar! –Por que delícia? – Porque as árvores eram muito velhas, e árvore quanto mais velha melhor para a beleza e a frescura da sombra. [...]. Havia a célebre pitangueira da Emília, as três jabuticabeiras do Pedrinho, a mangueira de manga-espada de Narizinho e os pés de mamão de Tia Nastácia. [...]. Cambucazeiros, duas jaqueiras, os pés de cabeluda e grumixama, os três pés de sapotis e aquele de fruta de conde que “não ia por diante”. Era tão antigo aquele pomar que os vizinhos caçoavam. (LOBATO, 2007, p. 14-15).

A seguir a personagem Dona Benta e o narrador se revezam na descrição da passarada do sítio. Enquanto o narrador descreve as belezas, em pormenores, de um sítio antigo, Dona Benta “explica” respondendo aos porquês dos personagens Pedrinho e Narizinho. O sítio é o espaço preferido para as férias de Pedrinho. O cuidado de Lobato ao descrever o sítio do Picapau Amarelo é assim analisado por Camargo (2008, p. 95):

Trata-se, sem sombra de dúvida, de um dos bons momentos da criação infantil lobatiana. O detalhismo da descrição que Lobato faz do interior da casa lembra as descrições naturalistas, onde nada escapa ao olhar minucioso do narrador. Os objetos e móveis descritos exalam brasilidade; os ambientes construídos remetem à vida tranquila do interior.

Na comparação entre as páginas das primeiras edições de *O Saci* e as que perfazem a edição definitiva, pode-se identificar a relevância que Lobato, na sexta década de vida, atribui aos elementos das partes que integram o todo do sítio. O sítio descrito na edição definitiva pode representar os pormenores das lembranças da infância do autor, avivadas pela maturidade. Na ampliação detalhada a partir do texto original, identifica-se um Brasil rural idílico do passado, provavelmente o Brasil rural da infância de Lobato nos períodos passados na chácara do avô, na Taubaté do final do século XIX e início do século XX. Na descrição das minúcias do sítio, despontam palavras e expressões reveladoras - tais como: “velho”, “antigo”, “fora de moda”, “ninguém mais sabe o que é isso”, “plantas que os modernos já não plantam” - que manifestam vestígios de lembranças selecionadas das memórias remotas, que, afloradas com a aproximação da velhice, se apresentam e constantemente são representadas com a fisionomia de um passado feliz.

No sítio, Pedrinho experimenta o plantio de “plantas antigas”, usa *bodoque*³⁴ e com o “brinquedo” derruba a cabeça da cegonha de louça do jardim. O autor identifica o menino como alguém que faz travessuras, arrancando a cabeça de uma cegonha de louça, mesmo depois de a avó não permitir o uso desse brinquedo no pomar. A avó fala em “aprender fazendo” e o narrador chama a atenção para a iniciativa do menino que “constrói” um mastro de São João no sítio.

A descrição do sítio em *O Saci* representa um mundo velho, agradável e seguro; singelo e complexo ao mesmo tempo. Além dos domínios do sítio, está a fronteira entre a estabilidade do velho e a instabilidade do novo; entre a salvaguarda de um universo conhecido e a vulnerabilidade do desconhecido: são as representações do mundo da mata. É na mata que Pedrinho deve aprender a superar os medos que habitam o imaginário da criança brasileira daquele período.

Conforme já indicado, a socialização do personagem Pedrinho, no universo misterioso da mata e dos sacis, se inicia com Tio Barnabé, personagem masculino com autoridade de quem já viveu muito, pois é um velho, com “mais de 80 anos”. É o personagem quem descreve os sacis como diabretes, seres malignos que devem ser escravizados. Mesmo que seja a personagem Dona Benta, a mencionar a existência do

³⁴ Na versão de 1941, Lobato se refere à arma de brinquedo somente como *bodoque*. Já na versão definitiva a pequena arma ganha mais uma denominação: *estilingue*. O que se pode conjecturar como estratégia editorial, pensando no alcance de seus livros em todo o território nacional, onde o brinquedo tem designação variada.

ser mitológico, tudo indica que somente os personagens adultos negros, tia Nastácia e tio Barnabé, são os que acreditam em sacis. Tio Barnabé desempenha o papel autorizado de quem já viu sacis. Essas são crenças partilhadas e explicitadas pelos personagens negros, que os “brancos da cidade” negam. Mesmo que os brancos da cidade neguem, Pedrinho quer conhecer os pormenores das crenças que só os negros compartilham e que só os velhos podem conhecer de forma profunda e dividir com meninos curiosos, como ele. Na alegoria do Sítio do Picapau Amarelo, a crença nos sacis assim é narrada por Tio Barnabé:

Pois, Seu Pedrinho, saci é uma coisa que eu juro que *exeste*. Gente da cidade não acredita – mas *exeste*. A primeira vez que vi saci eu tinha a sua idade. Isso foi no tempo da escravidão, na Fazenda de Passo Fundo, que era do defunto Major Teotônio, pai desse Coronel Teodorico, compadre de sua avó, Dona Benta. Foi lá que vi o primeiro saci. Depois disso, quantos e quantos! (LOBATO, 2007, p. 21).

O velho negro descreve o Saci por seu traje, uma carapuça vermelha; seus costumes, o pito sempre aceso; mas não menciona a origem étnica ou racial do diabrete. O Saci representado nas ilustrações tem características físicas que marcam muitos dos descendentes dos africanos escravizados no Brasil: tem cabelos crespos, pele escura, lábios grossos, sem que o narrador mencione tais detalhes. Tudo indica que há uma naturalização na negritude do ser que deve ser escravizado, conforme a orientação de Tio Barnabé. Nas ilustrações da 8ª edição (1941) de *O Saci* - cuja autoria é do artista gráfico Jurandir U. Campos, genro de Lobato -, as representações do *Saci* estão mais aproximadas à caricatura de um negro adulto, porém de estatura pequena e não a caricatura de uma criança. Chama a atenção a maneira como os personagens brancos e negros são representados na edição. Os personagens brancos têm suas representações icônicas mais aproximadas do realismo, enquanto que os personagens negros têm representações aproximadas ao estilo mais caricato, marcado pelo exagero de alguns detalhes.



Figura 9: Tio Barnabé. Ilustração: J. U. Campos.

Fonte: LOBATO, M. *O Saci*. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. p. 15.

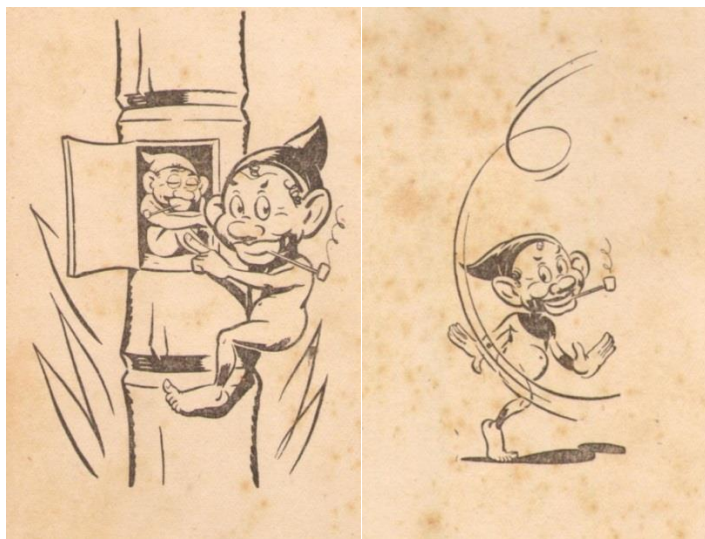


Figura 10: Saci. Ilustração: J. U. Campos.

Fonte: LOBATO, M. *O Saci*. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. p. 30-31.

O Saci é um ser masculino, que não tem idade definida, mas possui autoridade concedida pela experiência vivida entre o visível e o invisível das matas. O pequeno ser transita entre as coisas dos mundos do concreto e do abstrato e tem permissão para explicar o que Pedrinho

precisa saber para sobreviver num *Brasil natureza*, o Brasil das matas e mitos. Assim como todos os mitos da ordem dos *tricksters*, “este personagem pode desempenhar, segundo suas narrativas, tanto o papel de vilão quanto o de herói civilizador, isto é, de criador de condições indispensáveis à vida sociocultural.” (QUEIROZ, 1987, p. 28). O Saci, descrito inicialmente pelo narrador como um ser maligno, caracterizado por um caráter negativo, ao longo da narrativa demonstra ser amigo e companheiro que merece a confiança de Pedrinho. Cumpre com o prometido, auxilia Pedrinho na resolução de problemas; cozinha para o menino e o protege das surpresas e perigos enquanto estão na mata. De acordo com Renato da Silva Queiroz (1987, p. 29),

Astucioso, rebelde e voluntarioso, o trickster é dotado de poderes excepcionais, mágicos, empregando-os tanto em sentido destrutivo e perturbador (ou para provocar a discórdia entre as pessoas), quanto em sentido construtivo, auxiliando os que se encontram em situações adversas.

Outra forma de interpretação do personagem socializador do menino brasileiro é perceber o ser encantado da “mitologia brasileira”, o *Saci Pererê*, como representação do herói brasileiro às avessas. Esse herói está mais aproximado ao universo do ‘malandro’ – personagem simbólico teorizado nos estudos de Roberto DaMatta (1997) – e daquele que se utiliza das práticas da “arte do jeitinho” – teorizado por Livia Barbosa (2006) - do que propriamente do “homem cordial”. O pequeno diabrete domina o idioma e as técnicas particulares do “jeitinho brasileiro” na solução dos problemas a partir de procedimentos impregnados de improvisação e criatividade, não caracterizados pelo universo das relações sociais planejadas, mas solucionados a partir de uma determinada situação particular. Conforme Livia Barbosa, citando a relação entre o “jeitinho” e os personagens da literatura brasileira - Macunaíma, Pedro Malasartes e, particularmente, Saci Pererê -, um personagem ambíguo, que transita com maestria entre o mundo dos humanos e dos fantasmas:

Todos os personagens são extremamente individualizados, tanto pela sua forma física como pelo seu procedimento, seu modo de vestir e se comportar e, também, a maneira como vivem:

basicamente de pregar peças nos outro, de sair-se bem de situações em que tinham tudo para se dar mal, transformando suas desvantagens em trunfos que foram manipulados pela criatividade e improvisação, das técnicas mais utilizadas pelos usuários do *jeitinho*. (BARBOSA, 2006, p. 57-58).

O Saci é a personificação da figura da “malandragem” na socialização da criança brasileira. Ele ultrapassa a ideia do ser mitológico aventureiro e astucioso que habita um Brasil rural. A medida que parcelas da população rural migram para um Brasil urbanizado, o malandro diabrete acompanha essa trajetória e se insere no imaginário das cidades também. A categoria “malandragem” é aqui assumida de acordo com os estudos de Roberto DaMatta (1997a), principalmente naquilo que se refere à astúcia do Saci de Lobato na solução de problemas nas diferentes situações criadas pelo autor, com base na mitologia brasileira. Nas escritas de Lobato não se fixam limites à simples narrativa folclórica para crianças. No livro infantil, o Saci exerce um interessante papel de “professor”, pois o diabrete, além de ensinar artimanhas, estimula reflexões filosóficas nos diálogos com *Pedrinho*, negocia e faz acordos com o menino, tudo com a explícita finalidade de “ensinar” o segredo da sobrevivência num determinado Brasil. Esta sobrevivência é caracterizada pelas artimanhas necessárias ao exercício das relações que se tornam pessoalizadas na busca de soluções dos problemas que surgem ao longo de cada uma das aventuras pelos “mistérios da mata”. Em vista disso, essa malandragem que o Saci pratica de maneira recorrente diante do personagem *Pedrinho*, “pode ser vista como um equivalente do jeito (ou do *jeitinho*) como modo estruturalmente definido de utilizar as regras vigentes na ordem em proveito próprio, mas sem destruí-las ou colocá-las em causa.” (DAMATTA, 1997a, p. 290). Desta forma, essas práticas podem ser consideradas, pela repetição ao longo da aventura empreendida por *Pedrinho*, como maneiras eficientes de solucionar problemas no universo de socialização da criança, pela e para a sociedade a que ela pertence.

As aventuras em *O Saci* podem representar a valorização social de práticas exercidas no universo do “*jeitinho*”, onde impera a improvisação e o “pregar peça” como forma de solucionar dificuldades em cada uma das situações específicas. O autor exemplifica o princípio

no exemplo da situação em que o diabrete demonstra como afugentar uma onça: “Pedrinho deu uma risada gostosa. Que diabo de pó é esse, amigo saci? – perguntou. [...] - Isso se chama pó-de-mico. Arde nos olhos como pimenta e dá na pele uma tal coceira que a vítima até se coçará com um ralo de ralar coco, se o tiver ao alcance da mão.” (LOBATO, 2007, p. 20-21). Mais adiante, o autor reforça essa ideia no diálogo entre o Saci e Pedrinho:

Na maior parte dos casos a esperteza vale mais que a força. [...] Pois assim é – continuou o Saci. – A lei da floresta é a lei de quem pode mais, ou por ter mais força, ou por ser mais ágil, ou por ser mais astuto. A astúcia, principalmente, é uma grande coisa na floresta. [...] - Estou vendo que aqui na mata sou um perfeito bobinho. Mas deixe estar que ainda ficarei sabido como você. (LOBATO, 2007, p. 34-35).

Tudo indica que, num país no qual as florestas ocupam um lugar de destaque, é importante e necessário que a criança conheça a “a lei da floresta”, pois, em sua prática, a lei ultrapassa os domínios da floresta e pode ser aplicada em outros lugares que não só os limitados pela mata.

Pode-se julgar também que o Saci que socializa o Pedrinho de Lobato esteja um pouco distante do *pícaro* - aquele da crítica literária de Antônio Cândido (1993), em *Dialética da malandragem*: a figura ingênua, pelas contingências da submissão e brutalidade em que vive transforma-se num sujeito sem escrúpulos. O Saci de Lobato é um diabinho que faz “pequenas maldades de nascença”, dessas com as quais os humanos da sociedade brasileira convivem e toleram. Lobato (1941, p. 14), na voz de Tio Barnabé, assim registra:

O saci – começou ele – é um diabinho de uma perna só que anda solto pelo mundo, armando renações de toda sorte e atropelando quanta criatura existe. Traz sempre na boca um pitinho aceso, e na cabeça uma carapuça vermelha. A força dele está na carapuça, como a força de Sansão estava nos cabelos. Quem consegue tomar e esconder a carapuça de um saci fica senhor de um pequeno escravo para toda a vida.

Como descrito, as características não são resultado das adversidades a que é submetido. O Saci “já nasce” com essas características. Nasce na mata – entre as touceiras de uma espécie de bambu gigante, nos gomos do taquaruçu -, mas sua atuação extrapola os limites do *Brasil natureza*. A atuação do pequeno diabinho no ambiente doméstico é relatada por Tio Barnabé:

Azeda o leite, quebra a ponta das agulhas, esconde tesourinhas de unha, embarça novelos de linha, faz o dedal das costureiras cair nos buracos, bota moscas na sopa, queima o feijão que está no fogo, gora ovos das ninhadas. [...] Tudo que acontece de ruim numa casa é sempre arte do saci. [...] O saci não faz maldade grande, mas não há maldade pequenina que não faça. (LOBATO, 1941, p. 14-15).

Suas “pequeninas maldades” são amenizadas pelos detalhes da astúcia do capetinha, como aparece na descrição das relações de reciprocidade entre o Saci e Pedrinho, marcada por Lobato (2007, p. 28) no primeiro diálogo entre os dois personagens, quase ao anoitecer: “Mas o meu auxílio só darei com uma condição... - Já sei, restituir a carapuça! adiantou Pedrinho. - Isso mesmo. Restituir a carapuça e com ela a liberdade. Aceita? – Que remédio!” A negociação entre os dois personagens dá início a uma nova forma de relação entre eles. A partir do pacto, o que era uma relação de senhor e escravo, passa a cumplicidade: “Pedrinho soltou o Saci e durante o resto da aventura tratou-o mais como velho camarada do que como um escravo.” (LOBATO, 2007, p. 29).

A vinculação estabelecida a partir daí pode representar a troca como relação incondicional e fundamento social de um trato entre o ser mitológico e o humano (o personagem menino). Assim interpretadas, as trocas entre os dois personagens podem revelar não simplesmente um “toma-lá-dá-cá”, mas o estabelecimento de uma aliança durável nas relações sociais, na metáfora das aventuras de Lobato, o que se aproximaria da teoria antropológica clássica de Marcel Mauss (1972), que desenvolve quando discorre sobre a dádiva e a obrigação de retribuir presentes entre as sociedades arcaicas observadas por ele nas Ilhas da Polinésia. Estas práticas, segundo o autor, vão além das relações econômicas, da simples obrigação. Fazem parte do que ele chama de *fenômenos sociais ‘totais’*, compreendendo “as mais diversas

instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo - [...]” (MAUSS, 2003, p.187). As trocas de favores entre os personagens Saci e Pedrinho, que geram vínculos de amizade e até mesmo prestígio social, também podem ser identificadas como uma alegoria do que pode traduzir-se como mais um *fenômeno social total* no universo dos personagens brasileiros idealizados pelo escritor.

Nas relações de reciprocidade, nenhum dos dois personagens se comporta como avaro, aquele que teme receber presentes ou favores. Ao contrário, as representações de suas ações são permeadas pelo desprendimento que gera uma aliança entre ambos para superação da adversidade, representada pelos perigos da “noite passada na mata”. As relações de troca constituem uma espécie de contrato subjetivo, pelo qual dar, receber e retribuir se torna regra. Neste processo de socialização pode-se pensar no estabelecimento exemplar de regras que não são individuais, mas coletivas e reconhecidas como salutares na sociedade em que se situam os personagens. No livro, Pedrinho experimenta jogos que envolvem quase sempre num terceiro elemento na solução dos entraves, para que a participação do Saci e até a de Pedrinho seja garantida no sucesso ao final de cada dificuldade nas “aventuras na mata”. O detalhe caracteriza mais que um jogo de “ganhar ou perder”. O que se impõe é o aprendizado de uma prática social que deve ser dominada pelo iniciante, na figura de Pedrinho, o que precisa ser socializado para garantir e reproduzir as práticas do universo das relações de uma determinada sociedade.

Conforme citado anteriormente, um ano antes do lançamento de *O Saci*, Lobato publicou seu primeiro livro de literatura infantil, *A menina do narizinho arrebitado* (1920). Na primeira edição do livro o autor apresenta Tia Anastácia que, nas edições seguintes e demais obras infantis do autor, apresenta suprimido o “A” do nome, ganhando, assim, características mais aproximadas a um apelido (alcunha). “Além de Lúcia, existe na casa a tia Anastácia, uma excelente negra de estimação [...]” (LOBATO, 1920, p. 3-4).

A personagem negra é inspirada numa antiga babá de um dos filhos de Lobato, fato corriqueiro, intrínseco às famílias brasileiras abastadas ou “remediadas” por longo período na história social brasileira. Em carta ao amigo Godofredo Rangel, de 7 de fevereiro de 1912, Lobato menciona a presença de uma Tia Anastácia em sua fazenda: “O peralta é o Edgard. Põe-me doido e é escandalosamente protegido pela mãe e a tia Anastácia, a preta que eu trouxe de Areias e o

pega desde pequenininho. Excelente preta, com um marido mais preto ainda, de nome Esaú.” (LOBATO, 2010a, p. 264).

No ano em que Lobato forja a personagem, a Abolição da escravidão no Brasil completava apenas trinta e dois anos. Mesmo que na criação de tia Nastácia, Lobato não tenha a intenção deliberada de retratar um papel social generalizado do negro na sociedade de seu tempo - ou mais precisamente o papel da mulher negra na sociedade rural daqueles dias - o desempenho da personagem durante as aventuras, reflete, sem dúvida, as percepções do autor quanto às práticas sociais num contexto de desigualdades naturalizadas. Assim, cabe aqui uma breve análise do lugar específico ocupado por tia Nastácia, no “Brasil cultura”, apresentado ao personagem Pedrinho.

Em sua literatura infantil, o autor cria um lugar de destaque para uma personagem negra, que, é apresentada a partir de laços afetivos, conforme já mencionado, nas palavras dele, “uma negra de estimação”. Ao longo das demais narrativas aqui selecionadas, pode-se identificar, por meio da dinâmica que Lobato atribui à personagem, o que significa ser “uma negra de estimação” naquele universo, que não é um mundo somente de fantasias, mas é o mundo do projeto literário de Lobato para a criança brasileira, um mundo que não é estranho às nossas crianças. Na invenção, Tia Nastácia apresenta laços pessoais profundos de fidelidade, cumplicidade e obediência em relação à patroa, Dona Benta. Conforme já mencionado, Tia Nastácia é filha de uma escrava do falecido marido de Dona Benta, que foi comparada por “dois contos e quinhentos”, portanto a presença da “negra de estimação” nas terras do sítio pode representar uma espécie de “herança de direito” naturalizada, que permanece na propriedade fazendo parte do próprio lugar. Fica evidente a conservação de um modelo social já superado na legislação que aboliu a escravidão, mas que se mantém nas práticas hierarquizadas entre os brasileiros.

Conforme Renato Ortiz (1994), o “Brasil das três raças” começa a ser interpretado somente no final do século XIX e, “Até a Abolição, o negro não existia enquanto cidadão, sua ausência no plano literário é tal que um autor pouco progressista como Sílvio Romero chega inclusive a denunciar esse descaso, que tinha consequências nefastas para as Ciências Sociais”. Já Roberto DaMatta (2000), ao analisar o que denomina como a ‘fábula das três raças’, diz que tal discurso não é sólido, pois o Brasil é um país antidualista, onde na sua constituição de nação, o intermediário ou indefinido prevalecem sobre as oposições. Assim, é mais fácil construir uma ideia de democracia racial, uma

mistura de raças, do que admitir que a nação edifica-se por parcelas individuais de negros, brancos e índios. Diferente da constituição dos Estados Unidos da América, onde a questão da raça está colocada na legislação via herança genética, no Brasil a diferença é marcada pela cor. O que impediu e impede, na perspectiva de DaMatta, uma real discussão quanto à constituição da nação brasileira. Nos Estados Unidos a definição das diferenças está na raça, o que é objetivo. No Brasil, a diferença está na cor ou nas suas nuances, que está na esfera da subjetividade.

Assim, ao apresentar a personagem, em 1920 (trinta e dois anos após a Abolição da escravatura), como uma “negra de estimação”, não estaria Lobato tentando minimizar a questão da raça, na apresentação da mesma? O termo caracterizador “de estimação” não seria uma evidência sutil que mascara as relações sociais/raciais brasileiras na invenção de uma nação onde impera uma “democracia racial”? Na constituição de um cenário harmonioso, “tipicamente brasileiro” e atraente para crianças leitoras brasileiras, a inserção de uma personagem negra e “estimada” pode representar mais um elemento indispensável na construção do “homem brasileiro” na literatura infantil de Monteiro Lobato.

Uma marca emblemática nos *homens cordiais* de Lobato, Tia Nastácia e Tio Barnabé – personagens adultos que desenvolvem um importante papel na socialização de *Pedrinho* - é a explícita manifestação, em ambos, de uma crença religiosa. Tio Barnabé acredita em seres invisíveis que povoam os espaços partilhados por *Pedrinho*.

Crenças e “crendices” ganham palavras e gestos nas vozes de Tio Barnabé e Tia Nastácia. São recorrentes as descrições em que Tia Nastácia se benze, “pelo sinal”, exclama “credo!” ou “cruzes!” e apresenta outros sinais de uma religiosidade muitas vezes identificada como folclórica, ou simplória, a religiosidade do povo brasileiro, do “culto sem obrigações e rigor, intimista e familiar, a que se poderia chamar, com alguma impropriedade, ‘democrático’ [...]” (HOLANDA, 1995, p. 150).

O gestual e os significados do *pelo sinal, credo e cruces* repetidos por Tia Nastácia estão relacionados às heranças de uma “religiosidade de superfície” que Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 151) identifica no povo brasileiro:

Auguste de Saint-Hilaire, que visitou a cidade de São Paulo pela semana santa de 1822, conta-nos como lhe doía a pouca atenção dos fieis durante

os serviços religiosos. “ninguém se compenetra do espírito das solenidades”, observa. “Os homens mais distintos delas participam apenas por hábito, e o povo comparece como se fosse a um folguedo. No ofício de Endoenças, a maioria dos presentes recebeu comunhão da mão do bispo. Olhavam à direita e à esquerda, conversavam antes desse momento solene e recomeçavam a conversar logo depois.” As ruas, acrescenta pouco adiante, “viviavam apinhadas de gente, que corria de igreja em igreja, mas somente para vê-las, sem o menor sinal de fervor”.

O desempenho característico incorporado por Tia Nastácia pode ser identificado como uma apropriação popular dos rituais sofisticados da religião católica. Na apropriação popular pela personagem, o gestual não estaria relacionado diretamente ao significado conceitual da liturgia católica, mas sim mais aproximado da ação propriamente dita. Os hábitos “inocentes”, os gestos, assim como as palavras utilizadas por Tia Nastácia podem dar pistas sobre um painel cultural e social bastante complexo. Os sinais repetidos pela “boa negra” ganham o sentido particular do grupo social a que ela pertence.



Figura 11: Tia Nastácia e Quindim. Ilustração: J. U. Campos e Belmonte.

Fonte: LOBATO, M. **Geografia de Dona Benta**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 85.

Também é possível identificar nos registros de *Geografia de Dona Benta*, na voz do narrador e dos personagens, a dificuldade de Tia Nastácia ao tentar dominar saberes necessários para participar das aventuras empreendidas pelo grupo, como o domínio da língua inglesa, por exemplo. Tia Nastácia, que no navio assumira o papel de “cozinheiro”, admite não conseguir, de maneira nenhuma, pronunciar corretamente as palavras naquele idioma “esquisito”. Seu protesto adquire um caráter de ingenuidade, somado às características carregadas de elementos de uma religiosidade caricata: “Língua de gente é língua que a gente entende. Essas que vocês deram de falar só o diabo entende; logo, não é língua de gente. Pelo menos não é língua de cristão [...]” (LOBATO, 1935, p. 85).

No mesmo livro, na visita a Nova Iorque, Tia Nastácia associa a cor de sua pele ao idioma por ela dominado e, quando avista pessoas negras, puxa conversa em português, mas constata que não é compreendida e assim se expressa:

- E esses negros que só falam inglês? É outra coisa que parece arte do diabo. Ontem criei coragem e saí e cheguei até a esquina. Estava olhando aquelas casas que somem na altura quando passou por mim uma negra tal e qual a Liduina, cozinheira do seu compadre Teodorico. Eu arreganhei uma risada de gosto. Uma negra! Uma patrícia minha! E me dirigi a ela dizendo: “Como vai?” Pois há de crer que a diaba não entendeu? Olhou para mim, como quem olha bicho do mato, e disse uma palavra que seu Pedrinho depois me ensinou: Ai donte anderstande que é como quem diz que não está entendendo nada. Já se viu uma coisa assim? Fiquei desapontada, porque nunca imaginei que negro falasse inglês. Desde que nasci só vi negro falando brasileiro [...]. (LOBATO, 1935, p. 114).

Nos trechos que tia Nastácia ganha destaque, há uma associação entre humor, ingenuidade, incapacidade de aprendizado de coisas novas e incompreensão do mundo civilizado que é apresentado à personagem, como no exemplo: “- Nossa Senhora! Exclamava ela. Aquilo é arte do diabo, sinhá! Pois onde é que já se viu casas desse tamanho? [...]”-

arranha-céu? Pois então é mesmo o que eu disse - arte do diabo. Onde já se viu andar arranhando o céu de Nosso Senhor? Credo!” (LOBATO, 1935, p. 107). São observações elaboradas num cenário que contempla as ruas da cidade grande, rica e desenvolvida representada por Nova Iorque. Assim, a cordialidade ingênua é ilustrada por emoções que seriam apropriadas ao privado do ambiente familiar, mas que, entre os brasileiros, transborda nas ruas, praças, mercados, repartições públicas e escolas e igrejas.

As atividades exercidas pela personagem Tia Nastácia durante a viagem são necessárias ao grupo, pois garantem a transformação de farinhas, ovos, feijões e peixes em quitutes deliciosos e sua participação mais característica é marcada pelo servilismo e os conhecimentos relacionados a um determinado mundo do passado, de um Brasil agrário, povoado por crenças desvalorizadas pelo grupo naquele empreendimento.

3.3 O “mergulho no passado” do Brasil de Lourenço Filho

O livro *Juazeiro do Padre Cícero* representa a estreia de Lourenço Filho como escritor. O livro publicado pelas Edições Melhoramentos é dirigido ao público adulto e inaugura as impressões do autor a respeito de um determinado Brasil rural. O volume, cuja primeira edição é de 1926, reúne artigos publicados pelo intelectual no jornal *O Estado de São Paulo* naquela mesma década. As escritas são fruto das observações minuciosas³⁵, ao estilo antropológico, em torno da vida do sertanejo nos anos em que o intelectual-educador viveu no Ceará, entre 1922 e 1924, a serviço do poder público local como reformador da estrutura educativa naquele estado.

As dificuldades encontradas por Lourenço Filho e sua equipe na realização do censo escolar no município de Juazeiro do Norte foi determinante para suas observações sobre o homem do sertão brasileiro. No período, Padre Cícero era prefeito da cidade, e conforme Nogueira (2001, p. 144),

³⁵ Para executar a reforma no sistema educacional no estado do Ceará, Lourenço Filho estabelece uma pesquisa censitária para identificar as deficiências e necessidades escolares locais, nos moldes já experimentados anteriormente no estado de São Paulo. O censoamento “Foi realizado com eficiência em 1922, em todo Estado e num período de três meses, por inspetores escolares regionais” (NOGUEIRA, 2001, p. 141).

[...] não permitia que se falasse em educação e abertura de escolas ou recenseamento escolar. O padre não se interessava que o menino de Juazeiro aprendesse a ler e fosse instruído, provavelmente para que a sociedade por ele política e carismaticamente dominada, não viesse a se modificar e começasse a possuir uma consciência política crítica e esclarecida.

As objeções do padre e sua interferência direta na execução dos projetos educacionais que beneficiariam a população, especialmente a criança do sertão cearense, fazem Lourenço Filho registrar seu descontentamento com os rumos que aquela liderança exercia no município. Em *Juazeiro do Padre Cícero* assim relata o educador Lourenço Filho (1959, p. 189), quanto a atuação do padre naquela ocasião:

Que o Padre Cícero Romão Batista nunca se interessou pela instrução pública e mais – que a tem embaraçado algumas vezes – pode o autor deste modesto livro afirmá-lo com o seu testemunho pessoal. Em 1922, sob a presidência do saudoso Dr. Justiniano Serpa, iniciou o governo do Ceará um sério movimento em prol do ensino primário. Como medida preliminar, levantou a Diretoria de Instrução Pública, com o auxílio das municipalidades, o “cadastro escolar”, serviço que reunia os dados de recenseamento das crianças de 6 a 12 anos, sua localização, oferecimentos de casas para escolas, pensão a professores, indicação de pais dos alunos sob programas, horários e férias, etc. Todas as municipalidades participaram do movimento com notável entusiasmo. Em todos os municípios se fez o serviço de Cadastro e, num grande número deles esse serviço foi perfeito. No Juazeiro, porém, foi impossível levá-lo a cabo. O Padre Cícero Romão, como Prefeito Municipal, não só se desinteressou da questão: proibiu que ali se efetuassem as indagações necessárias!

Tudo indica que a persistência e intervenção do próprio Lourenço Filho, a fim de conseguir a permissão do prefeito para a

realização das primeiras etapas do processo de reforma educacional³⁶ naquele município possibilitou seu trabalho de investigação junto ao fenômeno do “fanatismo religioso” da população sertaneja em Juazeiro do Norte.

Lourenço Filho, nas observações retratadas no livro, dá prioridade às relações construídas entre o caboclo (sertanejo), o meio ambiente, as circunstâncias econômicas e particularidades culturais, o que resulta num documento histórico das relações sociais brasileiras, que tem como cenário o sertão nordestino, sua população empobrecida e a marca cultural religiosa dos “fanáticos”, lembrando *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Nas escritas, Lourenço Filho delinea o caráter de um Brasil desconhecido por muitos, um país arcaico³⁷, sertanejo e que vive num quadro pintado no passado. O próprio autor menciona no início do primeiro capítulo do livro que, “penetrar no sertão é mergulhar no passado.” (LOURENÇO FILHO, 1959, p. 23).

As feições arcaicas e sombrias do sertão cearense em nada se assemelhavam à modernidade dos anos vinte da *Belle Époque* brasileira, que Lourenço Filho experimentava na cidade de São Paulo. Dentre as primeiras impressões, acerca desse “mergulho no passado”, o olhar de estranhamento de Lourenço Filho na descrição das habitações dos sertanejos é significativo. Vejamos alguns excertos:

Por fora, quase que só as distingue a numeração: um cartapácio com grosseiros algarismos, no geral seguidos das iniciais – P. C.-, e de cruzes, signos-

³⁶ Mesmo diante de dificuldades pontuais, como no caso de Juazeiro do Norte e outros municípios onde os prefeitos se dedicavam às atividades do cangaço, negligenciando suas atribuições públicas, o censo foi realizado e um retrato da realidade educacional do Ceará tornou-se objeto de estudo e intervenção pública, sob a direção de Lourenço Filho. Após o cadastro escolar levantado nos municípios, segundo Nogueira (2001), o quadro era o seguinte: em muitas escolas diversas disciplinas eram substituídas por aulas de Catecismo; não havia uma padronização dos horários escolares, que ficava ao arbítrio das professoras e, sem fiscalização, o cumprimento do dever era negligenciado. Faltavam livros que registrassem as ocorrências diárias nas escolas. Nos inventários dos livros adotados pelas escolas verificou-se uma heterogeneidade de livros e autores que resultava na desuniformização das lições. Quanto aos livros didáticos utilizados em sala de aula, “A precária situação financeira das famílias dos alunos, não permitia comprar livros. Diante disto, a professora era forçada a aceitar os livros que o estudante trouxesse.” (NOGUEIRA, 2001, p. 154). Não havia uma metodologia na prática pedagógica. Aplicava-se “um conjunto de práticas rotineiras” e a escrita não tinha relação com a leitura. Os relatórios advindos do recenseamento confirmavam a precariedade do ensino nos municípios do Ceará. (ABREU, 2009, p. 54).

³⁷ Emprego aqui a palavra “arcaico” como referência ao antigo, antiquado e/ou obsoleto, conforme Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa Folha/Aurélio. (FERREIRA, 1988, p. 57).

de-salomão, ou de outros símbolos de uma cabalística rudimentar. [...] A cozinha é de todos os cômodos o mais interessante. Nela se vê, num canto, o “poiá”, com sua cratera sempre fumegante; no ângulo oposto, o “caritó”, espécie de prateleira tosca de três ou quatro varas, metidas pelas extremidades no adobe das paredes. Duas painéis de barro, uma gamela, algumas cuias, eis toda a bateria. Uma trama fechada de teias de aranha, com pingentes balouçantes de picumã, se distende por cima de tudo. Ninguém lhes toca: as aranhas dão sorte e anunciam as chuvas, e as teias servem para pensar feridas...Num ponto sombrio e protegido descansa a “jarra” de água de beber. [...] Mas a jarra representa, na existência do Nordeste, alguma coisa de sagrado: a água, a vida algumas vezes. [...] Ordinariamente, não há, nas pobres habitações, nem cadeira, nem mesas, nem camas. Em nenhuma delas falta, porém, pendurada à parede da sala, a esfinge do Padrinho, em reprodução tipográfica, ou numa oleografia em que ele aparece miraculosamente rodeado de anjinhos, que tangem harpas celestiais, entre nuvens de incenso. Junto à gravura, na maioria das casas, ostenta-se um rifle (LOURENÇO FILHO, 1959, p. 44-46).

Em *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro ressalta que o fanatismo religioso é uma característica sociocultural do sertão, que tem uma origem comum no fenômeno do cangaço e “Ambos são expressões da penúria e do atraso, que, incapaz de manifestar-se em formas mais altas de consciência e de luta, conduziram massas desesperadas ao descaminho da violência infrene e do misticismo militante.” (RIBEIRO, 2006, p. 320). A concentração resultante das “multidões famélicas” gerava outros fenômenos, como o aliciamento de sertanejos para trabalharem sem nenhuma remuneração nas terras de grandes médios e proprietários, como aqueles seduzidos a trabalhar por muitos anos nas terras dos familiares do Padre Cícero.

Ao discorrer sobre as peculiaridades dos fenômenos que se constroem em torno de um padre beato, prefeito da cidade, em pleno sertão brasileiro, Lourenço Filho vai traçando um interessante tratado a respeito do atraso da região e sua posição sobre o futuro da nação

brasileira. Seus argumentos partem de observações acerca de um cenário social particular, “a meca do sertão do Cariri”, articulado ao cenário maior, o cenário político e social brasileiro. No livro, ao mencionar a possibilidade de traçar o mais rigoroso perfil psicológico do Padre Cícero, Lourenço Filho afirma que não é essa a questão que move sua escrita naquele momento, mas “O que nos importa é o fenômeno social que ali se mantém, para demonstração iniludível do desacerto com que têm agido a respeito os nossos homens de governo.” (LOURENÇO FILHO, 1959, p. 70).

As análises em Juazeiro do Padre Cícero apresentam um Lourenço Filho em sintonia com escritos científicos que circulavam naquele período. Suas observações são mantidas pelo diálogo entre ele, suas interpretações, e a fundamentação teórica disponível, as de sua leitura naqueles anos. Nas análises sobre o fenômeno religioso, político e social que circundava o interior nordestino, Lourenço Filho cita e comenta reflexões de terceiros, elaboradas sob o aval científico e prestígio intelectual dos mesmos. Assim, ao longo das páginas enriquece seus argumentos com indicações de obras de pesquisadores renomados, conferindo legitimidade a seu discurso. Entre outros, Lourenço Filho dialoga com as ideias dos psiquiatras europeus Cesare Lombroso, Sigmund Freud, Eugênio Tanzi e Ernesto Lugaro, como também do naturalista e antropólogo Joseph Deniker e dos intelectuais brasileiros Oliveira Viana e Euclides da Cunha. Diante disso, é possível identificar o referencial teórico que norteia as argumentações e análises do intelectual para compreensão do fenômeno cultural de despertou seu interesse, que vai além de seu empenho, naqueles dias, como reformador educacional.

Ao descrever a atmosfera do local de moradia do Padre Cícero Romão Batista, pela presença maciça de romeiros, caboclos que viajavam grandes distâncias para chegar à cidade de Juazeiro, a “Meca dos sertões”, Lourenço Filho (1959, p. 52), numa descrição densa registra:

Sem atenção ao lugar, quase sagrado, e aos companheiros contritos, havia também quem conversasse em voz alta, sobre a colheita do algodão e o caso de uma rês perdida. [...] Um pequeno grupo, só as mulheres, descansava de cócoras. Os homens em descanso não tomavam essa atitude: encostados à parede, deixavam cair o peso do corpo sobre uma das pernas, e levavam o

pé da outra, também ao muro, em flexão que realmente repousa. Esse hábito é tão comum ao sertanejo do Nordeste que são poucas as paredes de esquina, de mercados, corredores, e até de igrejas, que não mostrem, à altura de meio metro, as marcas de lama dos pés descalços, e os arranhões do couro grosso das alpercatas [...].

Essas são algumas das observações e análises realizadas por Lourenço Filho, um jovem intelectual de vinte e poucos anos, no seu mergulho num Brasil do passado, o Brasil do caboclo do interior do Ceará. Trinta anos mais tarde Lourenço Filho traça o perfil de um determinado caboclo, um personagem que fará parte de sua série de livros didáticos infantis, a *Série Pedrinho*. O caboclo paulista da série pouco remete à imagem do caboclo do sertão do Cariri que o autor conheceu na sua juventude. Após trinta anos, o Brasil havia transformado muitas de suas instituições. A economia do país, predominantemente rural até o final dos anos de 1920, caminhou para um processo econômico urbano e industrializado. Além das transformações políticas e administrativas experimentadas pela nação desde os anos vinte, o cenário do Brasil que inspira o intelectual a escrever uma série de livros para a criança da escola primária brasileira é outro. Lourenço Filho havia fixado residência, desde o início dos anos trinta, na capital federal, o Rio de Janeiro. Na década de 1950 tornara-se um intelectual-educador reconhecido não só no Brasil, mas também em outros países de língua portuguesa e espanhola, por suas publicações voltadas às questões educacionais.

3.3.1 Pedrinho e o homem cordial de Lourenço Filho

No projeto de escrita da *Série Pedrinho*, Lourenço Filho forja um “caboclo brasileiro”, o homem do interior paulista, que terá papel fundamental na socialização do menino brasileiro e aproxima-se muito da figura do caipira paulista, quem sabe uma feitura idealizada daquele homem do interior que habitou a infância ou as histórias da infância do menino Lourenço Filho, nascido e criado no interior de São Paulo.

O personagem Chico Tião é apresentado para a criança brasileira, no segundo volume da série didática, *Pedrinho e seus amigos*, da seguinte forma: “Na fazenda, Pedrinho iria conhecer o Amigo nº 3. E

que amigo divertido! Era um homem idoso, alegre e conversador. Chama-se Chico Tião. – O Chico é um bom amigo que tenho, disse tio Damião.” (LOURENÇO FILHO, 1955, p. 58).

O idoso divertido é um morador da fazenda do personagem Tio Damião e orgulha-se de ser identificado como descendente de bandeirantes. É o próprio personagem quem dá voz à explicação de Lourenço Filho sobre o que era “ser um bandeirante”: “Tam em grupos, bem armados, para poder vencer as feras e os índios que os atacassem. Levavam muitas vezes uma bandeira, e por isso é que receberam o nome de bandeirantes.” (LOURENÇO FILHO, 1955, p. 58). O expansionismo bandeirante é reiterado nas lições de Lourenço Filho como fundamental para a História do Brasil. Com base nos registros, pode-se perceber o investimento do autor, um paulista, para reforçar sua visão nacionalista que parte de São Paulo como modelo para o País. Conforme Marly Rodrigues (1997, p. 27),

A aspiração a exercer a liderança da nação referenciava-se em um modelo, o bandeirante, símbolo da riqueza, do progresso e do arrojo de São Paulo, qualidades que se pretendia estender ao restante do país. Por ter promovido, durante o século XVII, a ocupação do território brasileiro, o bandeirante também simbolizava os elementos fundamentais para a existência da nação, o território e a unidade. Desde modo, a história avalizava as pretensões hegemônicas dos paulistas. O bandeirante representava não apenas um modelo, mas um elo histórico entre São Paulo e o Brasil.

Nas palavras de Lourenço Filho, o descendente dos bandeirantes, o amigo Chico Tião, deve ser ouvido com atenção, pois ele é um homem idoso e experiente. Num exercício de interpretação sociológica, o personagem pode ser identificado como o *homem cordial* da série Pedrinho.

O personagem Chico Tião, tem seu nome de família omitido no tratamento social a ele atribuído. Como se não bastasse a omissão do nome de família – o que não acontece com os demais personagens adultos da *Série Pedrinho* -, o “velho caboclo” é identificado por dois diminutivos, derivados, provavelmente, do nome de batismo: *Chico* (Francisco) e *Tião* (Sebastião). Num processo de “domesticação e familiarização”, tal forma de identificação é naturalizada e valorizada

como privilégio para se compartilhar da amizade do “velho caboclo”. Os laços de afeto, próprios da vida familiar, são estendidos à intimidade de tratamento autorizada entre os personagens da série didática de Lourenço Filho.

A modernidade pretendida e descrita de forma recorrente para o Brasil de Lourenço Filho - uma sociedade industrial e capitalista, que exigiria uma adaptação à vida prática e racionalizada - é permeada ainda por elementos da família patriarcal, com suas “crias da casa”, seus “velhos amigos”, que prestam favores e onde as vontades particulares e generosidades se estendem por todos os espaços. A personalidade de *Chico Tião* é construída em meio à hospitalidade, à cortesia e à emotividade. Lourenço Filho não poupa o *velho caboclo* das “gostasas gargalhadas”, da galhofa e das brincadeiras tão características do humor dos brasileiros, que não se empenha em controlar pulsões e emoções. É ele, *Chico Tião*, o personagem que socializa a criança brasileira de Lourenço Filho por trinta e nove lições dos volumes 2 e 3 da *Série Pedrinho*.

No terceiro volume da série didática, *Aventuras de Pedrinho*, o autor aprofunda a descrição do personagem, e na voz do narrador relata o entusiasmo de Pedrinho e seus amigos ao tomarem conhecimento do acampamento programado e liderado por Chico Tião:

E, como chefe e guia do grupo, iria Chico Tião, o velho caboclo da Fazenda da lagoa Dourada. [...] Chico Tião era um homem fora do comum. Ninguém conhecia, por exemplo, qual era sua idade. Nem ele próprio! Às vezes dizia que, no fim da guerra do Paraguai, já era menino crescido. Ora, essa guerra terminou em 1870. Outras vezes, afirmava que, quando se fez a Abolição do cativoiro, andava pelos quinze anos. Façam as contas e vejam que não dá certo...A verdade é que devia ter pouco mais de sessenta anos. Mas, como era forte! Fazia inveja a muitos moços: trabalhava de sol a sol, sem mostrar cansaço. Sabia ler e escrever. Lá isso sabia muito bem. Contava que havia aprendido com um frade que, há muito tempo, andara pelas matas civilizand o índios. (LOURENÇO FILHO, 1958a, p. 11-12).

Duas particularidades podem ser examinadas a partir dos textos que Lourenço Filho elabora para apresentar o personagem “descendente

de bandeirantes”, o “velho caboclo” Chico Tião, um paulista brasileiro. A primeira particularidade pode remeter às estratégias pedagógicas do autor para assinalar tópicos de conteúdos de História do Brasil e também de Matemática, o que não é o objetivo deste trabalho de pesquisa. No conteúdo objetivo de História, identificam-se conteúdos subjetivos, como os que reportam à história da educação de índios e caboclos ministrada por padres jesuítas no Brasil colonial. A segunda particularidade pode suscitar um exercício interpretativo voltado à construção da naturalização das diferenças sociais concebidas no interior do discurso intelectual numa obra didática infantil.

Em meio a uma espécie de “realismo fantástico” Lourenço Filho combina história de tempos remotos ao presente da criança leitora. Registra, mesmo que de forma breve e fantasiosa, o papel da Igreja católica como instituição educativa reconhecida para a formação escolar dos primeiros brasileiros. No caso dessa lição, em particular, o passado brasileiro é apresentado num amalgama temporal, que remete, de certa forma, a um passado mítico.

Cabe destacar que Lourenço Filho se refere a Chico Tião como “caboclo”, lembrando uma concepção mais generalizada do brasileiro do interior, aquele, na maioria das vezes, descendente de índios e portugueses. Já na concepção do antropólogo Darcy Ribeiro, o brasileiro designado como “caboclo” é o habitante gestado na grande região da Amazônia brasileira, resultado do encontro entre o colonizador português e o nativo indígena. Para Darcy Ribeiro (2006), o resultado da mesma confluência étnica, que gesta os brasileiros da região paulista, recebe a denominação classificatória “mameluco”³⁸.

O autor da *Série Pedrinho*, nos textos onde descreve quem é e como é Chico Tião, além dar ênfase à “simpatia” do personagem, destaca sua rusticidade e inteligência. Na perspectiva do antropólogo Darcy Ribeiro, a valorização do brasileiro da região interiorana de São Paulo está marcada pela “flexibilidade de gente recém-feita”:

Nossos mamelucos ou brasilíndios foram, na verdade, a seu pesar, heróis civilizadores,

³⁸ “O termo originalmente se referia a uma casta de escravos que os árabes tomavam de seus pais para criar e adestrar em suas casas-criatórios, onde desenvolviam o talento que acaso tivessem. [...] Mas podiam alcançar a alta condição de *mamelucos* se revelassem talento para exercer o mando e a suserania islâmica sobre a gente de que foram tirados. É evidente que o apelido aplicado aos paulistas expressa o ressentimento amargo de um jesuíta – provavelmente o padre Ruiz de Montoya, autor da *Conquista espiritual* – que relata o padecimento terrível das missões jesuíticas paraguaias assaltadas pelos bandeirantes paulistas.” (RIBEIRO, 2006, p. 96).

serviçais del-rei, impositores da dominação que os oprimia. Seu valor maior como agentes da civilização advinha de sua própria rusticidade de meio-índios, incansáveis nas marchas longuíssimas [...]. herdeiros do saber milenar acumulado pelos índios sobre terras, plantas e bichos da Terra Nova para os europeus, mas que para eles era a morada ancestral. (RIBEIRO. 2006, p. 97)

Percebe-se um esforço, por parte de Lourenço Filho, em dar destaque ao processo de alfabetização de Chico Tião. O autor enfatiza que personagem não frequentou uma escola - como no caso do personagem Pedrinho, da criança leitora e do professor que ministra as lições da série -, uma instituição formal concebida no mundo civilizado, republicano e moderno como *locus* destinado ao ensino e aprendizagem do “ler, escrever e contar”. Diante disso, é possível perceber uma possível naturalização, não só particular, mas coletiva, do que é aceitável, passível de aprovação e permitido a alguns brasileiros mais velhos, moradores da zona rural e não-brancos.

De acordo com Darcy Ribeiro (2006, p. 405), “Essa massa de mulatos e caboclos, lusitanizados pela língua portuguesa que falavam, pela visão do mundo, foi plasmando a etnia brasileira e promovendo, simultaneamente, sua integração, na forma de Estado-Nação.” Dessa forma, o personagem Chico Tião de Lourenço Filho, pode representar a face *positivada e aprimorada* dessa massa de caboclos que por séculos já dominava a língua portuguesa falada, mas que no Brasil moderno pensado pelo intelectual, também domina os códigos escritos dessa lusitanidade.

O “homem cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda, pode ser percebido no desempenho do personagem Chico Tião, o velho caboclo. Um exemplo significativo é a sétima lição do 3º volume da *Série Pedrinho*: “Compadre pra lá e compadre pra cá [...]”



Figura 12: Compadre pra lá e compadre pra cá... Ilustração: Oswaldo Storni.

Fonte: LOURENÇO FILHO, M. B. *Aventuras de Pedrinho*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958a. p. 19.

O velho caboclo gostava de que o tratassem assim, de *compadre*. E era assim também que ele respondia aos meninos, salvo quando estivesse aborrecido com algum deles. Nesse caso, separando muito as sílabas, e engrossando a voz, dizia: *Se-nhor Pe-dro dos San-tos Pe-rei-ra...Se-nhor Al-ber-to E-me-ren-ci-a-no de Vas-con-ce-los...* Fora disso, era compadre pra cá e compadre pra lá... (LOURENÇO FILHO, 1958a, p. 21, grifos do autor).

As formas de tratamento pessoal entre o velho caboclo e os meninos sugere a ideia de que entre os brasileiros as civilidades representadas pelos processos de racionalização e impessoalização, só são necessários e importantes em casos especiais, extremos e ou até de contrariedade. A intimidade e favorecimento advinda das relações de amizade e compadrio deve ser partilhada e cultivada entre os brasileiros.

O compadrio³⁹ é uma instituição enraizada na cultura brasileira. O uso social e histórico da palavra *compadre* no Brasil está mais relacionado ao modelo agrário que funda a nação brasileira, que por sua vez está alicerçado no patrimonialismo. Numa sociedade moldada nas relações de poder hierarquizantes - que remete social e legalmente à autoridade e prestígio do proprietário de terras -, as relações de parentesco, de lealdade e fidelidade estão intimamente ligadas ao compadrio e acabam por privilegiar relações clientelistas, como as de compadrio. Num Estado burocrático excludente é o patrimonialismo quem define quem é quem na sociedade. É a posse do patrimônio que qualificará quem é ou não cidadão. Como poucos numa sociedade desigual têm títulos de posse, ter compadres é sinal de proteção, como bem assinala o dito popular, “quem tem padrinho não morre pagão”. Dessa forma, as práticas sociais excludentes atravessam o Brasil colonial e adentram no Brasil Republicano. Numa tentativa de minimizar as diferenças sociais, o compadrio entre brasileiros pode também marcar uma relação entre iguais, com o intuito de estabelecer alianças para fortalecimento dos laços sociais. Daí a permanência e importância das relações de compadrio que hierarquizam, para marcar não só diferenças na proteção dos excluídos socialmente e manutenção do *status quo* das elites agrárias e urbanas, como também para estabelecimento de alianças entre os iguais.

O uso dado ao léxico “compadre”, que, ao mesmo tempo foge do significado dado ao ato religioso do batismo, pode também se aproximar da ideia de que o acampamento seria uma forma de “batismo” para os meninos, a passagem do mundo da infância para o mundo dos adultos. A partir do evento na mata os meninos tornam-se como que “iguais” a Chico Tião, assim tornam-se “compadres” do homem mais velho e mais experiente. A forma como Lourenço Filho, na voz dos personagens, manifesta o emprego do léxico sugere uma relação de reciprocidade, respeito e confiança, próxima à diluição hierarquizada sugerida nas demais relações entre os personagens adultos e crianças da série. Não que as relações humanas - independente da idade dos personagens-, não estejam fundamentadas no “respeito mútuo e na confiança”, muito pelo contrário. Mas a manifestação de respeito e

³⁹ O léxico “compadre”, de acordo com o Dicionário Aurélio, registra a seguinte definição: “S. m. 1. Padrinho de um neófito em relação aos pais dele. 2. Pai do neófito em relação aos padrinhos. 3. Fam. Amigo, companheiro. “ E o léxico “compadrio” é assim definido: “1. Relações entre compadres; compaternidade, compadrado, compadresco. 2. Cordialidade, intimidade. 3. Proteção excessiva, ou injusta.” (FERREIRA, 1988, p. 163).

confiança sugerida entre o personagem Chico Tião e os personagens crianças, aqui parecem representar relações de outra ordem, que é, aparentemente, menos hierarquizada.

Um pouco distinto dos “homens cordiais” - *Tia Nastácia* e *Tio Barnabé* - de Lobato, *Chico Tião* de Lourenço Filho, além de dominar os segredos do Brasil rural e arcaico, tem familiaridade com os “saberes científicos”. Chico Tião governa os mistérios das matas brasileiras, lança mão da improvisação para a solução de problemas, “prega peças” nas crianças, como também demonstra conhecimento científico, quando usa da observação e classificação para orientar os personagens meninos:

Vocês sabem que todos os animais grandes ou pequenos, domésticos ou selvagens, podem ser primeiramente separados em dois grandes grupos: o dos animais que têm ossos e o dos animais que não têm ossos. [...] por sua vez, os animais de cada um desses grupos podem ser separados em diferentes classes. Tudo depende das parencças e diferenças que mostrem, uns em relação aos outros. (LOURENÇO FILHO, 1958a, p. 23).

O relativo distanciamento entre *Chico Tião* e os dois personagens de Lobato, *Tio Barnabé* e *Tia Nastácia*, pode estar relacionado à especificidade dos usos da *Série Pedrinho* de Lourenço Filho: a escola. O que não acontece com a obra de Lobato, que, mesmo pensada para uma utilização de leitura no espaço escolar, não é destinada exclusivamente para este fim, já que é uma obra voltada prioritariamente à literatura infantil. Em Lourenço Filho, o personagem do mundo rural, o “homem cordial” é também um professor, que domina “saberes científicos”, pois valoriza e faz demonstrações de como observar e classificar os elementos da flora e fauna brasileira.

As civilidades propostas por Lourenço Filho - em seu projeto civilizatório para o futuro da nação - alicerçados na educação ampla da população, permitem brasilidades como a que *Chico Tião* representa: a cultura da cordialidade herdada dos antepassados e sabedoria popular aliados aos saberes científicos necessários à fase de aprendizagem escolar a que os livros são direcionados.

3.4 Aproximações e afastamentos entre os “homens cordiais”

Uma aproximação relevante, identificada na obra de Lobato e Lourenço Filho, nos dois livros - *O Saci* e *Aventuras de Pedrinho* -, é a semelhança no diálogo elaborado pelos autores entre o personagem socializador e o personagem socializado.

Em *O Saci*, de Monteiro Lobato:

Dona Benta, ali na cadeirinha de pernas cotós, entretida no tricô, ergueu os óculos para a testa. – Não sabe que naquela mata há onças? – disse com ar sério. – Certa vez uma onça-pintada veio de lá, invadiu aqui o pasto e pegou um lindo novilho da vaca Mocha. – Mas eu não tenho medo de onça, vovó! – exclamou Pedrinho, fazendo o mais belo ar de desprezo. Dona Benta riu-se de tanta coragem. (LOBATO, 2007, p. 20).

Em *Aventuras de Pedrinho*, de Lourenço Filho:

D. Clara perguntou, então, um pouco receosa: - E não haverá onças por lá? – Uns dizem que sim, Mamãe. Outros dizem que não. Mas, se elas tiverem a coragem de aparecer, nós as liquidaremos em dois tempos! E, dizendo isso, Pedrinho fez um gesto tão decidido que D. Clara não pode deixar de sentir-se orgulhosa com a valentia de seu filho. (LOURENÇO FILHO, 1958a, p. 10).

A marca da cordialidade nos três personagens é valorizada pelos autores, para os quais o *homem cordial* é a figura que transita pelo Brasil da natureza exuberante e da cultura popular. Os personagens estão vinculados ao Brasil das grandes propriedades rurais; são empregados ou agregados de sítios e fazendas e têm uma autoridade legitimada para falar desse país de relações pessoalizadas, de traços arcaicos que convivem com um Brasil já modernizado em muitos aspectos, como representado nos livros de Lobato e Lourenço Filho.

Em solo brasileiro o processo clássico de racionalização e impessoalidade não apresenta solo fértil e está fadado às relações extremas, no limite da ordem que não faz parte do cotidiano dos

brasileiros. A racionalização dos nomes acompanhados por sobrenomes, que muda a ordem identitária do brasileiro, é algo penoso, imposto por uma lógica da modernidade, que soa estranho à nossa constituição nacional, sendo mencionado somente nos momentos em que impera uma “ordem importada”, necessária em situação extrema. Conforme Martins, “a modernidade (e não o moderno) é um fenômeno historicamente recente, marcado, sobretudo, pela diluição das identidades, como as identidades nacionais, pela composição heterogênea do cultural e do social.” (MARTINS, 2008, p. 29).

Nos três personagens, *Tia Nastácia*, *Tio Barnabé* e *Chico Tião*, algumas características são comuns. Vejamos:

Os três são personagens são identificados sem nome de família e, para sua apresentação, são utilizados apelidos ou diminutivos dos nomes próprios (nos casos de tia ‘Nastácia’ e ‘Chico Tião’). Os três são personagens idosos e somente Tia Nastácia tem a idade definida no primeiro capítulo do livro *O Saci*: 66 anos. No caso do personagem Chico Tião, de Lourenço Filho, está relatado que nem o próprio personagem conhece sua verdadeira idade. Nenhum deles possui uma família consanguínea e nenhum deles tem descendentes. Tia Nastácia é filha de uma africana angolana. Chico Tião, descendente de “bandeirantes”. Tio Barnabé é um agregado que “fora escravo do pai de Dona Benta”. Nenhum deles é branco. *Tio Barnabé* é negro; *Tia Nastácia* é negra e *Chico Tião* é caboclo, resultado da confluência étnica entre o indígena, o *negro da terra* e o colonizador português.

Nos livros infantis *O Saci*, *Caçadas de Pedrinho* e *Geografia de Dona Benta*, de Lobato, e na *Série de leitura graduada Pedrinho*, de Lourenço Filho, as influências ancestrais herdadas nas sociabilidades fundadas no ambiente rural brasileiro, podem ser apontadas por um olhar mais atento. O “homem cordial” - *tipo ideal* concebido por Sérgio Buarque de Holanda - pode ser identificado nos processos de socialização dos Pedrinhos no Brasil de cada um dos autores, de forma peculiar na feitura dos personagens Tio Barnabé, Tia Nastácia e Chico Tião. Os personagens podem ser percebidos como figuras convocadas pelos autores para desempenhar papéis sociais que respondam às percepções do que eles mesmos conservam como brasileiros sociabilizados num “Brasil do interior”. Assim, os atributos que Lobato e Lourenço Filho conferem aos “homens simples brasileiros” podem representar indícios de suas experiências infantis ou mesmo de homens adultos que lidam com as particularidades do caráter brasileiro em suas atividades profissionais.

Sem deixar de considerar a tensão homem “cordial *versus* racionalidade”, descrita pelos autores na promoção das “aventuras”, como também na promoção de uma “modernidade” para a nação, o que se pode perceber, na obra infantil dos dois autores, são processos que muitas vezes se caracterizam pelo hibridismo entre esfera doméstica e esfera pública, o que pode proporcionar aos personagens, e, especialmente aos leitores, uma valorização do mundo das personalidades e uma rejeição às formas de distanciamento social característico das sociedades ditas civilizadas.

O hibridismo identificado não se limita às construções relacionais elaboradas pelos autores entre os personagens na esfera pública ou privada. Pode também ser identificado um hibridismo todo particular nas próprias identificações de um Brasil arcaico e um Brasil moderno e de um Brasil rural e um Brasil urbano, como identificado também no próximo capítulo da pesquisa.

4 O BRASIL MODERNO DOS PEDRINHOS: O AUTÊNTICO NUMA PROVÁVEL INAUTENTICIDADE

“[...] a cidade moderna desencadeia novas formas de liberdade. Um homem que saiba mover-se dentro, ao redor e através do tráfego pode ir a qualquer parte, ao longo de qualquer dos infinitos corredores urbanos onde o próprio tráfego se move livremente. Essa mobilidade abre um enorme leque de experiências e atividades para as massas urbanas” (BERMAN, 1986, p.154-155).

Neste capítulo busco tecer algumas reflexões sobre o *moderno* e seus desdobramentos em discursos sobre o Brasil para a criança brasileira em duas obras: *Geografia de Dona Benta* (1935) e a coleção didática *Série de leitura graduada Pedrinho* (série escrita entre os anos de 1953 e 1957 e publicada até 1970). Ao apresentarem e representarem suas concepções em torno do que é ou não o Brasil moderno ou o Mundo Moderno para cada um de seus Pedrinhos os autores introduzem seus personagens-meninos no mundo da experiência humana moderna, que, por sua vez, tornam-se ícones de “meninos modernos” para cada criança ou mesmo adulto leitor, que vivencia aqueles textos.

Costuma-se relacionar a modernidade ao novo, à racionalidade científica, às ideias de transformação e, numa tradição linear e positivista, ao que está invariavelmente em oposição aos valores tradicionais, ao antigo e ao arcaico. Os processos da modernidade estão fatalmente relacionados às experiências do mundo europeu ocidental, marcado pelo Renascimento, a Reforma Protestante e a descoberta do Novo Mundo, no século XVI europeu. Já os processos de modernização estão mais relacionados às mudanças econômicas, políticas e sociais, tendo como parâmetro - que definem o que é ou não moderno -, modelos importados das nações hegemônicas europeias e Estados Unidos da América. São processos que trazem em seu bojo, invariavelmente, mudanças que buscam abolir o atraso e o subdesenvolvimento sob uma perspectiva hierarquizada historicamente e hierarquizante socialmente, aquela “de cima para baixo”.

Quando Max Weber desenvolve seus escritos sobre a racionalidade característica do mundo moderno - de modo significativo

e especial nas obras *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2004) e *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (2012) - elabora a partir de análises dos fenômenos relacionados às novas maneiras de compreender aquele novo mundo que se apresentava. O mundo havia se desencantado pela racionalidade, que prevê e suscita novas formas de organização da sociedade nunca vivenciada anteriormente. É quando a cultura ocidental se desacraliza e os processos de desenvolvimento das sociedades modernas se aceleram modificando os espaços e as temporalidades conhecidas até então.

São os tempos caracterizados por uma organização industrial racionalizada, onde é rompido o modelo familiar das unidades de produção a partir da constituição de um mercado de consumo. Tal organização, aliada aos pressupostos científicos modernos, expressados no tecnicismo incentivam o aumento da produtividade. Essa característica racional não se limita à produção de bens, mas invade outras esferas da sociedade, como a esfera religiosa. Ao mencionar a racionalização religiosa representada no protestantismo ascético, Weber escreve: “O pleno *desencantamento do mundo* foi levado apenas nelas às suas últimas consequências.” (COHN, 1999, p. 152). As “últimas consequências” a que Weber se refere estão mais aproximadas às amplas práticas progressistas do protestantismo puritano percebido por ele nos Estados Unidos do que propriamente aos princípios do protestantismo huguenotes da Alemanha.

A tese de Weber, em torno da relação entre a ética religiosa e o fenômeno do capitalismo ocidental, foi desenvolvida em duas grandes versões: a original foi escrita em duas etapas, entre 1904 e 1905; e a definitiva, que foi revisada e ampliada em 1920. Na primeira versão o estudo sociológico se volta para a compreensão da formação de uma cultura capitalista moderna. A etapa escrita em 1905 acrescentou novos e importantes subsídios à sua tese após uma viagem empreendida pelo autor através dos Estados Unidos da América. De acordo com Pierucci (2004) e Sell (2013), naquele país o sociólogo pode observar como o espírito do capitalismo moderno, em especial a formação de uma específica conduta profissional, se expandiu na nação moderna colonizada sob a égide de uma determinada ética protestante. “Na revisão do escrito, efetuada em 1920, esta temática foi reabsorvida e integrada em um plano mais amplo, cujo propósito era apontar a relação do puritanismo com formas específicas da racionalidade ocidental e moderna.” (SELL, 2013, p. 218). Os estudos resultam em reflexões mais amplas que buscam a compreensão da formação da modernidade

relacionada ao *ethos* profissional e o desencantamento do mundo. Cabe salientar que essa relação causal não apresenta, para Weber, um vínculo rígido e acabado, mas é uma importante variável no universo das regularidades identificadas no interior do fenômeno social que é a Modernidade.

Na Modernidade, essa racionalidade, impregnada por novas formas de conduta, não se limita ao plano religioso, mas se espalha sobre a esfera cultural e artística e, principalmente sobre a esfera estatal, que se burocratiza de forma independente, na figura de seus funcionários especialistas. O “desencantamento do mundo”, característica da Modernidade, identificado por Weber, se expressa na autonomia e racionalização das ciências, da moral e das artes, que desencanta as explicações das experiências transcendentais, que davam sentido ao mundo experimentado pela humanidade. Desencantamento que gera tensões entre as certezas consolidadas e as incertezas que tornam o homem vítima da nova maneira de ver e experimentar o mundo modernizado à sua volta. Conforme José de Souza Martins (2008, p. 21),

É a essa angústia que se refere Weber quando fala do movimento que define a civilização e no período contemporâneo o moderno e a modernidade: a infinitude, a carência de ritmos, a angústia da morte inevitável e da consciência da finitude em face de um imaginário de progresso linear, infinito e interminável.

Assim, Max Weber pode ser apresentado como o pensador clássico que apresenta as diretrizes para se pensar nas transformações do mundo ocidental que costumamos traduzir como “mundo moderno”. Não que Weber tenha escrito ou ministrado aulas descrevendo exclusivamente o que é o mundo moderno, mas ao buscar compreender e sistematizar as características do mundo ocidental do final do século XIX e início do século XX, nas expressões “separação das esferas de valor”, “burocratização das instituições” e “desencantamento do mundo”, nos permite identificar sua preocupação em compreender as principais características das sociedades modernas do ocidente.

Conforme Sell (2013), em estudos mais recentes em torno da obra de Weber, a categoria típico-ideal *desencantamento do mundo*, é pluridimensional e não está restrita à esfera religiosa, mas “perpassa também o campo da esfera científica.” (SELL, 2013, p. 233-234). Muito

se tem discutido quanto à origem da expressão *desencantamento do mundo*, desde os escritos de Marianne Weber até estudiosos dos dias atuais, mas o que importa aqui é pensar na expressão como marco da racionalização do mundo, do que mais caracteriza o mundo moderno que é o mundo (relacional entre natureza e cultura) que se explica por processos separados das explicações mágicas ou divinas. E é justamente esse mundo, que é apresentado aos personagens brasileiros Pedrinhos por meio dos brasileiros Monteiro Lobato e Lourenço Filho.

José de Souza Martins (2008) defende que há uma autenticidade no moderno latino americano e brasileiro, considerado inautêntico, muitas vezes, por diversos estudiosos. Sendo a modernidade uma temática profundamente comprometida com questões relacionadas ao progresso material, é difícil pensar na consolidação do moderno em sociedades onde a pobreza e valores arcaicos convivem com investimentos da área tecnológica avançada. Para o autor, “A modernidade não está apenas nem principalmente na coleção de signos do moderno que atravessam de diferentes modos a vida de todos nós. Modernidade é realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual.” (MARTINS, 2008, p. 18). Dessa forma, os tempos modernos de cada sociedade podem estar impregnados por resíduos de tempos passados, sem que para isso se negue uma modernidade realizada. Se uma das características do moderno é anunciar o possível, o que nem sempre significa realizá-lo, então a modernidade só se realiza numa perspectiva da História e da historicidade da humanidade. São tais histórias de modernidades específicas que podemos encontrar no universo dos livros escolares aqui selecionados.

4.1 Mundo moderno, Brasil modernizado

O século XVIII europeu marca historicamente o mundo ocidental que tradicionalmente identificamos como “o mundo dos tempos modernos”: é o século da emergência das promessas advindas com o Iluminismo. Aflora e se consolida a ideia do homem como indivíduo com possibilidades de escolha e autonomia, dotado de razão e senso crítico, independente das vontades impostas pela liderança religiosa ou política. É no Iluminismo do século XVIII que o moderno se identifica com o tempo presente experimentado pela sociedade

ocidental, “Daí em diante a sociedade moderna era a *nossa* sociedade, o tipo de sociedades em que vivíamos, fosse no século XVIII ou no século XX” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 473).

Uma insígnia dos tempos modernos está retratada na publicação francesa do editor André Le Breton, a *Enciclopédia Diderot e d’Alembert*. Os volumes, publicados a partir de 1751, anunciavam uma proposta revolucionária, escrita por um grupo de filósofos do período e apresentavam, além dos textos escritos, ilustrações detalhadas quanto aos avanços técnicos e científicos conquistados pela humanidade até aquele momento. A publicação tinha o objetivo de “popularizar” tais conhecimentos entre o público leitor da língua francesa do período, já que as publicações afins eram editadas frequentemente em língua inglesa. O retratar e anunciar, numa coleção de livros, um mundo iluminado pela razão, que rompe com um mundo do passado, mesmo que de forma simbólica, é um marco histórico para a cultura ocidental.

Nas pesquisas sobre os livros contrabandeados da Europa para o Brasil do século XVIII, cuja censura intelectual era imposta pelo Reino português às colônias, consta de alguns inventários particulares a identificação dos volumes da *Enciclopédia Diderot e d’Alembert*, entre outros livros, que contaminavam, com ideias modernas, os leitores residentes na colônia portuguesa. De acordo com Hallewell (1985, p. 28-29),

Parece que os líderes da revolta de 1792 em Vila Rica, a Inconfidência Mineira, expuseram-se totalmente a perigosas ideias, inclusive as de Voltaire, Rousseau, o abade Raynal, Descartes, Condillac, Diderot, D’Alembert, Mably e Adam Smith. Em 1803, Thomas Linley conheceu um padre, Agostinho Gomes do Salvador, cuja biblioteca era “muito completa” em trabalhos ingleses e franceses, incluindo Button, Lavoisier, d’Alembert, a *Encyclopédie*, a *Historie of America* de William Robertson, e Thomas Payne.

Em face disso, pode-se estimar que as “ideias modernas” emergentes, no que se refere à política, filosofia, economia e sociedade, articuladas e editadas em livros nos meios intelectuais da Europa, circulavam, mesmo que de forma limitada e clandestina, nos meios letrados do Brasil do século XVIII.

A transmigração da família real portuguesa no início do século XIX, acompanhada por fidalgos, soldados, ministros, artistas, burocratas

e serviços, traçou novas paisagens no quadro social do Brasil colonial. Os ares e valores de uma Europa moderna e burguesa começam a ser lançados na colônia da América tropical partir de então. Em *Sobrados e Mucambos* (2004), Gilberto Freyre busca interpretar o processo de ocidentalização ocorrido em solo brasileiro partir do início século XIX, com o crescimento das cidades e a decadência do patriarcado rural. Para Freyre (2004, p. 106), a vinda da família real, engendra transformações significativas em todas as esferas da sociedade brasileira, como a criação das

[...] primeiras escolas superiores, a primeira biblioteca, o primeiro banco; a simples presença de um monarca em terra tão republicanizada como o Brasil, com suas rochelas de insubordinação, seus senhores de engenho, seus mineiros e seus paulistas que desobedeciam o rei distante, que desrespeitavam, prendiam e até expulsavam representantes de Sua Majestade. [...]. a simples presença de um monarca em terra tão antimonárquica nas tendências para autonomias regionais e até feudais, veio modificar a fisionomia da sociedade colonial; alterá-la nos seus traços mais característicos.

O processo marca o ingresso do Brasil numa jornada palpável de elaboração e formação de novos valores culturais. As transformações sociais que ocorrem no país a partir de 1808 podem representar o bilhete de entrada do Brasil arcaico para a modernidade ocidental. Num curto espaço de tempo a população urbana local passa a conhecer e cobiçar o desfrute de novos bens e valores, que, aos poucos ganham uma identidade peculiar nos diversos grupos sociais brasileiros, desde aqueles privilegiados até os estigmatizados historicamente.

Raimundo Faoro (2000) ilustra que, entre 1808 e 1850 a obsoleta sociedade brasileira passa por um rápido processo de europeização nos mais diversos aspectos: “O vestuário, a alimentação, a mobília mostravam, no ingênuo deslumbramento, a subversão dos hábitos lusos, vagarosamente rompidos com os valores culturais que a presença europeia infiltrava, juntamente com as mercadorias importadas.” (FAORO, 2000, p. 3).

Dentre as modernidades que aportam na corte dos trópicos naquele período, é significativa a expansão do número de livrarias e

tipografias no Rio de Janeiro e em outras cidades do país, como Salvador, Recife, São Paulo, Porto Alegre e Belém. Nos dias da chegada da Corte Real ao Rio de Janeiro o comércio da cidade contava apenas com duas livrarias. A partir de então, novas dinâmicas econômicas e sociais se constroem, cresce de forma geométrica o número de leitores mais exigentes, e “a vida cultural do Rio foi transformada por essa crescente afluência de servidores civis bem pagos e com gostos refinados de um grande centro europeu.” (HALLEWELL, 1985, p. 32). Esse crescente mercado consumidor impulsionou o mercado editorial em língua portuguesa em Londres e, especialmente em Paris, onde até 1930, muitos livros brasileiros ainda eram editados.

De acordo com Catarina Helena Knychala (1983), antes da chegada da Corte Real ao Brasil, os livros de autores brasileiros e suas licenças para publicação faziam um trânsito burocrático complexo imposto pela metrópole: os originais eram enviados para Lisboa, percorriam as repartições da capital portuguesa e, caso sua publicação fosse autorizada, eram encaminhados para ser impressos em algum país europeu, como França, Inglaterra ou mesmo em Portugal. O passo seguinte era a volta do material já impresso para verificação das autoridades metropolitanas em Lisboa, para os devidos confrontos entre originais e impressos.

Somente em 1808, quando a vinda da Família Real para o Brasil exigiu a instalação de uma tipografia para a publicação dos documentos oficiais, é que se iniciou de fato a imprensa no Brasil, com a fundação da Impressão Régia⁴⁰ no Rio de Janeiro por um decreto de 13 de maio do mesmo ano. (KNYCHALA, 1983, p. 29).

Se havia uma imprensa no Rio de Janeiro daqueles dias, era uma imprensa medíocre. A metrópole sempre se empenhou em não permitir a instalação de tipografias com tipos móveis, “como parte de sua política geral de manter a colônia técnica e intelectualmente dependente” (HALLEWELL, 1985, p. 35).

⁴⁰ De Impressão Régia, a tipografia oficial da corte no Brasil passou a adotar outras nomenclaturas “com o correr do tempo, para *Typographia* Real, *Typographia* Régia, *Typographia* Nacional, Régia *Typographia* e, finalmente, o atual, que é o Departamento da Imprensa Nacional.” (KNYCHALA, 1983, p.51). A Impressão Régia se destinava a imprimir “documentos do governo, cartazes, volantes, sermões, panfletos e outras publicações secundárias.” (HALLEWELL, 1985, p. 37).

Um aspecto importante no processo de modernização da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XIX foi a transferência gradual do monopólio português de exportação de produtos brasileiros para as mãos dos comerciantes ingleses. “Já em 1840, metade do comércio exportador pertence a firmas inglesas, circunstância que não se atenua, nos anos seguintes.” (FAORO, 2000, p. 18). Com isso, a economia do Brasil, dependente desde o descobrimento dos humores da metrópole portuguesa, torna-se cada vez mais dependente dos negociantes e banqueiros ingleses. A nova aproximação econômica traz consigo outras aproximações, especialmente culturais que engendram novas sociabilidades entre os habitantes do Brasil. Quanto ao mercado de livros, apesar da forte presença dos negociantes franceses nesse setor econômico no Brasil que se modernizava, outros estrangeiros também investiam no novo mercado de consumidores, como os irmãos belgas, os Laemmert, e a livraria Crashley, de um negociante inglês que, inicialmente importava caixões de defuntos. Outros livreiros se destacaram naquele período de expansão do mercado, como a firma do suíço Georges Leuzinger e, obviamente a maior empresa entre essas, a dos irmãos Garnier. De acordo com Elisabeth Rochadel Torresini, “na década de 1860, Garnier começou a publicar obras de ficção dando início a uma ampla produção de romances no Brasil, na forma de livros.” (TORRESINI, 1999, p. 28-29). Até 1920, o centro editorial brasileiro estava na capital federal, o Rio de Janeiro e, após esta década, a cidade de São Paulo passou a liderar a produção gráfica e o mercado de livros no país, juntamente com a expansão industrial que caracterizou a cidade a partir do período.

Os primeiros anos da República brasileira trazem consigo além das novas iniciativas econômicas e, em particular a expansão da produção e exportação do café e com isso, novos investimentos bancários, as práticas modernas da Europa da *Belle Époque* chegam para ficar. No Rio de Janeiro projetos de modernização varrem a cidade velha. A cidade com quase 700 mil habitantes no início do século XX era traçada por ruas estreitas, grandes palacetes transformados em cortiços e morros habitados pela população empobrecida composta por antigos escravos, seus descendentes e imigrantes de outras regiões brasileiras. Era o período das epidemias de varíola, tifo e febre amarela que assolavam a cidade. Entre 1902 e 1906, na administração de Rodrigues Alves a cidade do Rio de Janeiro passou por um grande processo de saneamento. A meio das principais iniciativas sanitaristas para erradicação dos miasmas, estava a derrubada de morros,

erradicação dos cortiços e expulsão da população pobre para longe do centro urbano e abertura de ruas, aos moldes das grandes cidades europeias, como Paris. A capital brasileira precisava marcar sua entrada na modernidade, que se ensaiava desde o início do século XIX. Para isso foram construídas praças, jardins, grandes avenidas e pomposos palacetes. A modernização imposta transformou não só os aspectos urbanísticos da capital federal, mas também acirrou conflitos sociais entre a população empobrecida e o poder público. Pode-se dizer que a partir dessas iniciativas, o Rio de Janeiro passa a ser objeto do imaginário dos brasileiros como “a cidade maravilhosa”.

Nesse bojo de modernização das cidades brasileiras, está a cidade de São Paulo, que contava no final do século XIX com 250 mil habitantes e nos primeiros anos do século XX passa por grandes transformações urbanísticas, artísticas e culturais. O desenvolvimento proporcionado pela riqueza do café é significativo para a modernização da cidade. A transformação urbana se materializa numa paisagem repleta de bondes, trens, automóveis, praças, viadutos, avenidas largas pavimentadas, parques e edifícios com muitos pavimentos. Com a prosperidade econômica de parte da população, a importação de artigos finos, não fabricados no Brasil, ganha um mercado consumidor em pleno crescimento.

No “deslocamento” da vida nacional para São Paulo, pode-se também registrar a estratégia modernizadora da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil, que, da capital federal, planejava instalar Companhias de Melhoramentos nos demais estados brasileiros. Os incentivos públicos direcionados à modernização das cidades brasileiras incluía a liberalização de “recursos para a formação de firmas comprometidas com a infraestrutura urbana.” (DONATO, 1990, p. 21). Dessa forma, já no final do século XIX, em 1890, foi criada a Companhia Melhoramentos de São Paulo, uma filial da sede instalada no Rio de Janeiro. No alargamento da estratégia modernizadora dos centros urbanos brasileiros, quase onze anos depois, quando dois terços da produção nacional já estava concentrada em São Paulo, a Companhia Industrial de Melhoramentos acaba por se transferir definitivamente para São Paulo em 1901.

De acordo com Octávio Ianni (2004b), a modernização da cidade de São Paulo naquele período não se limitou ao surto industrial e econômico, mas se expressou especialmente no movimento intelectual marcado por uma modernização conservadora de distintas graduações. Segundo o sociólogo, “Entre fins do século 19 e a primeira metade do

século 20, o centro da vida nacional deslocou-se do nordeste, simbolicamente Recife, para o centro-sul, simbolicamente São Paulo.” (IANNI, 2004b, p. 32). Em 1911, é inaugurado na cidade de São Paulo, o Teatro Municipal para deleite dessa classe que, além de consumir bens materiais refinados, exigia entretenimento cultural à altura de seus gostos e posses. A burguesia emergente de São Paulo redesenha outros caminhos para direção dos assuntos nacionais e outro país, diferente do Brasil do passado - aquele traçado pela Escola de Recife-, vai se esboçando entre os intelectuais do centro-sul. A Semana de Arte Moderna de 1922 realizada em São Paulo, para o autor, representa a pressa, inquietação e os novos projetos que passarão a predominar no círculo intelectual brasileiro.

A expansão das redes de eletricidade, telefonia e telégrafo permitem novas formas de comunicação e as notícias da Europa e Estados Unidos repercutem no desenvolvimento da imprensa paulistana. Tudo isso sem deixar de marcar as tensões existentes nas novas formas de sociabilidade, com a chegada dos imigrantes italianos e espanhóis não só para o trabalho nas fazendas, mas também para as fábricas que davam o tom de modernidade à cidade. As tensões geradas por relações de trabalho frágeis, numa cidade que se desenvolvia rapidamente, completam a paisagem moderna de São Paulo.

Dentre as novas formas de sociabilidade e práticas de consumo na cidade, no Brasil que se modernizava, estava a ampliação do mercado consumidor de impressos e livros. Tal transformação no mercado de livros no Brasil foi impulsionada, especialmente, por iniciativas empresariais advindas da cidade de São Paulo. Isso se deve, principalmente, a três fatores: a) Um ambiente intelectual favorável; b) uma crescente população, que revolucionava a metrópole brasileira e, potencial consumidora de novos bens culturais; c) expansão da rede de ensino que formava novos leitores. Nessa confluência, podem ser destacados alguns nomes que inauguram um moderno mercado editorial paulista e brasileiro nos primeiros anos do século XX, entre eles está sem dúvida, o editor pioneiro Monteiro Lobato. Como também pode ser relevante a qualidade das edições de publicações com teor “didático e

científico”⁴¹ modernizadores da Weiszflog Irmãos, que se incorporou ao parque gráfico da Companhia Melhoramentos em 1920. Desde 1912 a Weiszflog imprimia os livros escolares da Editora Francisco Alves e quatro anos mais tarde criava sua própria seção de livros e quadros escolares. Já no ano de 1915 a empresa passou a publicar a longa coleção *Bibliotheca Infantil*, cujo sucesso foi atribuído às inovações no aspecto gráfico, com capa dura e ilustração em cores, o que era uma novidade no período. Dez anos mais tarde a coleção passa a ser organizada sob a responsabilidade do educador Lourenço Filho na Cia. Melhoramentos.

Tanto a trajetória do editor Monteiro Lobato quanto a do educador Lourenço Filho podem ser interpretadas como percursos trilhados por imperativos da renovação de ideias e ações modernas e modernizadoras para a nação brasileira. Respeitando as características singulares da carreira de cada autor, ambos trazem, em suas histórias, a marca de um *espírito moderno* - em seus escritos, iniciativas editoriais e empresariais -, por meio de ações pioneiras que marcam suas buscas por *novos modelos* e *novas formas* para “esclarecer e educar” o Brasil e os brasileiros. O pioneirismo de cada um está invariavelmente relacionado aos pressupostos racionais modernos em torno do progresso, do desenvolvimento material e da emancipação intelectual da população do País.

4.2 Leituras do moderno e da modernização brasileira

Com a Proclamação da República, Abolição da escravatura e as consequentes transformações sociais advindas desses processos, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, aflora um interesse crescente nos meios letrados da nação por interpretar e compreender o Brasil e os brasileiros, tanto para si como para a população em geral. Assim, no período emergem personalidades que

⁴¹De acordo com Donato, (1990), na Exposição Nacional Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos - em 1908, no Rio de Janeiro -, a moderna empresa Weiszflog Irmãos recebe a medalha de ouro referente à encadernação e impressão. Naquele ano a empresa havia publicado o Mapa do Sul do Brasil, que foi reconhecido pela revista alemã *Geographische Mitteilungen* como o melhor trabalho gráfico produzido até então na América do Sul. Em 1909 a empresa entra no mercado escolar com os Mapas Parker e “Pela primeira vez chegava às escolas material moderno, com alta qualidade gráfica, criado e reproduzido no país.” (DONATO, 1990, p. 44).

buscam explicar, discutir e traduzir de maneira sistemática a constituição do Brasil como Nação. Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Luís da Câmara Cascudo, Manoel Bomfim, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, são autores de obras diversas, que se tornaram matrizes de interpretações de percepções do Brasil, dos brasileiros, do fazer, do pensar e do sentir do povo e da nação. Nos escritos, além da formação do povo, os autores discutem a viabilidade de modernização do Brasil, as possibilidades e potencialidades da nação e seu ingresso no mundo moderno e desenvolvido.

Octavio Ianni (2004a), ao abordar o comprometimento da intelectualidade brasileira em discutir o moderno e a modernidade da nação desde o fim do século XIX, lembra que, apesar da diversidade de concepções e propostas, como também o leque de gradações de cada interpretação, o Brasil Moderno está invariavelmente relacionado aos temas:

[...] o capitalismo nacional, o capitalismo associado, a industrialização, o planejamento governamental, a reforma do sistema de ensino, a reforma agrária, a institucionalização de garantias democráticas, a superação da preguiça pelo trabalho e da luxúria pelo ascetismo, a mudança das instituições e atitudes, a reversão das expectativas, a revolução política, a revolução social. (IANNI, 2004a, p. 37).

Ainda de acordo com o mesmo autor, “Foi na década de 30 que se formularam as principais interpretações de Brasil Moderno, configurando uma compreensão mais exata do país” (IANNI, 2004a, p. 29). Tais interpretações se aproximam e desorganizam de certa forma as interpretações anteriormente elaboradas, como também passam a servir de paradigma para o que se pensou sobre Brasil Moderno posteriormente. Entre as interpretações da intelectualidade, é quase que consensual uma perspectiva de modernidade e modernização não realizada, parcialmente realizada ou realizada de maneira caricata. As interpretações desenvolvidas naquele período também passam a servir de modelos discutidos no senso comum, se reproduziram e estabeleceram concepções reflexivas do povo sobre de si mesmo.

Quanto aos interpretes do Brasil e as possibilidades de inserção da nação no mundo moderno, pode-se destacar estudos pontuais de três

intelectuais para balizar algumas das questões propostas no presente trabalho de pesquisa: Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta e José de Souza Martins .

Sérgio Buarque pode auxiliar com a formulação do tipo ideal “personalismo”, sua tese central, que assinala a constituição de nossa sociedade, marcada pelo legado ibérico que se caracteriza pela cultura da personalidade. Na obra clássica *Raízes do Brasil* (1995), publicada pela primeira vez em 1936, o autor elabora teorizações em torno da formação social e histórica do Brasil, país que se funda no bojo das grandes conquistas marítimas, como um empreendimento que ignora fronteiras, numa aventura sem caráter metódico e racional, em que a ocupação se faz pelo desleixo e certo abandono. São imperativos singulares que, marcados pelo culto à personalidade, trazido nas naus lusitanas – em que o prestígio pessoal se sobrepuja ao valor do trabalho – contribuíram para a fragilidade das instituições sociais desde os primórdios da constituição da colônia portuguesa nos trópicos das Américas.

Conforme Jessé de Souza (2000), uma ética personalista advinda da formação social portuguesa, onde fidalgos e plebeus compartilhavam os mesmos espaços, permeou e influenciou substantivamente a formação social brasileira. O relativo “caráter democrático”, característico da sociedade portuguesa, impediu que a classe burguesa de Portugal formulasse relações caracterizadas pela racionalidade moderna, aquele mundo novo produzido com eficácia em outras sociedades da Europa, permeadas por vínculos hierárquicos verticais. Para Sérgio Buarque, a causa das muitas imperfeições e dos poucos predicados característicos das relações sociais brasileiras, era fundada fatalmente numa ética personalista, herança do colonizador, como também na consolidação de um Estado patrimonial, ao contrário de um Estado democrático e racional. Outra característica relevante das relações sociais brasileiras é apontada por Buarque como um “catolicismo familístico”, que não provocou uma tensão característica das sociedades modernas, quando a moral religiosa e mundo passam entram em conflito, lembrando, no caso da obra de Max Weber, quanto a um dos aspectos e de relação causal formadores das sociedades capitalistas modernas: uma ética religiosa específica e um *ethos* profissional característico.

A tese, quanto à identidade do Brasil e do brasileiro, do antropólogo Roberto DaMatta, está relacionada ao dualismo característico entre indivíduo e pessoa, consolidado nas relações sociais

nacionais. O autor faz uma leitura da sociedade a partir do antagonismo instituição *versus* cultura, em que economia e política, fatores que, quando relacionados ao indivíduo se contrapõem aos usos e costumes relacionados à pessoa. Para Roberto DaMatta, no Brasil, indivíduo é diferente de pessoa e no caso de conflito entre as personalidades e as individualidades, a feição racional cede lugar à feição pessoal e cultural, com base no apelo emocional.

Nas análises de Sérgio Buarque de Holanda, e Roberto DaMatta, o ponto em comum é explicação que liga o universo social brasileiro à uma ancestralidade marcada pelo iberismo e lusitanidade. Sabe-se que não são análises acabadas e que não se esgotam em si mesmas, por serem datadas e contextualizadas num universo de outras teses. Porém, as três perspectivas escolhidas podem indicar reflexões apropriadas para se pensar nos processos de modernização (ir)realizados no Brasil e que são apresentados à criança nos livros de Lobato e Lourenço Filho aqui selecionados. Assim, *Personalismo e Pessoa vs. Indivíduo* são categorias que podem contribuir para a compreensão dos *brasis modernos* apresentados aos Pedrinhos de Lobato e Lourenço Filho nos livros selecionados.

Já a tese de José de Souza Martins pode auxiliar na compreensão de uma “modernidade difícil” ou “modernidade de superfície” identificada na experiência de Brasil moderno apresentada nos livros infantis. Esse aprendizado de Brasil moderno pode apresentar formas de um mundo de modernidades tanto confluentes quanto dissidentes de temporalidades que não são propriamente as dos autores ou leitores dos livros selecionados. Podem apresentar, especialmente, marcas de permanentes transitoriedades e incertezas características dos processos de modernização da história dos países periféricos, como o Brasil. Dessa forma, as teorizações de José de Souza Martins podem balizar as análises em torno de um Brasil moderno de desencontros temporais, de autenticidades num universo muitas vezes analisado como “inautêntico”, apresentados e impostos, de certa forma, velada ou não, aos Pedrinhos nos livros de Lobato e Lourenço Filho.

4.3 Pedrinho e o Brasil moderno projetado e criticado por Monteiro Lobato

Conforme Marisa Lajolo (2000, p. 60),

O surgimento de livros para crianças pressupõe uma organização social moderna, por onde circule uma imagem especial de infância: uma imagem da infância que veja nas crianças um público que, arregimentado pela escola, precisa ser iniciado em valores sociais e afetivos que a literatura torna sedutores. Em resumo, um público específico, que precisa de uma literatura diferente da destinada aos adultos.

Monteiro Lobato é considerado por seus estudiosos como o inaugurador de uma literatura infantil destinada à criança brasileira, que até então lia obras infantis de origem estrangeira, traduzidas, geralmente no português de Portugal, e que refletiam histórias de um mundo importado, que não aquele experimentado por ela. Conforme Lajolo (2000, p. 62), nas histórias do Sítio do Picapau Amarelo, Monteiro Lobato “inaugura a literatura infantil brasileira” numa trajetória marcada por um “acentuado compromisso com a modernidade”. A modernidade que a autora se refere está presente em todas as etapas do projeto literário e pedagógico de Lobato: na criação de textos em forma de “série”, o que garantia a sedução e fidelidade do público alvo; na utilização da escola como veículo de divulgação dos livros; na regularidade das publicações, como também na escolha do período para lançamento dos livros infantis, que elegia a época das festas natalinas e o início do ano letivo. Sob esses aspectos, a mesma autora defende que é na literatura infantil de Lobato “que as qualidades de sua obra e seus índices de modernidade são mais visíveis.” (LAJOLO, 2000, p. 65).

Em *Geografia de Dona Benta* Lobato sinaliza representações de tempos modernos no mundo e no Brasil, como também marca nos textos, de forma recorrente, a ausência de ícones da modernidade e da modernização nas experiências brasileiras. A 1ª edição do livro apresenta trinta capítulos e nos cinco primeiros, de forma introdutória, Lobato elege o Universo e a Terra para dar início ao “contar” sua geografia para crianças na voz de Dona Benta, seguindo assim uma narrativa, em forma de aventuras, que parte do geral para o particular. Na primeira página do livro, a *boa avó* lembra uma pergunta feita por Pedrinho quando este ainda era pequeno e queria saber sobre *a ordem das coisas*: “Vovó, por que o chifre que a vaca mocha não tem não nasceu na cabeça do Urucungo?” e é assim que a personagem de Lobato responde às crianças:

Um sábio inglês, de nome Isaac Newton, de tanto prestar atenção a esse *mesmo modo*, descobriu como ele era. E como os sábios chamam *lei* a esse mesmo modo das coisas fazerem, Newton batizou de *Lei da Gravitação* o tal mesmo modo dos astros girarem uns em trono dos outros. (LOBATO, 1935, p. 11-12, grifos do autor).

Dessa forma, anuncia que sua geografia para crianças seguirá sua fórmula moderna de ensinar ciências às crianças, como nos dos demais livros infantis com conteúdos pedagógicos, já publicados pelo autor - *História das Invenções, História do mundo para crianças, Emília no país da Gramática, Aritmética da Emília* -, falar sobre ciências utilizando uma “linguagem divertida”. Conforme Zinda Maria de Vasconcellos (1982, p. 58), Lobato, em *Geografia de Dona Benta* “preocupa-se em analisar as causas do desenvolvimento econômico dos diversos países”. Pode-se até dizer que se trata de um livro que prioriza uma geografia humana e econômica ao invés da geografia física propriamente dita. Segue, dessa maneira, o modelo de literatura infantil lobatiana, que “parece conter o objetivo político bem claro de formar cidadãos, despertando nas crianças a curiosidade intelectual e a atitude crítica” (CAMPOS, 1986, p. 124). O que não é diferente nos capítulos onde o navio faz-de-conta percorre o Brasil de Lobato.

O Brasil moderno é representado pela primeira vez quando o navio fictício *Terror dos Mares* passa pelo estado de Santa Catarina, mesmo que o autor frise que “Santa Catarina é um estado ainda pouco desenvolvido e de pequena população” (LOBATO, 1935, p. 47). Enquanto que descreve as regiões do estado por sua natureza geográfica ou história política – como a capital, Florianópolis -, o vale do Itajaí está descrito por sua colonização singular e desenvolvimento econômico:

Ao Norte há várias cidadezinhas muito curiosas formadas pelos colonos alemães. São diferentes de todas as outras do Brasil, não só pelo tipo de casas, como pelo costume dos habitantes. Lindas e muito prósperas. Possuem fábricas de mil coisas, manteiga, queijo, sabão, velas, vassouras, meias, fósforos, pregos, cerveja, colas, farinha de bananas, tecidos de algodão, etc. A principal é *Blumenau*, fundada por um alemão, Dr.

Blumenau. A segunda é *Joinville*. (LOBATO, 1935, p.47, grifos do autor).

A referência de Lobato, que marca as cidades do norte de Santa Catarina como “diferentes de todas as outras do Brasil” não só por suas características arquitetônicas e urbanísticas, mas pelos “costumes dos habitantes” relacionados à prosperidade e, provavelmente às sociabilidades, encontra conexão nas teorias de Roberto DaMatta (1985; 2000), quando pede ao leitor que, observe “uma cidade brasileira” pela tríade *casa, rua e trabalho*. A tríade corresponde aos espaços metafóricos que permitem a reflexão de DaMatta para compreensão do comportamento dos brasileiros e das relações sociais aparentemente contraditórias no Brasil. As relações construídas, nas camadas sociais brasileiras diversas, entre a casa, a rua e o trabalho marcam as esferas de *ação social* da população, que, ao mesmo tempo em que são opostas, se complementam. Para o autor, *casa, rua e trabalho* são categorias sociológicas passíveis de designações que ultrapassam um espaço geográfico e físico. São essencialmente espaços morais. Dessa forma, pode-se pensar que os espaços morais que formam as “lindas e prósperas cidadezinhas” do norte de Santa Catarina não são os mesmos espaços morais representados nas demais cidades de outras regiões do Brasil a que Lobato e seu leitor estão acostumados a observar e conviver. Roberto DaMatta diz que para entender o Brasil é importante compreender o que está “entre” as categorias aparentemente opostas, como “casa”, “rua” e “trabalho”. O “entre” são os espaços limiares que complementam as fronteiras tênues entre *casa, rua e trabalho*. Assim, o que caracterizaria e distinguiria a sociedade brasileira de outras sociedades, são as relações construídas entre os espaços que separam casa, rua e trabalho, neste caso. Então, o Brasil do norte de Santa Catarina que o leitor de *Geografia de Dona Benta* passa a conhecer, através da perspectiva de Lobato, é um Brasil caracterizado por espaços de moralidades distintos de outros espaços brasileiros que seriam visitados nas aventuras daquele livro infantil.

No seguimento da *viagem*, a prosperidade volta a ser mencionada quando o navio faz-de-conta chega ao estado de São Paulo através do porto de Santos. Lobato descreve o porto como porta de saída do café e porta de entrada mercadorias importadas pelo Brasil. A capital, São Paulo, é caracterizada como a segunda cidade com a maior população do país, “mais de um milhão de habitantes”. Porém o discurso sobre um Brasil moderno pretendido por Lobato começa a

ganhar forma quando os personagens se aproximam da cidade de Piracicaba:

Esperre vovó! Estou vendo perto de Piracicaba uma torre esquisita, um pouco semelhante àquela celebre Torre Eiffel de Paris... - É a torre duma sonda de petróleo. O pai do Jeca Tatu fundou uma companhia que está perfurando a terra naquele ponto para ver se tem petróleo. O poço já tem mais de mil metros. (LOBATO, 1935, p. 53).

É a sonda do Poço de Araquá no discurso dirigido à criança. De acordo com Vasconcellos (1982, p. 51), “ter ferro e petróleo em seu território – ou ferro e carvão – é condição básica para o desenvolvimento, é várias vezes afirmado no livro, o que afinal compreende-se, dado o interesse que esse ponto adquire para Lobato”. O texto de *Geografia de Dona Benta* está conectado aos projetos ambiciosos que mobilizavam o empresário Lobato desde sua estada nos Estados Unidos: a extração de ferro e petróleo em solo brasileiro, como também a produção de aço. Em sua volta ao Brasil, em 1931, passa a divulgar suas ideias entre amigos de longa data, empresários e técnicos, que como ele, acreditavam na riqueza que brotaria do solo brasileiro.

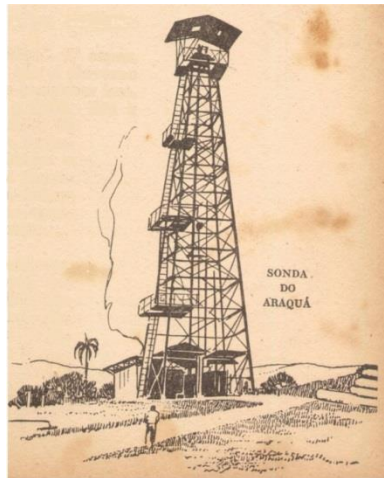


Figura 13: Sonda do Araquá. Ilustração: J. U. Campos e Belmonte.

Fonte: LOBATO, M. *Geografia de Dona Benta*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 53.

No ano seguinte o empresário “começou a ver que as dificuldades no setor siderúrgico eram enormes. Transfere-se, inteiro, animoso, para a campanha pelo petróleo.” (NUNES, 1986, p. 175). Entusiasmado, cria a Cia. Petróleos do Brasil e outras três companhias nos mesmos moldes: a partir de investimentos cotizados em ações vendidas entre velhos conhecidos e outros pequenos investidores. As palavras de Lobato em carta de três de dezembro de 1931, enviada a Godofredo Rangel, confirmam o entusiasmo do escritor: “Quanto ao petróleo, continuo com esperanças de dá-lo ao Brasil num ano ou dois. [...] Bem-sucedidos que sejamos, virá a companhia perfuradora exploradora – e havemos de afogar em petróleo este país que nega as verdadeiras riquezas que tem.” (LOBATO, 2010a, p. 539). Três anos mais tarde - outubro de 1934 - em carta dirigida ao mesmo amigo, o empresário-escritor mantém seu otimismo em relação aos negócios do petróleo, fazendo uma analogia onde as palavras *criança* e *Brasil* compõem o discurso progressista nos moldes liberais: “Que aventura tremenda, Rangel! Dar petróleo ao Brasil como quem dá cocada a uma criança! Se o governo me não atrapalhar, dou ferro e petróleo ao Brasil em quantidades rockefelleanas. As perfurações estão em marcha.” (LOBATO, 2010a, p. 542). Para o autor, a superioridade econômica e o desenvolvimento técnico identificados nas nações percorridas nas aventuras de *Geografia de Dona Benta*, estão regularmente relacionados à exploração e beneficiamento de ferro e petróleo.

As representações do moderno, como também as propostas de modernização para a nação brasileira, desenvolvidas em *Geografia de Dona Benta*, estão invariavelmente subordinadas a determinações econômicas e históricas. No livro, um determinado Brasil moderno, relacionado ao progresso econômico de feição capitalista está selecionado de forma singular nas páginas relativas ao estado de São Paulo. Dos seis capítulos dedicados à geografia do Brasil, um deles se reporta totalmente ao estado de São Paulo, para discutir, especialmente, as possibilidades de um Brasil moderno, desenvolvimento e progressista. Quando Monteiro Lobato utiliza o estado de São Paulo como ícone do progresso e modernização nacional, pode estar evocando o “destino histórico” de São Paulo, que, simbolicamente, desde o século XVII, promoveu uma liderança de expansão, ocupação e unidade do território nacional.

Além da promissora riqueza da região de Piracicaba, conforme já mencionado, onde está o Poço de Araquá, Lobato, na voz de Dona

Benta, afirma que Ribeirão Preto é o lugar da riqueza natural do estado: “A parte mais rica de S. Paulo é o Oeste, onde as terras roxas são de grande fertilidade” (LOBATO, 1935, p. 52), segue-se a apresentação do lugar do progresso e do desenvolvimento nacional:

O estado que temos diante de nós é o mais desenvolvido e rico do Brasil. Além de intensa agricultura, possui notável indústria. S. Paulo produz quase todos os artigos de que precisa, e exporta grande variedade deles para os outros estados – como sejam tecidos, sapatos, chapéus, papel, livros (só a companhia editora que faz os nossos livros exporta mais de um milhão por ano), saco de juta, vidros, objetos de metal, etc. S. Paulo é um pequeno país, capaz de viver por si mesmo, bastando-se em tudo a si próprio. [...] A população de S. Paulo anda por mais de 6 milhões de habitantes. Formam um núcleo humano dos mais operosos, pois a produção do estado alcança a metade da produção total do Brasil. (LOBATO, 1935, p. 56-57).

Esse texto, dentre os dedicados ao estado de São Paulo, foi citado como prova “do perigoso separatismo que anima o livro. [...] sintoma alarmante da desagregação subterrânea do país” (CAVALHEIRO, 1962, p. 164) e mais um motivo para provocar críticas oficiais e a censura⁴² à *Geografia de Dona Benta* em 1937, início do Estado Novo implantado pelo governo de Getúlio Vargas.

Voltando ao discurso dirigido à criança, em *Geografia Dona Benta*, o autor, na voz da boa avó Dona Benta, relaciona pontualmente o léxico *moderno* ao progresso material, desenvolvimento e poder de uma nação:

- Para que serve o petróleo? – O petróleo é o rei dos combustíveis modernos, de modo que só são ricos e fortes os países que o possuem. Graças ao petróleo é que

⁴² Cabe dizer que, *Geografia de Dona Benta* não foi o único livro de literatura infantil de Lobato que suscitou críticas e proibições tanto do poder público como de outras instituições da sociedade civil brasileira. Pareceres oficiais condenaram *História do Mundo para Crianças*, *Aritmética da Emília*, *Caçadas de Pedrinho*, *O Poço do Visconde*, *Os doze trabalhos de Hércules*, entre os mais citados. *História do Mundo para Crianças*, inclusive, foi proibido em Portugal e suas colônias.

automóveis e aviões existem. Se o Brasil está pobre e fraco é porque nunca se lembrou de extrair o petróleo existente nas entranhas de suas terras. Ferro e petróleo: eis dois elementos básicos da grandeza de um povo. Os Estados Unidos ficaram o país mais rico do mundo porque é de todos o que produz mais ferro e petróleo. (LOBATO, 1935, p. 53).

A seguir, as palavras de Dona Benta se voltam às dificuldades que “o pai do Jeca Tatu” previa entre seus negócios e as autoridades estatais: “-Quer dizer que se tirarmos petróleo também ficaremos ricos e poderosos? – Não sei, minha filha. É capaz, quando vier o petróleo, que o Governo meta o nariz – e se acontecer isso, babau! Foi assim com o Café [...]” (LOBATO, 1935, p. 53). Previsão que se confirma nos anos seguintes, quando os entraves para exploração do petróleo brasileiro se avolumam e as empresas criadas por Lobato fracassam. Na observação de Dona Benta está a expressão de cautela, desconfiança e ironia de Lobato, que manifesta as dificuldades que passara a enfrentar como empresário do ramo petrolífero. Lobato sabia que estava diante de um Estado burocrático distinto do Estado burocrático norte americano, os Estados Unidos da América, seu modelo referencial para a exploração do petróleo do solo brasileiro. O modelo de Estado centralizador edificado sobre pilares patrimonialistas não combina com as ideias liberais do empresário Lobato. Suas iniciativas individuais dependem de um Estado burocrático *suis generis*, que se moderniza sem se emancipar, conforme Faoro (2000, p. 366) compreende o Estado patrimonialista brasileiro:

A realidade histórica brasileira demonstrou – insista-se (cap.III, nº 2) – a persistência secular da estrutura patrimonial resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista. Adotou do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhe a alma ansiosa de transmigrar.

As ideias e iniciativas liberais de Lobato esbarram nesse Estado patrimonial que resiste às transformações modernizantes a que passava o Brasil a partir dos anos trinta. Ainda conforme Faoro, o quadro administrativo estatal brasileiro impede o surgimento de um sistema político moderno. Mesmo diante de um processo econômico que não se apresenta como estagnado, o Estado patrimonial se mantém no centro do

capitalismo brasileiro. O patrimonialismo brasileiro se qualifica especialmente pela prática do mando, uma derivação da categoria weberiana “dominação”, caracterizada por especificidades do exercício de poder expresso na vontade legítima do dominador e reconhecida pelos dominados. Para Faoro, o patrimonialismo identificado no Brasil é sufocante e tutelador, caracterizado pelo poder central, o que impede as livres iniciativas “liberais”. Nas palavras de Lobato registradas nas cartas íntimas e nos livros para adultos e crianças, a centralização do poder estatal brasileiro impediram certamente suas iniciativas empresariais aos moldes liberais norte-americanos.

Em 1936, um ano após a publicação da primeira edição de *Geografia de Dona Benta*, Lobato lança o livro *O Escândalo do Petróleo*, obra para adultos que relata todas as dificuldades que envolveram seu projeto ambicioso de “dar petróleo ao Brasil”. No texto denuncia as relações obscuras entre Estado brasileiro e interesses internacionais no interior do Departamento Nacional de Produção Mineral. No ano seguinte, já em pleno estado Novo de Vargas, o livro é proibido de circular, assim como as companhias de petróleo tinham sido proibidas de encontrar petróleo (LAJOLO, 2000, p. 76). Com o livro para adultos censurado, o autor lança em 1937, *O Poço do Visconde*, obra infantil onde o personagem Pedrinho “toma a iniciativa” de explorar petróleo no Sítio, depois de se cansar de ler notícias nos jornais que falam dos projetos sobre a exploração do petróleo brasileiro, que nunca se concretizam. Assim, pode-se dizer que, na figura de Pedrinho, Lobato imprime sua denúncia e mantém, no mundo do Sítio, sob a liderança do seu personagem-menino-moderno, seu sonho de “dar petróleo ao Brasil”. Tal sonho se choca no Estado patrimonial brasileiro, que restringe a autonomia econômica liberal e, ao mesmo tempo em que adota algumas mudanças modernizantes, mantém características que asseguram os interesses centralizadores do Estado. É, na perspectiva de Raymundo Faoro (2000, p. 378), um processo de modernização que se perpetua desde o reinado de D. Pedro II, onde “Moderniza-se o país – prolongando-se em outra nação-, ajustando, acomodando, seja na convulsão pombalina que prefigura a obra do Pedro russo, seja no trabalho obscuro e diário, com a mercadoria e a técnica inglesas.”

A temática, a respeito da exploração do petróleo, em *Geografia de Dona Benta* emerge como argumentação estratégica até mesmo onde a narrativa elege outras temáticas. O pretexto do autor é facilmente identificado no exemplo do capítulo X, “O Nordeste”, quando Pedrinho pesca uma garoupa e Tia Nastácia se entusiasma: “Vou fazer ela

retheadinha, com farofa e azeite de dendê [...]” (LOBATO, 1935, p. 73). A seguir a narrativa ganha outros elementos e o autor, na voz de Dona Benta, do tema “garoupa” passa à riqueza dos mares da Bahia, lembrando a indústria da pesca da baleia para extração de seu óleo, o que serve de pretexto para voltar ao assunto “petróleo”:

Hoje, porém, depois que o petróleo e a eletricidade tomaram conta do mundo, quem fornece luz aos homens, em toda parte, é o petróleo e a eletricidade. Isso fez que a pesca da baleia perdesse a importância de outrora. Para que andar correndo riscos pelo mar na caça desses cetáceos, se furando a terra um óleo excelente jorra em tremendas quantidades? (LOBATO, 1935, p. 73).

Porém o Brasil moderno apresentado à criança, no livro, não se limita ao discurso desenvolvimentista em torno da promissora exploração das riquezas minerais do país. Uma face da ideia de moderno para o autor está relatada quando o navio faz-de-conta chega à capital mineira:

- Belo Horizonte! Exclamou a menina. Bonito nome. – Essa cidade tem uma característica única: foi construída desde o começo de acordo com um plano. Isso é raro, porque na imensa maioria as cidades nascem ao acaso, como as árvores, e vão crescendo sem plano nenhum. Seu clima é excelente, sobretudo para os que sofrem dos pulmões. Mas é um sossego essa cidade que até dá sono na gente. Não possui indústria, nem mostra movimento. Como é capital do estado, enxameia de empregados públicos, lembrando um pouco Washington, a capital dos Estados Unidos. Washington foi também construída de acordo com um plano, com o fim único de ficar a capital do país. (LOBATO, 1935, p. 65).

Na edição de 1947, Lobato mantém o mesmo texto até “Seu clima é excelente, sobretudo para os que sofrem dos pulmões”; a seguir, exclui parte do texto anterior e acrescenta uma significativa modificação:

[...] Quando Belo Horizonte começou, pouca gente esperava que se desenvolvesse tão depressa e com tanta beleza harmônica. Deve ter hoje uns cinquenta anos, o que é nada, e já está a coisa mais linda que há no Brasil em matéria de cidade. Um verdadeiro encanto. – Mas como é que na primeira edição desse livro a senhora disse que era um “sossego sem fim”, um “deserto de gente”, etc.? interpelou Narizinho. – Disse por que tinha na cabeça a Belo Horizonte dos começos. Errei. Não levei em conta os progressos feitos nos últimos vinte anos. Mas depois disso estive lá e abri a boca. Que encanto achei naquilo! Que desafio passear naquelas ruas largas! Gostei tanto, que prometi levar vocês lá para um passeio – para que vejam e compreendam o que é uma “cidade certa”. – As outras são “incertas”? – São erradas, minha filha. Nascem ao acaso, sem plano, e ficam toda a vida tortas e incomodadas, como São Paulo. Que maravilhosa capital teriam hoje os paulistas houvessem feito como os mineiros; isto é, se houvessem planejado e construído uma cidade nova para ser capital do estado! Infelizmente não foi assim. Só os mineiros e goianos tiveram essa grande previsão e por isso os mineiros e goianos vão ter em seus territórios as duas mais belas, cômodas e agradáveis cidades do Brasil. Isso de “cidades certas” é a coisa mais rara do mundo. Só sei de cinco: Washington, capital dos Estados Unidos, La Plata, na Argentina, Camberra, na Austrália e aqui no Brasil, Belo Horizonte e Goiânia. (LOBATO, 1947, p. 62-63).

Percebe-se que o elogio ao moderno, materializado na construção de uma cidade projetada, está presente nos textos da primeira edição e também no texto definitivo. Quando Lobato, na voz de Dona Benta, crítica “o sossego” e a ausência “do movimento nas ruas” na Belo Horizonte dos anos trinta, queixa-se, provavelmente, da falta relacionada ao mundo moderno, na figura alegórica da multidão ocupando os espaços públicos urbanizados. Nas palavras e expressões “progresso”, “ruas largas”, “cidades certas”, “planejado”, “cidade nova”, “grande previsão”, percebe-se as marcas elogiosas do autor ao progresso e desenvolvimento técnico advindos de iniciativas humanas relacionadas

ao moderno. A cidade moderna, nova e planejada, além retratar as benesses do desenvolvimento, proporciona prazer estético no discurso de Lobato.

A exaltação ao planejamento que marca a racionalidade moderna está também registrada no capítulo XI, “A Amazônia”. No diálogo entre Dona Benta e os demais personagens infantis a avó conta como as sementes e mudas de seringueira foram levadas pelos ingleses e holandeses, que fizeram grandes plantações em suas colônias, de forma racional, “em linha como as nossas de café”. Dessa forma, Dona Benta, explica que a produção torna-se mais rentável e “a concorrência torna-se impossível”. É quando o autor aproveita para citar os investimentos do empresário norte-americano Henri Ford na Amazônia a partir de uma pergunta de Pedrinho:

- E por que os amazonenses não cultivam pelo sistema do café, fazendo grandes borrachais, como há grandes cafezais? Inquiriu Pedrinho. – Era o que deveriam ter feito, mas não fizeram, e o resultado foi perderem o negócio. Quem hoje começa a fazer isso é o Ford dos automóveis. Obteve grandes extensões de terra no Pará e está formando cafezais de seringueiras. Ford, sim, vai obter na Amazônia boa borracha pelo mesmo preço de custo que os holandeses e ingleses conseguem em suas colônias. (LOBATO, 1935, p. 79-80).

Estrategicamente, Em *Geografia de Dona Benta*, Lobato aproveita o décimo capítulo, *A Amazônia*, para mencionar sua admiração pelas ideias e ações desenvolvimentistas do empresário Henry Ford. Dentre as causas e cruzadas que permearam a trajetória de Lobato, a metodologia desenvolvimentista de Ford tem destaque especial. Conforme Azevedo, Camargos & Sacchetta (1997, p. 205), com o sonho de “transformar o Brasil em uma nação próspera cujo povo pudesse desfrutar os benefícios gerados pelo progresso e desenvolvimento”, o escritor foi o primeiro divulgador dos processos de produção que obedecem a metodologia científica sintetizada por Henry Ford.

E é Monteiro Lobato quem traduz dois livros do empresário, em que o ideário fordista é divulgado em língua portuguesa: *Minha Vida e Minha Obra* e *Hoje e Amanhã*. O desenvolvimentismo fordista é o modelo de capitalismo ideal sonhado por Lobato, que já divulgava as

ideias de Ford na imprensa brasileira, sob a forma de artigos, desde 1926, portanto antes de sua estada nos Estados Unidos. Posteriormente os artigos foram reunidos e editados para o público de língua inglesa. Em 23 de março de 1927, com a confirmação da mudança para Nova Iorque, escreve ao amigo Godofredo Rangel:

Que sonho lindo! Que maravilha! Morar e ter negócio na maior cidade do mundo, onde homens se envenenam com o fedor da gasolina de oitocentos mil automóveis! A América, terra de Henry Ford, o Jesus Cristo da Indústria! Mandeite o meu livrinho em inglês *As Henry Ford is regarded in Brasil*. Sabes que recebi dele uma carta, lá de Dearborn? (LOBATO, 2010a, p. 519-520).

A admiração de Lobato pelo ideário liberal fordista incluía as concepções em torno do não intervencionismo estatal nas questões econômicas e trabalhistas e a adoção de altos salários no lugar da legislação social de Estado. São discussões dos anos de 1920, tempos em que a Revolução Russa inaugura o comunismo no leste da Europa, receio de Ford que Lobato endossa. Também naquela década, no Brasil se instalam as crises econômicas e políticas relacionadas à perda do poder das oligarquias regionais. Como adido comercial brasileiro, Lobato teria a chance de vivenciar o “sonho lindo” de um mundo moderno que traduzira do inglês para o português nos últimos anos.

Três anos após o lançamento de *Geografia de Dona Benta*, Lobato funda em 1938 a União Jornalística Brasileira - UJB, (empreendimento que abriu para seu filho Edgard), e passa a abastecer vários jornais do interior do Brasil com artigos e crônicas. A empresa foi um importante veículo de divulgação dos sonhos de Lobato para criação das indústrias siderúrgica e petrolífera nacionais, que promoveriam sua ambição modernizadora para o Brasil. Numa crônica distribuída pela UJB, “Reconstruir a casa”, em meio a metáforas que relacionam *casa* e *nação*, Lobato fala de uma casa que caiu (a economia brasileira), pois só tinha “um esteio”: o café. A partir das críticas metafóricas, divulga e propõe seu projeto de modernização para o País:

Era uma casa que tinha que cair porque era uma casa de um só esteio. [...] Fique o que resta do café sendo um esteio, mas ergam-se os três que

faltam. – Que esteios poderão ser esses, velho duma figa? – O ferro é um. O ferro é a base de tudo. Já refletiu que a matéria-prima da civilização e da riqueza é o ferro? Já refletiu que tudo mais pode ser suprimido do mundo moderno sem que ele desabe, menos o ferro? Até da cultura é ele o fundamento. Não há cultura sem livros. Não há livros sem papel, não pode haver papel sem ferro – [...]. Ferro é máquina, Máquina é tudo. Transporte, indústria, agricultura moderna (sem ele, agricultura de índio apenas), comércio intenso, cultura – tudo [...]. (LOBATO, 2010b, p. 150).

Em seguida Lobato cita mais dois *esteios* que poderão dar uma sólida fundação à *casa que caiu*: a exploração do carbono, na forma de hulha – o carvão, e na forma líquida - o petróleo. O outro *esteio* citado por ele é a exploração dos frutos da palmeira do babaçu: “saiba que ela constitui a maior fonte de óleo vegetal que existe no mundo [...]” (LOBATO, 2010b, p. 151). A crônica pode representar a seletividade desenhada por Lobato para propor uma modernização para o Brasil. Ao encadear e relacionar a indústria siderúrgica ao desenvolvimento cultural da nação – quando afirma que a produção de bens culturais, como a produção de livros, depende da produção de máquinas -, está defendendo uma economia nacional com “esteios” sólidos que promoverão a autonomia e o desenvolvimento amplo da nação. Aqui não é só o empresário e investidor Monteiro Lobato defendendo um negócio promissor, mas pode-se dizer que é a expressão do intelectual que reflete sobre as demandas de sua época, divulgando suas ideias sobre o desenvolvimento e modernização nacional. Conforme Faoro (2000), cabe registrar que, além de centralizador, o Estado patrimonial apresenta outra característica marcante: ele é ineficiente administrativamente. O alcance amplo dessa administração centralizada e onipresente acaba por facilitar arranjos políticos, conforme os interesses de determinados grupos que detém o poder estabelecido ou conquistado nas alianças políticas e econômicas num determinado momento.

Nos textos de *Geografia de Dona Benta* podem representar o otimismo de Lobato em relação à moderna sociedade industrializada, um modelo que serviria de espelho para o desenvolvimento brasileiro. Principalmente nas páginas onde os personagens visitam os Estados Unidos da América, Dona Benta não se cansa em tecer elogios à nação

desenvolvida que soube explorar as riquezas naturais e se governa por máquinas modernas. Depois de dar suas primeiras impressões sobre Nova Iorque, a boa avó prossegue sua descrição do país exemplar:

E existem outras cidades formidáveis, como Chicago, a capital do Oeste e onde se concentra uma gigantesca indústria de carnes congeladas e enlatadas. Há Filadélfia, enorme, há Detroit, o grande centro da fabricação de autos, onde se acha a imensidade chamada Ford e outra imensidade chamada General Motors. (LOBATO, 1935, p. 99).

A curiosidade característica do personagem Pedrinho dá prosseguimento ao diálogo em torno do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos da América:

- E qual a razão de esse país ter-se desenvolvido tanto, vovó? – Muitas meu filho. O território dos Estados Unidos é abençoado. Tem tudo. Produz tudo. [...]. Minerais produzem em tremendas quantidades – e nenhum país produz tanto ferro e aço. Petróleo tem-no em quantidades fabulosas. [...]. O segredo da grandeza americana está na sua tremenda indústria do ferro e combustível. Com o ferro se fazem toda a sorte de máquinas possíveis e imagináveis – desde relógios, maquinazinhas de marcar o tempo, até o canhão, máquina de matar gente. (LOBATO, 1935, p. 99-100).

Alguns anos mais tarde, tal modelo de sociedade é repensado por Lobato em dois livros infantis, *A Reforma da Natureza* (1941) e *A Chave do Tamanho* (1942). Nos textos o autor imprime suas reflexões elaboradas naqueles anos de IIª Grande Guerra e relativiza seu otimismo diante das nações capitalistas mais desenvolvidas e industrializadas, aquelas regidas pelas máquinas. Especialmente em *A Chave do Tamanho*, conforme Campos (1986, p. 150), “pela primeira vez, na obra de Lobato dedicada às crianças, a sociedade americana é negativamente descrita”.

4.4 Pedrinho e o Brasil moderno de Lourenço Filho

A *Série de leitura graduada Pedrinho*, de Lourenço Filho, reúne textos escritos e imagens onde os ideais em torno do moderno e da modernização - representado através da razão científica, do progresso econômico e do desenvolvimento técnico -, estão no cerne da linguagem didática específica para a criança da escola primária brasileira das décadas de 1950 e 1960. Duas faces que podem ser identificadas como constituintes centrais, em torno do mundo moderno, na *Série Pedrinho*, são aquelas cujos conteúdos contemplam exemplos diversos de uma educação voltada à saúde física, moral e social e os conteúdos que apresentam um Brasil moderno, desenvolvido e progressista no início da segunda metade do século XX.

Carlos Monarcha (2009) no livro *Brasil Arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930*, Apresenta um estudo sociológico em torno de um período marcado pela divulgação e implementação de ideias e práticas renovadoras educacionais, portanto *modernas*, num cenário brasileiro contraditório, que combinava iniciativas de progresso econômico, mudanças estruturais de ordem políticas e culturais e tensões sociais características de uma nação atrasada. O advento da República brasileira, recente, mesclava práticas sociais da nação tutelada pela monarquia e que, ao mesmo tempo, tentava se inserir na dinâmica dos tempos modernos marcados pela ordem científica, técnica e produção industrial. O movimento de renovação educacional no Brasil do período, generalizado no termo *Escola Nova*, entre nós

[...] constituiu uma das mais bem acabadas expressões de uma rara ampliação da consciência social brasileira, ampliação, diga-se desde já, rica em desdobramentos não apenas como momento excepcional da história intelectual e social, mas também como patrimônio político e moral do país. (MONARCHA, 2009, p. 15).

A pluralidade de ideias e ações pioneiras que compõem o movimento dos autodenominados Pioneiros da Escola Nova se insere num período de rápido crescimento das populações urbanas, onde o trabalhador e sua família passam a compor e participar ativamente das transformações sociais a que a nação experimentava. Nesse panorama, a

educação escolar das novas gerações - com base em diretrizes técnicas e científicas de que uma nação moderna necessita para formar novos cidadãos -, era alvo de estudos dos intelectuais convocados ou não pela iniciativa pública governamental, para fomentar projetos, debates que fundamentariam as iniciativas públicas reformadoras da educação brasileira. Para isso, prioritariamente, três paradigmas científicos são “chamados” a orientar as novas diretrizes educacionais: a Biologia, a Psicologia e a Sociologia. A primeira, como ciência médica, já ocupava lugar de destaque para resolução das questões higienistas relacionadas ao atraso da nação brasileira desde a segunda metade do século XIX. As duas últimas, *ciências novas* que passam a se consolidar como fundamentais para os estudos educacionais e a singularidade que a infância passa a representar.

Um dos maiores divulgadores brasileiros das ideias e das práticas modernas para a compreensão da criança e do universo que perfaz o aprendizado escolar é o educador Lourenço Filho, que, pode-se dizer, elege a psicologia e a sociologia como as ciências diretrizes de sua trajetória profissional. Em 1930 o intelectual passa a editar a revista científica *Escola Nova*, onde registra no volume II: “O progresso das ciências biológicas e, mais recentemente, o dos estudos sociológicos, vieram a alterar, profundamente as concepções educativas.” (LOURENÇO FILHO, 1931, p. 3). A revista apresenta um longo artigo de do Dr. Thomaz D. Wood, *A Educação da Saúde: programa para escolas primárias normais* e, outro pequeno artigo do Dr. Edouard Claparède, *Alunos Preguiçosos*. Abrindo a *Revista Escola Nova*, o editor escreve uma introdução ao tema, sob o título *Primeiro, a saúde*, onde versa sobre os novos princípios educacionais, os meios e as finalidades da educação, relacionados à formação do *indivíduo sadio*. No artigo pode-se destacar um parágrafo:

Nenhuma sociedade civilizada descarta dos problemas da saúde, e nenhuma escola verdadeira pode desprezar o seu contingente, para a defesa da vida. [...]. Em nosso país, várias têm sido as iniciativas proveitosas para o aperfeiçoamento e disseminação da educação da saúde. Muito e muito há ainda que fazer, porém numa terra mal conquistada à natureza, onde endemias são um obstáculo à elevação do homem, por muitos pontos, e a propaganda da higiene de alimentação, do vestuário e da habitação está quase por ser

iniciada. Nesta particular, a obra a ser feita pelo professorado brasileiro é imensa. (LOURENÇO FILHO, 1931, p. 5).

Levando-se em consideração o teor do discurso, identifica-se uma das faces que norteiam o projeto de educação moderna para a nação brasileira do período, onde escola pública e seus professores são peças fundamentais para construção ampla de uma nova nação, nos moldes de País moderno, civilizado e, prioritariamente saneado. Lourenço Filho, no último parágrafo de seu artigo que apresenta a *Revista Escola Nova*, cita a importância dos estudos relacionados à educação sanitária, dirigidos e realizados pelo médico norte-americano, Dr. Thomas Wood com apoio da Associação Nacional de Educação e Associação Médica Americana: “Claro, metódico, com base perfeitamente científica, e com aplicações práticas imediatas, ele impõe ao nosso estudo meditação” (LOURENÇO FILHO, 1931, p. 5). O educador elege os trabalhos *A Educação da Saúde* de Thomas Wood e *Alunos preguiçosos* de Claparède como leituras modelares para a condução de uma nova educação pública escolar brasileira: “Em ambos esses trabalhos, os nossos mestres, encontrarão sugestões de grande valia, senão já roteiros para o incremento da educação sanitária nas escolas publicas” (LOURENÇO FILHO, 1931, p.6).

Sem considerar a própria materialidade do moderno representado na *Série de leitura graduada Pedrinho*, uma novidade no início da década de 1950 - através do investimento gráfico da obra em si, desde a capa até o interior das páginas repletas de ilustrações policromáticas, impressão de boa qualidade e exercícios práticos ao final de cada lição, os conteúdos são repletos dos ícones da modernidade e da modernização. Desde o primeiro volume da coleção didática, a combinação entre conteúdos pedagógicos e hábitos de higiene corporal na educação escolar - portanto a combinação entre atribuições do público (escola) e do privado (casa/higiene pessoal) se faz presente já na terceira lição, “A casa de Pedrinho”, do primeiro volume da série, o livro *Pedrinho*:

[...] A casa de Pedrinho é pequena. [...]. A casa de Pedrinho está sempre bem arrumada e limpa. Tão bem arrumada e tão limpa que faz gosto! A limpeza é necessária. É necessária em nosso corpo, em nossas roupas e em nossa casa. Venha conhecer a casa do Pedrinho. Você há de gostar

dela, porque ela é bem arrumada e muito limpa. Todos gostam de coisas bem arrumadas e limpas. (LOURENÇO FILHO, 1968a, p. 10-11).

Entre observações indicadas ao professor quanto à forma de proceder a exploração pedagógica em torno da lição 3, no *Guia do Mestre*, o autor faz as observações: “Por em relevo a ideia de ordem e asseio. [...]. Pergunte-lhes porque é necessária a limpeza na casa, nas roupas, no corpo. Anime-os a exprimir-se com naturalidade e franqueza, mas em boa ordem.” (LOURENÇO FILHO, 1968b, p. 32).

Outros exemplos emblemáticos são reunidos nas 65 lições que perfazem o mesmo volume. Vejamos outro exemplo na sexta lição, “O quintal”:

Brincar ao ar livre faz bem à saúde. É bom fazer exercício ao ar livre, diz sempre a vovó. E Pedrinho acha que faz mesmo. Porque, quando ele brinca no quintal, pela manhã, almoça com mais apetite. Para viver precisamos de respirar bem e de comer bem. Não é exato? (LOURENÇO FILHO, 1968a, p. 17).

No *Guia do Mestre*, o autor cita como propósito da lição: “Levar a compreender a necessidade de ar puro, alimentação regular, exercício e repouso [...]” (LOURENÇO FILHO, 1968b, p. 82). Dessa forma o autor propõe mudanças culturais, via educação escolar, com base nos valores regeneradores e estudos realizados por especialistas das sociedades industrializadas da Europa e Estados Unidos. Outro exemplo de conteúdo voltado à educação do corpo e saúde como inculcação para aquisição, pela criança, de novos hábitos culturais, é observado na lição de número 16, *O dia e a noite*:

Pedrinho levanta-se da cama. Toma banho frio e escova os dentes. Diz bom dia a seu pai e sua mãe. E espera o café. E toma o café com pão. [...] Vem a noite e as estrelas aparecem no céu. [...] Pedrinho lava as mãos e o rosto. Escova os dentes com cuidado. Diz boa noite a todos. E vai dormir. (LOURENÇO FILHO, 1968a, p. 34-35).

No excerto percebe-se a aplicação da plataforma defendida por Lourenço Filho desde o início de sua carreira pública educacional,

quando elege escola, professores e crianças como *locus* de formação da consciência saneadora nacional. O educador desenvolve um texto dirigido à criança onde a saúde física e mental preventiva da criança, como indivíduo, é o meio para divulgação das novas ideias baseadas em princípios científicos modernos com a finalidade de sanear e edificar uma nova nação.

No segundo volume da série, *Pedrinho e seus Amigos*, “o novo” é tema recorrente nas lições do livro didático. É ali que o personagem Pedrinho será apresentado à nova casa, à nova escola, ao novo bairro e a cinco novos amigos. Nas lições, o autor prossegue sua diretriz pedagógica e ideológica, conciliando educação e saneamento moral, para elaborar textos maiores, mais complexos, com tipos gráficos menores e, ao mesmo tempo, sustenta o teor educativo que interfere nas questões da vida privada dos pequenos brasileiros. A terceira lição do livro, “A nova casa”, apresenta uma ilustração, na forma de uma “planta baixa”, que ocupa uma página inteira do livro e, pode-se dizer que é mais uma expressão de intenção educativa e saneadora do ambiente privado, com capilaridade no domínio público, através de um livro escolar:

A nova casa é maior que a outra. Tem uma saleta, uma pequena copa, a cozinha e um bom banheiro. [...]. A entrada da rua é por um portãozinho. Mas a casa não tem jardimzinho na frente, como a outra. É verdade que tem quintal maior. [...]. Nesses primeiros dias, muitas coisas não eram encontradas. “Onde estão os meus sapatos amarelos?” perguntava o Sr. Pereira. “Onde puseram o abridor de latas?” indagava Dona Rita. Temos que por tudo em ordem, dizia Dona Clara. *Um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar.* Essa é a boa regra, essa é que é a lei, que devemos seguir. Uma casa sem ordem é um inferno. (LOURENÇO FILHO, 1955, p. 10, grifos do autor).

Dentre os objetivos daquela terceira lição, está grafado no *Guia do Mestre- 2º vol.*, “Concorrer para firmar hábitos de ordem” (LOURENÇO FILHO, 1968b, p. 32). Neste caso, a nova casa de Pedrinho, no texto de Lourenço Filho, pode ser interpretada como o espaço eleito para o exercício da moral. Para Roberto DaMatta (1997a, 1997b) a casa é uma das fases do ciclo complementar casa/rua e que

pode representar o universo social ritualizado entre os brasileiros. Essa “casa com ordem”, que precisa de *um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar*, pode aqui ser pensada como o espaço metafórico a que DaMatta (1997a, p. 91) se refere, como aquele “rigidamente demarcado e dividido” nas sociedades relacionais. É o lugar moral protegido e sacralizado. Na rotina da casa pensada para o personagem Pedrinho, seguem-se regras, que são mantidas como “leis” que devem ser seguidas em benefício do destino do conjunto familiar, que se constitui por pessoas iguais. A representação da “nova casa”, como uma “casa maior”, é aquele que irá abrigar uma nova fase na trajetória do personagem. A casa, aqui é o espaço da individualidade que distingue a família de Pedrinho e ao mesmo tempo, pode representar um modelo pensado por Lourenço Filho como aquele espaço ideal para o convívio harmônico de uma família nuclear urbana de um Brasil moderno. É na casa nova que os personagens que formam a família de Pedrinho realizarão a “dimensão da vida social permeada de valores e realidades múltiplas. Coisas que vêm do passado e objetos que estão no presente, gente que está relacionada ao lar desde muito tempo e gente que se conhece agora” (DAMATTA, 2000, p. 24-25). A nova casa é única e é o “mundo” onde Pedrinho se reconhece como muito mais pessoa do que como indivíduo.

Voltando à *consciência saneadora* impressa nas lições da Série Pedrinho, percebe-se que esta não está limitada ao domínio do corpo físico da criança, mas se propaga na esfera de um saneamento moral e social, que deve se iniciar no âmbito privado representado pela leitura e compreensão dos conteúdos do livro escolar pela criança e familiares e, se irradiar para o espaço público.

Um ponto relevante da atenção higienista identificada nos conteúdos da *Série Pedrinho* sobre a instituição familiar, está registrado no particular destaque dado ao papel educador das personagens femininas, como a mãe, Dona Clara, e a avó de Pedrinho. As agentes educadoras, pode-se dizer, são reflexos das políticas educativas estabelecidas nas sociedades modernas e industrializadas da Europa ainda nas últimas décadas do século XIX, quando a mulher assume importante papel como mantenedora e responsável pela saúde e educação da criança, o potencial cidadão republicano moderno. A legitimação da “autoridade educadora feminina” no espaço doméstico, portanto privado, passa a ser garantida num período em que as práticas médicas e higienistas adquirem papel crucial na formação de sociedades modernas e civilizadas. Nesse sentido, são edificadas “comunicações

entre instituições consideradas muito próximas, como família e educação. E se a educação deve moldar-se em práticas higienistas, nada melhor que a mulher, que organiza e higieniza o espaço doméstico, para executá-la.” (INACIO FILHO; SILVA, 2010, p. 222). No caso brasileiro das intervenções modernizadoras educacionais - é acrescido ao papel social, consolidado historicamente, da mulher como responsável pelos cuidados com a saúde física e bem estar das crianças - , o papel de transmissora dos valores racionais saneadores físicos, morais e sociais. Cabe à mulher, mãe ou avó, mais um cuidado com as novas gerações de uma pretendida nação saneada, moderna e civilizada.

Diante dos exemplos selecionados, percebe-se que o educador mantém e reforça sua convicção discursiva quanto ao papel crucial da escola e do professor como difusores estratégicos e fundamentais num projeto de nação moderna. Se a família, supostamente, não tem condições de educar para a “higiene privada”, com fundamentação nas ciências, cabe à educação escolar tal responsabilidade. Sendo que “As descobertas científicas e a institucionalização da medicina sanitária conferem autoridade ao discurso médico-social.” (MONARCHA, 2009, p. 97).

Nos anos trinta, a consciência educativa/sanitária de Lourenço Filho direcionava seu discurso ao professor e aos formadores de professores. Vinte anos mais tarde reforça e prossegue seu discurso, agora adaptado e direcionado ao mundo da criança a partir de alegorias sociais que envolvem um Brasil já urbanizado, mas que ainda necessita ser educado para os tempos modernos.

A outra face do moderno na *Série Pedrinho*, está na seleção de textos escritos e imagens onde um Brasil desenvolvido e urbanizado é apresentado à criança. Enquanto nos textos com teor higienista o autor vincula a temática educativa à vida privada da criança e sua família, nos textos sobre um país já urbanizado, desenvolvido e progressista o argumento é voltado para a vida pública da criança e sua relação com a sociedade brasileira. Vejamos os exemplos a seguir.

Na lição 14, *Orientação na cidade*, do segundo volume da série – que é acompanhada por duas ilustrações, sendo a segunda um mapa, representado ruas, quadras e edificações de uma grande cidade -, o autor, com o pretexto de ensinar Aritmética, Desenho e Geometria, combina indicações de como a criança deve proceder ao transitar pelas ruas dos centros urbanos

- Orientar-se numa cidade, disse o marceneiro, não é difícil. Em cada esquina há tabuletas com os

nomes das ruas que aí se cruzam. Está vendo ali? Pedrinho disse que sim. E olhando para as placas de fundo azul e letras brancas, pregadas na esquina, leu as palavras: RUA DAS FLORES. – Bem, a rua está aqui. Para achar a casa, pelo número, bastará agora olhar para cima das portas. Todos os números pares ficam de um lado da rua. Todos os ímpares, de outro. [...]. Pedrinho voltou a cabeça para as casas de um lado – 22, 24, 26, 28. Depois dirigiu a vista para as casas do outro lado – 25, 27, 29, 31. –Sabendo-se o nome da rua e o número da casa, pergunta-se o caminho. Se as ruas forem assim como estas, numa direção e na outra direção, todas retas e paralelas, elas cruzam em *esquadro*. [...] E o marceneiro deu uma risada tão gostosa que as pessoas que passavam viraram-se para ver o que tinha acontecido. (LOURENÇO FILHO, 1955, p. 32, grifo do autor).

No *Guia do Mestre*, Lourenço Filho se dirige aos professores e elabora sugestões para aplicação e desenvolvimento do conteúdo daquela lição:

[...] prepare a compreensão do uso de uma carta ou planta urbana. [...]. Leve os alunos a comparar o desenho da pag. 30 com o da pag. 15. “Referem-se ao mesmo trecho do bairro?...Por que são diferentes?...” Explique o que seja uma planta, ou carta da cidade, partindo da planta da própria sala de aula. Proponha a um grupo de alunos que desenhe a planta da escola. Pouco importará que a representação seja apenas aproximada. (LOURENÇO FILHO, 1968b, p. 41).

Verifica-se assim, o cuidado conferido pelo autor à experimentação matemática através da observação, comparação e execução de desenhos, como também os exercícios práticos para percepção, organização espacial e sensitiva da criança de 8-9 anos, nos ambientes frequentados por ela, aqui, prioritariamente, o espaço escolar. Os exercícios práticos, em base concreta, são recorrentes em todos os volumes da série. O que confirma mais uma vez a diretriz pedagógica do autor, baseada especialmente em muitos princípios que deveriam reger as instituições educacionais identificadas pelo título “Escola Nova”,

sistematizados ainda no ano de 1919, no Congresso da Calais. Na lição elaborada para as crianças e nas recomendações aos professores, identificam-se procedimentos de uma “educação ativa” e moderna, baseada em pesquisas, que estimula a observação e comparação, utiliza desenhos para facilitar a compreensão prática dos conteúdos abstratos, onde os trabalhos são realizados de forma coletiva, fomentando a cooperação entre as crianças.

Por outro lado, pode-se interpretar a lição *Orientação na cidade* sob a referência damattiana⁴³ como um exercício complementar de “brasilidade” no aprendizado de Pedrinho. Depois das lições voltadas a casa e família, portanto do contexto do privado, Lourenço Filho amplia o universo de Brasil ideal para Pedrinho fazendo o personagem experimentar “o mundo da rua”. Agora não mais as coisas do privado, dos direitos e das personalidades, representadas pelas lições anteriores, voltadas a casa e família, mas agora Pedrinho vai exercitar o convívio no “mundo da rua”, portanto, aprender a ser “indivíduo”. A rua apresentada por Lourenço Filho é movimentada, nela há um fluxo de pessoas desconhecidas. É na rua que Pedrinho vai experimentar “a dura realidade da vida” (DAMATTA, 2000, p. 29), ao se perder e não saber que direção tomar para voltar à segurança da casa. Na lição anterior, lição 13. *É perguntado que se aprende*, “Pedrinho saiu para comprar pão e perdeu-se no bairro” (LOUREÇO FILHO, 1955, p. 30). No decorrer da experiência na rua, o personagem interpela “um desconhecido” na rua para poder retornar à segurança da casa. O desconhecido é um marceneiro que, nas lições seguintes se tornará um dos “amigos” de Pedrinho, o senhor Raimundo, um marceneiro. Pode-se pensar que, na tentativa da inserção de Pedrinho no mundo urbano das ruas do novo bairro, Lourenço Filho exercita o abraqueiramento de Pedrinho quando acaba por trazer a privacidade da casa para a rua, na figura do indivíduo adulto desconhecido que se torna um “amigo” do menino personagem. Mesmo que a rua se apresente como o espaço “onde predominam a desconfiança e a insegurança” (DAMATTA, 2000, p. 30), o personagem menino-brasileiro experimenta a rua - que se apresentou principalmente como espaço oposto ao da casa -, também como espaço mediador e complementar, quando faz uma amizade a partir da adversidade vivida (por encontrar-se “perdido”). Assim, o Brasil das ruas modernas de Pedrinho também apresenta, na lógica de uma nação que valoriza as relações pessoais, a mediação entre o conhecido e o desconhecido, entre

⁴³ Emprego aqui o léxico “damattiana(o)” em referência aos pressupostos defendidos e reconhecidos no mundo científico pelo antropólogo brasileiro Roberto DaMatta.

a insegurança de “estar perdido” e a segurança de “encontrar e fazer um amigo”.

Em *Aventuras de Pedrinho*, volume 3 da série, emergem outros ícones do moderno já existente e de uma possível modernização brasileira pretendida pelo autor. Conforme citado anteriormente, o livro é organizado em “quatro grandes aventuras”, onde as crianças são encorajadas a conhecer as regiões brasileiras, através de viagens conduzidas pela mão dos personagens masculinos adultos. A terceira aventura do livro, “A Viagem Inesperada”, é iniciada com um importante apelo ao moderno revelado no desenvolvimento material que imprime sentido às “aventuras” seguintes: “Ao voltar do escritório da Companhia Progresso, onde trabalhava, o Sr. Pereira convidou Maria Clara e Pedrinho para uma pequena viagem [...]” (LOURENÇO FILHO, 1955, p. 93). O pai de Pedrinho é um trabalhador moderno, um burocrata, que exerce suas atividades profissionais numa grande companhia, cujo nome é escolhido estrategicamente por Lourenço Filho: “Companhia Progresso”. É por conta da atividade profissional do pai que as crianças farão viagens de automóvel, trem, navio e avião por diversas cidades brasileiras.

Em tal conformação, que está inserida num universo de urbanidade, Lourenço Filho, por conta do espaço que elege para inserir o personagem Pedrinho - um modelo de menino brasileiro -, como também por meio dos léxicos utilizados, está discutindo um projeto de país moderno e desenvolvido para o Brasil de Pedrinho.

Ao analisar as representações dos espaços na literatura infantil produzida nas três primeiras décadas do século XX no Brasil, Gouvêa (2004) destaca os aspectos ambíguos e contraditórios com que as cidades são retratadas pelos produtores de bens culturais. Nas representações, a cidade é retratada tanto como “cenário de construção do mundo moderno” como também o lugar da “força desintegradora” das sociabilidades consolidadas tradicionalmente. Conforme Gouvêa (2004, p. 177-178),

Ao falar-se em disposição espacial, a cidade surge como cenário de construção do mundo moderno, como espaço privilegiado associado a uma nova sociabilidade, a um deslocamento radical dos domínios da esfera pública e privada. [...]. No Brasil tal fenômeno assume significação diferenciada. A metrópole afigura-se não como cenário real, mas as grandes cidades apresentam-

se como novas perspectivas de conformação da vida social, de construção de hábitos identificados com a urbanidade e de formulação de um projeto para o país.

No caso da *Série Pedrinho* de Lourenço Filho a cidade é o “cenário de construção do mundo moderno” e é também um lugar onde se deve aprender a viver nele, mas não é representada como o lugar da “força desintegradora”. Na série elaborada nos anos cinquenta do século XX, as representações de cidade e campo são harmoniosas e refletem uma complementariedade entre urbano/rural. O autor, mesmo destacando e celebrando aspectos de um Brasil moderno e progressista, não deixa de mencionar o Brasil agrário e antigo, o que pode indicar que não há intenção de relacionar de forma direta, para a criança, uma oposição entre um Brasil rural e um Brasil urbano, e sim lugares diferentes, mas ligados entre si, por meio da dependência estabelecida entre seus habitantes.



Figura 14: Refinaria de Volta Redonda. Ilustração: Oswaldo Storni.

Fonte: LORENÇO FILHO, M. B. **Aventuras de Pedrinho**. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. p. 102.

Vejamos um dos exemplos das lições que versam sobre o Estado do Rio de Janeiro, onde o autor reserva cinco lições para abordar a história e a geografia da capital federal:

O hotel estava instalado num edifício de mais de vinte andares. O quarto de Pedrinho ficava no 18°. O menino dali podia ver uma parte do centro comercial da cidade do Rio, e, logo em continuação, mas já à margem da baía, o aeroporto Santos Dumont (LOURENÇO FILHO, 1958a, p. 97).

[...] Do quarto do Sr. Pereira, a vista era outra. Desse lado apareciam longas avenidas que acompanhavam as curvas do contorno da baía (p.98). [...] Agora, o Estado do Rio é tanto *agrícola* quanto *industrial*; isso quer dizer que, na terra fluminense, muita gente trabalha na lavoura, e muita gente trabalha em fábricas. Numa de suas novas cidades, a de Volta Redonda, funciona a maior fábrica de ferro e aço do Brasil. (LOURENÇO FILHO, 1958a, p. 99).

Após a viagem de trem, a narrativa prossegue e os personagens embarcam no *navio Fortuna*, que era de propriedade da *Companhia Progresso* e seria vendido no Rio Grande do Sul. Nesta etapa da aventura o capitão Silvério, é o personagem masculino, adulto, que guiará o grupo. Dessa forma os personagens Pedrinho e Maria Clara passam a conhecer o sul do Brasil, quando o Estado de São Paulo ainda fazia parte da Região. Algumas das observações do autor impressas no livro didático:

Nos últimos tempos, São Paulo passou a ser citada como a cidade que mais rapidamente cresce no mundo! [...] São Paulo é o Estado que mais produz café e dos que mais produzem cana-de-açúcar, algodão e cereais. Depois, o fato de haverem montado em São Paulo milhares e milhares de fábricas. Produzem elas aço, tecidos, papel, artefatos de metal, medicamentos, louças, calçados, chapéus... Sei lá! Produzem de tudo! (LOURENÇO FILHO, 1958a, p. 118).

O Estado de Santa Catarina é destacado entre os Estados mais ricos do Brasil e a contribuição da imigração alemã é lembrada como fato relevante no texto:

- Pela extensão do território, Santa Catarina figura entre os pequenos Estados do Brasil; mas, pelas riquezas, pode-se dizer que está entre os primeiros! [...] Ao norte do Estado, disse ele, há uma das mais belas zonas agrícolas de nosso país. Aí se localizaram, há mais de cem anos, numerosos agricultores alemães, especialmente graças aos esforços do Dr. Hermann Blumenau. Uma das adiantadas cidades dessa zona recebeu seu nome. Noutra zona, ao sul, no vale do rio Tubarão, está sendo explorado o carvão-de-pedra, que tem muitas aplicações. É excelente combustível. Reduzido a coque, entra na fabricação do ferro e do aço; serve para a fabricação do gás de iluminação; dele se obtém, por destilação, o alcatrão, o piche; o amoníaco e o carbureto. É ainda do carvão de pedra que se fazem as anilinas. (LOURENÇO FILHO, 1958a, p. 131-132).

Desse modo, Lourenço Filho seleciona aspectos do desenvolvimento, material e técnico, do Estado de Santa Catarina através dos léxicos *riqueza* e *primeiro*, como também na expressão *adiantadas cidades* de um pequeno Estado brasileiro. O autor opta por apresentar duas regiões por seu aspecto econômico: a região do vale do Itajaí - uma região agrícola, “bela” e relacionada ao imigrante alemão -, e a região sul, que possui e explora minas de carvão mineral, fonte de energia e matéria prima viabilizadora do desenvolvimento industrial. Percebe-se uma intenção conciliadora e harmoniosa na construção do texto, pois sem desprezar a importância no “belo” da região agrícola, o autor exalta o desenvolvimento industrial possível através da exploração do carvão.

O Brasil desenvolvido e moderno, que Lourenço Filho apresenta aos pequenos brasileiros está também registrado na racionalidade do projeto em que a capital de Minas Gerais foi construída, onde a cidade é particularmente descrita pelo planejamento urbano. A lição “16. Belo Horizonte”, é apresentada através uma ilustração que contempla o centro urbano da cidade nos anos cinquenta, com realce nas avenidas e edifícios altos. Assim é descrita a cidade à criança brasileira:

[...] Belo Horizonte tem a particularidade de ser a primeira cidade brasileira especialmente construída para servir de capital a um Estado. [...]. O plano da cidade foi admiravelmente traçado. Grandes avenidas partem do centro comercial para todos os subúrbios. Ligando esses subúrbios, uns aos outros, uma grande via circular existe, chamada Avenida de Contorno. Edifícios modernos, praças e jardins enriquecem e embelezam a capital mineira. Belo Horizonte que, por sinal, fica muito perto de Sabará, onde Borba Gato encontrou as primeiras grandes minas de ouro, cresceu tanto nos últimos tempos, que já figura entre as cinco maiores e mais habitadas capitais do nosso país. (LOURENÇO FILHO, 1958a, p. 84).

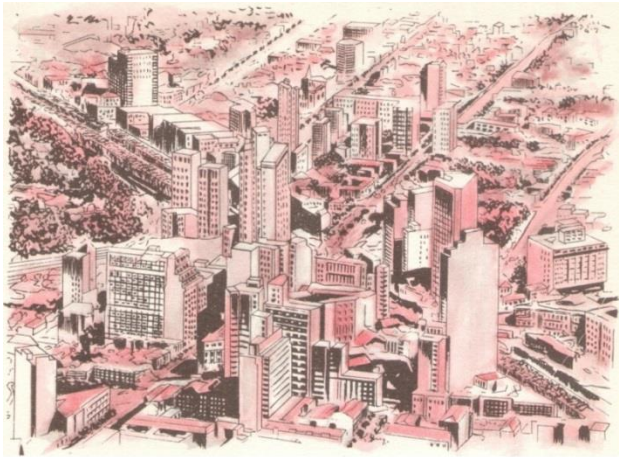


Figura 15: Belo Horizonte. Ilustração: Oswaldo Storni.

Fonte: LOURENÇO FILHO, M. B. *Aventuras de Pedrinho*. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. p. 81.

Percebe-se, na construção do texto, que o *novo* está relacionado ao *belo*, ao *grande* e *moderno* e caracterizam positivamente um ambiente urbano previamente planejado, como da capital mineira. Estrategicamente, Lourenço Filho seleciona e contempla no mesmo texto, um detalhe histórico do Brasil colônia relacionado à riqueza da

região. Dessa forma, concilia dimensões positivas da história do *Brasil antigo* aos aspectos positivos de uma cidade brasileira caracterizada pelo *moderno*.

4.5 Encontros e desencontros do moderno brasileiro: prosperidade, projetos e progresso

Levando-se em consideração a heterogeneidade dos exemplos selecionados aqui, tanto no livro infantil com conteúdos escolares de Monteiro Lobato quanto nos livros didáticos de Lourenço Filho, é possível perceber esforços tão distintos quanto confluentes nas interpretações de *Brasil moderno* para a criança brasileira, conforme as figuras 13, 14 e 15. As viagens por detalhes de um *Brasil moderno*, realizadas pelos dois Pedrinhos e, conduzidas por dois intelectuais – homens, adultos e brasileiros – pode-se dizer que fazem parte de processos de construção de novo homem para uma nova nação.

É instigante a recorrência de determinadas temáticas educativas nos livros pesquisados. Como no caso de uma das perspectivas do *moderno* nos livros de Lourenço Filho, quando este insere, nos anos de 1950, e mantém em todas as edições até 1970 (especialmente nos primeiros volumes), conteúdos pedagógicos relacionados diretamente à saúde física e moral da criança. Sabe-se que o discurso em torno do saneamento físico e moral do povo brasileiro, via escola, fazia parte de iniciativas educativas isoladas desde as primeiras décadas do século XX.

Tais disposições foram institucionalizadas e centralizadas oficialmente já no primeiro discurso do presidente Getúlio Vargas, em novembro de 1930, quando este constituiu uma nova organização governamental e aglutinou Educação e Saúde Pública num só Ministério. Vargas, em seu discurso, cita o desafio de lutar para promoção do saneamento moral e físico da nação brasileira. Portanto, educação e saúde emergem como questões complementares. A pretensão saneadora brasileira era baseada, especialmente no modelo realizado nas instituições públicas educacionais dos Estados Unidos da América.

Conforme Jerry D'Ávila (2005, p. 165), “Embora os brasileiros em busca do moderno ainda se voltassem à Europa, na década de 1920 passaram a olhar cada vez mais para os Estados Unidos”. Infere-se aí que a prática utilizada por Lourenço Filho, na *Série Pedrinho*, não

apresentava conteúdos inovadores, quanto aos objetivos de construção de uma nação saneada. Ao que tudo indica nos anos cinquenta e sessenta, os objetivos educativos em torno de uma educação saneadora, física e moral, privada e pública, não haviam sido alcançados e o trabalho educativo voltado ao saneamento amplo das novas gerações de alunos da escola primária deveria ser mantido. A educação para saúde corporal e moral dos brasileiros, naqueles dias, ainda dependia da escola e dos professores como lugar e agentes competentes de viabilização de uma educação saneadora nacional.

Deve-se salientar que a carreira literária de Monteiro Lobato alcançou reconhecimento e visibilidade por volta de 1915, a partir da célebre criação do personagem Jeca Tatu, um pobre brasileiro habitante da região rural, um caipira indolente e representante do que o Brasil tinha de mais atrasado. O personagem foi emblemático na interpretação de Brasil elaborada por Lobato, que naqueles dias experimentava a convivência com a população trabalhadora rural da região do vale do Paraíba, enquanto tomava contato com as teorias eugenistas produzidas por intelectuais europeus e norte-americanos. Na convergência entre a prática de fazendeiro e leitor daquelas obras científicas, suas ideias sobre as causas do atraso nacional vão se conformando e se justificando como determinismo hereditário e racial. Porém, quatro anos mais tarde Lobato passa a rever sua posição determinista e publica em *O problema vital* suas novas justificativas para o atraso do Jeca e, conseqüentemente do povo brasileiro: “o Jeca não era assim, ele estava assim”. As novas alegações relacionavam o atraso do povo brasileiro, representado pelo Jeca Tatu, devido à falta de escolaridade, miséria econômica e doença física (verminose e anemia, especialmente). Três fatores encadeados, construtores e constituintes entre si. No final dos anos dez Lobato e outros intelectuais brasileiros compartilhavam do ideário que considerava a educação ampla da população como fator primordial e processo moderno necessário para a redenção nacional.

Em *Geografia de Dona Benta*, escrito em 1935, ainda é possível identificar a utilização artifícios literários e pedagógicos, como pretextos para formação uma educação saneadora nacional ou disciplinadora da saúde da criança. Em relação à saúde, e alimentação, existe um excerto no livro, quando o autor menciona o desenvolvimento do Estado de São Paulo, em que o autor, na voz de Dona Benta, propõe o conhecimento e a valorização de “alimentos saudáveis”:

São Paulo é um grande produtor de arroz. Sabe produzi-lo; só não sabe come-lo. –Por quê? – Porque come o arroz polido, isto é, despido daquela peliculazinha vermelha que o recobre. Nessa película é que estão as Vitaminas. E o que são vitaminas? – São substâncias nutritivas ainda mal estudadas, mas a experiência mostra serem indispensáveis para o perfeito desenvolvimento e boa saúde dos animais. (MONTEIRO LOBATO, 1935, p. 55).

Prosseguindo, o autor, na voz da avó de Pedrinho, cita doenças causadas pela falta de vitaminas, como o escorbuto e o beribéri, fala da complementação alimentar necessária para prevenir e sanar tais doenças. No desenvolvimento do diálogo, em certo momento a avó determina: “Mas isso não é mais Geografia. Voltemos a S. Paulo” (LOBATO, 1935, p. 56).

A ação educativa de Dona Benta, em relação à saúde do corpo, não é recorrente nas aventuras. Como também uma doutrinação em relação aos hábitos de higiene corporal não são identificados nos textos. Isso se deve, possivelmente, por dois motivos principais. O primeiro deles é a intenção primeira da obra: ensinar/contar “uma Geografia”. O segundo motivo, talvez o mais significativo, está vinculado ao ponto de discussão que mobilizava o empresário Lobato naqueles dias: a modernização do Brasil e o atraso nacional; a questão lobatiana da década de 1930 estava vinculada à perspectiva de exploração das riquezas do subsolo brasileiro, especialmente as campanhas relacionadas ao ferro e ao petróleo. As questões em torno do Brasil saneado, do “piolho da terra” já não era mais a principal motivação do Lobato modernizador. As questões sobre o Brasil moderno, provocadas e debatidas pela *boa avó*, nos diálogos entre adulto e crianças no livro *Geografia de Dona Benta*, estão mais aproximadas às demandas empresariais e políticas do Monteiro Lobato daqueles dias.

As discussões que envolviam ideias saneadoras para o país, com base no discurso legitimado pela autoridade médica, ocuparam Lobato e outros intelectuais de seu tempo, em instituições diversas, especialmente nas duas primeiras décadas do século XX. Conforme Carlos Monarcha,

Na conjuntura movimentada pelo signo da doença, materializaram-se os interesses convergentes das ligas Contra o Analfabetismo, Pró-Saneamento do Brasil, Defesa Nacional,

Nacionalista de São Paulo, Brasileira de Higiene Mental, Sociedade Brasileira de Higiene, Associação de Educação e Sociedade Eugênica de São Paulo (MONARCHA, 2009, p. 97-98).

Ainda, de acordo com o mesmo autor, os princípios saneadores disseminados entre a autoridade política e intelectual brasileira naquele período estavam subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. “Do movimento sanitário, incluindo-se nele os congressos da Sociedade Brasileira de Higiene, resultou a criação do Serviço de Profilaxia Rural e Departamento Nacional de Saúde” (Idem, *Ibidem*, p.97). Nesse contexto, marcado pela doença e ignorância da população, era urgente a criação de um ministério que tratasse exclusivamente dos problemas relacionados ao saúde e educação nacional.

Como citado nos exemplos, em *Geografia de Dona Benta* identificam-se, de forma recorrente, interpretações do moderno e iniciativas modernizadoras para o Brasil vinculadas a parâmetros comparativos e reivindicatórios. Se o Brasil apresentado à criança é um país atrasado socialmente e antiquado tecnicamente, as razões defendidas na fala de Dona Benta estão relacionadas à história social e política nacional, portanto determinações de natureza humana e social. O escritor, avesso ao nacionalismo ufanista, não resguarda seu público infantil das mesmas críticas (quanto ao atraso nacional e os problemas políticos e administrativos do país) relatadas ao leitor adulto. Já na *Série Pedrinho*, de Lourenço Filho, o autor não faz comparações ou reivindicações relacionadas à falta de “um progresso nacional”, pelo contrário, numa perspectiva aproximada aos pressupostos morais e educativos de Émile Durkheim, o autor resguarda a criança de críticas às autoridades estabelecidas, omite fatos negativos relacionados à história do país, pois poderá por em risco a “consciência coletiva” que deve ser despertada na criança em idade escolar:

A sociedade é antes de tudo, uma consciência: é a consciência da coletividade. É, pois, essa consciência coletiva que deve ser passada para a alma da criança. [...] Mas esta é uma operação demasiado importante para que possa ser abandonada ao acaso desses encontros fortuitos. É à escola que cabe organizá-lo metodologicamente. É preciso que um espírito esclarecido efetue uma seleção adequada em meio a esse conjunto

confuso de estados mentais de todo tipo presentes na vida social, que muitas vezes são até contraditórios; é preciso que ela estenda sua ação a tudo aquilo que é vital; por outro lado, ela deve deixar tudo que é secundário, deixar os defeitos na sombra e iluminar as qualidades. Esse é o papel do professor, e também nesse caso do ensino da história lhe oferecerá os melhores meios para atingir esse objetivo. (DURKHEIM, 2008, p. 267-268).

Quando Lourenço Filho menciona na *Série Pedrinho* alguns problemas sociais brasileiros, como a precariedade vivida pela população da região nordeste do país, atribui o fato à fatalidade climática que assola a região sazonalmente. Vejamos dois textos, um de Lobato, um em *Geografia de Dona Benta*, e o outro de Lourenço Filho, em *Aventuras de Pedrinho*, sobre a mesma temática, a seca no nordeste brasileiro:

A maior tragédia do nosso país são essas catástrofes que de quando em quando acontecem, matando o gado e reduzindo à miséria mais absoluta milhares de criaturas humanas. [...] - Mas por que não corrigem isso? Por que não fazem poços artesianos, ou não plantam árvores nessas caatingas, ou não constroem canalizações como aquela que a senhora nos mostrou, feitas nos Estados Unidos para irrigar as terras secas da Califórnia? Dona Benta mastigou antes de responder. Por fim disse: - Problema muito complicado, minha filha. O Brasil é um país pobre de dinheiro e mal dirigido pelos governos. [...] Não sabemos resolver nossos problemas, essa é que é a verdade. (LOBATO, 1935, p. 71).

Nos anos bons, o período seco começa em fins de junho e termina em janeiro. Nos anos maus, pode prolongar-se por mais tempo. Então o gado morre de sede, e as plantações não vingam. Há desolação e tristeza... Os moradores são obrigados a procurar as cidades em busca de socorro, ou mesmo retirar-se da região, procurando trabalho em outros Estados, do norte ou do sul. Para evitar os terríveis efeitos da seca, têm-se construído

grandes açudes. Fazem barragens nos leitos dos rios a fim de que a água possa ser represada. Ainda assim, em certos anos, a água que colhem não é suficiente [...]. (LOURENÇO FILHO, 1958a, p. 154-155)

São escolhas realizadas por cada autor para retratar um mesmo problema de determinada região do Brasil, porém as interpretações estão afastadas nas reflexões de cada um deles. Enquanto Lobato revela sua postura crítica e não ufanista em relação à nação que deve ser apresentada à criança leitora, Lourenço Filho elabora uma “seleção adequada” de conteúdos e assume a posição de pedagogo comprometido com uma educação escolar voltada ao amor patriótico que, na sua concepção, formará na criança uma consciência coletiva ideal para compor o novo cidadão para uma nova nação.

A partir dessa exposição, pode-se pensar na modernização brasileira apresentada por Monteiro Lobato em *Geografia de Dona Benta* e, Lourenço Filho na *Série Pedrinho* como interpretações permeadas por concepções ideológicas não só particulares dos autores, mas coletivas, produzidas por interpretações de Brasil elaboradas anteriormente, que identificam o que é ou não moderno, e que influenciam de forma contundente as interpretações para a criança, influenciadas pelas trajetórias profissionais e pessoais de cada um dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E os dois meninos riam, um para o outro, fraternalmente, mostrando os dentes de igual brancura (BAUDELAIRE, 2009, p. 107).

Ao longo deste estudo procurou-se apontar e analisar como os intelectuais Monteiro Lobato e Lourenço Filho se inserem no campo educacional brasileiro, especialmente por meio de suas produções literárias para o público infantil. A partir da trajetória de cada um, dos lugares ocupados e dos campos por onde transitaram, buscou-se compreender como ambos conceberam e “deram vida” aos dois personagens meninos, os Pedrinhos, protagonistas de suas narrativas literárias voltadas à criança brasileira. A pesquisa também se voltou à discussão de como os personagens meninos podem representar modelos idealizados para a socialização da criança brasileira no universo das singularidades dos Brasis de cada um dos autores.

Percebe-se que as escritas de ambos intelectuais, tanto as voltadas ao público infantil quanto aquelas dirigidas ao público adulto, constituíram-se no mais importante púlpito de divulgação de suas ideias e projetos para o Brasil e para a população brasileira. Algumas ambiguidades constitutivas e, muitas vezes, as aparentes incoerências identificadas nas premissas idealizadas por cada um dos intelectuais para a nação, na personificação dos Pedrinhos, por sua diversidade temporal e textual, fazem parte da história de cada um, como personalidades públicas em meio ao universo constituinte de suas relações tanto individuais quanto sociais.

Observa-se que os intelectuais souberam aprimorar disposições para se ajustarem às posições vivenciadas em suas trajetórias. Ambos são detentores de capital cultural institucionalizado, o que lhes confere benefícios materiais e simbólicos profusos legitimados por seus significados que são culturais, portanto públicos.

A partir das teorias bourdieusianas identifica-se que Lourenço Filho não era um “herdeiro natural” dos lugares sociais que ocupou em sua trajetória profissional. Os diplomas escolares, títulos e prêmios conferidos a ele, por exemplo, adquiriram poder de consagração por particularidades inerentes ao poder simbólico legitimado socialmente, notadamente num país onde grande parte da população apresentava, na

época, pouca ou nenhuma escolaridade. As distinções simbólicas a ele atribuídas reconverteram-se em capitais significativos, que por sua vez possibilitaram definições das posições ocupadas por ele em sua longa trajetória profissional. Tais lugares foram conquistados num permanente jogo de ajustes e decifração dos códigos peculiares aos campos em que transitou. Os capitais sociais e culturais adquiridos por ele permitiram a apreensão dos valores do mundo social dos intelectuais e dos agentes públicos e privados com quem se relacionou e isso possibilitou a instrumentalização formadora de estratégias, dedicação, habilidades e experiências nos lugares em que ocupou. Assim, o “ter” adquirido pelo intelectual converteu-se em um “ser” consolidador de seu destino e, pode-se dizer que o poder inicial do capital escolar conquistado por ele potencializou outros capitais que marcaram sua carreira.

Já o intelectual Monteiro Lobato é reconhecidamente um “herdeiro natural” de capital econômico, social e cultural, o que lhe assegurou muitos dos lugares sociais por ele ocupados desde a infância. Lobato combinou, de maneira singular, outros capitais à sua trajetória tanto intelectual quanto empresarial. Ser detentor de capitais essenciais desde a infância permitiu ao bacharel taubateano, neto de visconde, relativas liberdades relacionadas às necessidades de subsistência, podendo assim dedicar-se livremente às atividades intelectuais e novos projetos empresariais por toda vida. Pode-se até dizer que os lucros simbólicos amealhados por Monteiro Lobato tiveram uma história consolidada antes mesmo de seu nascimento, pois ao nascer numa família abastada, que valorizava a cultura letrada e pertencente às elites brasileiras da época, representou vantagens na consagração de seu nome como escritor ou empresário. É o caso típico da herança que herda o herdeiro.

Em relação às redes de sociabilidade construídas tanto por Lobato quanto por Lourenço Filho, estas partiram das subjetividades intrínsecas à história pessoal e social de cada um deles, como as afinidades e gostos que marcam suas amizades longevas e que marcam, por sua vez, de certa forma os papéis decisivos desempenhados por cada um. Pode-se dizer que Lobato, além de ser tecido desde a infância em redes de sociabilidades elitizadas, na juventude ampliou significativamente essas redes de relações privilegiadas ao ingressar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Ali passou a conhecer e a integrar um grupo oriundo da fina flor sócio cultural brasileira, uma promissora classe de intelectuais, políticos e empresários para as novas gerações da nação. Nas tramas dessa rede, Lobato construiu sua

trajetória de escritor, tradutor, editor, empresário gráfico e até mesmo de empresário do ramo da exploração de minérios no Brasil dos anos trinta.

A amizade de Monteiro Lobato com Anísio Teixeira, nascida nos Estados Unidos, acaba por desempenhar um papel relevante na carreira do pioneiro da Educação Nova, por estimular o jovem educador baiano quanto aos seus objetivos em relação às reformas educacionais brasileiras. Os vínculos afetivos construídos entre ambos foram estratégicos para a aproximação entre Anísio Teixeira e o intelectual Fernando de Azevedo - que era Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, cargo técnico imprescindível para os projetos de Anísio em relação ao futuro educacional da população brasileira. Pode-se dizer que é Lobato um dos responsáveis pela aproximação de Anísio Teixeira ao grupo que, em 1932 liderou as discussões que resultaram no documento conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

Dentre os líderes desse movimento educacional histórico está Lourenço Filho, que contribuiu para a formação do grupo de educadores renovadores brasileiros já no início dos anos vinte, no mesmo período em que se vinculou profissionalmente às Edições Melhoramentos. São frentes que compõem uma trama de fios, nós e pontos em sua rede de sociabilidade, que se tecem e o tece até o ano de sua morte, 1970. É na Melhoramentos que Lourenço Filho dá visibilidade aos seus escritos e traduções, aos escritos de outros intelectuais educadores brasileiros e a obras que resultavam das discussões científicas mais recentes produzidas no estrangeiros e traduzidas para o público brasileiro, especialmente os livros para a formação docente entre os anos vinte e os anos sessenta no país. Por sua vez, seu nome, como intelectual educador reconhecido, confere à editora legitimidade e prestígio às suas publicações pedagógicas e infantis em geral. A contribuição de Lourenço Filho para consolidação de um campo educacional brasileiro está impregnada por diferentes elementos constitutivos do poder político e empresarial, que são inerentes às suas redes de sociabilidades e que foram tecidas nos conjuntos de fios e nós que ajudou a tecer e nelas foi tecido.

Os personagens meninos - os Pedrinhos -, percorrem, cada um no seu tempo e feitiço, diferentes e semelhantes Brasis. Os autores empenham-se em retratar nos livros infantis, por meio de seus personagens meninos, suas ideias em relação a um Brasil antigo e rural e um Brasil moderno e urbano. Esses Brasis não estão compartimentados nos livros de ambos, mas sim são partes de um todo que não se desassocia de forma simples. Nas interpretações de ambos, percebem-

se cenários construídos sob a tensão particular das dualidades, contradições e dos hibridismos característicos da formação social, cultural e histórica da sociedade brasileira.

O Brasil que nega o moderno, na literatura infantil de Lobato, se identifica notadamente pela presença de mitos da literatura oral brasileira, de forma destacada na figura do Saci Pererê. Os personagens escolhidos por Monteiro Lobato para a divulgação desse mundo mitológico são Tio Barnabé e Tia Nastácia, personagens negros, idosos, sem escolaridade e profundos conhecedores da cultura popular brasileira. Ambos têm papel destacado na socialização abasileirada de seu Pedrinho. As brasilidades orientadas por meio dos personagens vão além do imaginário estimulado em sua literatura infantil, pois também provocam questionamentos de Pedrinho quanto às percepções de mundo, hábitos e atitudes adequadas para resolução de conflitos e superação de dificuldades, isso numa perspectiva que valoriza formas genuinamente brasileiras de ver o mundo.

Como o compromisso principal da *Série de leitura graduada Pedrinho* de Lourenço Filho é a educação formal, a escolar, seguindo assim os programas oficiais para a escola primária do período, os conteúdos sobre um Brasil arcaico, naquela obra, são distintos dos conteúdos apresentados ao Pedrinho de Lobato. O imaginário também está presente nos livros de Lourenço Filho, mas volta-se mais como pretexto para ingresso da criança no mundo científico, onde o conhecimento sobre a posição das estrelas no céu e o saber interpretar as indicações de uma bússola são as formas mais adequadas para transitar e se guiar através do Brasil-natureza. No Brasil rural ou arcaico de Lourenço Filho não são os pós-mágicos ou sacis – elementos-chave da literatura infantil brasileira de Lobato – que permitem o ingresso da criança nesse Brasil. Na série didática de Lourenço Filho um personagem também idoso e não branco, que nunca frequentou uma escola – assim como Tio Barnabé e Tia Nastácia –, é o socializador de Pedrinho no mundo brasileiro das matas virgens, que pode representar um país original e do passado. Esse personagem, segundo o autor, tem origem no encontro étnico entre o indígena e o português colonizador. Chico Tião é apresentado como um “caboclo”, descendente dos bandeirantes paulistas que transitaram pelo interior do Brasil, expandindo a ocupação territorial do país em direção ao interior. Ele pode representar o valor histórico do brasileiro paulista como “integrador e demarcador” do território nacional.

Nas relações sociais estabelecidas entre os Pedrinhos e esses personagens adultos identificam-se expressões das personalidades que marcam a cultura brasileira. Os personagens, adultos e não brancos, são interpretes convocados por cada um dos intelectuais para realizar com legitimidade a socialização dos Pedrinhos por um “Brasil do interior” ou por um “Brasil antigo”, revelando assim, de certa forma, a ideia que cada um dos intelectuais tem a respeito de uma determinada face do Brasil e de seu povo. Os personagens velhos, negros ou caboclos, descendentes de africanos ou índios, podem representar a personificação de uma população original e de um Brasil do passado, portanto arcaico, para cada um dos intelectuais.

Nos livros infantis, o “homem cordial”, tipo ideal de Sérgio Buarque de Holanda, é representado pela autoridade simples e muitas vezes simplória dos personagens adultos negros sem escolaridade, Tio Barnabé e Tia Nastácia, como também por meio do caboclo que sabe ler e escrever sem nunca ter frequentado uma escola, o Chico Tião de Lourenço Filho. São personagens com a responsabilidade de apresentar e representar um Brasil rural, antigo e arcaico, aquele onde tudo ocorre em ritmo lento e onde a ação humana é quase que totalmente depende das forças da natureza.

Já para percorrer o mundo (ou Brasil) moderno e desenvolvido representado pela multidão, tecnologia avançada dos meios de transporte e comunicação, os autores recorrem aos personagens vinculados ao mundo moderno pensado por eles, por seus textos escritos e imagens ilustrativas. No Brasil desenvolvido dos autores, os adultos socializadores dos Pedrinhos são brancos e escolarizados, como Dona Benta na literatura lobatiana e Tio Damião, Sr. Pereira e Capitão Silvério na literatura didática lourenciana.

Lobato, na voz de Dona Benta, apresenta ao Pedrinho um Brasil moderno – particularmente naquilo que se refere ao planejamento técnico e progresso econômico (ou a falta e a necessidade desses elementos). São textos permeados por questionamentos reflexivos em relação às decisões político administrativas, que na visão de Lobato, são invariavelmente equivocadas. Sua exposição de Brasil moderno para seu Pedrinho está mais concentrada no desenvolvimento e progresso do estado de São Paulo, por sua pujança econômica e tecnológica. Lobato, na figura de Dona Benta faz comparações e estimula a observação de seu Pedrinho quando dá explicações sobre as relações causais em torno das fragilidades sociais e o descaso dos dirigentes brasileiros em relação às potencialidades do Brasil e dos brasileiros. Pode-se dizer que uma

“modernidade inautêntica”, permeada pela ideologia do atraso não está escamoteada nas narrativas experimentadas pelo Pedrinho de Lobato e direcionadas ao público leitor infantil brasileiro.

Isso não ocorre na literatura didática infantil de Lourenço Filho, que segue as diretrizes pedagógicas de Émile Durkheim, que recomenda não expor a criança a uma história negativa de sua nação. O Pedrinho de Lourenço Filho e, por consequência, seu público leitor infantil, são poupados dos aspectos negativos da história social e política brasileira. Isso porque - numa perspectiva durkheimiana -, se a criança for exposta à negatividade nesta fase da vida, porá em risco toda a formação de uma consciência coletiva e de amor patriótico, que são despertados nos primeiros anos de escolaridade republicana de uma criança. Isso não quer dizer que Lourenço Filho esconda alguns problemas nacionais de seu Pedrinho. O que pode ser identificado é uma ação vigorosa do educador em dar explicações e significados abrandados em relação às dificuldades experimentadas por alguns grupos populacionais do país, como no exemplo das populações do nordeste brasileiro, que emigram em razão da seca que assola a região. A precariedade em que vive a população nordestina é justificada em razão da sazonalidade climática característica daquelas localidades. Para o Pedrinho de Lourenço Filho, o sofrimento daquela população é inerente aos fatores climáticos, portanto relacionado aos fenômenos da natureza, que não dependem exclusivamente da intervenção humana. Sendo resguardado das adversidades do passado ou das adversidades contemporâneas de sua nação, o Pedrinho de Lourenço Filho é estimulado a descobrir e reconhecer as faces positivas do país em que nasceu e vive. O que não acontece com as explicações recebidas pelo Pedrinho de Monteiro Lobato, que, sobre as mesmas adversidades, recebe uma explicação relacionada ao desinteresse e má administração do poder público e até mesmo à incapacidade dos brasileiros, de forma geral, na resolução de seus grandes problemas.

O Pedrinho de Lobato questiona, reflete e contesta com argumentos a autoridade do adulto. Muitas vezes, nas obras pesquisadas, o personagem “desobedece” ao adulto socializador e até o engana. Já o Pedrinho de Lourenço Filho pergunta, ouve com atenção os conselhos e argumentações do adulto, reflete, para em seguida experimentar e comprovar os benefícios da autoridade.

Lourenço Filho não expõe seu Pedrinho aos problemas do mundo dos adultos. O processo da modernização brasileira é retratado de forma evolutiva, positiva, natural e teleológica. Seu Brasil moderno é

harmonioso e compõe um quadro onde predomina o urbano, mas que tem um lugar reservado ao rural de forma complementar e não contraditória. É um “rural necessário” ao Brasil urbano. Nos livros, o “Brasil rural” não está relacionado às ideias sobre um “Brasil atrasado”. O tratamento dado às relações existentes entre as diferentes atividades do mundo moderno brasileiro estão diretamente relacionadas ao conceito durkheimino de “solidariedade orgânica”. Identificam-se também, que nos volumes da *Série de leitura graduada Pedrinho* direcionados aos adultos, professores - os *Guia do Mestre* -, que o autor não provoca estímulos à crítica ou reflexão quantos às políticas sociais brasileiras. Os manuais de Lourenço Filho são roteiros norteadores em relação a procedimentos metodológicos e pedagógicos para aplicação dos conteúdos curriculares, não cabendo ali discussões políticas ou sociais relacionadas às fragilidades brasileiras. Isso não significa que o intelectual não estimule a prática educativa “moderna” representada pelo diálogo entre adultos e crianças e a centralidade na participação da criança no processo educativo. Ao contrário, percebe-se nos manuais dos professores um fulcral estímulo a tais práticas, que são reconhecidamente defendidas pelo educador desde o início de sua carreira profissional.

Assim, pode-se dizer que os dois Pedrinhos são idealizações de dois intelectuais que se constituíram num Brasil que se modernizava nas primeiras décadas do século XX e, especialmente numa republica nova que se modernizava em meio a um processo de escolarização tardia. Na figura dos dois Pedrinhos identificam-se meninos brasileiros em formação para um país do futuro e que faz parte dos projetos de modernização para o Brasil de cada um dos dois intelectuais. Enquanto um dos personagens está mais relacionado ao mundo dos direitos, das vontades, da diversão, da satisfação e do prazer, o outro se identifica mais com o mundo da obrigação, da moral instituída, dos deveres e da ordem estabelecida socialmente. Isso não quer dizer que cada um deles não apresente nos textos literários, em ocasiões diversificadas, características que prevalecem no mundo de um ou do outro. Em variados textos, o Pedrinho de Lobato reflete também a imagem de um personagem que valoriza a ordem e os deveres em suas relações sociais, como também o Pedrinho de Lourenço é exposto muitas vezes ao mundo do prazer, da diversão e da satisfação. Seria uma falsa questão tentar compreender o Pedrinho de Lourenço Filho como um contraponto ao Pedrinho de Lobato.

Na composição do conjunto de traços que singularizam seus Pedrinhos como pessoas únicas - com atitudes e sentimentos particularizados, ambos são representados por características muito específicas da coletividade cultural representada pelo povo brasileiro . Os personagens, cada um a sua medida - que é balizada pelas particularidades ideológicas de seus criadores, como também delimitadas pela finalidade dos textos – são representações de meninos essencialmente brasileiros contextualizados em tempos e lugares de Brasis interpretados por cada um de seus idealizadores, os intelectuais paulistas e brasileiros, Monteiro Lobato e Lourenço Filho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Raquel de. **A série de leitura graduada Pedrinho (1953-1970) e a perspectiva de socialização em Lourenço Filho**. 2009. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

AZEVEDO, Carmen Lucia; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. **Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997.

BARBOSA, Lívía. **O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro: Editora Campus, Elsevier, 2006.

BAUDELAIRE, Charles. **Pequenos poemas em prosa**. Tradução Gilson Maurity. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Tradução Alberto Candeias. Lisboa: Edição Livros do Brasil, [19--].

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tradução Floriano de Souza Fernandes. 27. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 163-168.

_____. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza.

Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 169-181.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTOLETTI, Estela Natalina Montovani. A produção de Lourenço Filho de e sobre Literatura Infantil. In: ENCONTRO DE PESQUISA DA REGIÃO SUDESTE, 5., 2002, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: ANPED, 2002.

_____. Lourenço Filho e literatura infantil e juvenil (1942-1968). In: COENGA, Rosemar (Org.). **Leitura e literatura infanto-juvenil:** redes de sentido. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2010.

BIGNOTTO, Cilza. **Monteiro Lobato em construção.** Campinas, São Paulo, 2007. Disponível em:
<<http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/cilza01Lobato.pdf>>. Último acesso em: 13 jan. 2014.

_____. Monteiro Lobato: editor revolucionário? In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Orgs.). **Impresso no Brasil:** dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: UNESP, 2010. p. 121-137.

BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil:** a nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte:** gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia da Letras, 1996. p. 243-316.

_____. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Os usos sociais das ciências**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

_____. Os três estados do capital cultural. Tradução Magali de Castro. In: BOURDIEU, Pierre. Seleção, organização, introdução e notas Maria Alice Nogueira, Afrânio Catani. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 73-79.

_____. Você disse “popular?”. Tradução Denice Barbara Catani. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 1, abr. 1996b. Disponível em:
<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781996000100003&lng=pt&nrm=iso>. Último acesso em: 14 jan. 2014.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

CAMARGO, Evandro do Carmo. Algumas notas sobre a trajetória editorial de O Saci. In: LAJOLO Marisa; CACCANTINI, João Luís. **Monteiro Lobato, livro a livro**: obra infantil. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 87-99.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **A república do Picapau Amarelo**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: _____. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1993.

CARDOSO, Rosimeiri Darc. Geografia de Dona Benta: o mundo pelos olhos da imaginação. In: LAJOLO, Marisa; CECCANTINI, João Luís. **Monteiro Lobato livro a livro**: obra infantil. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 289-302.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1984.

CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato**: vida e obra. (Tomo I e II). 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

COHN, Gabriel (Org.). **Weber**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Marcus Vinícius. **A educação dos educadores**: da Escola Nova à escola de hoje. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

_____. **Explorações**: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.

_____. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DAROS, Maria das Dores. Intelectuais e projetos educacionais em disputa no Brasil dos anos de 1930/1940. In: COLÓQUIO LUSO – BRASILEIRO, 20., 2009, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009.

D'AVILA, Jerry. **Diploma de brancura:** política social e racial no Brasil – 1917-1945. Tradução Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: UNESP, 2005.

DEBUS, Eliane. **Monteiro Lobato e o leitor, esse conhecido.** Itajaí: UNIVALI Ed.; Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

DONATO, Hernani. **Cem anos da Melhoramentos.** São Paulo: Melhoramentos, 1990.

DUARTE, Lia Cupertino. Serões: verdades científicas ou comichões lobatianas? In: LAJOLO, Marisa; CECCANTINI, João Luís. **Monteiro Lobato livro a livro:** obra infantil. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DUBAR, Claude. **A socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. Tradução Andréa S. M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** Tradução M. B. Lourenço Filho. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

_____. **As formas elementares da vida religiosa:** o sistema totêmico na Austrália. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **As regras do método sociológico.** Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A Educação moral.** Tradução Raquel Weiss. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. v. 2. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário básico da língua portuguesa:** São Paulo: Folha/Aurélio, J.E.M.M. Editores Ltda., 1988.

FIGUEIREDO, Antônio Pereira de; PINTO, Jose Alberto L. de Castro. **Bíblia sagrada.** Rio de Janeiro, RJ: Encyclopedica Britannica, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos:** decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

FRIAS FILHO, Otávio. Rememórias de Emília. In: _____. **Seleção natural:** ensaios de cultura e política. São Paulo: Publifolha, 2009.

GANDINI, Raquel. Intelectuais, estado e educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952.** Campinas: UNICAMP, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Tradução Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As idéias de Durkheim.** Tradução Octávio Mendes Cajado. Cultrix: São Paulo. 1978.

GONÇALVES, Marco Antônio. **O significado do nome: cosmologia e nominação entre os Pirahã.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. **O mundo da criança: a construção do infantil na literatura brasileira.** Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

_____. Literatura infantil e o pó de pirlimpimpim. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (Orgs). **Lendo e escrevendo Lobato.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 13-44.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história.** Tradução M. P. Villalobos e L. L. Oliveira. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antônio. Prefácio que deveria ser posfácio. In: MACHADO, Ana Maria. **O Recado do nome: leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. p. 7-17.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Pensamento social no Brasil.** Bauru, SP: EDUSC, 2004b.

INACIO FILHO, Geraldo; SILVA, Maria Aparecida. Reformas educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, Demerval (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira.** Vitória: EDUFES, 2010.

KNYCHALA, Catarina Helena. **O livro de arte brasileiro:** teoria, história, descrição. Rio de Janeiro: Presença; [Brasília]: INL, 1983.

LAJOLO, Marisa. A modernidade em Monteiro Lobato. In: ZILBERMAN, Regina (Org.); et al. **Atualidade de Monteiro Lobato:** uma revisão crítica. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 41-49. (Novas perspectivas, 8).

_____. **Monteiro Lobato:** um brasileiro sob medida. São Paulo: Moderna, 2000.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** Tradução Marie-Agnes Chauvel. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado.** Lisboa: Edições 70, 1978.

_____. **O pensamento selvagem.** Tradução Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

_____. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosacnaify, 2003. p. 11-46.

LOBATO Monteiro. **A menina do narizinho arrebitado**. São Paulo: Ed. Monteiro Lobato & Cia., 1920.

_____. **A barca de Gleyre**. São Paulo: Globo, 2010a.

_____. **Caçadas de Pedrinho**. São Paulo: Globo, 2009.

_____. **Conferências, artigos e crônicas**. São Paulo: Globo, 2010b.

_____. **Geografia de Dona Benta**. Ilustrações J. U. Campos e Belmonte. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. **Geografia de Dona Benta**. Ilustrações André Le Blanc. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda. 1947 (Obras completas de Monteiro Lobato, v. 7).

_____. **O Saci**. 8. ed. Ilustrações J. U. Campos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

_____. **O Saci**. São Paulo: Globo, 2007.

_____. **O Saci-Pererê**: resultado de um inquérito. São Paulo: Globo, 2008.

LOURENÇO, Leda Maria S. O pensamento de Lourenço Filho em seus primeiros escritos pedagógicos e nas Conferências da Associação Brasileira de Educação – ABE. In: MONARCHA, C. **Centenário de**

Lourenço Filho: 1897-1897. Londrina: Ed. UEL; Marília: UNESP; Rio de Janeiro: ABE, 1997. p. 47-76.

LOURENÇO FILHO, M. B. A educação, problema nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, n. 1, v. 1, 1944. p. 7-28.

_____. **Aventuras de Pedrinho**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos: 1958a. (Série de leitura graduada Pedrinho, v. 3).

_____. **Aventuras de Pedrinho**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos: 1961a. (Série de leitura graduada Pedrinho, v. 3).

_____. **Aventuras de Pedrinho**. 11. ed. São Paulo. Melhoramentos: 1967. (Série de leitura graduada Pedrinho, v.3).

_____. **Aventuras de Pedrinho**. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. (Série de leitura graduada Pedrinho, v.3)

_____. **Guia do Mestre**. 1º vol. São Paulo: Melhoramentos, 1968a. (Série de leitura graduada Pedrinho).

_____. **Guia do Mestre**. 2º vol. São Paulo: Melhoramentos, 1968b. (Série de leitura graduada Pedrinho).

_____. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. 12. ed. rev. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

_____. **Juazeiro do Padre Cícero**. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1959.

_____. **Leituras de Pedrinho e Maria Clara.** São Paulo: Melhoramentos, 1957. (Série de leitura graduada Pedrinho, v. 4).

_____. **Pedrinho.** 11. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1961b. (Série de leitura graduada Pedrinho, v.1).

_____. **Pedrinho.** 16. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos: 1968c. (Série de leitura graduada Pedrinho, v. 1).

_____. **Pedrinho e seus amigos.** 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955. (Série de leitura graduada Pedrinho, v. 2).

_____. **Pedrinho e seus amigos.** 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958b. (Série de leitura graduada Pedrinho, v. 2).

_____. **Pedrinho e seus amigos.** 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961. (Série de leitura graduada Pedrinho, v. 2).

_____. Primeiro a saúde. **Revista Escola Nova,** São Paulo, n. 1 e 2, v. II, jan.–fev. 1931.

_____. **Viagem através do Brasil:** São Paulo. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

LOURENÇO FILHO, Márcio; LOURENÇO FILHO Ruy. Notícia bibliográfica de Lourenço Filho. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (Org.). **Um educador brasileiro:** Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 190-203.

MACHADO, Ana Maria. **Recado do nome**: leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUSS, M. **Manual de etnografia**. Lisboa: Editorial Pórtico, 1972.

_____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENDONÇA, Sonia. R. de. As políticas de educação rural do ministério da agricultura (1945 – 1961). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: ABHE, 2008. p. 1-15.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MONARCHA, Carlos (Org.). **Anísio Teixeira**: a obra de uma vida. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Brasil arcaico, Escola Nova**: ciências, técnica e utopia os anos 1920-1930. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

_____. **Centenário de Lourenço Filho**: 1897-1897. Londrina: Ed. UEL; Marília: UNESP; Rio de Janeiro: ABE, 1997.

_____. (Org.). **Lourenço Filho**: outros aspectos, a mesma obra. Campinas: Mercado das Letras; Marília: Unesp, 1997.

_____; LOURENÇO FILHO, Ruy. (Orgs.). **Por Lourenço Filho**: uma bibliografia. Brasília: INEP/MEC, 2001. (Coleção Lourenço Filho).

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DPA Editora, 2001.

NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no estado do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2001.

NUNES, Cassiano. **A atualidade de Monteiro Lobato**. Brasília, Thesaurus Ed., 1984.

_____. Monteiro Lobato e Anísio Teixeira: o sonho da educação no Brasil. In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Anísio Teixeira**: a obra de uma vida. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 225-254.

_____. (Org.). **Monteiro Lobato vivo**. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986.

ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2013.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PASSIANI, Ênio. **Na trilha do jeca**: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PENTEADO, J. Roberto W. **Os filhos de Lobato**: o imaginário infantil na ideologia do adulto. Rio de Janeiro: Dunya Editora, 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Apresentação. In: WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. 10. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 7-15.

PFROMM NETTO, Samuel; ROSAMILHA, Nelson; DIB, Cláudio Zaki. **O livro na educação**. Rio de Janeiro: Primor/INL/MEC, 1974.

POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Um mito bem brasileiro**: estudo antropológico sobre o Saci. São Paulo : Polis, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia De Bolso, 2006.

ROCHA, Jaqueline Negrini. História de caçador, histórias de caçadas. In: LAJOLO, Marisa; CECCANTINI, João Luís. **Monteiro Lobato livro a livro**: obra infantil. São Paulo: Editora UNESP : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 237-251.

RODRIGUES, Marly. **O Brasil na década de 1910**: a fábrica e a rua, dois palcos de luta. São Paulo: Editora Ática, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. Textos organizados e comentados por Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

SILVA, Ricardo. Convenções, Intenções e ação linguística na história da teoria política: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 5., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Visões da política: sobre os métodos históricos**. Alges-Portugal: DIFEL, 2005.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. Lourenço Filho e a educação. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (Org.). **Um educador brasileiro Lourenço Filho**. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 65-68.

TORRESINI, Elisabeth Rochadel. **Uma aventura editorial nos anos 30 e 40**. São Paulo: EDUSP, 1999.

VASCONCELLOS, Zinda Maria Carvalho de. **O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato**. Santos: Traço Editora, 1982.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: ALVES, C; LEITE, J. (Orgs.). **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. Vitória: EDUFES, 2011. v. 1. p. 25-54.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo: texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1 e 2. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 2012.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional brasileiro: um estudo sobre o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.